

UNIVERSIDADE ABERTA
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS

**A Mobilidade de Estudantes no Espaço de Ensino Superior Europeu
como Forma de Construção de uma Identidade Europeia**
Estudo de caso da Universidade de Lisboa

Dissertação de Mestrado de
LÍLIA MARIA GONÇALVES LOURO

Orientador:
Prof. Doutor ANTÓNIO TEIXEIRA

Volume I
LISBOA
Abril de 2007

A Europa é feita de cafetarias, de cafés. Estas vão da cafetaria preferida de Pessoa, em Lisboa, aos cafés de Odessa frequentados pelos gangsters de Isaac Babel. Vão dos cafés de Copenhaga, onde Kierkgaard passava nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo.

George Steiner

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor António Teixeira, meu orientador e Pró-reitor da Universidade Aberta;

À Universidade de Lisboa, Gabinete de Relações Externas, especialmente à Dra. Clementina Carvalho;

Às Faculdades da Universidade de Lisboa, nomeadamente, Belas Artes, Ciências, Direito, Farmácia, Letras, Medicina, Psicologia e Ciências da Educação, aos seus Gabinetes de Relações Internacionais, especialmente aos coordenadores e técnicos que trabalham com o programa Erasmus;

À Mestre Sónia Barroso, amiga e colega, pela sua ajuda no tratamento de dados e apoio durante todo o período de trabalho na dissertação;

À Dra. Sofia Henriques, minha amiga de sempre, pelo seu apoio especialmente com a língua francesa;

Aos meus amigos, colegas de trabalho e de Mestrado, especialmente ao Dr. Francisco Pereira;

Aos meus pais e ao meu irmão, Luís Santos;

Ao Paulo Caetano.

Abstract

The European Union's move towards the creation of Europe represents an extraordinary departing point for analysing a contemporary "imagined community" and the identity related to it. In the empirical study we try to address the question: *Is a short term academic experience in another member state of the European Union, with nationals of that country and other foreign students, capable of reinforcing a feeling of shared identity with people from other European nations?* In this question we embrace the issue of mobility of Erasmus students to other member state of the European Union (EU), their living experience in the host country with national students and other students in mobility, and the perception of the feeling of shared identity with other citizens of the EU.

With this intent we have started our work approaching a few well known theories, about the formation of collective identities, namely national identities. Our aim is not comparing the national identity to European identity but to investigate if the tools used to generate these identities are similarly used by the EU with the same function. Further, we looked into the ways this aim has been attained through the introduction of a European cultural policy, this being considered a tool conceived to build a cultural identity for EU's Europe. In this sense, we looked at some symbolic initiatives the EU designed to create a feeling of common belonging for the purpose of the "People's Europe". Our intention is to analyse the kind of means used in the creation of the European identity rather than defining its elements. Also we analysed European institutions' policy for the educational sector and the "European dimension on education" this representing a concept targeting the shared development of the educational national policies, attributing a fundamental role to mobility.

Concluding our work we argue that the European identity idea has not yet been crystallized as the European citizens do not show a clear feeling of common belonging and shared destiny. Notwithstanding, for a European citizen, the experience of living in another member state, even on a short period, enables the reconfiguration of the way it perceives the European space and other citizens. Ultimately, this perception might condition the identity change of this community of peoples.

Résumé

L'action de L'EU pour créer l'Europe, peut représenter un point d'analyse exceptionnel pour une "communauté imaginée" contemporaine et pour l'identité que lui est liée. L'analyse empirique ici développée a comme toute première question: Peut une expérience académique de courte durée dans un autre pays de L'Union Européenne avec d'autres étudiants étrangers et nationaux renforcer le sentiment d'une identité partagée avec des citoyens d'autres nations européennes? On inclue dans cette question : la mobilisation d'étudiants étrangers vers un autre état membre dans le cadre d'Erasmus, leur vie dans le pays d'accueil dans un environnement qui se caractérise par les nationaux de cet état membre et le sentiment d'une identité partagée avec d'autres citoyens de l'Union Européenne.

Dans ce sens il est important introduire notre travail par le biais de quelques auteurs qui ont étudié la formation d'identités collectives, notamment les identités nationales, non pas dans le but d'une comparaison de l'identité nationale avec l'identité européenne, mais de vérifier si les instruments utilisés dans la construction de ces identités sont appliquées de la même façon dans l'EU. Notre objectif n'a pas été celui de définir les éléments de l'identité Européenne, mais de considérer quels sont les moyens mis en œuvre dans la création de cette identité. Cette analyse aborde aussi quelques initiatives symboliques qui prétendent la création d'un sentiment d'appartenance commun, et qui ont été créés avec l'objectif de création d'une "Europe des Peuples". Il a aussi été analysé la politique pour l'éducation poursuivie par les institutions Européennes et la dimension européenne dans l'éducation, un concept qui a pour but la dynamisation partagé du développement du secteur de l'éducation, et qui confie à la mobilité un rôle d'une importance majeure.

Dans cette étude on vérifie que l'idée de l'identité européenne n'a pas encore été retenue puisque les citoyens européens ne manifestent pas encore un sentiment clair d'appartenance commune et de partage du destin. Cependant, et encore que par une courte période de temps, l'expérience de vie dans un autre État membre, pour un citoyen Européen, relève une reconfiguration de la façon comme l'espace européen et les autres citoyens sont aperçus ce que peut mener à la transformation de l'identité de cette communauté de peuples.

Índice

Introdução	3
a) Problemática e natureza do estudo	3
b) Delimitação do objecto da investigação.....	5
c) Justificação e contribuição do estudo	5
d) Palavras chave	7
Capítulo 1	8
1.1. Abordagens conceptuais sobre a Identidade Colectiva	8
1.2. Memória, Identidade político-cultural	11
1.3. Identidades múltiplas	14
1.4. Abordagens teóricas significativas sobre a formação da Identidade Nacional 16	
a) A perspectiva construtivista da formação do Estado nação	18
b) A perspectiva essencialista da “identidade nacional”	25
c) Acerca da relação entre as teorias do nacionalismo e a “identidade” europeia..	28
1.5. Globalização e os modelos de sociedade europeia	31
a) A sociedade cosmopolita	34
b) A sociedade cosmopolita/global.....	34
c) O Pan-nacionalismo	36
d) Identidade Europeia e Cosmopolitismo	38
e) O constitucionalismo patriótico.....	41
Capítulo 2	47
2. A União Europeia	47
2.1. A Formação da União Europeia: visão institucional	47
2.2. O problema da identidade na União Europeia	53
a) A integração Europeia	53
b) O problema da legitimidade na União Europeia	57
c) A questão da identidade na União Europeia.....	59
2.3. A acção da União Europeia para a construção de uma identidade europeia .. 64	
a) A identidade europeia como um instrumento político	64
b) A Europa dos Povos	69
c) A criação dos símbolos da União Europeia.....	70
d) A cidadania europeia	76
2.4. A política para a cultura na União Europeia	77
a) Uma comunidade imaginada?	83
b) Sondagens aos cidadãos europeus.....	85
2.5. A política para a educação na União Europeia	86
a) Educação como meio de construção da Identidade.....	95
2.6. Programas de mobilidade na UE	100
a) A Internacionalização do ensino superior e a mobilidade estudantil	103
b) A criação do programa Erasmus	106
c) A Criação do programa Sócrates.....	109
d) Reflexões e relatório intercalar da segunda fase do programa Sócrates	113
e) O Programa de Aprendizagem ao longo da Vida	117

f) Acção de mobilidade Erasmus em Portugal	121
II-Estudo empírico.....	124
1. Observação e metodologia	125
1.1.Campo empírico: a Universidade de Lisboa	125
1.2. Objecto de observação: os alunos em mobilidade no segundo semestre de 2005-2006 da Universidade de Lisboa.....	126
1.3. Instrumento de observação: o questionário	128
1.4. Técnicas de tratamento das informações.....	130
2. Análise dos dados do estudo empírico	131
2.1. Caracterização dos estudantes em mobilidade Erasmus	131
2.2. Dados relativos à mobilidade Erasmus.....	135
2.3. Conhecimento sobre assuntos da União Europeia	141
2.4. Percepções sobre a União Europeia	145
2.5.Percepções sobre uma cultura comum na União Europeia	152
3. Considerações finais acerca do estudo empírico.....	161
Conclusão	171
Índice de figuras e gráficos	
Figura 1.....	55
Figura 2.....	71
Figura 3.....	74
Gráfico 1	134
Gráfico 2.....	136
Gráfico 3.....	136
Gráfico 4.....	137
Gráfico 5.....	138
Gráfico 6.....	139
Gráfico 7.....	140
Gráfico 8.....	142
Gráfico 9.....	143
Gráfico 10.....	146
Gráfico 11.....	147
Gráfico 12.....	150
Gráfico 13.....	151
Gráfico 14.....	152
Gráfico 15.....	154
Gráfico 16.....	156
Gráfico 17.....	157
Gráfico 18.....	160
Bibliografia.....	183

Introdução

a) Problemática e natureza do estudo

O contexto actual da integração europeia procura ultrapassar a dimensão meramente económica e tem condicionado alterações sociais e políticas nos Estados membros o que nos leva a reavaliar estruturas enraizadas como o Estado nação e valores até agora incontestáveis como a identidade nacional. Neste sentido, o interesse na ideia europeia e no seu relacionamento com as identidades nacionais tem assumido preponderância na literatura dos últimos trinta anos. Esta temática refere principalmente o problema de percebermos se as novas estruturas e identidades que serão criadas irão ao encontro das necessidades e interesses tal como as antigas e familiares ou, por outras palavras, está em causa a possibilidade da legitimidade da identidade europeia em oposição às identidades nacionais existentes.

Neste sentido, decidimos usar as teorias de formação da identidade nacional para o enquadramento conceptual. Apresentamos algumas teorias importantes de formação da nação e da identidade nacional, para chegar à análise da formação da identidade europeia, apenas afluando o aspecto da legitimação do poder, separando assim o problema da identidade europeia do problema da legitimidade das instituições europeias.

Há uma razão fundamental para o actual interesse no impacto cultural da unificação europeia que jaz no problema da própria identidade. As instituições europeias afastaram o limite representado pelo adjectivo “económicas” e apenas se chamam Europeias sem mais nenhuma especificação, numa percepção de que a integração nos níveis legal e económico sozinhas não criarão uma Europa unida. Ou seja, a ideia da Europa como fundamento de uma identidade é estimulada pelo procura da União Europeia (UE) de instrumentos de legitimação dessa identidade.

No nosso estudo vamos questionar de que forma é que este objectivo é particularmente prosseguido através da recente introdução de uma política cultural europeia, considerando que esta foi concebida, com maior consciência política, como um

instrumento para construir uma identidade cultural para a Europa da União Europeia, nomeadamente através da introdução da cidadania europeia.

Especialmente quando se trata de uma identidade social emergente é crucial analisar os meios usados para a sua construção. Assim, o nosso propósito neste estudo não foi definir os elementos da identidade europeia, mas considerar o tipo de meios usados na criação dessa identidade para a avaliação dos seus efeitos e, tão ou mais importante, porque nos dão pistas para o tipo de identidade a que se dirigem.

Vamos também estudar o conjunto de iniciativas simbólicas que se dirigem directamente à criação de um sentimento de pertença comum, que englobam a bandeira, uma divisa, o hino, o dia da UE, a moeda única, que foram criadas com o objectivo de criação da “Europa dos povos”.

Seguindo este raciocínio, analisámos a política para a educação prosseguida pelas instituições europeias, cujo objectivo é económico mas paralelamente procura reforçar nos jovens europeus o sentimento de pertença a um território alargado. Esta política tem apenas competências nos assuntos da educação estritamente limitadas a assuntos de carácter geral e de formação vocacional, ao mesmo tempo que respeita a responsabilidade dos Estados membros na organização das políticas e conteúdos educativos. Porém, a introdução da “dimensão europeia na educação”, um conceito da UE, vai mais longe do que a simples cooperação e pretende a dinamização partilhada do desenvolvimento das instituições e do sector educativo, atribuindo à mobilidade um papel crucial.

Finalmente, debruçámo-nos sobre a acção desenvolvida para o estímulo à mobilidade dos estudantes do ensino superior, principalmente através do estudo do programa de mobilidade Erasmus. Analisamos a sua génese, evolução e concretização, em particular, na Universidade de Lisboa e nos estudantes em mobilidade no segundo semestre do ano de 2005-2006.

b) Delimitação do objecto da investigação

No nosso estudo empírico vamos estudar o produto e não o processo da mobilidade. A pergunta de partida: *Será que uma experiência académica, num período curto, noutra país da UE, com outros estudantes estrangeiros e nacionais desse país, reforça o sentimento de uma identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias?* Nesta questão estão englobadas: a deslocação de estudantes para outro Estado membro da UE e/ou país participante no programa Erasmus, no âmbito de uma acção financiada e promovida pela União Europeia; a vivência no país de acolhimento num ambiente caracterizado pelos nacionais desse estado membro e pelos outros estudantes em mobilidade; finalmente, a questão refere-se à percepção de um sentimento de uma identidade partilhada com outros cidadãos da União Europeia. Pretendemos analisar a vivência do ambiente multinacional em que se inserem os estudantes Erasmus por esse motivo estudámos a convivência com outros nacionais de Estados membros, e não apenas com os nacionais do país de acolhimento.

Com este objectivo, contactámos os estudantes da Universidade de Lisboa, em mobilidade Erasmus no ano lectivo 2005-2006, segundo semestre. Estes foram sujeitos a dois questionários, um prévio à mobilidade e um outro após esta experiência. Os dados resultantes foram analisados descritiva e qualitativamente para estudarmos as suas percepções relativamente à União Europeia e as suas acções para a construção da identidade europeia. O nosso intuito é concluirmos qual a relação entre uma experiência europeia e a percepção da identidade europeia que dela decorre.

c) Justificação e contribuição do estudo

A Europa torna-se cada vez mais um ícone, cujo conteúdo ambíguo parece reforçar as possibilidades de identificação que gera. As tentativas da UE para criar a Europa podem representar um ponto de análise excepcional para uma contemporânea “comunidade imaginada” e para a identidade ligada a ela. Uma identidade cultural europeia comum, caso venha a existir, ainda não tem uma faceta ao nível político na medida em que até hoje, cada Estado membros da União Europeia (UE) colocou os seus interesses

nacionais e auto-imagens acima de uma política europeia concertada, baseada num considerado único interesse europeu e auto-imagem.

Contudo, ao nível conceptual as contradições entre uma identidade europeia e as identidades nacionais existentes pode ser mais aparente do que real. Se aceitarmos uma concepção pluralista e voluntarista e olharmos a nação como uma associação racional de leis e cultura comuns num território definido não se verifica uma contradição aguda entre as várias identidades colectivas que as comunidades e os sujeitos podem assumir.

Este trabalho revela-se importante, na medida em que não existem em Portugal muitos estudos relativos à percepção dos cidadãos portugueses acerca da construção europeia e das alterações identitárias que dela podem decorrer. A cultura portuguesa é caracterizada por uma memória colectiva que se socorre, essencialmente, dos grandes acontecimentos ocorridos num passado muito longínquo, aquando da expansão da nação, e ao mesmo tempo, de eventos mais recentes, que se revelam nas memórias do século XX. Na nossa pesquisa documental não encontramos estudos sobre as alterações recentes decorrentes da integração europeia estimulada pela União Europeia, desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, que foquem mudanças na identidade cultural dos portugueses. A forma como os portugueses se vêem, a sua percepção identitária, no seio de uma comunidade alargada, caracterizada por um poder político transnacional que influencia a sua vida quotidiana não foi ainda explorada. Assim, consideramos que esta abordagem poderá ser útil no âmbito dos estudos socio-políticos acerca da identidade nacional no contexto europeu.

Contudo, o nosso estudo acerca da percepção dos cidadãos sobre a identidade europeia, apresenta-se limitado no seu objecto, uma vez que são aqui analisados apenas os estudantes universitários em mobilidade. Um complemento a este estudo poderia passar pela análise dos estudantes universitários, que em igualdade de circunstâncias, optam por não fazer mobilidade no seu percurso académico. A questão a colocar neste caso começaria por abordar a motivação que leva uns e não outros a propor-se a uma experiência deste âmbito. Por outras palavras, o problema em análise seria perceber se existe à partida uma propensão para a percepção de um sentimento de partilha com outros europeus, apenas entre estudantes motivados para experiências internacionais e

não entre todos os estudantes, ou se esta percepção de partilha existe, em todos os estudantes universitários.

Um outro limite da nossa investigação prende-se com o período delimitado em que esta decorreu, que condicionou a análise da mobilidade de apenas um semestre. Por outro lado, as contingências temporais também obrigaram a que o questionário final fosse respondido, em muitos casos, no período imediato do regresso não dando aos inquiridos o tempo suficiente para a meditação e interiorização da sua experiência.

d) Palavras chave

Cidadania europeia, cosmopolitismo, cultura, educação, ensino superior, estado-nação, herança cultural, identidade colectiva, identidade europeia, legitimidade, memória colectiva, mobilidade, pan-nacionalismo, símbolos, Erasmus, União Europeia.

I-Enquadramento Teórico

Capítulo 1

1.1. Abordagens conceptuais sobre a Identidade Colectiva

Apesar dos limites que apresenta o estudo da identidade apresenta ao estudo empírico, nos últimos cinquenta anos o estudo desta matéria em várias perspectivas teve um acréscimo enorme. Considerámos importante introduzir o nosso estudo através de uma abordagem aos principais autores que se debruçaram sobre esta análise.

Os estudos sobre a identidade foram introduzidos no campo da sociologia pelos trabalhos de Charles Cooley (1864-1929) e George Herbert Mead (1863-1931), no início do século 20, tendo desde então sofrido grande desenvolvimento até se tornarem num tema central no discurso das ciências sociais na actualidade. As perspectivas micro-sociológicas (psicologia social, interaccionismo simbólico), e as perspectivas centradas no indivíduo dominaram os trabalhos publicados até 1970. Neste período, os sociólogos preocupavam-se principalmente com a formação do “eu” explorando as formas como as interacções interpessoais davam origem à identidade e ao sentimento do “eu” (*self*).

Mais tarde, na década de oitenta, a atenção dos investigadores sociais, e não apenas sociólogos, virou-se para assuntos da acção do grupo e da acção política, o que levou a que os estudos sobre identidade fossem posicionados na dimensão do colectivo. Estas investigações debruçaram-se fundamentalmente no que constitui o colectivo, nas implicações políticas que resultam das definições colectivas e nos mecanismos usados para criar, manter ou alterar distinções.

Segundo Cerulo (1997), a identidade colectiva é um conceito fundado nos construtos sociológicos clássicos: a consciência colectiva de Durkheim, a consciência de classe de Marx, a racionalização de Weber. Esta noção refere o “nós” do grupo, salientando as semelhanças ou atributos comuns em volta dos quais o grupo se conjuga. A literatura inicial refere estes atributos como características “naturais” ou “essenciais” – qualidades originadas por traços psicológicos, predisposições psicológicas ou aspectos regionais. Considerava-se que os membros do colectivo interiorizavam estas qualidades numa

experiência social única sobre a qual os actores sociais construíam o sentimento do “eu”.

Posteriormente, a abordagem social construcionista da identidade rejeita qualquer categoria que aponte características essenciais ou nucleares como única propriedade dos membros de um colectivo. Nesta perspectiva, todo o colectivo se torna um artefacto social - uma entidade moldada, re-fabricada, mobilizada de acordo com os centros de poder e os guiões culturais dominantes. Os trabalhos que esta perspectiva originou abordam os temas da identidade do género, identidade sexual, raça e etnia e identidade nacional.

A identidade nacional, um tema importante para o desenvolvimento da nossa investigação acerca da identidade europeia, foi abordada de forma inovadora por Benedict Anderson, no seu livro sobre as “comunidades imaginadas” (1991). Aqui a identidade nacional é analisada como um construto socio-cognitivo, espacial e temporalmente inclusivo, tornado viável e gerado por forças sociais amplas. Ele documenta momentos chave de construção de identidades, períodos durante os quais, factores culturais (a língua) e sociais (capitalismo) se unem num momento histórico particular, alterando efectivamente as imagens colectivas do “eu” nacional. Sobre a mesma perspectiva podemos encontrar os contributos de Ernest Gellner (1993) e Eric Hobsbawn (1984) o primeiro referindo-se ao poder da educação e o segundo ao papel das “tradições inventadas”, na construção de uma identidade nacional.

Também o trabalho de Anthony Smith sobre a identidade nacional (1991), é importante no estudo desta, uma vez que este autor adoptou uma abordagem que estabelece a ligação entre o construcionismo e uma visão mais primordialista. Ele define a identidade nacional como um produto quer de uma continuidade “natural”, quer de uma manipulação consciente. A continuidade natural advém da existência prévia de uma identidade étnica e de uma comunidade e a manipulação consciente é atingida através da comemoração, ideologia e simbolismo. O autor completa ainda esta dualidade com uma dimensão de psicologia social, que demonstra que a necessidade da comunidade integra o tema da identidade.

Os pós-modernistas apoiam o construcionismo no seu carácter anti-essencialista, mas consideram o seu trabalho insuficiente, na medida em que apenas cataloga o processo de construção de identidade. É afirmado que a abordagem construcionista implica categorias de identidade construídas através de esforços interactivos, o que dá ao poder um papel muito importante no processo de classificação. Os pós-modernistas advogam uma alteração do foco analítico, salientando a observação e dedução e elevando as preocupações com o discurso público. No espírito de Jean Braudillard ou Jacques Derrida, a escola pós-moderna de identidade desconstrói categorias de identidade estabelecidas e a retórica que as acompanha num esforço de explorar todo o “ser”. Os trabalhos desta linha colocam em questão modelos que equacionam o discurso com a verdade, expõem a forma como o discurso objectivado como verdade, forma e mantém definições colectivas, arranjos sociais e hierarquias de poder.

A identidade colectiva e o movimento político que gera constituem um assunto importante para os estudiosos de identidade. Numa referência a Taylor (1985), Cerulo (1997) afirma que as políticas de identidade e os novos movimentos sociais sugerem uma forma especial de agenciamento – um agenciamento colectivo auto-consciente, que é accionado num espaço moral. As identidades surgem e os movimentos resultam porque os colectivos coordenam a acção conscientemente; os membros do grupo desenvolvem ofensas e defesas conscientemente, isolam-se, diferenciam-se, cooperam, competem, persuadem e coagem. Neste contexto, a agência engloba mais do que o controle e transformação de dado ambiente social.

Verificamos que os estudos nesta área delineiam os factores que determinam o alinhamento dos processos que levam um grupo e uma identidade comum a colectivos específicos em momentos precisos da história. Para além disso, na lógica de Cerulo (1997), estes estudos elencam as formas em que as identidades colectivas resultantes passam a dirigir os participantes no movimento, através da definição de parâmetros e teatros apropriados para a acção colectiva. Nestes trabalhos encontramos um fundamento teórico multifacetado, através da fusão de processos de construção sócio-cognitivos e da atenção aos factores estruturais e organizacionais. Esta literatura cria uma ponte conceptual que liga análises micro e macro, ligando interesses culturais e sociais.

1.2. Memória, Identidade político-cultural

Na perspectiva sociológica de identidades e sociedades de grupo procura-se explorar as dinâmicas do comportamento humano colectivo e as suas manifestações na estrutura societal. Ainda, na disciplina de ciência política foi abordado o assunto identidade de forma a responder a questões de acção colectiva e apoio popular. Assim, podemos constatar que uma abordagem a este tema deve ser multidisciplinar para se estudarem as dimensões que estão implicadas na construção da identidade colectiva, que nos conduzirá à percepção do tipo de identidade que está subjacente à integração Europeia protagonizada pela União Europeia.

As formas como os indivíduos ou grupos constroem o seu relacionamento com as estruturas político-culturais e organizacionais existentes afecta a forma como esses agentes são capazes de reagir à mudança estrutural.

Nas análises sociais mais clássicas verifica-se frequentemente uma grande preocupação pela vida política, pela forma como os agentes criaram os sistemas e pela forma como foram ligados a esses sistemas.

Marx abordou estas ideias através de uma estratégia histórico-materialista que se desenvolveu à volta da noção de ideologia, tendo este conceito permanecido em muitas outras análises sociais subsequentes. Mais tarde, Durkheim atalhou este problema complexo através de uma distinção entre sistema de crenças colectivas e formas organizacionais sociais, entre uma solidariedade orgânica e mecânica. Este autor afirmou que o declínio das relações solidárias típicas do padrão anterior estava em processo de ser substituído por uma nova ética social do individualismo. Finalmente, no trabalho de Weber, podemos encontrar uma análise da racionalização cultural do mundo que acompanha o crescimento da ordenação burocratizada do capitalismo industrial.

Todos estes teóricos abordaram o tema da identidade político-cultural no contexto de uma rápida alteração social, no desabrochar da sociedade industrializada. Consequentemente a alteração de estruturas reformulou de várias formas as ideias de identidade então afirmadas.

Geralmente, a identidade político-cultural de um grupo exprime o relacionamento com a comunidade, sendo esta considerada como um corpo ordenado de pessoas. Segundo Preston (1997), esta identidade político-cultural funciona a vários níveis: primeiro, no nível pessoal, mostra como o indivíduo constrói o seu relacionamento com o meio no qual habita; em segundo lugar, no nível de grupo apresenta a forma como as pessoas se alojam em grupos e como um agrupamento de pessoas constrói o seu relacionamento com outros grupos dentro da comunidade, em terceiro lugar, no nível da colectividade, é patente como grupos já ordenados se constroem em relação a outros grupos distintos.

Com base no estudo de Preston sobre a identidade político-cultural, esta noção pode ser abordada numa forma preliminar em termos de ideias de “local”, “redes” e “memória”. A noção de “local” leva-nos a uma percepção ao nível da pessoa. A forma como o indivíduo constrói o seu relacionamento com a comunidade onde vive e como vê que a sua comunidade se relaciona com o mundo. Nesta dimensão, a percepção política dos indivíduos e a percepção política das colectividades locais é expressa através do conhecimento popular e do senso comum. No que diz respeito à esfera formal da política, as percepções são episódicas, referindo-se simplesmente ao que foi visto ou ao que foi infligido ao indivíduo. De forma semelhante, as percepções político-culturais da colectividade local são particulares, episódicas e informais.

O contexto imediato do “local” fornece uma série de fontes de conhecimento ao indivíduo acerca da colectividade, sendo estas fontes do centro para a periferia: a família, a vizinhança, a comunidade, a organização, a instituição, os meios de comunicação. Todas estas esferas interligadas fornecem o conhecimento que informará o relacionamento da pessoa com a colectividade.

O aspecto formal institucional da identidade político-cultural associado a estas esferas expressa-se culturalmente como “tradição” ou ideologia oficial. Por outras palavras, *a identidade político-cultural pode ser considerada um pacote coerente, um todo integrado, que pode ser descoberto através de ideias/práticas nos níveis micro e macro* (Preston, 1997:58).

Relativamente, à noção de “redes”, o autor refere-se à forma como as pessoas se alojam em grupos dispersos e à forma como estes agrupamentos de pessoas constroem o seu relacionamento com outros grupos dentro da colectividade.

No âmbito da noção de “memória” político-cultural, o que está em causa é a forma como os indivíduos, grupos e colectividades asseguram as suas percepções dos padrões de relacionamentos sociais, tendo em conta que, enquanto para os indivíduos a memória é uma forma de coerência pessoal, para as colectividades, a memória é uma forma de ordem e legitimação.

A memória político-cultural reveste-se de várias aspectos: tradições folclóricas, história oficial das organizações e instituições, histórias oficiais dos Estados, o material apresentado pelos meios de comunicação social e o conteúdo de sustentação da esfera pública.

Assim, consoante os períodos definidos, as tradições culturais alteram-se e o passado é normalmente invocado para explicar e julgar o presente. O domínio da memória pública oficial é frequentemente reivindicado pelos mecanismos do Estado uma vez que estas memórias fazem parte da ideologia que legitima a política.

Ainda segundo Preston (1997), a identidade político-cultural não é inata mas necessita de uma aprendizagem. Esta aprendizagem pode ser feita através da prática diária, uma vez que as ideias de identidade político-cultural e prática política estão inseridas no meio da actividade quotidiana. Também as instituições têm disponíveis recursos para a aprendizagem, que se podem encontrar nas suas práticas estabelecidas. Estes recursos podem estar localizados quer nas rotinas habituais quer nas afirmações mais formais dos objectivos das instituições. Ou seja, a divulgação dos recursos cognitivos alojados nas rotinas e nos objectivos oficiais das organizações, em conjunto, reflectem padrões alargados de organização social e assim, uma identidade, e uma identidade político-cultural. Da mesma forma, os discursos institucionais oferecem conscientemente uma leitura particular da natureza do mundo social e a difusão dos nacionalismos, através da promoção de ideologias oficiais.

Nesta perspectiva da identidade político-cultural é importante que a identidade seja um factor incontroverso, uma vez que ordena as acções do grupo. Neste ponto o autor refere

os conjuntos de ideias que se inter-relacionam, que surgem das massas e vão ao encontro das ideias promulgadas pelas elites.

As “narrativas da comunidade” também contribuem para a aprendizagem da identidade político-cultural. Nestas narrativas encontram-se relatos informais sobre a história da comunidade que são povoadas de figuras e episódios populares. A função destas figuras populares é simbólica, elas servem para exemplificar a comunidade, não tendo as suas origens e fontes um carácter muito preciso e definido.

As “narrativas da colectividade” são diferentes das anteriores uma vez que são fabricadas e auto-conscientes. Nestas representações a intenção não é simplesmente relembrar mas distinguir e separar. As narrativas da colectividade dizem aos membros do grupo, não só de onde vêm e o que aconteceu na sua história, mas especialmente como são diferentes de outros grupos. Estas narrativas formais ideológicas são provavelmente produzidas por elites e largamente disseminadas entre a população geral. Para Preston (1997) um aspecto chave a respeito da cultura política das sociedades modernas é a medida em que a esfera pública é desenvolvida de forma a possibilitar o debate aberto e racional. É aqui que a colectividade ordenada de forma auto-consciente como uma entidade política oferecerá as suas narrativas de identidade política: a liberdade, a democracia, etc.

A respeito da noção de identidade político-cultural pode concluir-se que é aprendida, expressa o relacionamento do agente com a colectividade, identifica o âmbito da acção, é múltipla nos seus recursos, articulações e expressões.

1.3. Identidades múltiplas

De um ponto de vista subjectivo, não pode haver identidade cultural colectiva sem memórias partilhadas ou um sentimento de continuidade da parte daqueles que sentem que pertencem a essa colectividade. Segundo Giddens (1994:21), a linguagem e memória estão interrelacionadas, ao nível individual e da institucionalização da experiência colectiva. Assim, a percepção subjectiva e a compreensão da memória de cada geração de uma dada unidade cultural de população, ou a etno-história dessa comunidade, em oposição a julgamentos exógenos desse passado, é o elemento

definidor no conceito de identidade cultural e também de identidades colectivas/nacionais.

Deste ponto de partida, (Smith, 1992, Preston, 1997) podemos caracterizar a história cultural da humanidade como uma diferenciação sucessiva de processos de identificação. Nas sociedades primárias o número e escala de tais identidades era relativamente limitado, mas há medida que as populações se organizaram em sociedades agrárias mais complexas numa variedade de formações políticas, o número e escala dessas identificações multiplicou-se. Enquanto antes, o género, a idade, o clã e a tribo forneciam as unidades de identidade, agora existem também comunidades urbanas, regiões, cidades-estado, comunidades religiosas e até impérios. Com a crescente estratificação dessas sociedades, os grupos de classes e de posições também adquiriram papéis vitais como foco de identificação em muitas sociedades.

Na era moderna do capitalismo industrial e da burocracia, o número e, principalmente, a escala de possíveis identidades culturais aumentou ainda mais. O género e a idade mantêm a sua vitalidade, as lealdades de classe e de religião continuam a exercer a sua influência, mas actualmente, as lealdades profissionais, cívicas e étnicas proliferaram, envolvendo populações maiores por todo o mundo. Acima de tudo, a identidade nacional tornou-se a norma cultural e política podendo dizer-se que transcende as outras lealdades em grandeza e poder, em muitos casos.

Contudo, segundo Smith, (1992) apesar de a nação e a identificação nacional ser dominante, os seres humanos mantêm uma multiplicidade de lealdades no mundo contemporâneo. Eles possuem múltiplas identidades. Estas identificações tanto podem reforçar as identidades nacionais como ser-lhes transversais. Alguns sentimentos religiosos colectivos podem reforçar o sentimento de identidade nacional, como podemos verificar na Irlanda, Polónia e Israel, mas outros tipos de lealdade religiosa pode transcender, e assim diminuir, as identidades nacionais puras, como é o caso do catolicismo Romano e do islamismo.

Em circunstâncias normais, a maioria dos seres humanos pode viver feliz com identificações múltiplas e com a mobilidade entre elas de acordo com as situações. Numa referência a Maalouf, no seu livro “Identidades assassinas”, este autor assinala

“... se existir, em qualquer momento, entre os elementos que constituem a identidade de alguém, uma certa hierarquia, esta não é imutável, muda com o tempo e modifica profundamente o comportamento” (Maalouf, 2002:21). Por vezes, contudo, uma ou outra destas identidades pode ser pressionada por circunstâncias externas ou entrar em conflito com uma outra identidade do indivíduo ou da família. Existe de facto um potencial para conflitos de identidades, mas estes ocorrem menos vezes do que se poderia esperar devido a uma certa fluidez nos processos de identificação.

Aqui pode ser relevante observar a distinção entre identificação individual e colectiva. Para o indivíduo, a identidade é normalmente “situacional” (Smith, 1992), se não opcional, ou seja, os indivíduos identificam-se e são identificados por outros, de formas diferentes consoante as situações em que se encontram.

Por outro lado, as identidades colectivas tendem a ser persistentes, pois são menos sujeitas a alterações rápidas, sendo mais intensas e duráveis, mesmo quando um grande número de indivíduos deixa de sentir o seu poder. Isto é especialmente verdade quanto às identidades nacionais actualmente, quando o poder do fervor político massificado reforça os instrumentos tecnológicos da organização política de massas, de forma a que as identidades nacionais podem sobreviver à apatia de grande número dos membros individuais (Smith, 1992).

1.4. Abordagens teóricas significativas sobre a formação da Identidade Nacional

Quando pretendemos falar do esforço de estabelecimento de uma cultura de identidade no quadro da União Europeia não podemos deixar de referir a acção dirigida pelos Estados-nação para imposição de uma cultura nacional dentro dos seus limites. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1993) o papel do Estado na determinação da cultura nacional é duplo, pois fomenta a homogeneização da cultura no interior do território e tem uma acção para a distinção da cultura do território nacional relativamente ao exterior.

A identidade nacional tornou-se um conceito sociologicamente relevante, por isso propomo-nos uma pequena reflexão em torno deste conceito que será definido a partir

de uma análise dos modos em que tem sido apropriado e trabalhado pelas ciências sociais.

Na literatura existente, neste domínio de estudos, a maioria das classificações sobre o nacionalismo dividem-se entre modernistas e primordialistas. Os primordialistas argumentam que a identidade nacional é num certo sentido natural e remonta a tempos imemoriais, enquanto os modernistas concebem as nações e o nacionalismo como um fenómeno moderno, com origem no período após a revolução francesa.

Numa perspectiva alternativa referida por Cederman (2001:121) estas visões podem ser classificadas como uma relação entre a cultura e a política, sendo na primeira visto que as identidades evoluem de uma matéria prima cultural para identidades políticas, enquanto na segunda esta relação é mais obscura.

Neste trabalho considerámos a literatura que, a partir dos anos oitenta, se desenvolveu em torno desta questão, e identificámos duas tendências no que se refere à compreensão do que se tem designado por identidade nacional. Tendo como ponto de partida obras de alguns dos autores que se destacaram no domínio dos estudos sobre a identidade nacional o nosso objectivo é analisar as principais linhas de argumentação que orientaram cada uma das tendências.

Assim, apresentamos a distinção entre a perspectiva essencialista e a perspectiva construtivista.

A abordagem essencialista apresenta principalmente variáveis de origem cultural. Segundo este pensamento, cada grupo étnico produz uma identidade política de forma relativamente directa. Numa forma mais aprofundada, a teoria essencialista concede aos actores políticos e culturais um papel de mediadores embora estejam restritos à articulação de uma determinada herança. Esta abordagem supõe a existência de unidades culturais primitivas, como grupos étnicos e coloca no nacionalista a tarefa de as redescobrir e transformar numa identidade politicamente operacional.

Por outro lado, o construtivismo coloca maior ênfase na política. Aqui, o laço entre a matéria prima cultural e as identidades políticas é quebrado por um processo activo de formação de identidade imposto pela manipulação de símbolos culturais. Uma vez que

os sistemas culturais são inerentemente multidimensionais, não se pode considerar os grupos étnicos como um produto acabado. Ao invés, são os intelectuais e os activistas políticos que seleccionam as clivagens étnicas a ser mobilizadas ou suprimidas, um processo que também pode conduzir a novas combinações culturais (Cederman, 2001:142).

a) A perspectiva construtivista da formação do Estado nação

Apesar de não haver consenso na localização das origens da nação (entendida como Estado nação) entre os autores, podemos verificar que as principais linhas do discurso dos estudiosos que se inserem nesta perspectiva, afirmam que as nações e o nacionalismo são produtos da modernidade. No período da época moderna, as mudanças sociais e políticas associadas a fenómenos como a burocracia, a secularização, a industrialização e a comunicação de massas deram origem à nação como um artefacto cultural.

As *Comunidades Imaginadas*, livro publicado em 1983, por Benedict Anderson, apresenta uma hipótese para a formação do nacionalismo no mundo, nos últimos três séculos, estando a sua teoria inserida numa visão “modernista” do nacionalismo. O autor considera que as raízes do termo “nação” remontam ao final do século XVIII. As principais causas para o nacionalismo e a criação de uma “comunidade imaginada” foram a redução de acesso privilegiado a línguas escritas específicas, (ex. o latim), o movimento de abolição da lei divina e da monarquia e o surgimento da imprensa escrita num sistema capitalista, ou como é chamada pelo autor a “imprensa capitalista”.

A sua premissa básica é que o declínio da religião tornou possível um novo conceito de tempo, o que por seu lado tornou possível imaginar a nação. Por outras palavras, enquanto a Europa era formada por grandes comunidades religiosas imaginadas, como o Cristianismo, a concepção da temporalidade era semelhante entre a cosmologia e a história. O passado, presente e futuro, não estavam ligados por causalidade, mas através da vontade do divino.

O latim como língua escrita e não falada, entrou em decadência e foi substituído pelo vernáculo. Após algum tempo o monopólio da impressão do latim perdeu-se e novos trabalhos foram publicados em língua vernácula. Os livros, jornais e novelas em línguas

vernáculos transmitiram aos seus leitores a noção de que existia, simultaneamente no tempo, um grupo de leitores que, como eles, consumiam os mesmos produtos culturais.

A explosão da vernacularização através do capitalismo e da imprensa foi impulsionada por factores que deram novo ímpeto ao sentido de uma consciência nacional, através de três formas: criaram campos unificados de trocas e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos; deram uma nova fixidez à linguagem e ajudaram a criar a ideia de antiguidade tão cara à nação; criaram linguagens de poder diferentes das linguagens de latim e vernáculo administrativo pré-existentes.

Com a dissolução dessas comunidades, as descobertas (sociais e científicas) e o desenvolvimento das comunicações foi possível imaginar um estado onde não havia uma simultaneidade no tempo, mas tempo vazio, homogéneo. Este tipo de tempo podia ser medido por relógio e calendário e estava disponível para uma coincidência incidental teórica. A nação e o nacionalismo como artefactos culturais foram assim o resultado espontâneo da fatalidade da fusão entre o declínio da religião, da diversidade linguística humana, do desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia de impressão e comunicação. O autor insiste no carácter acidental das condições que tornaram possível imaginar um novo tipo de comunidade como a nação e evita qualquer relação com a conjectura nacionalista da associação entre línguas vernáculos particulares e unidades territoriais particulares, embora não negue que, posteriormente, a identificação entre determinadas línguas vernáculos, por vezes deliberadamente inventadas, com determinados territórios constituiu de facto o objectivo de movimentos nacionalistas empenhados na divulgação de uma certa forma de imaginar a nação.

Segundo o autor: “proponho a seguinte definição de nação: é uma comunidade política imaginada – e imaginada de forma limitada e soberana. É imaginada porque os membros mesmo da mais pequena nação nunca conhecerão os seus compatriotas, não os encontrarão ou até ouvirão falar deles, contudo nas mentes de cada um vive a imagem da sua comunhão. De facto, todas as comunidades maiores do que as cidades primordiais onde existia contacto face a face (ou nem mesmo estas) são imaginadas. As comunidades devem ser distinguidas não pela sua falsidade/verdade mas pelo estilo em que são imaginadas... A nação é imaginada como limitada porque mesmo a maior das nações, englobando

talvez um bilião de seres humanos tem fronteiras finitas, mesmo que elásticas para além das quais ficam as outras nações. Nenhuma nação se imagina da mesma extensão que a humanidade. (...)É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíram a legitimidade do ordenado pelo divino, as hierarquias dinásticas. (...) O emblema desta liberdade é o estado soberano. Finalmente, é imaginada como uma comunidade porque independentemente das desigualdades e da exploração que possa existir, a nação é sempre concebida como uma camaradagem profunda e horizontal (Anderson, 1983).

O começo da narrativa da nação é fruto, em si mesmo, do esquecimento da história do passado da nação, pois segundo Anderson, a nação estruturou-se basicamente na sintaxe do esquecer. Daí a necessidade de adesão através da vontade de pertença, num "plebiscito diário". Mas este processo envolve: a identidade da parte e do todo, do passado e da memória ou do esquecer para lembrar. O "esquecer para lembrar" acaba por instaurar um lugar de "identificação parcial", que depende do "plebiscito diário através do discurso performativo do povo. A descontinuidade entre passado e presente faz com que a memória comunique a sua narrativa; abrindo espaço para a implosão do conceito de identidade, na medida em que a subordina à vontade. *"Ser obrigado a esquecer torna-se a base para recordar a nação, povoando-a de novo, imaginando a possibilidade de outras formas contestadoras e libertadoras de identificação cultural"* (Anderson, 1983). Assim, a memória nacional deve contemplar sempre o hibridismo de histórias e o deslocamento de narrativas, enquanto ambivalentes da diferença cultural.

O paradoxo é apenas aparente, sendo conhecida, por parte de todos os que trabalham com o passado e com a memória, esta obrigação de esquecer. Renan insistia já, num texto de 1882, no facto de a criação das nações impor o uso criativo dos acontecimentos passados, implicando esta atitude, pode acrescentar-se, a eliminação consciente de determinados elementos durante o processo de construção das narrativas históricas. Cem anos depois, Benedict Anderson mostrou como o esquecimento selectivo constitui um dos mais importantes mecanismos identitários utilizados na construção da nação enquanto "comunidade imaginada". Um processo inevitável, determinado, quanto mais não fosse, pela incapacidade de conhecer todos os fragmentos do passado e de integrar

toda a sua complexidade num discursos completo, harmonioso e inteligível. Todo o “dever da memória” – incluindo aquele que integra preocupações cívicas, como as que se relacionam com a defesa das nacionalidades ou “inculpação histórica” dos crimes de guerra e das formas de genocídio – implica, pois, uma perspectiva assumidamente parcial, permeável à necessidade de esquecer.

Para Gellner (1993), as nações e a identidade nacional são originadas pelo nacionalismo, ou seja é este movimento que utiliza as diversas culturas historicamente existentes, as transforma e dá origem a sentimentos de pertença nacional. Para este autor, não é a identidade não se autonomiza de culturas específicas, mas é fruto de um processo criativo e muitas vezes inventivo de forma a tornar uma comunidade numa entidade política. Gellner afirma que *“a história do homem é, e continua a ser, bem dotada de diferenças culturais. Uma vez as fronteiras culturais são bem definidas, outras, indistintas; os padrões, ora são claros e simples, ora sinuosos e complexos. Por todas as razões realçadas, habitualmente, esta riqueza de diferenças não converge, e de facto não pode fazê-lo, nem com as fronteiras das unidades políticas (as jurisdições de autoridade efectivas), nem com as fronteiras de unidades abençoadas pelos democráticos sacramentos do consentimento e da vontade”* (Gellner, 1993)

O sistema de educação é um factor muito importante para a difusão de culturas partilhadas. Quando estas culturas se estendem a uma massa homogénea da população, ultrapassando as elites, através da padronização dos sistemas de comunicação e educação, tornam-se capazes de ser desejadas pelos indivíduos fazendo com que haja uma identificação voluntária destes com essa cultura. Daqui advém a legitimidade política atribuída às organizações, que as podem proteger e impôr dentro dos limites das suas fronteiras.

Assim, o nacionalismo impõe-se nas culturas populares da maioria da população de determinada comunidade, substituindo-as por uma cultura erudita, provavelmente inventada, pois as línguas e tradições são inventadas e são restaurados mitos antigos frequentemente fictícios *“isto implica a difusão generalizada de um idioma mediatizado pela escola e supervisionado academicamente, codificado segundo as exigências de uma comunicação burocrática e tecnológica relativamente precisa”* (Gellner, 1993)

Podemos ver que para Gellner, a vontade injectada nos indivíduos em fazer parte da nação, tem origem no sistema de educação, linguagem de comunicação que toma o lugar da anterior estrutura de grupos locais. O nacionalismo não representa o acordar das nações para uma auto-consciência, pelo contrário ele possibilita a criação das nações onde estas não existem.

Segundo Rovisco (2000:3) para Hobsbawm, a grande influência que os movimentos nacionalistas, que despertaram na segunda metade do século XIX até à primeira metade do século XX, exerceram sobre a organização política decorreu principalmente das acções das classes médias educadas (jornalistas, professores, burocratas, etc.) na divulgação da “ideia nacional” através da promoção e difusão de línguas vernáculas oficiais capazes de assegurar a identificação da nação com a língua. Hobsbawm (1984) afirma que a nação é uma inovação histórica recente, que implica o nacionalismo, os símbolos nacionais, o Estado nacional e a memória histórica, etc., mas que estes componentes são fundados numa construção social inovadora e frequentemente premeditada.

Este historiador dá também grande destaque ao papel das tradições inventadas, *“tradições que são construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado no tempo às vezes coisa poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez”* (Hobsbawm, 1984). A continuidade das tradições com o passado histórico é apresentada como artificial, podendo resultar de reacções decorrentes de situações inéditas, que vão procurar uma referência numa situação anterior ou pela repetição forjam o seu próprio passado. Esta repetição é o objectivo destas tradições inventadas cujo objectivo é a imutabilidade. No período da revolução industrial, as sociedades passaram por uma mutação e inventaram novas formas de ritualização, cuja referência ao passado pode ter origem na imposição da repetição. O autor categoriza as tradições da seguinte forma: as que representam igualdade ou as “condições de admissão de um grupo”, as que fornecem legitimidade às instituições, ou “relações de autoridade”, e, as aquelas que têm como objectivo impor ideias, valores ou padrões de comportamento. Giddens (2000) reforça esta perspectiva de Hobsbawm, afirmando que as tradições obedecem a um plano de forças de poder, não sendo espontâneas nem imemoriais.

O surgimento dos nacionalismos linguísticos encontra-se aqui associado às mudanças sociais e políticas (a imposição de um aparelho estatal jurídico e administrativo e a expansão da democracia a um número crescente de países) que, assim, criam as condições necessárias para olhar a nação como uma “comunidade imaginada”. Também através da escolarização que estabelecia padrões de comportamento e valores homogêneos foram fundadas as premissas para o crescimento de um conjunto de redes interligadas entre os membros das comunidades. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa foram, da mesma forma, mais um instrumento explorado pelos Estados para a difusão da sua mensagem nacionalista.

Com o surgimento dos nacionalismos, foi também necessário inventar um passado, uma continuidade ao longo da história através de mitos ou lendas. Os símbolos representam também criações de estados nacionais, para personificar uma entidade através da bandeira, do hino ou uma outra imagem oficial (como a Marianne francesa) (Hobsbawn, 1984).

Finalmente, gostaríamos ainda de referir o estudo “Citoyenneté et identité nationale, Reflexions sur l’avenir de l’Europe”(1992) de Habermas, onde este explica que o nacionalismo é um “fenómeno moderno de integração cultural” (1992:20). Para este autor o nacionalismo resulta numa tomada de consciência colectiva determinada pela apropriação reflexiva de tradições culturais e filtrada pela historiografia. Esta percepção é posteriormente difundida pelos meios de comunicação de massa modernos e é vulnerável à manipulação pelas elites políticas uma vez que a apropriação e a difusão conferem ao nacionalismo traços artificiais.

Habermas afirma que a história do termo nação, vista inicialmente como uma comunidade de pessoas de ascendência comum, reflecte a história da formação do Estado nação, pois após a revolução francesa e o processo de democratização subsequente, este termo passou a denominar uma entidade politicamente integrada sob a forma da organização estatal: o Estado nação. Para este autor, a nação dos cidadãos não se representa como um produto de uma comunidade étnica e cultural, mas a sua identidade advém da *praxis* do exercício dos direitos democráticos através da

participação e comunicação, estabelecendo uma relação entre cidadania e identidade nacional, republicanismo e nacionalismo.

O nacionalismo foi produto da mediatização da consciência histórica e do romantismo (da literatura e das ciências sociais) tendo influenciado uma identidade colectiva que desempenhou um papel funcional no nascimento da cidadania (no contexto da Revolução francesa), ou seja o nacionalismo foi o veículo que levou à formação do republicanismo. Habermas esclarece que identidade nacional e a cidadania sempre foram conceptualmente independentes tendo a última sido desenvolvida a partir do conceito de auto-determinação avançado por Rousseau. Numa cultura política liberal, em que se protege a diversidade e a integridade das componentes de uma sociedade multicultural, o denominador comum deve ser o “constitucionalismo patriótico”, uma vez que a constituição exprime o consenso formal dos cidadãos.

Verificamos que as posições deste autores são diferentes na medida em que Anderson coloca a formação do nacionalismo no período do desenvolvimento da imprensa capitalista enquanto Gellner considera que as nações e nacionalismo são consequências da era da industrialização após as sociedades agrárias. Em Anderson, o processo de desenvolvimento das condições para o nacionalismo foi espontâneo devendo-se a uma fatal conjunção de factores que possibilitaram a imprensa para massas, enquanto em Gellner e Hobsbawn, o papel central é dado aos sistemas de educação padronizado e intencional que conduz a uma cultura nacional. Em Hobsbawm o termo nacionalismo é utilizado no mesmo sentido que Gellner, mas este autor deu maior importância ao modo como os indivíduos que são o objecto da acção e propaganda levada a cabo pelas elites políticas ou activistas de movimentos nacionalistas reagem e se incorporam na nação.

Em suma, e não obstante as divergências que possam existir entre os autores aqui analisados, é possível afirmar que, em última instância, todos eles consideram que as nações e o nacionalismo são produtos da modernidade, ao mesmo tempo que salientam que as ideologias nacionalistas são altamente susceptíveis de manipulação por governos e elites políticas.

b) A perspectiva essencialista da “identidade nacional”

No seu livro *A Identidade nacional*, Anthony D. Smith (1991) apresenta uma introdução sobre a natureza causas e consequências da identidade nacional como fenómeno colectivo, segundo a pressuposição de que não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma de política, mas devemos considerá-las também como um fenómeno cultural, numa proposta mais englobante do que as teorias meramente construtivistas. Ou seja, o nacionalismo enquanto ideologia e movimento está intimamente relacionado com a identidade nacional, esta vista como um conceito multidimensional alargado, de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica. O autor deixa assim algum espaço para uma acção política e inovação cultural, mas pressupõe como inerente a correspondência entre os grupos culturais e as identidades políticas, ou, por outras palavras embora as nações possam resultar, de facto, das condições da modernidade, as suas origens remontam a culturas, identidades e heranças declaradamente pré-modernas.

Para o autor é válida a distinção feita por Meinecke, em 1908, entre a *kulturnation*, uma comunidade cultural largamente passiva, e a *staatsnation*, a nação política activa e independente. Ou seja, aquilo que se entende como identidade nacional inclui em si, mesmo que de forma pouco expressiva, uma consciência de comunidade política, sendo que esta pressupõe um código de direitos e deveres para todos os membros e instituições comuns. Da mesma forma, são também pressupostos um território e uma área social demarcados e limitados no qual os membros do grupo se inserem, e perante o qual apresentam sentimentos de pertença e identificação.

Neste modelo, que é o modelo ocidental de nação, por oposição a outros (orientais) surgem elementos característicos, que o autor apresenta como: o território histórico, a comunidade político-legal, a igualdade político-legal e uma ideologia de cultura cívica comuns. O primeiro é um elemento espacial, ou territorial, que deve ser bem definido e que se torna um “depósito de memórias e associações históricas”, cujos recursos são pertença dos seus membros. O segundo elemento, refere a existência de um património de leis e instituições com fim político, ou uma pátria, através da qual a colectividade transmite os seus sentimentos e objectivos políticos. Em terceiro lugar, no seio de uma comunidade com uma dimensão legal e política, aparece também o elemento de

igualdade legal entre os seus membros. Por fim, no seio desta construção que engloba aspectos territoriais, políticos e de igualdade, surge também uma cultura comum, composta por valores e tradições, sentimentos e um conceito de cidadania que une a comunidade. Nos modelos ocidentais, a cultura colectiva pública é considerada fundamental, sendo prosseguidas acções de socialização para as quais são utilizados os sistemas centrais de educação e os meios de comunicação social, de forma a homogeneizar memórias históricas, símbolos, mitos, tradições e linguagens comuns.

Assim, composta por estes elementos, uma identidade nacional apresenta-se multidimensional, não podendo ser facilmente induzida em determinado grupo ou comunidade. Uma nação que englobe estes elementos não pode também ser confundida com um Estado, pois este refere-se aos poderes públicos e instituições reguladoras da esfera pública. A identidade nacional e a nação implica a partilha entre os membros da comunidade de dimensões complexas, de memória colectiva, tradições e mitos que podem não se reflectir nos Estados a que estão ligadas, estes representando os aspectos legais das comunidades.

A construção da identidade nacional é também um dos elementos que confere legitimação aos órgãos e instituições do estado, ou aos organismos semelhantes nas nações que não são Estados. A eleição de corpos governantes e os regulamentos da administração política, que conferem a ordem social, são, da mesma forma, baseados em critérios de interesse comum que vão ao encontro da identidade nacional. Actualmente, a identidade nacional tem um papel muito importante de legitimação dos objectivos políticos e do aparelho administrativo de onde emanam as formas legais que gerem o quotidiano dos cidadãos.

Para Smith, a socialização dos indivíduos como cidadãos e membros da comunidade é uma das funções desempenhadas pela identidade nacional através das suas instituições que, nomeadamente, utilizando o sistema de educação público, central e padronizado, inculca nas massas padrões de cultura homogéneos. A utilização de símbolos, como sejam: a bandeira, a moeda, o hino e cerimónias ou marcos históricos, é também uma ferramenta para o estabelecimento de um elo social entre os indivíduos, que compreendem esses instrumentos como uma herança e valores partilhados capazes de lhes transmitir a ideia de pertença a um grupo coeso e forte.

Finalmente, o sentimento de pertença a uma colectividade confere aos indivíduos a percepção do seu lugar no mundo, através da identidade sentida com uma cultura distinta das outras, que permite que o indivíduo se consiga auto definir relativamente aos outros.

O autor considera ainda que a identidade nacional pode actuar a vários níveis como uma forma de cultura ou de movimento social, uma vez que para além dos símbolos já mencionados também inclui “aspectos mais ocultos” como sejam “*todos os costumes, hábitos, estilos e formas de agir e sentir distintos, partilhados pelos membros de uma comunidade de cultura histórica*” (Smith, 1997:101).

O grande problema que Smith encontra na visão moderna do nacionalismo, sustentada por muitos historiadores e pensadores, é que ao localizarem o aparecimento da nação e do nacionalismo exclusivamente na transição para a época moderna, estes autores tornaram ainda mais difícil a tarefa de explicar o sentimento de ligação a um passado étnico.

Na sua perspectiva, o nacionalismo não é apenas objecto de manipulação por parte de governos e outras elites interessadas na prossecução de interesses particulares, tal como Gellner, Habermas e Anderson sustentaram. O nacionalismo desempenha um papel fundamental na reinterpretção do passado étnico, permitindo, deste modo, uma compreensão mais efectiva do presente e da nação como comunidade moderna (Smith, 1991). Isto não significa que Smith rejeite a generalidade das assunções subjacentes à análise do contexto em que se deu a emergência das nações e do nacionalismo na idade moderna. Este reconhece, com efeito, que a construção da nação requer não só a existência de mitos colectivos e a territorialização étnica, mas também a assimilação cultural, uma educação pública de massas e padronização administrativa e legal. Em termos gerais, pode-se dizer que Smith prefere ver na nação um depósito histórico cujas origens remontam às épocas antiga e medieval e cuja compreensão depende do trabalho contínuo de descoberta e interpretação de um “passado comum” levado a cabo por historiadores, investigadores e até mesmo nacionalistas, pois ao contrário de muitos outros autores, foi capaz de reconhecer nas obras dos nacionalistas um contributo valioso para a compreensão do passado de comunidades de ascendência comum.

Assim, o papel que os historiadores, intelectuais, artistas e outros pensadores desempenham na construção e divulgação das “narrativas da nação” que são susceptíveis de produzir um sentimento de identificação com a nação afigura-se imprescindível para quem queira entender a persistência e o alcance da identidade nacional nas sociedades modernas.

Esta perspectiva, apesar de se referir ao nacionalismo, pode ser utilizada na comparação com a actual acção da União Europeia para a integração política e cultural. As diversidades culturais (e nacionais) que a UE através do seu discurso pretende defender, não obstam a sua acção de construção de uma entidade com a qual os cidadãos são incentivados a identificar-se, como veremos adiante.

c) Acerca da relação entre as teorias do nacionalismo e a “identidade” europeia

Podemo-nos questionar se o conceito de identidade colectiva, tal como aqui foi analisado apresenta suficiente flexibilidade ao ponto de incluir várias nações, sem que isso implique a perda das suas características fundamentais. Para Smith (1992), as identificações nacionais são vívidas, acessíveis, bem estabelecidas, popularizadas há muito tempo e acreditadas, logo possuem vantagens distintas sobre a ideia de uma identidade unificada europeia. A este respeito, a Europa é deficiente quer como ideia quer como processo pois acima de tudo falta-lhe um passado pré-moderno em comum, que lhe possa fornecer sustentação emocional e profundidade histórica.

Apesar da insistência dos apoiantes da UE na natureza *sui generis* da organização, existem alguns paralelos interessantes que podem ser feitos acerca da construção europeia e o nascimento do Estado nação. Segundo a maioria das teorias de formação dos Estados nação já anteriormente analisadas, um elemento essencial para a divulgação do nacionalismo, são os agentes de socialização como a educação de massas, o nascimento do capitalismo da imprensa, a emergência de um quadro estratégico de intelectuais, que se tornam os pioneiros da “consciência nacional”. Este processo é bem ilustrado através das *Comunidades Imaginadas*, em que as organizações administrativas criam um sentimento naqueles a que dizem respeito, sendo a consciencialização difundida pelos actores políticos através da cultura (Anderson, 1983). A Comissão

Europeia fornece alguma matéria para se analisar a interdependência entre as instituições e a identidade. De facto, a UE pode ser considerada das mais importantes novas comunidades imaginadas que surgiram na era pós-colonial quando a olhamos na perspectiva de uma entidade formada por uma elite administrativa transnacional e supranacional.

As teorias do nacionalismo podem levar-nos a perceber a integração europeia de duas formas. A primeira é através da análise do papel de vanguarda da *intelligentsia* no estímulo do nascimento do nacionalismo, o que pode ser relevante se compararmos o papel dos funcionários da UE no desenvolvimento do nascimento e divulgação do “europeísmo”. Na verdade, os intelectuais foram frequentemente os mais ardentes e activos pioneiros do nacionalismo nas suas comunidades, tal como estão muitas vezes na frente dos movimentos nacionalistas regionais contemporâneos (Anderson, 1991). Por outras palavras, o estabelecimento de instituições nacionais ou regionais autónomas e a criação de novas categorias de oficiais e profissionais (incluindo professores, linguistas ou administradores) são responsáveis por assegurar e defender interesses locais, tal como vimos na teoria de Gellner e Hobsbawn. (Gellner, 1993, Hobsbawn, 1984). À medida que as instituições europeias se desenvolvem quer em tamanho quer no âmbito das suas actividades, também aumenta o número de profissionais europeus nos novos centros de poder administrativo e financeiro. Assim, nasce uma nova classe de actores políticos, transnacionais e desterritorializados, interessados no desenvolvimento do processo de integração e na formação de uma entidade de facto.

Da mesma forma, as teorias do nacionalismo ajudam a perceber a importância que a integração europeia atribui aos desenvolvimentos no campo da cultura e das tecnologias de comunicação para a impulsão da consciência “nacionalista”. No livro de Anderson, ao analisar as raízes culturais é afirmado que o Estado-nação surge após a percepção de certas condições culturais, como a fragmentação dos impérios medievais, que se tinham construído sobre um mundo de símbolos escritos e não falados, como o latim. As novas linguagens impressas desenvolvidas pelos laços culturais emergentes foram deram novo ímpeto à criação de uma cultura comum. Na obra de Gellner (1993), o sistema de educação e linguagem de comunicação desenvolve nos indivíduos a vontade de fazer parte da nação. É significativo que o discurso oficial da UE seja muito claro na necessidade de falar a uma só voz; contudo, a questão da diversidade linguística dentro

do espaço europeu é uma questão muitas vezes assinalada como importante para aprofundar a integração. Ao contrário do Estado-nação, a UE não possui um vernáculo nem tecnologias de meios de comunicação unificadas. Porém, os decisores políticos estão atentos aos sectores da educação, informação e dos audiovisuais para o desenvolvimento de políticas culturais que colmatem este factor.

Outro aspecto original do estudo de Anderson, foi a forma como analisou as condições que tornaram possível imaginar (pensar) a nação, ou seja, os agentes de consciencialização que ajudaram as pessoas a reconceptualizar-se como nacionais e cidadãos. As formas que ajudaram no desenvolvimento deste imaginário, durante o século XVIII, foram o jornal e a novela, aos quais se juntaram depois outros símbolos de nacionalidade como o mapa, o museu, o recenseamento, a educação de massas, os impostos e o serviço militar, que foram instrumentos que contribuíram para a formação da consciência nacional. Da mesma forma, em Hobsbawm (1984) os símbolos nacionais como a bandeira, hino, ou imagem, representam a personificação de entidades estatais. Fazendo um paralelo com a UE, podemos referir também o papel das estatísticas lançadas pelo Eurostat, a introdução da moeda única *euro* e dos símbolos europeus. Relativamente às estatísticas no seio da UE, e segundo Shore (2000), este pode ser também considerado um instrumento ao serviço da construção europeia que tem sido usado para construir e mobilizar um conjunto de novos meta-conceitos e categorias europeias, incluindo: a opinião europeia, o público europeu ou os consumidores europeus. As estatísticas do Eurobarómetro ou do Eurostat revelam-se instrumentos políticos para a criação de um espaço europeu, ou de uma população europeia, conhecida e quantificável, para além de se revelarem modeladores de consciência poderosos, que fornecem as meta-classificações dentro das quais as subjectividades e identidades são formadas. Ou seja, as pessoas lêem nas estatísticas e interpretam as categorias incluindo-se nelas, como cidadãos europeus e aceitam as instituições supranacionais europeias como autoridade política legítima. Da mesma forma, a institucionalização dos símbolos europeus, bandeira, hino, moeda, lema e dia pela UE são acções que podem ser comparadas com as dos Estados no seu objectivo de criar instrumentos concretos que representam uma entidade político-cultural na consciência dos indivíduos.

Na mesma linha de argumentação, em Anderson, Gellner e Hobsbawn a consciência nacional é ampliada pela participação dos indivíduos na sua estrutura organizativa, em escolas e gabinetes administrativos, ou seja *“a interligação da peregrinação educacional e administrativa fornece a base territorial para novas comunidades imaginadas nas quais os nativos podem ver-se a si próprios como nacionais”* (Anderson, 1991). Comparando com a UE, podemos considerar que os funcionários europeus podem assumir um papel semelhante numa ordem europeia emergente. Podemos ainda, colocar a questão se os intercâmbios promovidos ao nível educacional, nomeadamente ao nível universitário (Erasmus) poderão estimular nos seus sujeitos a visão de si próprios como cidadãos europeus? Estes nacionais, através da sua experiência noutro estado membro, podem considerar-se como uma classe de estudantes desterritorializados, pioneiros da consciência europeia, que poderão ter um papel como motor da integração através da difusão do imaginário europeu como a sua comunidade?

1.5. Globalização e os modelos de sociedade europeia

Prosseguindo a nossa análise, vamos agora debruçar-nos sobre a forma como a UE e a sua organização supranacional pode influenciar a sociedade europeia e o tipo de pertenças que pode gerar nos indivíduos, tendo em conta o conceito de globalização. Os autores que escolhemos para explorar este assunto inserem-se na perspectiva modernista, na continuação da análise que fizemos acerca da criação das identidades nacionais. Verificamos que existem vários modelos propostos dos quais se destaca o cosmopolitismo.

Para a análise da sociedade europeia actual é necessário fazer uma descrição das tendências mundiais que enquadrem esta sociedade no mundo. Para uma breve apresentação dos fenómenos da história mundial socorremo-nos de Smith (1992), que neste sentido destaca: o rápido crescimento de companhias transnacionais, com orçamentos, tecnologias e redes de comunicações que ultrapassam os dos Estados nação contemporâneos; a ascensão e queda de grandes blocos de poder baseados numa ou noutra super potência militar; e um grande aumento em escala, eficiência, densidade e poder dos meios de comunicação.

Em termos gerais, isto significa que vivemos num processo acelerado de globalização, cujas tendências e processos transcendem as fronteiras dos Estados nacionais e comunidades étnicas e que servem para aliar em padrões políticos, económicos e culturais comuns as várias populações em que actualmente o globo se divide. No curso da história, processos semelhantes de aglutinação cultural já se verificaram durante a era dos impérios, como o de Alexandre, o Grande, ou o Cristianismo. Na verdade, actualmente, verificamos que a língua inglesa e os estilos culturais americanos podem atingir um público muito extenso e penetrar em muitos lugares do mundo, mas não poderemos afirmar com certeza qual a profundidade deste efeito nas comunidades. A questão é colocada por Smith (1992) *“poderá haver uma verdadeira cultura cosmopolita que seja genuinamente “pós-nacional” na sua forma e conteúdo”?*

Devido ao crescente interesse no desenvolvimento da União Europeia, pelos teóricos, resultando na proliferação de textos, e à multiplicidade de formas, que a Comunidade pode assumir, Gerard Delanty (2002) descreveu quatro modelos normativos possíveis de evolução da UE e consequentes reflexos nos significados da identidade colectiva que pode gerar.

O primeiro, o Universalismo moral define a identidade europeia em termos de valores humanos universais, tais como os direitos humanos, o humanitarismo ou uma noção de justiça. Nesta concepção a Europa está baseada em valores morais, que em termos gerais podem ser associados com a herança liberal democrática do universalismo moral. Esta é a concepção de Robert Schuman e de Jean Monnet, tendo o primeiro considerado o Tratado de Paris (1951) uma continuação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Delanty considera que a vantagem desta definição de Europa é que é relativamente flexível e compatível com as identidades nacionais. Contudo, esta concepção levanta o problema de os valores por ela aclamados não serem exclusivamente europeus, mas ocidentais. Esta concepção apresenta também um fraco conteúdo cultural ou um conteúdo político pouco explícito, que vá para além da assunção dos valores liberais e democráticos.

Outro modelo descrito pelo autor, o Universalismo europeu pós-nacional, expressa a identidade europeia através de normas político-jurídicas e instituições, mas de uma forma que nunca as reduz ao plano institucional concreto. Um exemplo desta visão pode

ser encontrado no conceito de “constitucionalismo patriótico” de Habermas que cria uma tensão entre a norma e a realidade o que indica um tipo de identidade mais transformativa. Ao mesmo tempo que partilha a ideia universalista de direitos humanos, concentra a identidade em patamares específicos da herança europeia como a constituição, mas não os coloca no plano empírico. Tal como no primeiro modelo, aqui o conceito de identidade é fraco, mas junta à dimensão moral uma dimensão legal que lhe dá mais substância. Contudo, alegamos que como se verificou com os referendos em França e na Holanda, em 2005, este modelo é dificilmente transposto para a UE no momento presente, uma vez que a tradição constitucional é baseada no Estado nação, não sendo a UE nem um Estado, nem uma nação, ou um Estado nação.

Delanty avança outro modelo, o particularismo cultural europeu, que é baseado na primazia da cultura, sendo a base da identidade europeia a herança cultural. As concepções filosóficas tradicionais de identidade europeia baseiam-se nesta assunção, que diz que a ideia espiritual que jaz na diversidade europeia é um ponto de união. Aqui a definição de identidade europeia é moldada pela herança grega, romana e do cristianismo latino que culmina no Iluminismo. Este modelo apresenta a identidade europeia como exclusiva baseando-se numa ideia de civilização. Mas a noção de civilização tem sido considerada muito etnocêntrica e com ressonâncias de superioridade cultural. Como veremos mais à frente, embora este conceito de “civilização” se possa encontrar na declaração de Identidade Europeia, dos nove Estados-membros (1973), o Tratado de Maastricht não lhe faz referência, não obstante mencione uma “herança cultural comum”.

O pragmatismo europeu: povos da Europa? Este modelo também apresentado por Delanty (2002), procura as suas fontes numa “forma de vida” distintamente europeia. Ele difere dos modelos culturais, porque se baseia menos no aspecto cultural do que nos aspectos económicos e sociais da vida. Ao invés de olhar para a cultura de alto nível ou de elites, ele manifesta-se nas instituições e nas práticas da vida, assim como nas culturas populares. Este tipo de Europa popular, baseada em preocupações puramente pragmáticas, evita os problemas do particularismo e do universalismo dos outros modelos. A moeda *euro* pode ser o exemplo de algo que pode ser gradualmente inserido numa continuidade parcial de forma de vida, sem haver uma interrupção completa das práticas estabelecidas. De facto, a “Europa dos povos” tem muitos sinais de uma

empresa burocrática. A música popular, o desporto, o turismo, o *euro*, são expressões possíveis deste novo tipo de Europa, mas é uma Europa muito moldada pelo consumo capitalista. Contudo, não se pode negar que pode funcionar como modelo concreto de identidade europeia.

a) A sociedade cosmopolita

Após este resumo de cenários possíveis de desenvolvimento da identidade europeia no seio da UE, vamos em seguida analisar a forma como os estudos acerca do desenvolvimento da UE se posicionam relativamente a eles.

A noção de cosmopolitismo usada por Delanty torna explícita a sua componente dual: a ordem universal do “cosmos” e a ordem particular da “polis”. O cosmopolitismo é um modelo normativo da ordem internacional, tendo como ideais principais a cidadania, multiplicidade de identidades e pertenças e participação numa multiplicidade de comunidades. Como referido por alguns autores a UE é o primeiro modelo internacional que se começa a parecer com um modelo cosmopolita se sociedade.

b) A sociedade cosmopolita/global

No seu livro *A terceira via*, lançado no final dos anos 90, Anthony Giddens aborda o tema da crise com que a social democracia se deparou depois da queda do mundo bipolar. Este é o seu contributo para o debate activo no mundo político sobre este tema, em que o autor avança com uma ideia para uma social-democracia renovada e que concentra aspectos das políticas socialistas clássicas e das políticas neo-liberais.

Um dos aspectos destacados como uma das questões fundamentais nesta abordagem é o papel que a globalização desempenha para a civilização mundial. O autor salienta que globalização tem um lado económico mais visível, nos mercados e nas finanças, mas também afecta outros domínios como as telecomunicações ou a sociedade de informação actual (Giddens, 1999, 2000). Com o advento da globalização, o autor esclarece que as pressões sobre os Estados também se fazem sentir no sentido em que são criadas novas regiões culturais e económicas que não reflectem as fronteiras estaduais. A capacidade de influenciar os acontecimentos dentro dos Estados já não

depende tanto dos políticos, ao mesmo tempo que as nações perderam parte da soberania que detinham (Giddens, 2000: 20-21). Especialmente no contexto da UE a soberania dos Estados perde a sua forma clássica, embora ela não desapareça, havendo mesmo Estados que podem ganhar mais força neste contexto, sendo citados como exemplos, os países da Europa de Leste, cuja preponderância é agora maior do que durante a existência do bloco comunista. No fundo, as nações continuam a exercer o seu poder sobre os cidadãos, quer a nível económico quer cultural, mas muitas vezes optam por o fazer em colaboração com estruturas regionais ou locais ou grupos de carácter internacional (Giddens, 1999:37).

Na visão de Giddens, a União Europeia representa o protótipo onde se insere um grupo de nações cosmopolitas, cujas fronteiras se esbatem nas zonas periféricas devido às relações e acordos transnacionais entre regiões e não por os Estados não terem força para manter bem claras as suas fronteiras. Neste contexto (Giddens, 1999:116), a identidade nacional deverá ser tolerante na relação com as nacionalidades múltiplas (português, ibero-latino ou europeu), podendo mesmo haver uma preferida, mas todas convivem, chegando até à ideia de cidadania global. Salienta também que a transformação das formas de geopolíticas existentes, levam a nação a repensar a sua própria identidade (Giddens, 2000:28).

Assim, as nações cosmopolitas actuais já não se formam por oposição ao outro, excluindo-o do grupo, mas funcionam com identidades nacionais que colaboram e que convivem com estruturas a que todos os cidadãos devem fidelidade, pois a globalização pode levar ao reaparecimento das identidades culturais em diversas partes do mundo (Giddens, 2000:24). Com o fenómeno da imigração nos países europeus chegamos ao pluralismo cultural, em que as normas de cidadania deverão ser aceitáveis por todos promovendo a diversidade cultural (Giddens, 1990:120), e a democracia cosmopolita.

A UE representa hoje uma resposta à globalização, ultrapassando uma mera associação regional de estados, pois representa uma entidade que cria instituições e políticas que atingem directamente os cidadãos. Ao nível da democracia, Giddens considera que a UE, pode servir de modelo para outras regiões através da sua formula pioneira de governação transnacional, em que os Estados voluntariamente abdicaram de parte da sua soberania (Giddens, 2000:79). Contudo, o maior problema apontado à UE, e causa

recente para a sua perda de popularidade entre os cidadãos dos Estados-membros, é a falta de democraticidade. O défice democrático que se prende com a fraca participação dos cidadãos uma vez que o único órgão eleito por sufrágio universal directo tem pouco poder dentro da estrutura comunitária. O autor avança com uma proposta de solução que seria conferir mais poderes ao parlamento europeu para o transformar numa organização transnacional de partidos mais eficiente (Giddens, 1999:126).

c) O Pan-nacionalismo

Numa perspectiva da evolução histórica proposta por Smith (1990), no mundo pós-guerra surgiu um mundo de blocos e campos ideológicos, a humanidade foi re-dividida mas de uma forma que deu origem à esperança de transcender o maior obstáculo a uma política e cultura verdadeiramente globais, representado pelo Estado nação. Neste período o Estado nação tornou-se obsoleto junto com o nacionalismo e os seus rituais. Nos EUA, ao mesmo tempo que a identificação com as pequenas unidades étnicas locais foi valorizada, os seus direitos e necessidades foram reconhecidos, também se verificou a subordinação à comunidade política e ao seu complexo de mitos, memórias e símbolos.

Desde a formação da comunidade europeia também existiu um debate acerca da futura forma de tal comunidade “supranacional”. Tal como no modelo americano esta nova formulação de comunidade europeia depende da noção de “unidade na diversidade” que sugere um imperialismo cultural em coexistência com as identidades culturais vitais.

Uma cultura cosmopolita é neutra no campo afectivo e reflecte uma base tecnológica feita de muitos sistemas de comunicações interligados por um discurso quantitativo e técnico manobrado por uma *intelligentsia* cuja “cultura de discurso crítico” substitui a crítica social dos antecessores humanistas.

Relativamente ao caso da União Europeia, o autor considera necessário acrescentar uma nova consciência europeia aos cidadãos dos Estados-membros. Ao mesmo tempo, porém, não está à vista a diminuição das identidades nacionais nas nações europeias ou o desenvolvimento de um “nacionalismo político verdadeiramente europeu”. Na verdade, as políticas da comunidade e as aspirações do parlamento europeu revelam um

desejo de acréscimo do compromisso europeu, mas este depende do desenvolvimento da percepção de uma herança comum e do reconhecimento de uma “mitologia europeia”, ou seja, o autor interroga-se sobre a possibilidade de criar uma cultura europeia cosmopolita que ultrapasse o círculo nacional nos países membros da UE.

Não basta imaginar ou criar tradições pois estas só serão verdadeiramente reconhecidas e interiorizadas se conseguirem cativar um público de massas, e para isso têm de ser percebidas como uma sequência lógica do passado colectivo aceite. Os valores políticos, as instituições e hábitos sociais defendidos pelas nações, quando semelhantes, podem ser um factor de atracção que resulta na aproximação destas. No caso europeu, embora tenha sido inicialmente o factor económico a despoletar a cooperação, as tradições e culturas destes países não eram antagonistas, pois sempre existiu a “crença num padrão ou padrões europeus de cultura”. Para Smith os padrões de cultura europeia engloba “*o direito romano, a ética judaico-cristã, o individualismo e o humanismo do Renascimento, a ciência e o racionalismo do Iluminismo, o romantismo e o classicismo artísticos, e, acima de tudo, as tradições de direitos civis e de democracia, que emergiram em diversas épocas e locais do continente – criaram uma herança cultural europeia comum e formaram uma área de cultura única, alargando muito os limites nacionais e inter-relacionando as suas diferentes culturas nacionais através de temas e tradições comuns*” (Smith, 1997:212).

Referindo-se ao pan-nacionalismos, estes são definidos como “*movimentos para unificar, numa única comunidade cultural e política, vários estados geralmente contíguos, com base em características culturais partilhadas ou numa família de culturas*” (Smith, 1997:209). O autor não considera que no caso europeu, estes padrões resultem na “unidade na diversidade”, proclamada pela política oficial da UE, mas entende-a como uma “família de culturas” que pode levar a que os povos europeus apresentem sentimentos de afinidade comuns, o que não é a base para uma super-nação, mas para uma nação manifestada numa escala superior.

Uma comunidade política europeia poderá fundar-se por um movimento pan-nacionalista europeu, que seja capaz de criar memórias e mitos comuns fundamentados na herança cultural partilhada e que não concorra com as culturas nacionais, ainda os principais e mais poderosos elementos de identificação colectiva. Ou seja, uma nova

identidade pode surgir com reflexos nas massas populares mas não substituirá a identidade nacional. Neste sentido, o desenvolvimento do cosmopolitismo não tem como contrapartida o desaparecimento do nacionalismo, uma vez que os indivíduos são capazes de múltiplas identidades colectivas que dependem de conjunturas espaciais e temporais. Na visão de Smith, a identidade europeia pode “*evoluir através de um processo lento, incipiente e frequentemente não planeado, embora aspectos seleccionados possam ser alvo de tentativas conscientes e planeadas*” (Smith, 1995:125), como se tem verificado após o Tratado de Maastricht, com a nova política cultural e a cidadania europeia.

d) Identidade Europeia e Cosmopolitismo

Para uma explicação da alteração recente verificada na sociedade Europeia, Delanty (2005) afirma que nas últimas décadas a Europa sofreu uma transformação social significativa devido à queda do socialismo, ao final da guerra fria e às alterações associadas à globalização que provocaram transformações na natureza do Estado, da sociedade ou do indivíduo. O Estado deixou de ser a fonte primordial de identificação ou pertença, sede dos direitos ou da ordem social. Da mesma forma, a predominância do nacionalismo e classe como princípios organizativos para os povos, deram lugar a uma multiplicidade de narrativas de crença, que originaram identificações e conflitos múltiplos sobre as pertenças e a lealdade.

Com a crescente importância da UE e a globalização do mundo em geral, as fronteiras não deixam de ter significado mas adquirem um grande variedade de formas. Contudo, as fronteiras já não separam o interior do exterior de forma simples nas redes globais. Ser Europeu é ao mesmo tempo fazer parte do mundo e em parte é o reconhecimento de que não existe uma essência residual de cada pessoa. A UE e a Europa no total, encontra-se num ponto decisivo em termos da sua identidade e posição no mundo. Relativamente à Europa, para além da UE, o autor afirma que uma alternativa de cosmopolitismo europeu, pode ser baseado numa constelação de civilização inter-Euro-asiática que assim se abriria ao leste. Neste sentido, a Europa cosmopolita teria que redefinir não apenas a sua identidade mas também articular um “imaginário” mais profundo, acerca da forma como as pessoas imaginam a sociedade em termos de valores e significado.

Em resultado da globalização, do multiculturalismo, da sociedade civil global e das correntes cosmopolitas políticas e culturais, as sociedades tornam-se cada vez mais pluralizadas e menos ancoradas em culturas únicas e Estados nação. A identidade nacional já não cumpre a função da integração social, a nação já não cabe na esfera do Estado de forma a fornecer a este a legitimidade cultural e identitária. Nesta perspectiva não existe qualquer tensão entre a identidade nacional e a identidade europeia. As identidades nacionais não estão fechadas à influência do cosmopolitismo, são negociáveis, logo esta relação com a identidade europeia não representa uma tensão mas uma complementaridade.

O cosmopolitismo europeu aparece como uma forma de organização que se baseia na herança do cosmopolitismo na Europa. Uma das facetas da história europeia tem sido a constante negociação da diferença, a existência de fronteiras mutantes e a reinvenção do passado. A cultura não necessita de ser excluída a favor de uma identidade sem memória ou de uma memória que é tão mínima que é quase insignificante. Como vimos nas celebrações dos 50 anos do holocausto, esta memória tem se tornado uma memória europeizada perdendo o seu carácter nacional. Nesta perspectiva, a identidade europeia não é expressão de uma cultura partilhada mas o reconhecimento da diferença consistindo na capacidade de ver *o outro através do eu e o eu como o outro*. Estes encontros culturais devem ocorrer quer a nível local e regional e não apenas a nível transnacional.

Apesar da actual aparente resistência do nacionalismo na Europa, para Delanty (2005) na realidade a identidade nacional não é uma identidade primária, pois tem de competir com outras identidades. Em resultado do multiculturalismo, migração, globalização, movimentos sociais, mudanças na estrutura de classe e relações entre géneros, as culturas nacionais tornaram-se pluralizadas, deixaram de ser homogéneas. O mesmo se passa com a identidade europeia, que não pode ser concebida como outra versão do nacionalismo mas a uma escala maior. A identidade europeia deve ser vista como uma expressão da crescente reflexividade dentro das identidades colectivas europeias. Enquanto que a identidade nacional tem muito de “esquecer a história” a identidade europeia pode ser uma forma de memória, de lembrar a história.

Dada a diversidade e contestabilidade das identidades culturais, a europeização apenas pode ser bem sucedida se criar uma ética de pluralização e de justiça em vez de coesão. Com o alargamento gradual a 27 Estados-membros, apenas esta visão da identidade europeia pode ser relevante para uma tão culturalmente diversa Europa. O autor considera errado ver a identidade como algo que une as pessoas numa forma simplista e mecânica. As identidades são baseadas em projectos de actores sociais e trazem conflitos de muitas formas. A cultura, incluindo memórias históricas, não é apenas a fonte destas lutas mas é também produzida por políticas de identidade. Nesta perspectiva, a identidade europeia não é uma identidade já existente, propriedade de um “povo europeu” mas um processo difuso e aberto de experimentação cultural e institucional (Delanty, 2002).

A Europa como um enquadramento político necessita ainda de ser criada e embora a União Europeia actual já tenha conseguido avançar neste domínio, falta a criação de um sujeito político que possa ser identificado com o Estado. Neste sentido, as cidades são locais importantes de identidade europeia. Com a emergência de uma esfera pública europeia existe já um espaço onde a identidade europeia corresponde a algo real. O autor refere ainda que não existem fronteiras territoriais claramente definidas para a Europa mas que há muitas tensões entre as dimensões continentais e civilizacionais da Europa. Na verdade, existem cerca de 450 milhões de europeus se considerarmos a população da União Europeia actual. Todavia, há muitos mais europeus, como os nacionais dos 43 países que constituem o Conselho da Europa, que desde 1996 inclui a Rússia. Para muitos dos participantes da UE ser europeu não é tão importante como ser inglês, português ou francês. Mas há uma forma de ser europeu que não se opõe à lealdade à identidade nacional ou regional (Delanty, 2005).

O conceito de ser europeu é de certa forma optativo ou vago, uma vez que não há um conjunto estabelecido de indicadores. Não há um país chamado Europa, embora exista uma área geográfica delineada de forma vaga que é chamada de Europa. Há um estilo de vida que é chamado europeu definido pelo padrão de comportamento das pessoas ocidentais. Mas assim, ser europeu não seria diferente de ser ocidental ou de ser americano.

A Europa não existe excepto como um objecto discursivo construído conscientemente e os europeus não existem como um povo com um passado partilhado. Ser europeu é simplesmente reconhecer que vive num mundo que não pertence a um povo específico. O cosmopolitismo veio sugerir que a identidade europeia não consiste meramente numa cidadania universal “como um cidadão do mundo”. Não é uma consciência que possa estar relacionada a uma condição substantiva ou a uma herança cultural como tal nem uma consciência política. Delanty (2005) afirma que num sentido peculiar e especificamente europeu, o cosmopolitismo encerra precisamente a ausência de pontos de referência para a identidade, que sejam constitucionais ou relacionados com tradições políticas, nacionais ou culturais. O cosmopolitismo não aceita a rejeição do particular em nome do universal. Algumas das expressões mais importantes de identidade europeia estão “dentro” de contextos regionais ou nacionais ao invés de fora deles num nível supranacional. A europeização destas identidades consiste bastante nas formas como os valores, interesses e crenças, formas de justificação, etc. são mediadas e negociadas num conjunto específico de identificações (Delanty, 2005).

e) O constitucionalismo patriótico

Para o pensador alemão Habermas, na Europa, depois de duzentos anos de experiências constitucionais práticas, o desafio que se levanta não é inventar algo novo mas preservar o que foi conseguido pelo Estado nação europeu para além das suas fronteiras nacionais, numa outra forma, sendo o único aspecto novo a nova entidade que surgirá.

A força matriz por detrás do processo de integração até à década de noventa foi o desejo de por um fim na história de guerras sangrentas na Europa, seguido do desejo de ligar a Alemanha à Europa de forma a mitigar a desconfiança histórica que este país gerou e, finalmente, o interesse na unificação económica da Europa. Contudo, as expectativas económicas não são suficientes quando toca à mobilização do apoio político popular para um projecto de risco como o estabelecimento de uma união digna desse nome. Para isso é necessário um conjunto de valores mutuamente compatíveis. As limitações do nível puramente económico devem ser ultrapassadas de forma a convencer a maioria dos Estados-membros de que precisam de uma mudança no *status quo* político. A grande maioria dos cidadãos europeus estão unidos pelo seu desejo de proteger um

estilo de vida que foram capazes de desenvolver nas últimas cinco décadas do pós-guerra. Assim, Habermas argumenta que com a expansão da UE, as vantagens económicas da unificação são viáveis apenas se incluírem um atractivo cultural, um contexto que ultrapassa muito as considerações económicas.

Tal como os europeus desejam equilibrar as indesejáveis consequências sociais da crescente desigualdade na distribuição, ao mesmo tempo que desejam exercer influência na regulação da economia mundial, estão também interessados na negociação de poder que uma UE politicamente capaz teria como um dos grandes actores mundiais. A discrepância entre o avanço da integração económica e o passo lento da integração política poderá ser ultrapassado através de uma política com o objectivo de promover maior liberdade de acção política a par com os mercados desregulados. A coordenação de outras áreas políticas levaria sem dúvida a uma concentração de autoridade, o que iria exacerbar outro dilema. As densas camadas da tomada de decisão política na UE, a falta de transparência na forma como as decisões são tomadas e a ausência de oportunidades de envolvimento dos cidadãos causam desconfiança entre as pessoas.

De facto, o que não existe é o sujeito necessário a todos os projectos constitucionais, o grupo colectivo singular conhecido como “povo”. Contudo, esta tese tem sido criticada, pois uma nação de cidadãos não deve ser confundida com uma comunidade ligada por um destino comum onde não há ligação com a política e caracterizado por origens, língua e história comuns. O grande passo do Estado nacional democrático reflecte-se no contraste entre o Estado nação e a nação do povo através do estatuto conferido pela cidadania nacional que criou um sentido novo e abstracto de solidariedade com base legal.

Mesmo que uma língua comum e um maneira de viver tenham facilitado este processo de percepção consciente não se pode assumir que o povo tenha prioridade sobre a república simplesmente porque a democracia e o Estado nação se desenvolveram no mesmo tempo. Pelo contrário, este processo faz parte de um ciclo contínuo em que a percepção nacional e o sentimento democrático de cidadania forneceram uma base de estabilidade mútua. Estes dois elementos combinaram-se para produzir o novo fenómeno conhecido como solidariedade cívica que uniu as sociedades nacionais desde então.

A lição a tirar da experiência histórica do surgimento dos Estados nação na Europa é que as novas formas de identidade nacional têm um carácter artificial que apenas pode tomar forma num determinado conjunto de circunstâncias históricas no curso de um processo duradouro. Esta formação de identidades deve-se a um processo penoso de abstracção que culminou na elevação de lealdades locais e dinásticas até uma percepção consciente entre cidadãos democráticos do desejo de pertença à mesma nação. O autor propõe que se considerarmos isto correcto não há razão para assumir que a germinação desta forma de solidariedade cívica deve parar nas fronteiras do Estado nação. As circunstâncias nas quais emerge o sentimento de identidade nacional deve, por outro lado, lembrar-nos dos requisitos empíricos que devem ser cumpridos para uma tal formação de identidade se desenvolver para além das fronteiras nacionais de um país: em primeiro lugar, a necessidade de uma sociedade cívica europeia, em segundo, a formação de um público interessado na política na Europa, em terceiro, a criação de uma cultura política.

Estes três requisitos funcionais de uma UE organizada de forma democrática podem ser vistos como pontos de referência para desenvolvimentos complexos mas convergentes. Estes processos podem ser orientados por uma constituição que aja como catalizador para acelerar a convergência. A Europa deve exercitar a lógica reflexiva do ciclo contínuo que produziu quer o Estado democrático quer a nação. Para Habermas (2002), em primeiro lugar, assim que a UE seja capaz de cobrar impostos e se tornar financeiramente autónoma e assim que a Comissão e o Conselho Europeu permanente estejam preparados para partilhar funções de governo, também o Parlamento, como parte do sistema legislativo, seria teoricamente capaz de comunicar melhor os seus poderes ao público atraindo assim mais atenção. O eixo político evoluiria assim das capitais nacionais em direcção a Bruxelas e Estrasburgo, o que permitiria a criação de um sistema político partidário e redes transfronteiriças. Em segundo lugar, o único remédio para o défice democrático é o surgimento simultâneo de um público europeu firmemente enraizado no processo democrático. Finalmente, uma esfera pública virada para a política na Europa está dependente dos actores políticos, pelo que teria de ser baseado numa cultura política comum. Segundo, Eriksen, a esfera pública é a condição prévia para a soberania popular uma vez que possibilita que cada um se possa expressar sobre todos os assuntos sem uma limitação temporal, temática ou de recursos,

permitindo uma formação de opinião autónoma que dá aos cidadãos o poder de influenciar os decisores políticos (Eriksen, 2005:341).

Segundo Habermas, as preocupações centram-se sobretudo no facto de o adquirido cultural europeu se ter espalhado actualmente por todo o mundo, o que se aplica não só aos missionários cristãos, mas também ao adquirido secular como a ciência e tecnologia, o direito romano, o Estado nação, a democracia e os direitos humanos. Contudo, os europeus conseguiram também outras capacidades numa Europa moderna que se reflectem nos seus procedimentos e instituições para lidar com conflitos intelectuais, sociais e políticos. Isto foi conseguido não através da resolução destes conflitos mas através da sua transformação. Através de meios de ritualização estes são transformados em fontes de energia inovadora. Certamente, o universalismo igualitário e individualista que caracteriza a nossa concepção de nós próprios actualmente não representa uma pequena aquisição do modernismo europeu.

No coração da identidade europeia está a natureza dos processos de aprendizagem dolorosos mais do que os resultados adquiridos. Este passado histórico pode suavizar o caminho para a democracia pós-nacional, tal como está fundada no reconhecimento mútuo de diferenças entre culturas nacionais orgulhosas. Nem a “assimilação” nem a mera “coexistência” serão modelos capazes para uma história como esta; uma história que nos ensinou como produzir formas cada vez mais abstractas de “solidariedade entre estranhos” (Habermas, 2002). Assim, para Habermas é possível uma identidade pós-nacional baseada no constitucionalismo patriótico. Ele refere-se a uma forma de solidariedade entre estranhos que é fundada no respeito mútuo. Esta identidade colectiva moderna não deve ser concebida como tendo origem numa identificação primordial mas da prática que vem da auto-compreensão colectiva, ou seja, ela tem que ser feita mais do que descoberta.

Verificámos que existe um debate acerca da forma que a sociedade europeia poderá tomar enquanto entidade político-cultural e social. Apesar destes autores a encararem como uma sociedade cosmopolita, ela adquire nos seus discursos nuances relativamente à importância que estes dão a determinados aspectos, politico-organizativos, sociais e culturais.

Para Giddens e Delanty, a capacidade dos Estados terem o monopólio da influência dentro dos seus territórios é diminuída ao mesmo tempo que a sua soberania (sobre assuntos económicos, ambientais, políticos) passa a ser utilizada em colaboração com outras entidades (agrupamento de Estados ou organizações) em vista dos processos de globalização que transcendem as fronteiras.

Smith tem uma perspectiva algo diferente pois concebe como possível uma projecção de uma comunidade política baseada num movimento pan-nacionalista europeu, que seja capaz de criar memórias e mitos comuns. A história e a herança cultural partilhada pode ser utilizada para construir sentimentos de pertença que não concorram com as culturas nacionais, numa fórmula diferente da “unidade na diversidade” constituindo ao invés “uma família de culturas”. Na mesma linha de pensamento, em Delanty, a identidade europeia pode ser vista como complementar às nacionais, mas o autor salienta que esta não é uma identidade já existente, propriedade de um “povo europeu”, no entanto pode ser vulnerável à experimentação cultural e institucional.

A visão pós-nacional da Europa de Habermas coloca a sua unificação em torno de certos princípios constitucionais, morais e políticos de base, como a democracia e os direitos no âmbito do local, regional, nacional e acima de tudo num estado supra-federalista. Mas a viabilidade deste modelo, que assume que um povo europeu pode ser formado através de uma constituição, foi posto em questão pelo alargamento e pelos referendos negativos de alguns cidadãos europeus. Por outro lado, Habermas concebe a construção de uma identidade entre os europeus com base, não nas heranças culturais normalmente referidas, mas na capacidade de resolução pacífica de conflitos e na sociedade cívica europeia.

No capítulo seguinte vamos analisar a forma de desenvolvimento da UE, através dos principais passos para a integração dos Estados membros, questionando a forma como tem utilizado as suas políticas para o estabelecimento de uma consciencialização europeia entre os cidadãos nacionais. Neste sentido, faremos uma avaliação dos principais problemas levantados pela literatura sobre a UE: a questão da identidade europeia, a falta de legitimidade, o défice democrático ou a ausência de público europeu. Prosseguiremos com uma análise mais aprofundada das suas acções no campo da cultura e da educação, que como vimos anteriormente são dois domínios que

permitem a divulgação e promoção de valores partilhados que podem originar um sentimento de pertença comum. Assim, pretendemos estudar se estas acções, com origem nas elites decisoras, se consubstanciam em factos concretos que atinjam a vida quotidiana dos sujeitos, que serão confirmados no estudo empírico aos estudantes em mobilidade.

Capítulo 2

2. A União Europeia

A União Europeia tem a sua verdadeira origem histórica no ano de 1957, através do Tratado de Roma, que formou a Comunidade Económica Europeia (CEE), integrando os seguintes países: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo. A CEE vinha na sequência da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, para a gestão, sob controlo independente, do mercado destas matérias primas. Para os seus grandes impulsionadores, Jean Monet, Robert Schuman e Konrad Adenauer, os objectivos deste esforço inicial de cariz negocial e político foi evitar repetir os erros do passado e criar condições para uma paz duradoura entre inimigos recentes, principalmente entre a França e a Alemanha. Foi considerado necessário criar uma relação forte entre estes dois países e reunir em seu torno todos os países livres da Europa, a fim de construir conjuntamente uma comunidade que se afirmou desde o início com um destino comum. Da realização desta Comunidade seguiram-se outras realizações, até se chegar à União Europeia actual.

Neste capítulo, pretendemos apresentar a União Europeia e as suas realizações para a construção de uma identidade europeia com base num percurso comum e aceite pelos seus cidadãos. Dos passos que foram dados para a formação desta organização referiremos apenas aqueles que nos parecem relevantes para afirmar as acções, políticas e esforços que a União Europeia tem feito para construir, divulgar e prosseguir uma identidade europeia.

2.1. A Formação da União Europeia: visão institucional

A União Europeia (UE) é actualmente apresentada como um dos maiores projectos históricos do século XX, como uma construção que representa os valores positivos com que se identifica a civilização europeia: a manutenção da paz, o progresso económico e social, o respeito pelos direitos humanos e a primazia do direito sobre a força. A Instituição apresenta estes denominadores como características da civilização e do ideal europeu, partilhado na origem por seis Estados, mais tarde por nove, doze, quinze, vinte

e cinco e, actualmente, por vinte e sete Estados-membros embora certamente por mais alguns com candidaturas de adesão a decorrer.

O século XX foi um período trágico para o mundo, com duas guerras mundiais ambas iniciadas e terminadas na Europa e cujas consequências se reflectiram de forma indelével no seu território, com a respectiva destruição, divisão e partilha pelas potências vencedoras. Outra das características que a UE aponta como definidoras da sua especificidade é a vontade de união dos povos europeus, como um único grande esforço colectivo, que consiste em superar os conflitos do passado e preparar o futuro em conjunto. Como escreveu Jean Monnet "Nós não coligamos Estados, nós unimos as pessoas".

Contudo, entre a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e da Comunidade Económica Europeia (CEE) foram tomadas iniciativas nos domínios da defesa e da união política ¹, que não tiveram sequência. Os Estados-membros iniciais escolheram a área de integração no domínio económico: a criação de um mercado único. Esta foi a resposta face aos riscos e às oportunidades criadas pela globalização da economia mundial.

O Tratado de Roma de 25 de Março de 1957, que instituiu a CEE, criou também normas e mecanismos de tomada de decisão que permitem dar expressão tanto aos interesses nacionais como a uma visão comunitária. A Comunidade Europeia constituiu doravante o eixo principal em torno do qual se organizou a construção europeia, estando nesta instituição a origem dinamizadora das acções que são depois transpostas para a esfera política, económica, social e cultural dos Estados.

De 1958 a 1970, a abolição dos direitos aduaneiros teve resultados considerados bastante positivos quer no mercado intracomunitário quer nas trocas comerciais com o exterior, com uma subida de 70% do PIB interno. A dimensão europeia tornou-se uma realidade para os consumidores que se habituaram, desde então, a uma gama cada vez

¹ A Comunidade Europeia de Defesa foi um mecanismo estabelecido no Tratado de Paris de 1952, com o objectivo de coordenar as forças de segurança da Europa. Esta proposta surgiu face à perspectiva de rearmamento da Alemanha, pela sua adesão à NATO. Esta instituição não teve sequência pois não foi ratificada pelo parlamento francês devido ao voto contra da maioria gaulista e foi abandonada em 1954. A Comunidade Política Europeia foi proposta no mesmo tratado e abandonada quando o mesmo não foi ratificado.

mais variada de produtos importados. Em 1986, a assinatura do Acto Único permitiu abolir as outras restrições, de ordem regulamentar e fiscal, que atrasavam ainda a criação de um mercado interno genuíno, totalmente unificado.

Segundo a visão institucional da União Europeia, o Parlamento Europeu (PE) desempenha um papel fundamental no equilíbrio institucional da Comunidade, pois representa os povos da Europa e caracteriza a natureza democrática do projecto europeu. É dotado de poderes de controlo do ramo executivo (Comissão e Conselho), de poder legislativo, sob forma de um direito de ser consultado sobre os principais textos comunitários, poder este que se foi alargando progressivamente para se transformar num verdadeiro direito de co-decisão legislativa, embora ainda não tenha atingido o poder de iniciativa legislativa. Além disso, o Parlamento partilha com o Conselho da União o poder orçamental.

A partir de 1979, os deputados no Parlamento Europeu passaram a ser eleitos por sufrágio universal directo em cada um dos países da União, por mandatos de cinco anos. Os cidadãos escolhem assim os deputados que terão assento, não em delegações nacionais, mas em grupos parlamentares transnacionais, representativos das grandes correntes de pensamento político existentes no continente. Tal como acontece com os parlamentos nacionais, o PE tem comissões parlamentares que se debruçam sobre questões específicas: negócios estrangeiros, orçamento, ambiente, cultura e educação, emprego, saúde, etc. Destacamos uma delas, a Comissão das Petições, onde qualquer cidadão europeu, a título individual ou em associação com outras pessoas, pode, em qualquer momento, exercer o seu direito de petição ao Parlamento Europeu, em conformidade com o Artigo 194º do Tratado CE, sobre assuntos que o afectem directamente e que se enquadrem no âmbito das actividades da União Europeia.

O Acto Único de 1986 associou ao objectivo do grande mercado interno, a concretização da coesão económica e social estabelecendo políticas estruturais em benefício das regiões com atrasos de desenvolvimento ou afectadas por mutações tecnológicas e industriais. Promoveu igualmente a cooperação em matéria de investigação e de desenvolvimento. Por último, tomou em consideração a dimensão social do mercado interno: no espírito dos governantes da União, o bom funcionamento do mercado interno e uma concorrência sã entre as empresas são indissociáveis do

objectivo constante que consiste na melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus, que se consubstancia na política de coesão.

O Tratado da União Europeia, assinado em 7 de Fevereiro de 1992 em Maastricht, conferiu uma nova dimensão à construção europeia. A Comunidade Europeia, fundamentalmente económica nas suas aspirações e no seu teor, transformou-se numa União Europeia baseada em três pilares. O pilar comunitário, regido pelos procedimentos institucionais clássicos, que faz intervir a Comissão, o Parlamento, o Conselho e o Tribunal de Justiça; e, gere essencialmente o mercado interno e as políticas comuns. Os outros dois pilares envolvem os Estados-membros em domínios caracterizados até então como sendo da competência exclusivamente nacional: a Política Externa e de Segurança, por um lado, e os assuntos internos, tais como a política de imigração e de asilo, a polícia e a justiça, por outro. Trata-se de um progresso importante, na medida em que os Estados-membros consideraram do seu interesse cooperar mais estreitamente nestes domínios, como forma de afirmar a identidade europeia no mundo e de assegurar uma melhor protecção dos seus cidadãos contra a criminalidade organizada e o tráfico de droga.

Uma das grandes inovações do Tratado foi a instituição de uma cidadania europeia paralela à cidadania nacional. Qualquer cidadão que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro é também cidadão da União. Esta cidadania confere novos direitos aos europeus, nomeadamente: o direito de circular e residirem livremente na Comunidade; o direito de votarem e de serem eleitos nas eleições europeias e municipais do Estado em que residem; o direito à protecção diplomática e consular de um Estado-membro diferente do de origem no território de um país terceiro em que este último Estado não esteja representado; o direito de petição ao Parlamento Europeu e de apresentação de queixa junto do Provedor de Justiça Europeu.

Ainda o Tratado de Maastricht introduziu novas e fundamentais competências da Comunidade no domínio da cultura e da educação. Assim, o art. 128, depois art. 151 no Tratado de Amesterdão, afirma que a Comunidade deve contribuir para o florescimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, ao mesmo tempo que promove a herança cultural comum.

Nos termos dos artigos 149.º e 150.º do Tratado, a educação foi assim reconhecida oficialmente, no Tratado da UE assinado em Maastricht, como um domínio legítimo de responsabilidade da UE enquanto tal. Através destes artigos a Comunidade contribuirá *“para o desenvolvimento de uma educação de qualidade incentivando a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, nomeadamente para desenvolver a dimensão europeia na educação, favorecer a mobilidade e promover a cooperação europeia entre estabelecimentos de ensino.”*

Um dos objectivos da UE é a criação de uma espaço sem fronteiras internas, que foi reforçado no âmbito da livre circulação de pessoas, com o Tratado de Amesterdão que *“integrou o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia”* que suprimiu os controlos das fronteiras entre os Estados-membros que aplicam a convenção de Schengen² (CE, 2002).

O mercado único culminou na instauração da União Económica e Monetária (UEM). A política económica inclui três componentes: os Estados-membros devem assegurar a coordenação das suas políticas económicas, instituir uma vigilância multilateral dessa coordenação e estar sujeitos a regras de disciplina financeira e orçamental. O objectivo da política monetária era instituir uma moeda única e assegurar a estabilidade dessa mesma moeda através da estabilidade dos preços e do respeito pela economia de mercado. A partir de 1 de Janeiro de 1999 a UEM reuniu todos os países que desejavam participar e que cumpriam um determinado número de critérios económicos destinados a garantir a sua boa gestão financeira e a assegurar a estabilidade futura da moeda única: o euro. O euro veio substituir as antigas moedas nacionais de doze países da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e, já em 2007, da Eslovénia. Sendo a última etapa lógica da realização do mercado interno, a introdução da moeda única, pelas repercussões pessoais que tem para cada cidadão e pelas consequências económicas e sociais de que se reveste, tem um alcance eminentemente político para além do económico. Pode mesmo considerar-se que o *euro* é o símbolo mais concreto da União Europeia. Esta moeda capaz de concorrer com as grandes moedas de reserva internacionais, constitui o signo distintivo da pertença comum a um continente que se afirma unido.

² Todos os Estados-membros da UE, excepto o Reino Unido e a Irlanda, a Noruega e a Islândia.

Em 7 de Dezembro de 2000 a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia foi proclamada pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia no Conselho Europeu de Nice. No preâmbulo da Carta é expressa a decisão dos países da União de "*partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns*", afirmando-se que, "*consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito*". A Carta dos Direitos Fundamentais colige num texto todos os direitos cívicos, políticos, económicos e sociais dos cidadãos e de quaisquer outras pessoas que residam no território da União, repartidos por seis categorias: dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça. Segundo a UE, "*estes direitos baseiam-se, nomeadamente, nos direitos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem e nas tradições constitucionais dos países da União Europeia*" (CE, 2001). A incorporação dos direitos fundamentais na futura Constituição Europeia significará que, se esta entrar em vigor, as Instituições Europeias e os Estados-membros ficarão juridicamente obrigados a respeitá-los.

Em 29 de Outubro de 2004, os Chefes de Estado e de Governo dos 25 Estados-membros e dos 3 países candidatos assinaram o Tratado que institui uma Constituição para a Europa, que haviam adoptado por unanimidade em 18 de Junho do mesmo ano. Uma vez ratificado e notificado oficialmente por todos os Estados signatários o Tratado poderá então entrar em vigor e produzir efeitos. A data inicialmente prevista no próprio tratado, o dia 1 de Novembro de 2006, para entrar em vigor foi adiada pelo facto da não ratificação por parte de todos os signatários. Em 2005, em França e nos Países Baixos, através de referendo, os cidadãos rejeitaram o texto do Tratado para a Constituição. Atendendo a estes resultados, o Conselho Europeu considerou que deveria decorrer um período de reflexão, de explicação e de debate em todos os Estados-membros, quer tenham ou não ratificado a Constituição, que se prolongará até 2007.

O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa inclui no seu corpo a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. No seu preâmbulo são recordadas, designadamente, as heranças culturais, religiosas e humanistas da Europa e faz-se apelo à vontade dos povos europeus para forjarem o seu destino comum. O preâmbulo retoma, em grande parte, os temas abordados nos preâmbulos dos Tratados existentes, se bem

que introduza também novos temas, como o humanismo, o primado da razão e a identidade nacional dos povos. A União baseia-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, que são comuns aos Estados-membros. Além disso, as sociedades dos Estados-membros caracterizam-se pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre mulheres e homens. A Constituição introduz novos valores, não previstos nos Tratados existentes, nomeadamente a dignidade humana, a igualdade e os direitos das minorias, definindo igualmente os aspectos que caracterizam as sociedades dos Estados-membros e que foram referidos acima. Os principais objectivos da União são, doravante, a promoção da paz, dos seus valores e do bem-estar dos seus povos. A União respeita ainda a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu. A Constituição não cria novos símbolos mas retoma os que são utilizados pela UE, atribuindo-lhes um estatuto constitucional, no artigo I-8º: a bandeira da União; o hino da União; a divisa da União que é "Unidade na diversidade"; a moeda única *euro*; o dia 9 de Maio, comemorado em toda a União como o Dia da Europa. (<http://europa.eu/scadplus/constitution.htm>).

2.2. O problema da identidade na União Europeia

a) A integração Europeia

A teoria de integração liberalista sugere que a União Europeia apenas se baseia em fundamentos de interesse económico nacional, negociações intergovernamentais e o desejo de compromissos credíveis (Walkenhorst, 2004:4).

Contudo, os estudiosos da integração europeia tentaram explicar este fenómeno através da introdução de variáveis endógenas e exógenas, incluindo factores sistémicos (instituições, redes), geopolíticos (fim da bipolaridade, colapso do bloco comunista, terrorismo internacional) e sociais como as elites e os grupos de interesse. Verificamos porém que Walkenhorst (2004:4) afirma que existe também uma componente sócio-psicológica no processo de integração que engloba conceitos de colectivismo, legitimidade social, capital social e solidariedade. Desde que as Comunidades europeias

reclamaram possuir uma vertente de justificação democrática que estas noções foram consideradas politicamente relevantes e ao mesmo tempo interessantes para os investigadores.

A teoria da integração federal refere uma força social ou colectiva por detrás da integração, uma espécie de “constante de integração” que indica uma força invisível e fraca que não pode ser ignorada numa tentativa de construção de explicação do modelo da União Europeia. (Walkenhorst, 2004:4)

Nos últimos cinquenta anos, o projecto da unificação europeia desenvolveu-se de uma Comunidade Europeia para o Carvão e o Aço, para um Mercado Comum, do Mercado Comum para uma Comunidade Económica Europeia, da Comunidade Económica Europeia para as Comunidades Europeias e das Comunidades Europeias para a União Europeia – definida no Tratado de Maastricht em 1992, como “*uma nova fase no processo de criação de uma Europa mais unida entre os povos da Europa*”.

Esta evolução foi acompanhada por uma alteração no ênfase dado à integração, anteriormente entendida como um produto imediato da prosperidade económica e da harmonização legal, mas que recentemente passou a dar maior atenção ao aspecto do processo cultural, sendo a “cultura” um instrumento político para fazer avançar esse processo de construção.

Na actualidade, verificamos que decisores políticos europeus se preocupam em como ultimar uma união política que ultrapasse as instâncias decisoras (os políticos) e consiga estimular uma “identidade europeia” que estenda a integração a domínios mais culturais e psicológicos da vida quotidiana, de forma a influenciar os cidadãos. Esta preocupação tem origem em imperativos políticos, principalmente na necessidade de dotar as instituições europeias e o sistema de governo transnacional emergente de legitimidade.

No seu livro *Building Europe*, Chris Shore (2000), explora as formas como as elites europeias tentam aprofundar o processo de integração através da criação e difusão da “consciência europeia” e da “cultura europeia”, entre os povos da Europa. O autor coloca questões importantes a este nível, que se prendem com o papel que a cultura desempenha no processo de integração europeia e de que forma os decisores usam as

políticas para criar um sentimento de identidade e pertença mais coerente entre os cidadãos europeus; se há condições de transferência da lealdade popular dos Estados-nação para as instituições supranacionais; ou quais as implicações deste projecto para a numa perspectiva de criação de um Estado-nação “Europa”.

O que é frequentemente referido como défice democrático da UE é sintomático de um défice cultural, um défice que se reflecte claramente na ausência de público europeu, já também referido por Habermas (2002), na sua proposta para uma comunidade política europeia. Este autor afirmou ainda que até ao presente, a política da comunidade europeia raramente foi motivo de discussão pública no interior dos Estados-membros e que as opiniões públicas nacionais estão ainda culturalmente isoladas umas das outras (Habermas, 1992). Shore (2000) considera que através da sequência de vários elos que ligam identidade, legitimidade e democracia, a política cultural de integração europeia pode ser uma base para percebermos os temas sobre ideologia, poder e formação de Estados na UE.

Jean Monet um dos pais fundadores da UE e um estadista visionário, declarou que não pretendia apenas criar uma coligação entre Estados mas pretendia ir mais longe e desenvolver a união entre os povos. Actualmente, a Comissão, tem uma clara mensagem de que a integração já não é simplesmente a eliminação dos obstáculos ao comércio ou a liberdade de circulação dos capitais, mercadorias e pessoas, mas é um empreendimento humanístico que envolve um “juntos” (tal o como o “logo” comemorativo dos cinquenta anos da Comunidade) entre povos de diferentes culturas nacionais.

Figura 1



Segundo os decisores políticos da UE, esta criou um enquadramento institucional para o que de facto é uma nova forma de arquitectura política pan-europeia que irá transcender a antiga ordem internacional fundada em Estados-nação concorrenciais. Enquanto o

ideal de uma Europa próxima dos seus cidadãos unidos por valores culturais comuns e um sentimento de pertença a uma Europa comum tem sido há muito tempo parte uma razão de ser e um fundamento moral da União Europeia, a ideia de criação do “povos da Europa” pan-nacional como um assunto político surgiu apenas recentemente. O autor Anthony D. Smith (1992) afirmou que muitos dos anteriores movimentos pan-nacionais não atingiram o seu objectivo político de unificação devido a grandes falhas no campo cultural, que por seu lado teve origem numa falha nas tecnologias de comunicação. Se existe uma base para transcender o Estado nação, ele encontra-se nos “*padrões da cultura europeia*” e em tradições como “*o direito romano, a filosofia e ciência gregas, na ética hebraica e teologia cristã, assim como no renascimento e nos seguidores do iluminismo*”. Estas tradições permearam o continente europeu para produzir uma área de cultura europeia ou “*família de culturas*” (Smith, 1992).

Contudo, o problema de gerar uma união entre os povos da Europa encontra-se, segundo Shore (2000), na ausência de certeza em transformar os povos da Europa, tradicionalmente heterogéneos e nacionalistas em europeus. Para os decisores da UE, o desafio é encontrar uma alternativa europeia à ideia de que o Estado nação continua a dominar as mentes dos povos da Europa como única entidade democrática legítima. Esse é o dilema que os políticos da UE têm que enfrentar hoje em dia num contexto em que o Acto Único Europeu de 1987 e o Tratado de Maastricht de 1992 forneceram as bases económicas e legais para o que facto de tornou um embrionário “Estado europeu”.

Contrariamente à maioria dos Estados nação modernos, na UE verifica-se a ausência de uma cultura comum à volta da qual os europeus se possam unir. Não existe uma “consciência europeia” popular para rivalizar com a do Estado nação ou para suportar as bases económicas e legais. Para além disso, os elementos culturais que fornecem a coerência e unidade às identidades nacionais existentes (como uma língua, história e memória comum) não reflectem claramente a união dos cidadãos europeus não obstante o lema recentemente lançado “unidade na diversidade”. Para Shore (2000) apesar da transferência massiva de regulamentos e poderes de decisão dos Estados-membros para a UE não se verificou uma transferência correspondente dos sentimentos populares ou da lealdade política.

Até aos anos oitenta, do século passado, o apoio público não era uma grande prioridade para as elites políticas da UE, pois consideravam que se as pessoas não estavam prontas para a integração, este trabalho poderia ser feito sem grande informação acerca do que estava a acontecer. Esta abordagem “dirigista” da época de Jacques Dellors, foi muito influenciada pelas tradicionais teorias de integração neo-funcionalistas, que assumiam que a integração política e social teria lugar automaticamente a seguir à integração económica e legal, quase como um produto paralelo das medidas necessárias para a construção da Comunidade Económica Europeia e do mercado comum. Como afirma Shore (2000), os neo-funcionalistas acreditavam que a lealdade do público às instituições europeias emergentes cresceria à medida que cada passo em direcção à união política demonstrasse os benefícios económicos que seriam obtidos através de uma maior integração. Esta “lealdade instrumental” iria fornecer um “consenso permissivo” suficiente para possibilitar que se implementassem os passos seguintes para uma união cada vez mais próxima. A prosperidade e o sucesso do processo de integração em si seriam o combustível e a legitimização de maior progresso e aceitação pública da unificação política (Shore, 2000).

b) O problema da legitimidade na União Europeia

A legitimação de políticas depende muito da existência de identidades políticas ou de identidades nacionais colectivas, muito de acordo com a noção de Habermas (2000), que diz que “*no processo de construção de uma nação, quer o significado quer os efeitos do simbolismo nacional, da história nacional e do simbolismo tornam-se claramente evidentes*”. Isto aplica-se tanto a sistemas democráticos como autoritários.

Segundo Walkenhorst (2004), devido ao facto de, em democracia, o sistema ter que ser legitimado pelos cidadãos, é compreensível que um governo democrático esteja interessado em manter e reforçar a identidade nacional. No entanto, quer no passado, quer no presente, os regimes autoritários e totalitários – que à partida não necessitam de legitimidade democrática – têm utilizado os mesmos mecanismos utilizados nos sistemas democráticos, de modo a induzir o desenvolvimento de uma consciência colectiva, o que ilustra a correlação entre legitimização, poder e identificação.

A muito discutida deficiência de atitudes democráticas na União Europeia resultou do imperativo de induzir os cidadãos a participar no processo de integração europeia. A fraca participação dos cidadãos nas eleições para o Parlamento Europeu tem demonstrado o seu fraco interesse nos assuntos europeus, o que põe em causa a emergência de uma comunidade social mutuamente solidária na União Europeia (Walkenhorst, 2004). No Preâmbulo da Declaração Solene de Estugarda, os Estados membros afirmaram considerar que no âmbito da “ideia europeia” e dos resultados atingidos nos campos da cooperação económica e política, a necessidade de novos desenvolvimentos “*corresponde aos desejos dos povos democráticos da Europa, para os quais, o Parlamento Europeu, eleito por sufrágio universal é um meio de expressão indispensável*”, ou seja, verificamos que esta questão da legitimidade institucional estava já presente em 1983.

A necessidade de maior empenho na procura de legitimidade ao nível da União Europeia tornou-se clara no final da década de oitenta. O objectivo final que se procurava era conseguir criar um sentimento de grupo entre os cidadãos da Europa e criar uma forma de identidade europeia. Através da utilização de meios e instrumentos utilizados nos processos de construção de identidade nacional nos séculos XVIII e XIX, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu estabeleceram uma base para as políticas de identidade ao nível da integração, desenvolvendo os símbolos europeus, os mitos, os cursos de língua e a política para a educação. Das várias formas de identidade colectiva, a identidade política e cultural foram consideradas apropriadas para fornecer a base de uma consciência europeia. (Walkenhorst, 2004:7).

Segundo Shore (2000), apesar das quatro décadas de tentativas institucionais de construção da Europa ao nível da consciencialização popular, os “povos da Europa” simplesmente não abraçaram a ideia europeia da forma que se esperava ou que fora prevista pelos modelos neo-funcionalistas da integração. Neste sentido, a tarefa que a Comissão europeia enfrenta é como transformar a “Europa tecnocrata” numa “Europa dos povos” popular. Contudo, esta tarefa não se refere apenas em arranjar mais apoio público para a UE, ao invés e em primeiro lugar, o desafio maior refere-se à criação de um “público europeu”.

Em grande medida, actualmente o maior obstáculo à integração está relacionado com o problema da legitimidade. A credibilidade e autoridade das instituições supranacionais da UE, onde se inclui a Comissão, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Justiça, permanece na sua afirmação de representação do “interesse europeu” para além e acima do interesse individual dos Estados-membros. Contudo, esta afirmação supõe a existência de um público europeu transnacional, cuja vontade geral se sobrepõe aos interesses comuns que podem ser representados e defendidos por estes organismos supranacionais.

Para Shore (2000) o dilema principal para a UE refere-se ao público europeu, ou demos, que quase não existe como uma categoria reconhecida, e é mesmo praticamente inexistente como subjectivo, ou corpo auto-reconhecido, pelas populações. Quatro décadas após o nascimento, do que alguns autores proclamaram como sendo a primeira verdadeira organização transnacional do mundo, o processo de integração europeia ainda tem um longo caminho a percorrer no engendrar um público europeu transnacional.

Na verdade, o objectivo de “*uma União mais próxima entre os povos da Europa*” incluído no Tratado de Roma de 1957, e referido em tratados sucessivos, depende muito da capacidade da UE de criar um novo sentimento de “europeinidade”: uma identidade colectiva que possa transcender lealdades nacionalistas e ser a base para os fundamentos para um nível mais elevado de consciência fundado no compromisso às instituições e ideais europeus ao invés do nacional (Shore, 2000).

Segundo Bruter (2004), por um lado a identidade europeia está ligada a um conjunto de valores como o cosmopolitismo, colaboração, mistura cultural e nacional; por outro, a identidade europeia foi definida de forma semelhante à que se define a identidade nacional.

c) A questão da identidade na União Europeia

O problema da identidade europeia pode ser determinado pelos parâmetros que decidem uma identidade colectiva, podendo como tal ser tratada de forma semelhante à

identidade nacional. Contudo, a nossa perspectiva pretende analisar a identidade europeia num contexto de transformação política e social em vez de analisarmos se a esta procura substituir a identidade nacional.

Segundo Delanty (2005:51), a identidade não emerge em relação a uma acção social mas é processual ou construída. As identidades são criadas através da acção e expressam a auto-percepção e auto-reconhecimento do indivíduo mais do que expressam uma consciência ou essência. As identidades possuem uma dimensão narrativa pois consistem nas histórias que as pessoas contam de si próprias de forma a dar continuidade à sua existência. Elas tratam também da relação do “eu” com o outro” através da qual se constitui em marcos simbólicos. Nas sociedades modernas, as identidades são construídas por actores sociais com base nos recursos culturais existentes. Finalmente, e em qualquer abordagem das identidades colectivas esta tem que ser vista no contexto de identidades múltiplas, já que as identidades, étnicas, regionais, políticas e nacionais se relacionam entre si de várias formas.

A identidade necessita de um quadro de referência específico, que inclua uma área comum histórica ou territorial. A questão que surge é qual o quadro que se deve aplicar no caso da União Europeia, ou seja, devemos considerar a concepção política da Europa (União Europeia, NATO-Europeia), a concepção geográfica (o continente europeu) ou a concepção cultural europeia (que cultura?). Uma das maiores dificuldades que surge quando se tenta definir a “identidade europeia” deve-se precisamente à ambiguidade do termo Europa. A Europa consiste num determinado número de níveis que não podem ser claramente distintos uns dos outros. O termo pode ser expresso ao nível cultural, linguístico, religioso, político, económico, geográfico ou ético. No caso europeu as fronteiras não são claras, como no que se refere a outro continente, como por exemplo a Austrália, pois no caso europeu as fronteiras não terminam algures a leste mas apresentam-se esbatidas (Walkenhorst, 2004:8-9).

O quadro de referência, assim como o fundamento identificado como base da consciência colectiva, vai-se alterando de acordo com a forma como a Europa é definida. Outra distinção pode ser feita acerca da diferença entre atribuição, ou a percepção pelos outros, e a definição, ou a forma como o grupo se auto-define. De

modo oposto à visão na Europa, a existência de uma identidade europeia não é posta em dúvida nos países fora da Europa, como os EUA ou a Austrália.

Em relação aos dois tipos de identidades – identidades de grupo tradicionais que se desenvolvem ao longo da história, ou identidades induzidas “artificialmente” – como vimos em Anderson, Gellner e Hobsbawn, recorreremos a Smith onde verificámos que uma identidade colectiva pode ser “criada” com base em factores primordiais combinados (históricos, territoriais, linguísticos e étnicos) e laços simbólicos e políticos. As identidades colectivas que não se desenvolvem espontaneamente podem ser produzidas de forma a legitimar o poder. Assim, no caso da identidade europeia, esta levará o seu tempo para se desenvolver ou necessitará de uma acção política forte para a induzir artificialmente (Walkenhorst, 2004:9).

A questão do que significa ser europeu diz respeito à natureza do auto reconhecimento na designação de “Europeu”. O autor Michael Walzer que escreveu o ensaio “o que significa ser americano?” definiu que ser americano é possuir uma identidade hifenizada, ou seja, América é um nome que existe numa relação com outra identidade, como no caso dos italo-americanos, irlandeses-americanos, etc. Mas como podemos entender o caso dos europeus? Para Delanty (2005), a comparação entre a Europa e os EUA pode ser utilizada para se analisarem as diferenças relativas à percepção da identidade colectiva dos seus povos. Assim, na analogia entre a América e a Europa verificamos que são ambos um conjunto de estados, com sociedades plurais onde há um amplo reconhecimento da diversidade como uma característica positiva nas suas sociedades. No entanto, os EUA são um Estado nação enquanto a Europa não o é. Assim, enquanto nos EUA os afro-americanos são um grupo que se auto-define e auto-reconhece, o mesmo não acontece na Europa, onde existem grupos que se auto-reconhecem e definem em ligação com determinadas nações, como no caso dos britânicos-indianos ou os luso-angolanos, não ultrapassando a fronteira do país, e tendo essa identificação origem no contexto que deriva da descolonização.

Da mesma forma, os EUA representam uma sociedade que foi formada a partir de ondas sucessivas de imigração em contraste com as populações relativamente estáveis da Europa, onde as experiências existentes de imigração, para além de mais recentes, diferem de país para país. Com Delanty (2005) podemos constatar que o termo

“Europeu” é tendencialmente mais um adjetivo do que um substantivo. Como um adjetivo ele não existe numa relação de igualdade mas é mais usado como uma descrição ou uma qualificação. Os europeus não sendo claramente caracterizados por identidades hifenizadas o que não quer dizer que tenham apenas uma identidade. Os europeus, como todos os outros povos partilham múltiplas identidades.

Existe também o problema da linguagem, uma vez que os europeus não partilham uma linguagem única não havendo assim um veículo linguístico de transmissão da cultura comum. Hoje em dia os europeus ainda são maioritariamente mono-linguais, se exceptuarmos a utilização do inglês como língua franca no domínio do trabalho e do consumo (e do bilinguismo nos países nórdicos). Contudo, a ausência de uma língua e cultura comuns não implica a inexistência de uma cultura interligada. Existem, por exemplo, valores políticos que transcendem algumas divisões criadas pela língua, como por exemplo, os valores ecológicos ou anti-guerra, como se verifica pelos movimentos ecologistas e pela reacção dos povos europeus relativamente à guerra no Iraque.

Para Kaelberer (2004), a UE não é uma associação natural ou orgânica, pois não tem laços imediatos de afinidade. As relações emocionais e afectivas dentro da UE são quase mínimas. A identidade europeia pode ser concebível, em grande parte, apenas como uma identidade cívica. Contudo, como se verifica em Estados estabelecidos como a confederação suíça ou os EUA, um passado linguístico ou étnico comum não é um requisito necessário para a identificação.

Se em termos de etnicidade não se pode definir uma identidade europeia, talvez se possa considerar uma identidade cultural inclusiva mais ampla que é distintamente europeia. Na visão de muitos esta pode-se revelar através da religião cristã. Giscard d’Estaing afirmou que a Turquia não devia pertencer à UE porque não é cristã; segundo Joseph Weiler, mesmo países com religiões que não a católica também possuem igrejas apoiadas pelo estado ou reconhecem nas suas constituições uma religião dominante. Este autor afirma que é na Constituição que a sociedade reconhece a sua herança civilizacional e espiritual e portanto deveria aqui constar esta afirmação da religião. Contudo, levanta a questão que se prende com a integração dos países europeus em que as igrejas ortodoxas são dominantes ou que integram uma grande percentagem de cidadãos devotos do islamismo, o que mostra que este caminho dificilmente oferece

uma base de identidade cultural ou uma orientação para a auto-percepção europeia se tivermos em conta a realidade das sociedades multiculturais.

O objectivo político do projecto de identidade europeia encerra para Delgado-Moreira, (1997) tornar o super-estado emergente num consenso político e numa história nacional através de simplificações de âmbito técnico (moeda, forças militares, direito). Contudo, o autor refere que este nacionalismo não é imediato na relação da identidade europeia com a rede cultural dos Estados nação e minorias étnicas, assim como também ignora o relacionamento entre estes e a futura identidade e cidadania europeias. A questão aqui lançada é se os europeus devem reforçar a ideia de cidadania europeia baseada no transnacionalismo, direitos humanos e princípios constitucionais como a verdadeira riqueza da identidade europeia correndo o risco de as consequências sejam a escalada do nacionalismo, a reconstrução da tradição de forma violenta e o desenvolvimento de desigualdades económicas e sociais com base em diferenças culturais e biológicas (Delgado Moreira, 1997).

A ausência de uma identidade europeia forte não significa que não haja expressões mais fracas de identidade europeia que não estão necessariamente baseadas na União Europeia mas em valores cívicos que podem ser a base de tipos diferentes de lealdade. Estes são expressos por Habermas como “patriotismo constitucional”, ou seja uma identidade de princípios constitucionais ao invés da identidade com uma forma actual do Estado ou com um conjunto de valores políticos (Habermas, 1994, 1998).

Delanty (2005) sugere uma concepção do cosmopolitismo que vai para além do particularismo da pertença nacional. Os europeus são cidadãos com uma olhar para o mundo, o que significa que os cidadãos de um país consideram os cidadãos de outro “um de nós”, ou seja o reconhecimento de que vivem num mundo de diversidades e a crença na virtude de abraçar positivamente os valores do outro. Enquanto este pensamento foi outrora o das elites europeias, pode dizer-se que se te tornado numa identidade geral de todos os europeus. Não há uma definição da essência base da cultura europeia. Os europeus devem tornar a sua diversidade numa virtude positiva mais do que procurar uma identidade colectiva comum devem criar uma cultura de debate na qual podem ser articuladas diferentes visões. Se existe uma auto-percepção europeia ela não é baseada numa identidade subjacente, como tal, ou no mito de um povo. Ser

européu não é identificar-se com algo chamado Europa ou possuir uma identidade comum comparável com a identidade nacional (Delanty, 2005).

2.3. A acção da União Europeia para a construção de uma identidade europeia

Verificamos que a mensagem da Comissão sobre cultura e identidade é de alguma forma semelhante às construções de identidades colectivas no processo de formação de estados-nação que vimos na primeira parte desta análise, pois apesar de considerar que a identidade e cultura europeia existem na consciência colectiva dos seus povos, considera necessária uma intervenção burocrática para a defender e para tornar os europeus mais conscientes da sua identidade cultural.

a) A identidade europeia como um instrumento político

Para além dos sinais de europeização existentes, a administração europeia tem patrocinado a ideia da necessidade de uma consciência europeia, através dos seus discursos oficiais, da legislação, da criação de símbolos e da posição das instituições. Nos seus textos aparece de forma sistemática a ideia de que a identidade europeia é necessária para evitar discordância a vários níveis (militar, social, económico e político) e para atingir a coesão, solidariedade, concertação, cooperação e unidade na diversidade. Para suportar esta ideia são muitas as fontes legítimas referidas: crenças políticas e religiosas, teorias económicas, a cultura e história, a geografia, o destino comum, entre outros.

A identidade europeia é, segundo Delgado-Moreira (1997), vista como um projecto, ou um desejo da administração da UE, tal como vem expresso em vários textos legislativos, na jurisprudência ou noutras fontes comunitárias. O construcionismo social é uma abordagem que destaca a actividade criativa e reprodutiva de indivíduos e colectividades, contudo, quer a cidadania cultural quer a identidade europeia, embora de ângulos diferentes, propõem ideias que ainda não são agarradas pelas maiorias. Ambas as ideias dão ênfase ao processo de divulgação de certos valores e construção de instituições mais sólidas e ajustadas às suas comunidades. O discurso da UE relativo à identidade europeia revela um desejo de que este sentimento esteja presente na união

para melhorar as probabilidades de sobrevivência de uma união multinacional e multicultural.

Há dois contextos em que é frequentemente usada a palavra identidade nos tratados que regulam a UE. Em primeiro lugar, a identidade é mencionada como uma necessidade para a União, que deve ser entendida do interior e do exterior (a nível mundial), como podemos ver na Declaração de Estugarda, os chefes de Estado, “*com base na consciência de uma destino comum e desejo de afirmar uma identidade europeia, confirmam o seu empenho no progresso para uma união mais próxima entre os povos e os Estados membros da Comunidade Europeia*” (CE, 1983). Em segundo lugar, é proclamada a necessidade de se respeitar as identidades nacionais dos Estados-membros.

No Tratado de Maastricht (1992), é dado grande destaque à identidade europeia com o objectivo de conseguir uma posição na comunidade internacional a nível militar e defesa e de política externa comum. Por outro lado, no artigo f), do mesmo tratado afirma que a “*União deverá respeitar as identidades dos Estados-membros*”. Como se verifica, estes dois aspectos lançam uma visão segmentada de um modelo de pertença.

No que diz respeito à reflexão sobre o conceito de identidade europeia, poucos textos oficiais apresentam este tópico, e sempre de forma circular. A identidade europeia é apresentada como já existente e algo que a administração contribui para desenvolver.

No artigo acima referido, a Comissão colocou a identidade europeia, em conjunto com os direitos humanos e o Estado democrático, como as condições básicas para o pedido de adesão à União. A posição da Comissão, no âmbito de novos acordos de adesão, é que “*européu*” engloba elementos geográficos, históricos e culturais que contribuem para a identidade europeia. Num relatório da Comissão sobre os Critérios de adesão (7/3/92) é expresso que “*a experiência partilhada de proximidade, ideias, valores e interacção histórica não pode ser condensada numa fórmula simples, e deve ser sujeita a revisões por cada geração sucessiva. A Comissão acredita que não é possível nem oportuno estabelecer uma definição*”.

A identidade europeia carrega um projecto macropolítico que se traduz na vantagem de conseguir uma identidade europeia alargada e na coesão na união política, ou seja, parte do centro administrativo para a periferia. Para este objectivo, a UE vai patrocinando a consciencialização desta ideia nos cidadãos, de forma a que estes se apercebam da base cultural que jaz nos fundamentos da União Europeia.

Embora tivesse sido tradicionalmente definida como um mercado comum e uma associação de estados soberanos, os arquitectos da UE (ou Comunidade Económica Europeia, como foi originalmente concebida), sempre mantiveram uma visão mais profunda da união entre os povos da Europa. Contudo, apesar de frequentes referências aos “povos da Europa” foi prestada muito pouca atenção à dimensão cultural da integração europeia. O comportamento idiossincrático das pessoas reais foi muito ignorado pelos arquitectos da unificação europeia e parecia ter pouca ligação com o processo de integração.

A “construção da Europa” foi inicialmente entendida em termos do desmantelamento de barreiras à livre circulação do capital, mercadorias, serviços e mão de obra, e foi deixado nas mãos de economistas e advogados, o que reflecte a perspectiva neo-funcionalista dos anos 50 aos anos 70 do século 20. Jean Monnet entendeu que um Estado europeu surgiria através do efeito firme e cumulativo de pequenos passos. Esta estratégia também serviria para evitar os confrontos com os governos nacionais, que iriam de sua vontade ceder poder à Comunidade, primeiro porque os Estados-nação não se sentiriam ameaçados pela sua perda de autoridade em esferas de actividade aparentemente inócuas, e devido às vantagens económicas a obter por aderir a um mercado maior.

Anteriormente ao Tratado de Maastricht de 1992, a UE já tinha posto em acção várias iniciativas no campo da política de comunicação social e informação para promover a integração na esfera da cultura, através da promoção do que era visto como a “identidade europeia”. Para a Comissão, o primeiro passo significativo ao encontro da definição de uma base cultural para a unificação europeia teve lugar em 1973 quando os líderes, dos então nove Estados-membros, assinaram a “Declaração da Identidade Europeia”.

Em 14 de Dezembro de 1973, na Cimeira Europeia de Copenhaga, os nove Estados-membros das comunidades europeias (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido), decidiram ser altura de elaborar um documento sobre a Identidade europeia. Para percebermos esta decisão dos Estados-membros, na altura inovadora, é necessário enquadrá-la numa conjuntura económica de crise súbita com o colapso dos acordos de Bretton Woods de 1971, e a subida do preço do petróleo em 1973.

Esta Declaração tinha como objectivo conseguir uma melhor definição das suas relações com os outros países e da sua responsabilidades e posição nos assuntos mundiais. Neste documento a definição da identidade europeia engloba: a revisão da herança, os interesses e obrigações comuns, assim como o grau de unidade conseguido até então; avaliar a medida em que existe uma acção comum em relação ao resto do mundo e as responsabilidades que daí advêm; tomando em consideração a natureza dinâmica da unificação europeia.

Relativamente aos seus objectivos para a união entre os membros, neste documento os representantes dos governos consideram a união uma necessidade europeia básica para garantir a sobrevivência da “civilização” que têm em comum. Expressam o desejo de garantir que os valores que tanto prezam no âmbito legal, político e moral sejam respeitados, assim como a preservação da diversidade das suas culturas nacionais. Afirmam ainda partilhar as mesmas atitudes perante a vida e a sua determinação em defender os elementos considerados fundamentais da “identidade europeia” que são descritos como: os princípios da democracia representativa, da lei, da justiça social e o respeito pelos direitos humanos. Consideram também uma parte essencial da identidade europeia o mercado comum, as instituições e as políticas comuns assim como os mecanismos de cooperação. Neste documento é reafirmado o desejo de transformar o complexo de relações comunitárias numa união europeia até ao final dos anos setenta, do século XX.

Aqui, os Estados-membros consideram que a identidade europeia deve a sua originalidade e o seu dinamismo à diversidade de culturas integradas numa civilização europeia comum, à ligação a valores e princípios comuns, à crescente convergência de atitudes de vida, à percepção da existência de interesses comuns. Com esta declaração,

os signatários pretenderam introduzir o conceito da identidade europeia principalmente nas suas relações externas, para agir como entidade representativa dos seus membros perante terceiros e afirmam que a construção está aberta a outras nações europeias que partilhem os mesmos ideais e objectivos (CE,1973).

Verificamos que a “identidade europeia” assume um significado apenas quando contrastada com o que não é europeu. À medida que a Europa se consolida e converge, e enquanto as barreiras entre os Estados-membros da União são eliminadas, também as barreiras entre a Europa e o Outro são acentuadas, com o Islão a substituir o Comunismo, como marcador chave para definir os limites da civilização europeia (Shore, 2000). A nova área cultural europeia, frequentemente referida em documentos oficiais da UE revela uma ideia de região distinta, separada das outras pela raça, religião, linguagem e *habitat*. Neste caso a Europa é também concebida como uma “civilização” separada das outras pelo cristianismo, ciência, raça caucasiana e a família de línguas indo-europeias. A criação de uma “identidade europeia” tal como referida no discurso da UE, inclui um grau de exclusão do Outro.

Esta declaração anódina proclamava, entre outras coisas, que os 9 Estados-membros partilhavam “*as mesmas atitudes perante a vida, baseadas numa determinação para construir uma sociedade que se regia pelas necessidades do indivíduo*”, que cada um pretendia garantir que “*os valores que defendiam de ordem legal, política e moral fossem respeitados*”, e que todos estava determinados a defender os princípios da democracia representativa, e o estado de direito, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos (CE,1973).

Na cimeira de 1974, um ano depois, Os chefes de estado europeus concordaram num estudo acerca dos direitos especiais que deveriam ser garantidos aos cidadãos dos Estados-membros como membros da comunidade.

De acordo com Stráth (2002), nos anos 80, este conceito transformou-se para apoiar a ligação entre os níveis local/regional com o nível europeu. A Europa e as regiões eram não apenas duas alternativas separadas uma da outra mas também ligadas através do conceito de identidade europeia, tendo os políticos disponibilizado um pacote de recursos em regiões emergentes na Europa de forma a reforçar a coesão europeia. Ao

mesmo tempo que promoviam os sentimentos de identidade regional também o era a identidade europeia, quando políticos, empresários, sindicatos e outras associações se uniam para fazer pressão na obtenção de subsídios de Bruxelas.

b) A Europa dos Povos

O Relatório Tindemans, de 1975 (Relatório sobre a União Europeia), recomendou a tomada de medidas para a protecção dos direitos dos europeus e uma política específica para a criação de “uma Europa dos povos”, através da manifestação concreta de solidariedade europeia na vida quotidiana. Este foi seguido, em 1983, pela Declaração Solene da União Europeia assinada pelos chefes de estado da CE em Estugarda, que convidava os Estados-membros a promover uma consciencialização europeia e a desenvolver uma acção conjunta em várias áreas culturais (informação, educação, política audiovisual e das artes). Isto foi interpretado pela Comissão como uma luz verde para a prossecução de iniciativas culturais, não por elas próprias mas para afirmar o conhecimento de uma herança cultural comum como um elemento da identidade europeia. O ênfase no fazer surgir a consciencialização como uma estratégia para trazer a Europa “mais perto dos seus cidadãos” e a criação de “europeus” assinalou assim um novo ponto de partida nas abordagens da UE ao até então negligenciado domínio da cultura. Estas ideias foram desenvolvidas como iniciativas políticas em várias áreas, particularmente através dos vários programas de educação e formação europeus e da política audiovisual.

Os pedidos de intervenção no sector cultural foram reforçados pelo desapontamento com a baixa adesão que tiveram as eleições de 1984 para o Parlamento Europeu. A reunião seguinte do Conselho Europeu concordou no estabelecimento de um comité *ad hoc* para a Europa dos Povos, cuja tarefa foi a sugestão de medidas para “reforçar e promover a identidade da Comunidade e a sua imagem perante os cidadãos e o resto do mundo” (Adonnino, 1985).

O Comité presidido pelo membro italiano do Parlamento Europeu Pietro Adonnino produziu dois relatórios no ano seguinte. As suas recomendações cobriam tópicos não estritamente confinados ao sector cultural, incluindo formalidades de passagem de fronteiras, a cunhagem de moedas europeias, fornecer o reconhecimento recíproco de

equivalência aos diplomas e qualificações profissionais e a atribuição de direitos aos deslocados para participação em eleições locais e europeias no seu país de residência.

Contudo, o relatório salientou que *“é através da acção em áreas da cultura e da comunicação, que são essenciais para a identidade europeia e para imagem da Comunidade nas mentes dos seus povos, que apoiam o avanço da Europa e que devem ser procuradas”* (Adonnino, 1985). Algumas áreas foram entendidas como exercendo maior atracção popular e foram indicadas para promover a “ideia europeia”, como a área audiovisual, através da criação de um canal de televisão multilingue, uma academia europeia da Ciência ou uma lotaria europeia. O Comité também afirmou a necessidade de formar uma equipa desportiva europeia, a transmissão de mais factos sobre as actividades da Comunidade e o seu significado para os cidadãos europeus (incluindo os eventos históricos que levaram à construção da Comunidade e que inspiram o seu desenvolvimento em liberdade, paz e segurança), a inauguração de programas de intercâmbios escolares e campos de trabalho voluntário para jovens, e a introdução de uma dimensão europeia mais forte na educação (incluindo a preparação e a disponibilização de livros e materiais escolares apropriados). Estas medidas populistas e de construção de uma nação foram concebidas para aumentar a consciencialização europeia e “europeinizar” o sector cultural (Shore, 2000).

c) A criação dos símbolos da União Europeia

O papel que os símbolos desempenham na articulação e formação de padrões de consciência e identidade é crucial para perceber como a Europa está a ser construída como uma comunidade política. A maioria dos conceitos e categorias fundamentais que dizem respeito à integração europeia, como aqueles que dão forma à ideia de nação, são representados através de símbolos. Para Shore (2000) é apenas através de símbolos que o significado de “realidades” e ideias como “estado”, “nação”, “cidadania” e “Europa” se podem tornar tangíveis e compreensíveis.

Nas palavras da Comissão: *“os símbolos desempenham um papel chave no despertar da consciencialização mas é também necessário tornar o cidadão europeu consciente dos diferentes elementos que fazem parte da sua identidade europeia, da nossa unidade*

cultural com toda a sua diversidade de expressão, e dos laços históricos que ligam as nações da Europa” (CEC, 1988). As medidas mais importantes foram a criação de um novo emblema e bandeira europeias.

Figura 2



Em 1983, o Parlamento Europeu adoptou a bandeira criada pelo Conselho da Europa: um círculo de doze estrelas amarelas colocado num fundo azul. Em 1985, recomendou que se tornasse o símbolo da Comunidade Europeia. Depois da aprovação pelo Conselho da Europa, esta foi içada pela primeira vez fora da sede da Comissão em Bruxelas, numa cerimónia oficial em 29 de Maio de 1986. Sobre um fundo de céu azul, as estrelas formam um círculo que simboliza a união. A lógica deste emblema, tal como descrito pelo Conselho da Europa é: *“Doze é o símbolo da perfeição e da plenitude, também associado com os doze apóstolos, os filhos de Jacob, as tábuas do legislador romano, os trabalhos de Hércules, as horas do dia, os meses do ano, ou os signos do Zodíaco. Finalmente, o desenho circular denota união.”* A bandeira europeia impôs-se como o símbolo de um projecto político comum, para unir os europeus para além das suas diversidades. Segundo a Comissão, a bandeira era então *“por excelência o símbolo da identidade europeia e da unificação”*.

O Comité Adonnino, no seu relatório (1985) argumentou que para transformar a Comunidade Europeia nos “povos da Europa” era também necessário um novo conjunto de símbolos para comunicar os princípios e valores sobre os quais a Comunidade se baseia. Estes serviriam para remediar o que se cria ser a falta de conhecimento dos cidadãos europeus da sua herança e identidade europeia. Assim, o Comité recomendou várias medidas “simbólicas” para destacar o perfil da Comunidade.

Entre outros instrumentos para comunicar a “ideia da Europa” o Comité Adonnino (1985) propôs a adopção de um hino europeu, (também lançado pelo Conselho da

Europa, em 1972) tirado do quarto movimento da Nona Sinfonia de Beethoven – o Hino à Alegria, com arranjos de Herbert von Karajan, que foi veiculado pelas instituições como mais um símbolo europeu, e que foi recomendado que fosse tocado em todas as cerimónias e eventos.

Com base no mesmo relatório, a Comissão também tentou a reestruturação do calendário através da criação de novos marcos de comemoração, como as “semanas europeias”, o “Mês Europeu da Cultura” (para acompanhar a iniciativa da capital europeia da cultura) e uma série de “anos europeus” dedicados à promoção de temas escolhidos pela comunidade (como o ano Europeu do Cinema, Ano Europeu do Ambiente). Também propôs novos feriados da Comunidade para comemorar momentos decisivos na história da integração europeia – como a data do aniversário de Jean Monnet e a data de assinatura do Tratado de criação da Comunidade do Carvão e do Aço. Assim, 9 de Maio, o aniversário do Plano Schuman, foi oficialmente designado o Dia da Europa. O objectivo político por detrás destas iniciativas é claro, pretendendo a reconfiguração da ordenação simbólica do tempo espaço, informação, educação e meios de comunicação social de forma a reflectir a dimensão europeia e a presença das instituições da Comunidade Europeia.

O lema da UE “Unidade na diversidade” (*in varietate concordia*, em latim, ou *unity in diversity* no original, no tratado) foi oficialmente proclamado em 4 de Maio de 2000 no PE. Foi institucionalizado recentemente através do tratado para a Constituição Europeia de 2004. O lema europeu foi adoptado na sequência de um concurso organizado por várias entidades europeias e no qual participaram 80.000 jovens europeus com idades entre os 10 e os 19 anos. O lema significa que através da UE os europeus estão unidos no trabalho conjunto para a paz e prosperidade e que as diferentes culturas, tradições e línguas europeias são um aspecto positivo para a União. É uma concepção de identidade europeia numa perspectiva intercultural que também estabelece um compromisso com os particularismos regionais e locais. Por outro lado, foi incorporado no discurso da União previamente à entrada dos dez Estados-membros, que incluíam os Estados da Europa de leste, cuja diversidade era mais patente.

Um outro símbolo da UE, o *euro* foi lançado como moeda corrente nos países membros da UE em Janeiro de 2002, como corolário da União Monetária estabelecida no Tratado

de Maastricht. Para além da justificação funcionalista, o *euro* também reflecte um grande esforço na criação de laços afectivos com a Europa. As imagens das notas e moedas do euro são expressões desta tentativa. Em Fevereiro de 1996, o Instituto Monetário Europeu (IME), o antecessor do Banco Central Europeu, lançou um concurso para as notas e definiu os critérios para o desenho que deveria “*reflectir a herança cultural europeia*”. E ainda “*as notas deverão ser claramente identificáveis como europeias e deverão incluir uma mensagem cultural e política facilmente aceite pelos cidadãos da Europa*”. O desenho do símbolo do euro foi escolhido como uma tentativa explícita de construção de identidade. De acordo com o Banco Central Europeu: “*O símbolo gráfico do euro foi inspirado na letra grega épsilon e evoca a primeira letra da palavra “Europa”. As linhas paralelas representam a estabilidade do euro*”. As moedas euro apresentam um símbolo nacional numa face e símbolos europeus na outra. A interpretação oficial do Banco Central Europeu estabelece, mais uma vez, uma ligação específica do desenho da moeda com a construção da identidade: “*a face europeia da moeda retrata um mapa da UE contra um fundo de linhas paralelas que ligam as 12 estrelas da bandeira europeia*”. As notas de euro não têm símbolos nacionais, ambas as faces da nota apresentam figuras e temas europeus comuns como a bandeira europeia, outro símbolo e o mapa da Europa. A tentativa de construção europeia vem novamente explícita na interpretação oficial do Banco Central Europeu: “*Nas notas de euro estão representados os estilos arquitectónicos de sete períodos da história cultural da Europa – o Clássico, o Românico, o Gótico, o Renascentista, o Barroco e o Rococó, a época da arquitectura em ferro e vidro e a arquitectura moderna do séc. XX –, com destaque para três elementos arquitectónicos principais: janelas, pórticos e pontes. Na frente de cada nota, as janelas e pórticos simbolizam o espírito de abertura e cooperação na Europa. As doze estrelas da União Europeia, também apresentadas, evocam o dinamismo e a harmonia na Europa contemporânea. Para complementar estes elementos do desenho, o verso de cada nota exhibe uma ponte típica de cada época do desenvolvimento cultural da Europa. Os modelos reproduzidos incluem desde as primeiras construções até às sofisticadas pontes suspensas da era moderna e são utilizados como metáfora para a comunicação entre os povos da Europa e entre a Europa e o resto do mundo.*”

Figura 3



Segundo Kaelberer (2004) as imagens das notas de euro tentam estabelecer os laços com uma tradição europeia comum. Elas referem-se ao período clássico antigo da Europa e tentam deliberadamente construir uma memória histórica europeia comum. Estas imagens indica claramente que não é difícil construir as raízes de uma civilização europeia comum. A antiguidade clássica, o renascimento, o iluminismo, assim como as revoluções tecnológicas e industriais são experiências históricas partilhadas entre os europeus. Desta forma, o *euro* pode esquecer aspectos da história europeia, como a guerra e o imperialismo, em nome de uma visão progressista e otimista da Europa, ou seja procura romantizar a história tão facilmente como as moedas nacionais o fazem.

Os símbolos reflectem o desejo de desenvolver a consciência europeia e de moldar deliberadamente a orientação cognitiva das pessoas em relação à Europa. Neste sentido, representam uma tentativa de construção da identidade europeia.

Podemos analisar as tentativas da Comissão Europeia de mobilizar apoio popular através da criação de um novo repertório de símbolos públicos para a UE de forma a verificar se são relevantes e eficientes. Contudo, segundo Shore, (2000) enquanto os símbolos podem parecer simples imitações dos ícones e imagens usados pelos Estados, eles não são elementos menos importantes para reconfigurar a forma como a Europa é conceptualizada e para a criação de uma realidade política europeia ao nível da consciência pública.

A criação de um novo repertório de símbolos europeus também levanta a questão de saber se os sistemas de símbolos europeus e nacionais são de facto compatíveis ou antagonistas. A perspectiva da Comissão é de que as pessoas possuem identidades

múltiplas (locais, étnicas, regionais, nacionais, religiosas) e que estas tendem a ser complementares e segmentárias ligando ordens de pertença de níveis diferentes. Como vimos anteriormente, esta ideia, é apoiada pelas modernas teorias sociais. Para a UE, a criação de uma “identidade europeia” englobante é simplesmente uma maneira de transplantar uma identidade colectiva acima de identidades nacionais e regionais já existentes. Shore (2000) salienta que esta assunção de que as identidades existentes podem com sucesso ser encaixadas dentro de uma mais vasta identidade europeia parece ser a forma como a Comissão epitomiza a sua abordagem à formação de identidades.

Na teoria de Benedict Anderson, a Europa, assim como os Estados-nação individuais são “comunidades imaginadas”. A identidade nacional e a europeia podem coexistir como parte de identidades híbridas. Não há uma troca intrínseca entre a identidade nacional e a europeia. Enquanto estas duas formas de identidade podem competir uma com a outra, não são mutuamente exclusivas. Precisamente, porque a identidade europeia apenas pode ser baseada na diversidade e inclusão, pode coexistir com identidades nacionais, subnacionais, ou outras. Tem de continuar a crescer ao lado de outras identidades ao invés de as substituir. De acordo com Kaelberer (2004), para perceber o conceito de identidade europeia, é necessário reconceptualizar a identidade como multi-camadas e não como una. Se concebemos a identidade como um conceito exclusivo, a identidade europeia não existiria devido à força de outras camadas de identidade.

A tradição cultural da antiguidade, feudalismo, e a uniformidade do período medieval, a experiência da reforma, do renascimento, do iluminismo, da formação dos estados-nação e da revolução industrial são tudo experiências comuns da Europa ocidental que ultrapassaram os estados-nação individuais. A introdução dos símbolos, é apenas mais uma parte desta construção de uma identidade europeia comum. Torna a identidade europeia mais tangível e fornece símbolos que inscrevem mais elementos de “europeinidade” na vida quotidiana dos cidadãos (Kaelberer, 2004).

d) A cidadania europeia

Através do Tratado de Maastricht, a União Europeia introduziu o capítulo da Cidadania, no artigo 8º onde afirmou “*os cidadãos da UE gozam dos direitos impostos por este Tratado e estão sujeitos aos deveres impostos pelo mesmo*”. Verificamos que o termo cidadania é aqui utilizado não apenas para designar a nacionalidade dos cidadãos mas também o estatuto definido pelos direitos e deveres do cidadão, tal como explicado por Habermas (1992). Contudo, este tratado conferiu aos cidadãos apenas novos direitos de participação política em eleições europeias locais, para além dos já existentes e não impôs quaisquer deveres semelhantes aos que os cidadãos têm para com os seus Estados, como: os impostos, o serviço militar ou a obrigação de lealdade.

De acordo com o seu discurso oficial, a União Europeia procura desenvolver um sentimento forte de identidade e cidadania europeia num nível acima ao do Estado nação, contribuindo ao mesmo tempo para o florescimento de identidades e culturas locais, regionais e nacionais num nível inferior ao mesmo. Uma questão frequentemente levantada pela literatura é se estes objectivos são complementares ou contraditórios. A brochura “Construir a Europa dos Povos” afirma que a “*cidadania europeia completa - e não substitui –a cidadania nacional*”. Para a UE, este conceito pretende traduzir “*os valores fundamentais partilhados pelos europeus e sobre os quais assenta a construção europeia, que se apoia igualmente numa formidável herança cultural comum*” (CE, 2001)

Uma outra questão importante abordada na literatura sobre a UE é se a cidadania europeia pode ser desenvolvida acima do nível do Estado nação como uma alternativa à cidadania nacional, seguindo o modelo vestefaliano, que afirma a cidadania como ligada ao território e nacionalidade. Para Shore (2000), a cidadania é vista como um conceito composto, uma categoria socio-cultural que engloba necessariamente uma dimensão política mas também uma dimensão subjectiva emocional e cultural.

Pode afirmar-se que o princípio chave para a UE era reforçar a sua legitimidade através da criação de sentimentos de pertença, ou seja, dotar os nacionais dos Estados-membros como sujeitos políticos da UE com novos direitos e assim criar um novo fundamento para o compromisso. Segundo Shore (2000), a “*cidadania europeia*” foi desenhada não

para gerar apoio do que seria o público europeu (demos), mas em primeiro lugar para criar a categoria de “público europeu”. Através da popularização da “ideia europeia” a UE tenta ganhar legitimidade cultural, cuja não existência é vista como causa e efeito do *déficit* democrático. Como deveremos interpretar a cidadania europeia? Este foi um conceito inventado pelas elites políticas europeias de forma a chamar as massas e para resolver a crise da legitimidade europeia. Duma perspectiva legal, o Tratado de Maastricht redefiniu os povos da Europa como “sujeitos europeus” o que não é mesma coisa do que criar uma “subjectividade europeia”. O catalizador que parece faltar deste cenário é novamente um sentimento de identidade coerente e uma consciência europeia para investir a capa legal de cidadania com um significado social.

A cidadania, juntamente com autoridade legal e o poder para assinar tratados internacionais – é o que define a característica de um Estado. Neste respeito, a cidadania europeia pode também representar um discurso de poder, para além de conferir direitos aos cidadãos. Pode considerar-se um instrumento político para tornar a UE mais visível para os seus novos sujeitos para que estes se vejam reflectidos na sua dimensão. Pode também considerar-se um instrumento conceptual para legitimar uma forma de Estado apresentada como supranacional. A sua função é gerar uma nova categoria de subjectividade europeia e assim, permitir ao novo “Estado” europeu a comunicação directa com os seus cidadãos.

2.4. A política para a cultura na União Europeia

Desde a década de oitenta, registou-se uma alteração da abordagem das elites europeias à integração, principalmente através da ênfase que colocaram na cultura. Neste contexto é interessante a forma como a linguagem oficial da UE se apropriou de conceitos fundamentais da sociologia como “cultura”, “identidade”, “coesão social” e “consciência colectiva”, como metáforas mobilizadoras para a construção da “cultura europeia”, da “identidade europeia” e da “consciência europeia”.

A cooperação cultural foi abordada como uma das acções a ter em conta no âmbito do desenvolvimento da integração para melhorar o nível do conhecimento dos Estados membros uns dos outros e da história e cultura da Europa para promover uma consciência europeia. Tal como referido na Declaração Solene de Estugarda, os Estados

propuseram-se tomar medidas em conjunto para “*proteger e salvaguardar a herança cultural*”, para divulgar a cultura, através dos meios audiovisuais e desenvolver os contactos entre escritores e artistas com o intuito de divulgar os seus trabalhos interna e externamente à Comunidade (CE, 1983). Nesta abordagem, ainda incipiente verificamos que a UE pretendia conseguir criar uma distinção dos seus elementos culturais relativamente ao exterior e a divulgação destes através dos meios de comunicação de massa.

Segundo a Comissão europeia, os europeus não estão suficientemente atentos aos seus valores culturais comuns e à herança europeia comum e não estão bem informados acerca das acções da Comissão. A comunicação sobre a “Europa do povos”, de 1988, concluía que “*é necessária uma acção no sector cultural para tornar as pessoas mais conscientes da sua identidade europeia, em antecipação à criação de uma área cultural europeia*” (CE, 1988).

A UE apresenta duas razões para este interesse na cultura, sendo a primeira, porque a cultura como área de grande actividade comercial, cai na esfera de competência legal das políticas económicas e industriais da Comunidade; e, a segunda, porque a noção de cultura em si mesma, é agora reconhecida como uma dimensão chave da integração europeia. Como um relatório do Parlamento europeu afirmou: “*a dimensão cultural está a tornar-se um meio crucial de concretizar as políticas que procuram estimular a união dos povos da Europa, fundados na consciência de partilha de uma herança de valores e ideias comuns*” (Barzanti cit. em Shore, 2000). Segundo a Comissão: “*o sucesso de várias iniciativas simbólicas demonstrou que a dimensão cultural da Europa está presente na consciência colectiva dos seus povos: os seus valores são um bem cultural comum, caracterizado por um pluralismo humanista baseado na democracia, justiça e liberdade. A UE que está em construção não pode ter objectivos económicos e sociais como único fim. Ela envolve também novos tipos de solidariedade baseados na pertença à cultura europeia*” (CE, 1988). A formação da identidade e a construção da cultura tornaram-se assim objectivos políticos explícitos na campanha para promover o que os políticos da UE chamam “ideia europeia”.

Para Sassatelli (2002), até ao presente os resultados mais concretos da acção da UE em termos culturais têm sido campanhas de subsídios e patrocínio, programas de intercâmbio e a regulamentação do mercado de bens culturais.

A ideia de que existe uma cultura europeia e de que esta pode ser desenvolvida para corroborar os aspectos mais técnicos, legais e económicos do processo de integração, tem vindo a assumir um lugar estratégico no pensamento dos decisores políticos e apoiantes da UE. O relatório da Comissão Europeia de 1996, “Primeiro Relatório sobre considerações dos aspectos culturais na Acção da Comunidade” europeia sumarizam-no muito claramente: “*a política cultural deve ter uma contribuição no reforço e expansão do “modelo europeu de sociedade construída sobre um conjunto de valores comuns a todas as sociedades europeias”*” (CE, 1996). Contudo, depois de identificar os contornos e correntes da herança cultural europeia, torna-se necessário encadeá-la na narrativa popular através do acordar da consciência europeia interpelando as massas como europeias. Shore (2000) afirma que são as massas, e não simplesmente as elites europeias, os políticos e intelectuais, que devem ser integrados na história antes que uma nova memória colectiva possa ser originada e uma nova consciência histórica criada. A história é obviamente central para o imaginário de uma comunidade, porque a forma como as pessoas experienciam o passado é intrínseco à sua percepção do presente. É também fundamental para a sua concepção de si próprios como sujeitos e membros de uma colectividade. A UE apresenta a herança cultural comum numa dimensão “*acima de divisões geográficas, religiosas ou políticas, as correntes artísticas científicas ou filosóficas*” (CE, 2002), que se influenciaram mutuamente ao longo do tempo para se constituir num património pertencente às diversas culturas da UE e que fundamenta a sua especificidade.

A ênfase na “cultura” como um mecanismo integrador e possível solução para o problema da unificação europeia, ao nível político, marca uma alteração fundamental nos discursos oficiais da UE sobre integração aparte da velha assumpção de que a integração socio-cultural seguiria como um produto automático da integração económica e harmonização técnica (Shore, 2000).

A partir do Tratado de Maastricht de 1992, a abordagem da política europeia à cultura muda dramaticamente, com a criação da categoria de “cidadania europeia” e com

inclusão de novas áreas na jurisdição da Comunidade, incluindo a educação, juventude, cultura, protecção do consumidor e saúde pública. Assim, o Tratado de Maastricht alargou substancialmente a esfera de governo da UE, trazendo-lhe novos poderes legais e técnicos de intervenção em domínios da vida quotidiana até aqui fora da sua influência directa. O Tratado de Maastricht não se limita à consagração da cultura como uma área de acção da UE, mas vincula a organização a ter em conta, no conjunto das suas políticas, os aspectos culturais das mesmas. Com o artigo 128º foi introduzido o artigo da cultura, que delineia os objectivos da Comunidade para o campo cultural e que afirma que *“a comunidade deve contribuir para o florescimento das culturas dos Estados-membros enquanto respeita a sua diversidade nacional e regional e ao mesmo tempo que promove a herança cultural comum”*. As áreas específicas onde a acção e cooperação cultural deve ser desenvolvida incluem acções para melhorar “o conhecimento e difusão da cultura e história dos povos europeus”, a “conservação e salvaguarda da herança cultural de importância europeias”, “trocas não comerciais” e a “criação literária e artística”. Termina com a declaração de que *“a Comunidade deve ter em conta os aspectos culturais nas suas acções no âmbito de outras provisões deste tratado”* (CE, 1992).

Como no conceito de “identidade europeia”, para a Comissão, a “unidade na diversidade” significa que o “mosaico de culturas” europeu representa pequenas unidades num grande desenho europeu. A “cultura europeia”, ou a civilização europeia, é assim englobante encaixando um compósito transcendente de culturas nacionais, muito maior do que a soma das diferentes partes (Shore, 2000). Segundo a UE, o “modelo cultural europeu” define-se através do *“respeito pela expressão cultural própria de cada povo e os intercâmbios, as acções de cooperação, que alimentam e enriquecem cada cultura”* (CE, 2002). A política para a cultura da UE afirma que pretende evidenciar o que os patrimónios culturais dos estados têm em comum, sempre respeitando as diversidades culturais mas com o objectivo de reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade e de contribuir para o desenvolvimento e divulgação culturais.

A “unidade na diversidade” é hoje dominante quer nos estudos científicos quer no discurso oficial da UE. Como consequência, a UE tem evitado preencher a ideia do corpo cultural europeu com elementos específicos. Embora sendo alvo de críticas por

parte dos académicos, a UE afirma que a instituição não pode definir um conceito tal como a cultura. Por outro lado tem abordado a questão de forma pragmática, nos limites do que é apresentado nos textos e políticas oficiais.

Os significados menos claros na divisa “unidade na diversidade” não significam apenas que pretendem iludir os europeus, podemos também salientar que a sua ambiguidade permite utilizações diferentes e contrárias. A ambiguidade no discurso da UE sobre a identidade cultural e sobre o significado da Europa, não representa um fracasso mas um elemento que pode ser teorizado (Sassatelli, 2002).

No seu discurso acerca da cultura europeia, o actual comissário para a educação, formação, cultura e multilinguismo, Ján Figel, apresenta o argumento de que não há apenas *uma* cultura europeia. Na sua opinião existe uma massa de manifestações dispersas que são vagamente culturais e remotamente europeias, referindo-se às manifestações de cultura popular, artística e intelectual, mas questiona se poderão ser todas colocadas no mesmo cesto e denominadas como “cultura europeia”. Para este político europeu, a cultura está relacionada com a identidade, com a forma como nos vemos e aos outros e com as acções conjuntas num contexto particular.

Partindo deste ponto, a UE considera a cultura europeia decorrente da filosofia grega e do direito romano da antiguidade, da herança e tradições religiosas e da herança humanista do Iluminismo. Uma das visões mais consensuais acerca da cultura europeia é aquela que assenta nos seus ícones culturais, todos os grandes artistas europeus que se destacaram no passado. Todavia, alerta para que embora esta possa constituir uma visão aceite por todos, ela não tem ligação ao mundo actual. Actualmente, existem também muitos contributos e personalidades que são reconhecidas como europeias, mas a principal dificuldade jaz em definir o que têm em comum. Por outro lado, a Europa é formada por múltiplas lealdades, que são nacionais e europeias que se sobrepõem e interligam com lealdades locais e regionais. A UE refere de uma “democracia cosmopolita” onde existe a possibilidade de identidade o que condiciona a governança a decorrer ao longo do tempo de forma fluida e plural.

No discurso da UE, os valores estão no centro de qualquer conceito de cultura. A partilha de valores, assentes em referências históricas que lhes servem de fundamento,

permitem aos membros da UE trabalharem em conjunto sobre assuntos sociais e políticos fundamentais. É considerada notável a forma como os caminhos das diferentes nações convergiram numa forma de vida baseada em valores comuns, apesar da diversidade cultural na Europa, que é algo que deve ser desfrutado e acarinhado. A liberdade, justiça e responsabilidade fazem parte de um núcleo de valores comuns que todas as nações na UE presentemente defendem e que são vitais para a democracia parlamentar, o estado de direito, a liberdade de opinião e de fé, a liberdade de imprensa e para um modelo social europeu mais coeso.

Porém, estes valores não são exclusivos da União Europeia, nem os Estados europeus foram sempre os primeiros a aplicá-los. No entanto, esses valores são agora aceites por todos, fazendo parte dos critérios de acessão, qualquer que seja a ênfase que as diferentes nações lhes dêem.

A UE não considera que o seu papel seja o de criar uma espécie de identidade europeia artificial, ou de promover uma noção de cultura comum “misturada”, mas sim o de promover a consciência do que existe em comum, ou da consciência dos valores comuns, apesar da diversidade, que fundamenta a acção comum. Por esse motivo, a UE justifica a existência do Programa para a Cultura, com o intuito de mostrar que esta faz sentido no mundo actual e para chamar a atenção para as referências históricas e culturais comuns, enraizadas nos valores europeus.

No entanto, a UE tem a noção de que a consciência de uma tal cultura europeia ainda é vaga e fraca, necessitando de ser alimentada e encorajada (Fígel, 2006).

Na verdade, esta acção cultural da UE toca, de forma horizontal, numerosas esferas de acção comunitária, como as políticas regionais e sociais, os programas de investigação científica, as iniciativas no âmbito das línguas e as políticas para a educação e a formação. Em termos sociais a UE procura desenvolver a integração, pois no que diz respeito ao seu apoio aos sistemas educativos são incentivadas actividades que valorizam o património ou a diversidade de culturas, enquanto ao nível económico, a UE procura desenvolver a competitividade da Europa.

a) Uma comunidade imaginada?

Para se perceber como é que a nova Europa está a ser imaginada e que imagens prevalecem temos que analisar quais são os “agentes da consciencialização europeia”. Aqui devemos referir-nos a que forças e objectos através dos quais o conhecimento da UE engloba e comunica como um fenómeno socio-cultural, ou melhor, quais são os autores, acções, artefactos, organismos, instituições políticas e representações que, singular ou colectivamente, ajudam a formar o conhecimento e a promover a aceitação da “ideia europeia”. Estes agentes de consciência variam do abstracto e intangível para o concreto e mundano: as instituições europeias e seus funcionários, o mercado único, o euro, o sistema métrico de medições e pesos, e a proliferação de leis e regulamentos, os intercâmbios educativos, as cidades geminadas, os símbolos e tradições inventados, a historiografia da UE e a harmonização das estatísticas europeias pelo Eurostat. Todos estes elementos contribuem de uma forma ou doutra para o modo como as pessoas percebem e experienciam a Europa em relação a si próprias. Todos contribuem para a criação dos fundamentos conceptuais e simbólicos que tornam possível imaginar a nova Europa como uma entidade política e uma comunidade e para conceber o “eu” como parte dessa comunidade. Em grande medida, esses agentes da consciência europeia são o que constitui a União Europeia. A “europeinização” é o termo muitas vezes usado para descrever este processo.

A ideia de que os europeus podem ser europeinizados parece contraditória mas este conceito pode ser muito útil. Segundo Borneman e Fowler (1997) a *“europeinização funciona como uma estratégia de auto-representação e um mecanismo de poder”*. É um processo acelerado conduzido maioritariamente, mas não exclusivamente, pelo poder organizativo e administrativo da UE que reorganiza a territorialidade e a demografia, os dois princípios de identificação que formaram a ordem europeia moderna. Este parece ser o seu propósito, a reconfiguração não apenas do mapa da Europa, mas dos termos e processo pelos quais as pessoas na Europa se apercebem de si próprias e constroem as suas identidades. Mais importante, a europeinização é um processo inerentemente circular e auto-reforçador. As instituições e leis da UE estão continuamente a gerar o seu próprio ambiente e condições de expansão.

Através do seu objectivo de criar “uma união mais próxima”, a UE procura lançar as fundações para um sistema único de governo pan-europeu sem precedentes na história. O seus objectivos são a criação de um novo tipo de ordem política e cultural pós-nacional que suplantará o Estado nação. Apesar da sensibilidade que o termo federalismo acarreta, a visão de um futuro estado europeu baseado numa ordem federalista é frequentemente invocado pelos líderes europeus. A transformação dos Estados nação em unidades federadas de uma grande Europa, como muitos na Comissão desejam, requer não apenas uma grande alteração constitucional mas, mais importante ainda, uma alteração fundamental na política cultural e de identidade que nem todos os Estados-membros ou os seus povos desejam, como ficou manifestamente provado nos referendos efectuados ao Tratado para a Constituição europeia em 2005 e 2006.

Na brochura *É a nossa Europa* a UE apresenta um discurso dirigido ao cidadão individual, sem distinção de género, idade, ou nacionalidade, em que apresenta a União como um espaço delimitado para o exterior, mas perfeitamente acessível e apetecível a uma experiência de deslocação de curto ou longo prazo: *“A UE oferece presentemente liberdades e possibilidades de mobilidade com que as anteriores gerações de europeus só podiam sonhar. A época em que a maioria das pessoas se mantinha na cidade ou aldeia em que cresceu já desapareceu há muito. Hoje em dia, nada justifica que se mantenha no seu país de origem ou na sua cidade natal. A sua casa pode situar-se em qualquer parte da Europa, qualquer que seja a sua idade e quaisquer que sejam os seus motivos: trabalho voluntário, estudos, formação, trabalho, ou mesmo reforma. Por que não ponderar a possibilidade de passar os seus anos de reforma noutra país? À beira-mar, por exemplo, ou em qualquer sítio onde possa concretizar a sua paixão pela marcha ou pela observação da natureza. Um sítio onde os seus netos adorariam passar as férias... A UE já fez muito para que tudo isto seja realizável”* (UE, 2003).

No caso da União Europeia e da criação da consciência europeia as novas categorias que necessitam de ser criadas incluem noções como “cidadão europeu”, um “problema europeu”, “valores comuns europeus”, “cultura europeia” e até “europeinidade”. Estes assuntos reflectem no fundo a questão da identidade europeia. A construção da Europa requer a construção de “europeus”, não simplesmente como uma categoria, que são os detentores do passaporte europeu e “cidadãos”, mas fundamentalmente como uma categoria de subjectividade. Esta transformação da identidade e consciência, ou para

usar a linguagem do neo-funcionalismo, “o processo pelo qual os actores são persuadidos a transferir as suas lealdades e compromissos”, é crucial para a formação bem sucedida a longo prazo de uma União Europeia.

b) Sondagens aos cidadãos europeus

As sondagens do Eurobarómetro, iniciadas em 1973, são um modo de a União Europeia tentar perceber as opiniões dos cidadãos dos Estados-membros sobre os mais diversos assuntos de interesse público. Nos últimos anos, estes inquéritos da Comissão Europeia à opinião pública reuniram informação sobre quase todos os aspectos da vida comunitária, desde o apoio à União, ao conhecimento dos cidadãos sobre políticas, instituições e sobre graus de satisfação e expectativas para o futuro. Na brochura *Como os europeus se vêem a si próprios*, publicada no ano 2000, são apresentados dados relativos aos valores e grau de satisfação com a vida dos cidadãos, cidadania europeia, opinião pública ou o apoio público às políticas da União.

Relativamente à questão de os cidadãos se sentirem ligados à Europa, no que diz respeito ao elo geográfico, as sondagens revelaram que cerca de 6 em cada 10 cidadãos se sentem muito ligados à Europa, sendo os cidadãos do Luxemburgo aqueles cuja percentagem foi mais elevada nesta categoria. Contudo, cerca de 61% dos cidadãos portugueses também manifestaram uma grande ligação à Europa, sendo os cidadãos do Reino Unido, os que menos se consideram ligados à Europa.

Os cidadãos foram também sondados sobre a existência de uma identidade europeia, no sentido da percepção de uma ligação psicológica para além do elo geográfico. Neste campo, as respostas foram bastante mais díspares, sendo ainda no Luxemburgo que os cidadãos se manifestaram de forma mais positiva. Em Portugal, as respostas de cidadãos que se identificam apenas com a sua nacionalidade foram maioritárias. Foi também no Reino Unido que mais cidadãos manifestaram identificar-se apenas com a sua nacionalidade.

A ideia de cidadania também contem em si uma identidade cultural partilhada. A percentagem de europeus que concordam que existe uma identidade cultural partilhada foi inferior aos que não concordam com a sua existência. Neste assunto, foram os

gregos, logo seguidos pelos portugueses, que mais crêem numa identidade cultural partilhada.

No que se refere ao conhecimento que os europeus têm dos seus direitos, é de referir que se destaca a percepção de que se pode estudar e/ou procurar emprego livremente em qualquer país da UE. Neste aspecto não foi clarificado se a possibilidade de estudar em qualquer estado membro se refere a uma mobilidade temporária, como a da acção Erasmus, do programa Socrates, ou se teria um carácter mais permanente.

Entre as instituições que os cidadãos, afirmam conhecer melhor estão por ordem: o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

O apoio à UE tem sido muito variado ao longo do tempo no que se refere à opinião pública europeia, flutuando em conformidade com os tempos de recessão ou de crescimento. Nos anos oitenta, década em que a Grécia, Espanha e Portugal aderiram ao grupo, o apoio desceu, devido aos reflexos do acordo da PAC. Na década seguinte, o apoio à UE voltou a oscilar, o que se pode justificar por vários factores como: o baixo desemprego, as expectativas do mercado único, a reunificação da Alemanha, a guerra do Golfo, a guerra na ex-Jugoslávia, o debate suscitado pelo tratado de Maastricht, etc.

Os cidadãos dos diferentes países também mantêm opiniões divergentes no sentimento que manifestam sobre se o seu país beneficiou com a adesão. Entre os que pensam que o seu país beneficiou pela entrada na UE encontram-se os irlandeses e os portugueses; no lado inverso estão os cidadãos do Reino Unido, onde uma minoria apenas crê que a adesão lhes trouxe benefícios (CE, 2001).

2.5. A política para a educação na União Europeia

Uma outra área onde a UE procura inventar a Europa como uma categoria de pensamento é a educação. Muitos dos esforços da Comunidade foram deliberadamente apontados às escolas e aos jovens europeus de amanhã, numa política resumida numa frase da Comissão: “introdução da dimensão europeia na educação”. Com este objectivo foram estabelecidos dois grandes programas quadro para intercâmbios educacionais, o

programa SOCRATES e, para a formação, o programa LEONARDO, para os quais são dotadas grandes somas do orçamento europeu (Shore, 2000).

Acentuando a necessidade de as nações europeias se preocuparem com o papel que a educação pode ter no inculcar os valores europeus nos jovens, o actual comissário europeu para a Educação (Fígel, 2006) afirma estar ciente que as histórias nacionais das nações são desenhadas para justificar e sustentar certas estruturas políticas, ou seja para dar ênfase e credibilidade à noção política de identidade cultural. Por esse motivo, refere que os estudantes deverão aprender a história de forma crítica colocando o desenvolvimento da sua própria identidade cultural num contexto mais vasto. Na verdade, a sua ideia é que devem aprender mais história europeia, numa versão transversal aos Estados-nação, que aborde o desenvolvimento global da política e do pensamento no continente, de uma forma que não exclua a influência positiva das trocas interculturais.

O comissário (Fígel, 2006) relembra que Europa na idade média e no renascimento, incentivava os intelectuais, académicos e religiosos a uma troca de ideias através das fronteiras. Hoje o programa Erasmus promove e amplifica esta tradição facilitando a mobilidade que transporta em vários países uma ideia de cultura europeia no campo da educação.

Embora não constasse expressamente dos tratados fundadores das Comunidades Europeias, através dos artigos 128º e 235º do tratado CEE, a educação esteve desde sempre subjacente ao projecto de construção comunitário. O art. 128º estabelecia uma “política comum de formação profissional” o que deu origem a jurisprudência do Tribunal de Justiça, que contribuiu para a intervenção comunitária no domínio da educação em geral. O art. 235º afirmava que para a prossecução das acções necessárias ao mercado comum, o Conselho poderia providenciar as medidas apropriadas, completando esta acção, através do princípio da subsidiariedade. Assim, para a concretização das liberdades fundamentais de circulação, o Tribunal considerou incluídas nos direitos dos trabalhadores e da formação profissional vários aspectos da educação.

Paralelamente, desde 1953, foram criadas algumas instituições europeias de educação, como: as escolas europeias, fundadas em várias cidades, para os filhos dos funcionários europeus deslocados, em 1972, o Instituto Europeu de Florença, uma instituição universitária, em 1975, o Centro Europeu para o Desenvolvimento e Formação Profissional em Tessalónica, em 1981, o Instituto Europeu de Administração Pública em Maastricht e, mais recentemente, em 1995, a Fundação Europeia para a Formação, em Turim.

Na década de setenta, o tema da educação passa a estar presente na agenda das Comunidades Europeias, passando o Conselho e a Comissão a tomar posição nesta matéria através das suas resoluções e comunicações. Em 1974, os ministros da educação dos Estados-membros reunidos no Conselho adoptam uma resolução sobre a cooperação para a educação, cujo princípio seria iniciar um programa de cooperação na educação “*que espelhe a harmonização progressiva das políticas económicas e sociais*” tendo como principais objectivos que a educação fosse encarada para além de uma componente da vida económica e que a cooperação deixaria espaço para as tradições de cada país e para a diversidade dos seus sistemas e políticas educativas. A cooperação na educação começa aqui por exprimir os seus meios de acção, como: a promoção de um relacionamento mais próximo entre sistemas de ensino, possibilidades de reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudos, incentivo à mobilidade de professores, estudantes e investigadores, e melhoria do ensino das línguas.

Em 1976, foi lançado um programa de acção em matéria de Educação, considerando que esta cooperação traria um contributo importante no desenvolvimento da Comunidade. Aqui foi decidido implementar medidas relativas à integração de estudantes em sistemas de ensino de outros países, ao reconhecimento de diplomas e experiência profissional, cooperação no campo do ensino superior, ensino de línguas estrangeiras, igualdade de acesso a todas as formas de educação, entre outras medidas.

Na declaração de Estugarda, de 1983 “Declaração Solene da União Europeia”, os chefes de Estado dos dez Estados membros afirmam no preâmbulo que a Comunidade deve reforçar a coesão dinamizar e intensificar a sua acção em áreas até aí não exploradas de forma a resolver os graves problemas económicos enfrentados pelos seus membros. Para este fim estabelece como um dos objectivos necessários a aproximação de certas

áreas de legislação dos Estados membros para facilitar o relacionamento entre os seus nacionais, no âmbito da prioridade ao desenvolvimento de uma política social europeia para combater o desemprego. Ainda, nesta declaração a cooperação cultural é considerada importante e nas medidas de aqui referidas salienta-se a proposta de reforço de cooperação entre os estabelecimentos de ensino superior incluindo intercâmbios de alunos e professores, a intensificação de tocas de experiências, principalmente entre os jovens e o desenvolvimento do ensino das línguas dos Estados membros da Comunidade (CE, 1983). Podemos verificar que nesta altura a organização estabelece uma interligação entre o desenvolvimento económico e a cooperação no âmbito do ensino superior sendo esta colocada ao nível da cooperação cultural, ou seja, procura o reforço económico através do instrumento educação e cultura.

Na década de oitenta, foi ainda lançado o primeiro programa de acção comunitário, o programa EURYDICE, que se consubstanciou numa rede europeia de informação sobre os sistemas educativos dos Estados-membros, disponível através da internet. A Rede Eurydice constitui, desde 1980, um dos pilares estratégicos criados pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros para facilitar a cooperação, mercê de uma melhor compreensão dos sistemas e das políticas educativas. Pretende constituir um garante de transparência e contribui também, directa ou indirectamente, para os esforços desenvolvidos no sentido de melhorar as políticas nacionais e europeias nesta matéria.

Em 1987, foi também lançado o programa ERASMUS, de incentivo à mobilidade, que será analisado pormenorizadamente mais à frente. Podemos contudo relembrar que este programa é considerado por toda a UE como o programa emblemático da acção europeia no âmbito da educação, tal como foi recentemente referido por Barroso, actual Presidente da Comissão Europeia, aquando da celebração dos 20 anos do programa, em 2007.

Em 1988, o Conselho emitiu uma directiva sobre o sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior acerca de formações profissionais com uma duração mínima de três anos. Esta directiva declara no seu preâmbulo que pretende responder rapidamente às expectativas dos cidadãos europeus que possuem diplomas de ensino superior que confirmam formações profissionais emitidos num Estado-membro que não aquele onde pretendem exercer a sua profissão. Aqui podemos verificar que utilizando

uma das suas formas legislativas vinculativas para os Estados-membros, a directiva, a comunidade promove uma forma de facilitar a liberdade de circulação dos seus profissionais.

Ainda em 1988, através de uma resolução o Conselho reafirmou a sua vontade de reforçar a dimensão europeia na educação, através de acções ao nível dos Estados membros e da Comunidade Europeia, numa série de medidas a implementar entre 1988 e 1992. Este documento tinha como principais objectivos o reforço do sentimento de identidade europeia nos jovens, a sua preparação para participar no desenvolvimento económico e social da Comunidade e melhorar o seu conhecimento acerca da Comunidade e dos seus Estados membros “nos seus aspectos históricos, culturais e económicos” (CE, 1988). Nesta resolução é feita referência aos objectivos da decisão do Conselho Europeu sobre a “Europa dos Povos”, pretendendo incorporar a dimensão europeia nos sistemas educativos, nomeadamente, encorajando medidas em todos os sectores da educação, incluindo a dimensão europeia explicitamente nos currícula escolares em todas as disciplinas apropriadas, desenvolvendo programas conjuntos para a mobilidade de alunos e professores e, entre outras, dar um novo estímulo ao reforço da imagem da Europa no âmbito da educação.

A partir da assinatura do Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia, a educação foi institucionalizada no direito comunitário, através do art. 126º (agora 149º), que afirma que “a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade” e promove “a cooperação entre Estados-membros” respeitando a responsabilidade destes no “conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística”. Os principais objectivos expressos neste artigo referem que a acção da Comunidade será no sentido de “desenvolver a dimensão europeia na educação” e “incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores” através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-membros e do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo. Outros objectivos são: a cooperação entre estabelecimentos de ensino, o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-membros, o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socio-educativos e o desenvolvimento da educação à distância.

Embora estas acções propostas pela comunidade sejam de incentivo, promoção e estímulo para o desenvolvimento, já que através do princípio de subsidiariedade a acção é deixada aos Estados-membros, este tratado estabelece um novo quadro jurídico que permitiu à Comissão o lançamento de novas iniciativas e programas em matéria de educação.

A construção de um espaço europeu de educação teve assim como base jurídica o tratado de Maastricht que tornou possível uma nova geração de programas comunitários globais. Foram criados o programa LEONARDO DA VINCI (1994) e o programa SOCRATES (1995), sendo este responsável pelo desenvolvimento de programas anteriores e abrangendo todos os níveis de ensino.

O Livro Verde sobre Educação, Formação e Investigação: obstáculos à mobilidade transnacional, foi entretanto publicado em 1996, para propor linhas de acção e criar o debate acerca das questões que ainda dificultavam a mobilidade no espaço de educação europeu. As dificuldades apresentadas não são apenas legais e administrativas, mas também socioeconómicas, linguísticas e práticas que dificultam a mobilidade de pessoas em formação.

Ainda em 1996, O Conselho adoptou o Livro Branco sobre *Ensinar e aprender, rumo à sociedade cognitiva* para comparar tentativas em curso nos Estados-membros para certificar percursos de formação e para promover a cooperação entre as escolas e as empresas. É referida a necessidade de maiores esforços para melhorar a qualidade da educação e dos sistemas de formação iniciais. Relativamente à mobilidade e cooperação, o texto refere também que “*promover a dimensão europeia da educação e da formação se converteram, mais do que antes, numa necessidade por razões de eficácia, em resultado da globalização e do risco de diluição da sociedade europeia*” (p.55), ou seja, nenhuma instituição sozinha poderá ser capaz de desenvolver as competências necessárias para a aptidão a um emprego.

No ano seguinte, em 1997, a Comissão apresentou a Comunicação *Para uma Europa do Conhecimento*, onde desenvolve uma linha de acção para o período de 2000 a 2006, no

que diz respeito à educação, formação e juventude, e onde previa uma nova geração de acções para fazer da política do conhecimento um dos quatro eixos das políticas da UE.

Dois anos depois, em 1999, o Conselho adoptou nova resolução, intitulada *Rumo ao terceiro milénio*, onde considera necessário uma “*abordagem coerente da acção a nível comunitário no domínio da educação e da formação*” que prevê o estabelecimento de um quadro estruturado para reforço desta acção.

Por fim, em 2000, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, vem prever o direito à educação no seu artigo 14º, estabelecendo a igualdade de acesso à educação e formação profissional contínua e o ensino obrigatório gratuito.

O Conselho Europeu de Lisboa, de 2000, constituiu, na verdade, um marco na política para a educação da UE, pois acaba por conferir um objectivo geral a todas as acções neste domínio. Nesta Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo Europeus estabeleceram um novo objectivo para a União Europeia: tornar-se a sociedade do conhecimento mais competitiva do mundo em 2010, ou a “*economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico durável, acompanhada de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social*”. As tecnologias de informação e das comunicações fomentam o crescimento económico, proporcionam a criação de novos e melhores postos de trabalho e geram maior prosperidade. Os esforços da UE aproveitam e reforçam o “modelo social europeu”, que garante um elevado nível de protecção social. O alargamento da UE veio dar ainda mais importância a este processo, dado que acrescentou cerca de 75 milhões de cidadãos a uma comunidade que contava já com cerca de 375 milhões.

O Conselho Europeu, convidou os Estados-membros, assim como as instituições comunitárias, a aumentar o investimento nos recursos humanos e a adoptar um quadro para a definição das competências de base a adquirir através da educação e formação ao longo da vida.

Pouco tempo depois da Declaração de Lisboa, o Conselho intensifica as recomendações com uma resolução sobre o plano de acção para a mobilidade. A construção de um verdadeiro espaço europeu do conhecimento passou a constituir uma prioridade da

Comunidade tanto por razões culturais como económicas. Como é afirmado nos seus textos, para a UE “*a mobilidade dos cidadãos, em particular nos âmbitos da educação e formação fomenta a disponibilidade de partilhar as culturas e promove o conceito de cidadania europeia e de uma Europa política. Para além disso, numa economia internacionalizada, a capacidade de se formar e trabalhar num contexto multilingue é essencial para a competitividade da economia europeia*” (JO C371, 23/12/2000). Na sequência destas considerações, o Conselho vem abordar uma das questões chave no desenvolvimento da mobilidade de docentes e alunos, que é a manutenção das especificidades de cada sistema. Neste sentido é destacado o respeito pela diversidade nacional nos sistemas de ensino e o estabelecimento de interesses e prioridades comuns que permitam a cooperação.

Na sequência destes progressos, em 2001, a Comissão publicou uma Comunicação *Realizar m espaço europeu de educação e formação ao longo da vida* (COM 2001, 678), onde é afirmado que a educação e formação ao longo da vida devem colocar ênfase na aprendizagem desde o ensino pré-escolar até depois da reforma e abranger todos os tipos de educação, quer sejam formais, não formais ou informais. Os objectivos da educação ao longo da vida estendem-se à “*cidadania activa, ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social e capacidade de inserção profissional*”.

No ano seguinte, em 2002, o Conselho acaba por adoptar um Programa de trabalho detalhado sobre os seguimentos dos objectivos dos sistemas de educação e formação na Europa. Neste programa, a introdução apresenta o contexto em que a UE desenvolve a sua política de educação, que diz que “*os sistemas de educação e de formação são mais amplos que os seus objectivos e as suas responsabilidades em relação à sociedade. Estes sistemas desempenham um papel importante no reforço da coesão social, na prevenção da discriminação, da exclusão, do racismo e da xenofobia promovendo, por conseguinte, a tolerância e o respeito pelos direitos humanos*”. Por outro lado, o programa vai ainda mais longe ao exprimir que os objectivos futuros concretos da educação e formação ao longo da vida “*evidenciam o papel que desempenham os sistemas de educação e formação para difundir os valores fundamentais partilhados pelas sociedades europeias.*” Reafirma, com base em documentos anteriores, “*o facto de que os objectivos gerais que a sociedade atribui à educação e à formação não se limitam a dotar os europeus de bagagem necessária para a sua vida profissional, mas*

visam nomeadamente o seu desenvolvimento pessoal, para que tenham uma vida melhor e sejam cidadãos activos no seio de sociedades democráticas, no respeito pela diversidade cultural e linguística". Afirmando ainda o papel crucial que se pretende que a educação tenha na formação dos novos europeus, este programa de trabalho expressa que a *"educação e a formação são mais do que meros instrumentos para assegurar a empregabilidade. É necessário continuar a reconhecer a sua missão mais ampla, a fim de assegurar a sua plena contribuição para os objectivos de Lisboa e o apoio indispensável por parte da comunidade educativa e formativa e da sociedade no seu todo"* (JO, 2002/C142/01).

Para prosseguir estes objectivos é proposto a aplicação de "um método aberto de coordenação" nos campos da educação e formação. Este, está delimitado pelos art. 149º e 150º do tratado da UE, e consubstancia-se num meio conducente *"à divulgação de melhores práticas e que favorece uma maior convergência no que respeita aos principais objectivos da UE"* (JO, 2002/C142/01), ou seja, trata-se de um instrumento descentralizado que inclui parcerias que contribuam para apoiar o desenvolvimento das políticas dos Estados-membros neste domínio.

Em 2003, é criado o Portal sobre as Oportunidades de Aprendizagem no Espaço Europeu "Ploteus" (termo grego antigo que significa "navegador"). Através desta ferramenta *web*, a UE disponibiliza o acesso a informação em função da localização, língua de aprendizagem, matérias e níveis de ensino, para além uma série de ligações divididas por secções, em função do tipo de informações: "Oportunidades de aprendizagem", "Sistemas educativos", "Intercâmbios", "Contacto" e "Mudança de país". Neste endereço *web* podem encontrar-se um conjunto de quase 4 000 ligações a bases de dados nacionais ou regionais e sítios Internet de estabelecimentos de ensino ou organismos de formação em 30 países europeus. Esta medida vem na sequência do objectivo da UE de apoiar a acção dos Estados membros na construção de uma "dimensão europeia na educação" com base na resolução do Conselho de 1988 (88/C 177/02), através da facilitação de troca de informações sobre conceitos.

a) Educação como meio de construção da Identidade

Como vemos, a educação é um sector que tem vindo gradualmente a ser afectado pelas normas da União Europeia. Embora a educação tenha sido historicamente encarada como fazendo parte do sector não económico acaba por tocar claramente a esfera económica (La Porte, 1997:60). Nos documentos que contêm as políticas da Comissão Europeia é evidente que os investimentos na educação são considerados como de importância primordial para o mercado interno funcionar da melhor forma possível, para a posição dos negócios europeus no mercado mundial e para a formação de uma sociedade europeia coesa.

O tratado que estabeleceu a CEE (Tratado de Roma) era de orientação puramente económica e em princípio não tinha qualquer relação com a Educação. Contudo, o Tribunal de Justiça decretou no julgamento Casagrande (caso 9/74) que embora a educação não tenha sido explicitamente colocada como um dos poderes das Instituições das Comunidades no Tratado de Roma, a lei comunitária poderia ter uma relevância indirecta neste sector. O Tribunal justificou a actividade da Comunidade no campo educativo na medida em que fosse necessário para realizar o mercado comum (La Porte, 1997:60).

A União Europeia também tem procurado propiciar aos cidadãos europeus oportunidades para estudar noutros Estados-membros. Esta possibilidade é garantida pelo tratado através da proibição de medidas tomadas pelos Estados-membros que sejam obstáculo à mobilidade. Ao promover a livre circulação de pessoas para garantir o mercado interno a união proíbe medidas internas que obstem a esta livre circulação, para além de proibir a discriminação com base na nacionalidade, do que advieram direitos para os estudantes em mobilidade (La Porte, 1997:62). Segundo informação institucional da UE, os elementos normativos de acesso ao ensino em cada Estado membro estão intrinsecamente relacionados com as políticas nacionais de educação, por isso, “*os Estados membros podem determinar livremente a sua política nesta matéria, desde que uma eventual recusa de acesso não se baseie no critério da nacionalidade*” (CE, 2003a). Por outro lado, a própria Comunidade incentiva a mobilidade de estudantes através dos seus programas de acção. Desde 1987, vários programas europeus foram aprovados pela União Europeia dos quais os mais conhecidos são o

programa Erasmus (mobilidade de estudantes universitários), o programa Língua (incentiva o conhecimento de uma língua estrangeira), o programa Comett (cooperação entre universidades e a indústria relativamente à formação na área tecnológica) e o programa Tempus (sobre a mobilidade transeuropeia para estudos universitários). Em 1995, surgiu o programa Leonardo da Vinci para melhorar a formação vocacional e o programa Socrates que fundiu os programas Língua e Erasmus (La Porte, 1997:63).

Já em 1988, a UE procurou estabelecer a educação como uma área de intervenção partilhada entre os Estados membros e a organização europeia estabelecendo a relação entre os esforços para a “Europa dos Povos” dando ênfase ao papel dos contactos entre os alunos e professores de diferentes Estados membros para “fornecer uma experiência directa da integração europeia e a realidade da vida noutros países europeus”, promovendo acções como *“iniciativas escolares e actividades extracurriculares como as “escolas geminadas” e a formação de “clubes europeus” para abrir novos cominhos para o reforço da dimensão europeia”* e a *“participação de escolas em actividades organizadas no âmbito do Dia da Europa (9 de Maio)”* (CE, 1988).

Em Novembro de 1993, quando o tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht) entrou em vigor, a área da educação foi trazida para o âmbito das políticas da Comunidade Europeia. Ao mesmo tempo que os artigos relacionados com o mercado interno têm impacto nas políticas educativas dos Estados-membros, a União Europeia passa a conduzir a sua própria política na área da educação. Um dos objectivos é encorajar a mobilidade de estudantes e de instrutores (art.126º, nº2) , o que é feito principalmente através de programas de acção como o ERASMUS (La Porte, 1997:60).

Os art. 149º e 150º de título Educação, Formação profissional e Juventude, afirmam, no art. 149º: no nº 1: *“A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística”*. No nº 2, expressa os objectivos da acção da Comunidade, da seguinte forma: *“desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e*

divulgação das línguas dos Estados-membros, incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo, promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino, desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-membros, incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socioeducativos, estimular o desenvolvimento da educação à distância”. No nº 3: “A Comunidade e os Estados-membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa”.

No art. 150º a comunidade propõe-se desenvolver “*uma política de formação profissional que apoie e complete as acções dos Estados-membros, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional*”. Com base no princípio da subsidiariedade esta acção tem por objectivo: “*facilitar a adaptação às mutações industriais, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais, melhorar a formação profissional inicial e a formação contínua, de modo a facilitar a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho, facilitar o acesso à formação profissional e incentivar a mobilidade de formadores e formandos, nomeadamente dos jovens, estimular a cooperação em matéria de formação entre estabelecimentos de ensino ou de formação profissional e empresas, desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas de formação dos Estados-membros*”. No nº 4 o texto do tratado salvaguarda que o Conselho “*adoptará medidas que contribuam para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-membros.*”

Numa resolução adoptada pelo Conselho de Ministros da Educação dos Estados-membros de 1988, sobre a dimensão europeia na educação, foi considerado definitivamente importante a ligação entre esta dimensão relativamente aos programas

Erasmus, Comett e Juventude para a Europa (YES). Esta resolução lançou uma série de medidas a ser tomadas no período entre 1988 e 1992, que se referiam ao fortalecimento do sentimento de identidade europeia entre os jovens mostrando-lhes claramente o valor da civilização europeia e dos fundamentos sobre os quais os povos da Europa pretendem basear o seu desenvolvimento, especialmente a salvaguarda dos princípios da democracia, justiça social e respeito pelos direitos humanos (referidos na Declaração de Copenhaga de Abril de 1978).

Estas medidas pretendiam também melhorar o conhecimento dos jovens acerca da Comunidade e dos seus Estados-membros nos seus aspectos históricos, culturais, económicos e sociais. Estes objectivos foram propostos envolvendo acções ao nível dos Estados-membros e da Comunidade. Em geral, as medidas propostas deveriam promover e encorajar a formação de professores e o intercâmbio de alunos e professores para promover o seu contacto de forma a proporcionar-lhes experiência directa da integração europeia e da realidade noutros países europeus. (Resolução do Conselho de Ministros da educação, Maio 1988). Neste âmbito, verificamos que as tentativas da UE para influenciar a construção de uma consciência política fazem-se através de uma abordagem ao sector educativo. Contudo, como a natureza legal da “Dimensão Europeia” não é vinculativa, revela-se (Walkenhorst, 2004:18) um instrumento um pouco fraco relativamente à formação de uma identidade europeia.

Em Novembro de 2002, os ministros da educação reunidos com a Comissão Europeia em Copenhaga afirmaram que a cooperação ao nível europeu em educação e formação tem vindo a assumir, ao longo dos anos, um papel decisivo na criação da futura sociedade europeia. Na última década, o desenvolvimento económico e social na Europa tem progressivamente revelado a necessidade de uma dimensão europeia para a educação e a formação.

Neste sentido, a declaração de Bolonha sobre o ensino superior, de Junho de 1999, marcou o início de uma cooperação Europeia reforçada nesta área. Em Março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa reconheceu o papel relevante da educação, não só como elemento integrante das políticas económicas e sociais, mas também como instrumento de fortalecimento do poder competitivo europeu no contexto mundial e, ainda, como o

garante que assegurará a coesão das sociedades e o pleno desenvolvimento dos seus cidadãos.

Na visão da UE, as estratégias para uma aprendizagem ao longo da vida e mobilidade são essenciais para promover a empregabilidade, a cidadania activa, a inclusão social e o desenvolvimento pessoal. Desenvolver uma Europa baseada no conhecimento e assegurar que o mercado de trabalho europeu esteja aberto a todos representa um enorme desafio para os sistemas europeus de educação e de formação vocacionais e para todos os que neles intervêm.

O reforço da cooperação em educação e formação tem como objectivos principais desenvolver as seguintes prioridades: *Dimensão europeia*, transparência informação e orientação, reconhecimento das competências e qualificações, garantia de qualidade.

Sobre a Dimensão Europeia na educação e formação esta apresenta o objectivo de incrementar uma cooperação mais estreita que facilite e promova a mobilidade e o desenvolvimento da cooperação inter-institucional, as parcerias e outras iniciativas transnacionais, para que o espaço europeu da educação e formação vocacionais adquira um perfil mais elevado no contexto internacional, para que a Europa seja reconhecida como uma referência a nível mundial (Declaração de Copenhaga, <http://europa.eu>).

O Programa Juventude proporciona uma experiência de aprendizagem internacional e intercultural aos jovens, também no âmbito de intercâmbios e de um programa de voluntariado. Estes programas são segundo a UE, uma ajuda “*preciosa que permite aumentar a compreensão da diversidade cultural da Europa e eliminar gradualmente os preconceitos*” entre os jovens (CE, 2003a).

O Pacto Europeu para a Juventude adoptado em Abril de 2005 pelo Conselho é a afirmação em como a União Europeia reconhece que o destino da Europa está em directa dependência da forma como esta é capaz de promover a integração de jovens e crianças na sociedade e na vida activa, e como estes contribuem para o regresso ao crescimento sustentado e sustentável. Esta iniciativa veio por sua vez realçar o papel da juventude em áreas fundamentais da estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego e propõe maior coerência nas iniciativas no âmbito dos programas de emprego,

educação e formação lançados no âmbito da estratégia de Lisboa para 2010. Os jovens são vistos pela UE como um meio privilegiado de difusão dos valores europeus oficiais e para a consciencialização de uma identidade europeia: *“O futuro da Europa está nas mãos dos jovens e os actuais dirigentes da UE desejam vivamente que a nova geração participe na concepção da Europa de amanhã. A melhor maneira de começar a fazê-lo é descobrir a Europa, os seus povos e as suas culturas, fazer amizades, divertir-se em conjunto e discutir o futuro”*(CE, 2003).

Para a Comissão, sendo os jovens a mão de obra e os cidadãos activos do futuro são também eles a fonte das capacidades de investigação e inovação e necessitam de ser adequadamente apetrechados com conhecimentos e competências por meio de uma educação de grande qualidade e ao longo da sua vida.

No pacto europeu para a juventude, o Conselho considerou fundamental o desenvolvimento de três vertentes: emprego, integração e promoção social; a conciliação da vida profissional com a família; e a educação, formação e mobilidade.

Assim, com vista ao desenvolvimento da estratégia de Lisboa, a União Europeia deu grande importância às iniciativas dirigidas à juventude de forma a apoiá-los no seu desenvolvimento, formação e entrada na vida profissional. A mobilidade foi encarada como elemento fundamental na formação dos jovens. O pacto, propõe a mobilidade durante a formação, afirma como essencial a melhoria das competências linguísticas para que os jovens possam participar em pleno da sociedade europeia e global e propõe também remover obstáculos e facilitar a mobilidade no mercado de trabalho (COM 206, 2005). Com efeito, a Comissão procedeu a um estudo da juventude europeia onde se concluiu que, devido à pressão dos factores económicos e socioculturais, as características dos jovens modificam-se no sentido destes atingirem a fase adulta da vida mais tarde e de forma menos linear do que em gerações anteriores.

2.6. Programas de mobilidade na UE

Segundo o discurso oficial da União Europeia, a mobilidade de estudantes enquadra-se portanto nos interesses da unificação europeia tendo em vista a promoção da integração. O estudante em mobilidade integra-se no estado membro de acolhimento, beneficiando

a Europa dos cidadãos, já que a mobilidade reforça os laços entre os cidadãos e os Estados-membros.

Consequentemente, nos últimos quinze anos, milhares de estudantes universitários participaram numa “experiência de mobilidade” propiciada pelo programa Erasmus, lançado em 1987, com o objectivo de incentivar esta mobilidade. Entre 1987 e 2000, aproximadamente 750,000 estudantes universitários passaram um período de entre 3 a 12 meses estudando no estrangeiro no âmbito deste programa. Contudo, o número de estudantes em mobilidade permaneceu bastante abaixo do objectivo original de 10%, estabelecido pela Comissão Europeia em 1987 e reafirmado em 1997 (King, Ruiz-Gelices, 2003:233).

A mobilidade de estudantes da UE foi apresentada num conjunto de discursos, os quais se encontram reflectidos em variadíssimos documentos e discursos relevantes. Como referido na brochura *Passaporte para a mobilidade*, fica patente que para a UE um próximo passo será “*tornar a mobilidade verdadeiramente acessível ao maior número de pessoas. É uma prioridade com vista a reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade europeia e a sua projecção cultural e económica*” (CE, 2001). Estes discursos foram operacionalizados para o nível geral e para o nível individual e projectaram como desejáveis dois objectivos: culturais e económicos.

Em suma, existe um discurso geral sobre a integração europeia e os valores culturais europeus partilhados, o qual se destina a demonstrar que os benefícios da mobilidade sejam facilitar os encontros culturais que ajudam a ultrapassar velhas rivalidades nacionais e a apoiar novos passos em direcção à integração. Os valores culturais comuns são apresentados de forma vaga mas baseiam-se numa história comum, numa herança e sistema de valores com base, entre outros, na democracia Grega Antiga, no direito romano, no cristianismo, no renascimento.

A esta política cultural foi mais recentemente adicionada uma poderosa dimensão económica. A mobilidade da força de trabalho é encarada como um elemento essencial para a finalização do mercado interno que em troca beneficiará os Estados-membros, numa expressão muito clara da UE a “*mobilidade é sinónimo de competitividade*”. Esta força de trabalho móvel deverá reconhecer o seu mercado como o da União Europeia na

totalidade, e não de cada estado membro, e deverá possuir as capacidades linguísticas e de comunicação intercultural que permitem ao indivíduo viver, comunicar e trabalhar noutro país da UE. No discurso oficial da UE: “*competitividade significa colocar pessoas qualificadas onde existem postos de trabalho. Por isso a Europa precisa que as pessoas se desloquem*” (CE, 2003).

O discurso individual é dirigido ao grupo alvo que são os jovens nacionais dos Estados membros. A mobilidade estudantil é vista como o mecanismo institucional primordial para incentivar a “identidade europeia”, a par com os incentivos financeiros do programa Socrates, entre outros programas, e dos documentos oficiais que exortam os estudantes a “viver uma experiência europeia” (King, Ruiz-Gelices, 2003:233-234).

No jornal europeu de formação vocacional é ainda apresentada, para além da vontade, a necessidade dos cidadãos da UE procurarem oportunidades de estudar noutro Estado membro, como por exemplo: cidadãos europeus que têm uma nacionalidade diferente daquela dos países onde residem e que pretendem aí estudar como é o caso dos cidadãos migrantes; quaisquer estudantes que queiram estudar determinada formação que não é oferecida no seu estado ou que consideram melhor noutro estado membro; ou, outros estudantes que queiram fazer parte da sua formação num país determinado por terem um interesse cultural ou linguístico nesse país (La Porte, 1997:61).

Segundo as conclusões da Conferência Multinacional sobre a Experiência Erasmus da Agência Nacional Socrates e Leonardo Da Vinci, as “*actividades desenvolvidas pela Acção Erasmus aumentam e reforçam a percepção e o conhecimento do conceito de cidadania europeia no seio da população académica*” (SOCLEO, 2003). Relativamente ao enriquecimento pessoal, o grupo de trabalho desta conferência conclui que os alunos em mobilidade adquiriram novas formas de estar e hábitos deixando de ter apenas uma nacionalidade e passando a uma nacionalidade “intermédia” europeia, o que contribui para o desenvolvimento de um personalidade mais multifacetada e pronta para enfrentar novos desafios. A experiência Erasmus foi considerada importante para que os estudantes se sintam mais confortáveis noutro país europeu, considerando essencial que se aceite a Europa como uma nação e contribuindo para um emprego futuro num mercado alargado (Socleo, 2003).

a) A Internacionalização do ensino superior e a mobilidade estudantil

Segundo a UE o sistema educativo deve preparar para a vida e deve ter por missão dar aos jovens a sabedoria e as atitudes que lhes permitam não apenas resolver os problemas teóricos e práticos no trabalho, mas também fazer face a situações novas e delicadas, saber adaptar-se a ambientes diferentes, comunicar bem com os outros, conhecer-se a si mesmos e ganhar segurança, todos os elementos que são necessários à plenitude do ser humano.

Nos últimos tempos, uma nova dimensão juntou-se a estes grandes objectivos educativos, no seio da UE. Para viver de forma harmoniosa na Europa contemporânea, é também necessário ser capaz de funcionar na cena internacional e multicultural. Tendo em conta que o quadro de vida dos europeus se altera rapidamente e que a mobilidade e a internacionalização impõem novas exigências às novas gerações, o saber, as atitudes e as competências devem cada vez mais inscrever-se na perspectiva mais ampla da Europa ou do mundo. Segundo a visão da UE aprender na vida significa actualmente aprender na vida num contexto internacional em evolução constante.

Os programas comunitários, principalmente o programa Erasmus, visam a internacionalização da educação, o favorecimento da mobilidade dos estudantes e dos professores incitando-os a encontrar-se no estrangeiro. Segundo Laureys (1992), os programas de mobilidade pressupõem que encaremos de forma mais sistemática o aspecto internacional da educação. Está definitivamente ultrapassada a fase em que a mobilidade internacional era um privilégio de alguns estudantes motivados, de nível económico elevado ou muito bem preparados. Nos últimos anos, a vaga de internacionalização no seio do ensino superior não só se acentuou, mas mesmo a natureza e incidência do fenómeno sofreu uma evolução. Em vez de iniciativas isoladas, actualmente existem programas de longo prazo, que requerem um compromisso estrutural e englobam unidades de estudos e de investigação das faculdades globalmente.

Para um número crescente de estudantes, os intercâmbios internacionais partem cada vez mais de si próprios, na perspectiva de King (2002). Estes estudantes começam por considerar que um período de estudos no estrangeiro constitui uma parte intrínseca do

seu programa e procuram a forma concreta de poder concretizar estes estudos obtendo o reconhecimento e a homologação dos títulos adquiridos.

Os objectivos políticos que estão, segundo Laureys (1992) claramente na origem destes programas pressupõem uma ajuda mais explícita da parte das autoridades nacionais. As universidades estão deste modo sujeitas a uma pressão considerável tanto de cima como da base. Os fundos europeus funcionam assim como um incentivo e uma fonte de prestígio. As universidades adoptaram uma atitude extremamente positiva relativamente aos programas comunitários. Deste ponto de vista, podemos observar que as universidades na sua qualidade de organismos não governamentais estabeleceram um diálogo directo com as autoridades da comunidade. O sucesso dos programas também depende das autoridades nacionais e dos conselhos de administração das universidades que tomam as medidas para fornecer os meios financeiros suplementares e estabelecer uma infra-estrutura para consolidar os programas.

Quando se refere a internacionalização do ensino superior não é apenas a mobilidade dos estudantes mas também dos professores e, não menos importante, a elaboração de programas de estudos comuns e de programas especiais concebidos para os estudantes estrangeiros e perfeitamente adaptados a eles. O objectivo da internacionalização é no fundo melhorar a qualidade do ensino superior, o que faz com que a internacionalização seja também um factor concorrencial entre as universidades (Laureys, 1992).

Segundo um estudo de Clifford Jansen (1969), a migração é um problema abordado por muitas disciplinas: pela geografia, porque envolve essencialmente movimentos de pessoas no espaço, influenciando e alterando os espaços quer de partida quer de chegada; pela demografia, porque afecta as estruturas das populações de origem e de destino; pela economia na medida que muitas das alterações na população, principalmente de trabalhadores, devem-se a desequilíbrios económicos entre zonas; pela política quando os Estados sentem a necessidade de controlar a entrada e permanência de pessoas, imigrantes ou refugiados; pela psicologia social, no contexto das motivações de partida dos migrantes e nos seus problemas de adaptação à sociedade de acolhimento; pela sociologia como fenómeno que afecta as estruturas sociais e culturais, de origem e destino, que por sua vez também afectam o migrante; pela antropologia, nos tópicos relacionados com cultura, identidade, transnacionalismo ou

género. Contudo, ainda muitas outras áreas se interessam e estudam este tema, como por exemplo os juristas, historiadores, analistas políticos, filósofos, especialistas em direitos humanos ou profissionais dos meios de comunicação. Para King (2002:90) esta matéria necessita de uma abordagem interdisciplinar e holística que reconheça a sua diversidade multifacetada.

A mobilidade internacional de estudantes é um fenómeno global de importância crescente. Segundo os dados da UNESCO, em 1996 cerca de 1,6 milhões de estudantes universitários estudaram no estrangeiro, estando metade deste estudantes internacionais na Europa, 37% na América do Norte e 7% na Austrália. No que diz respeito aos países de origem dos estudantes, da Europa sai um terço de estudantes dos quais uma grande proporção vai para outros países europeus (King, Ruiz-Gelices, 2003:232).

As migrações de estudantes têm sido pouco estudadas, mas representam uma forma crescente de mobilidade europeia. Desde os anos 80 que a mobilidade de estudantes dentro da Europa tem sido muito incentivada pela Comissão Europeia através de programas, como os intercâmbios Socrates/Erasmus, cujos objectivos iniciais, que parecem difíceis de atingir, eram de que pelo menos 1 cada 10 alunos fosse estudar numa universidade noutra Estado membro. Contudo, o número de estudantes em mobilidade tem vindo a aumentar, entre o final dos anos 80 e o final dos anos 90 (King, 2002:99).

Para este autor é possível enquadrar este tipo de mobilidade num subtipo de migração juvenil motivada por uma mistura de objectivos educacionais e procura de uma experiência de viagem, prazer ou experiência. Por conseguinte, podemos adicionar à motivação económica tradicional dos migrantes em trabalho outras razões, como: o desafio, a experiência, o prazer, o “conhecer o mundo”. A própria migração torna-se uma acção desejada ao invés de um meio económico de atingir um fim, ou seja, é mais um bem de consumo do que uma estratégia que satisfaça as necessidades de produção de outro país ou as necessidades de sobrevivência privadas do migrante, a projecção da experiência identificatória de um indivíduo para além do que é percebido como restrição confinante do seu próprio país (King, 2002:95).

Por outro lado no discurso da UE, na brochura para os cidadãos “É a nossa Europa: viver, aprender e trabalhar em qualquer país da UE”, a mobilidade é também apresentada como possibilitadora de *“vantagens e oportunidades de realização pessoal decorrentes do facto de viver, aprender e trabalhar noutra país da UE”* (CE, 2003). Ao nível dos benefícios pessoais apresentados e do despertar do interesse na mobilidade o discurso da UE refere: *“uma verdadeira mudança de ambiente; novos horizontes pessoais; um contacto diário com outra cultura; uma oportunidade ideal para aprender uma nova língua; a possibilidade de trabalhar e estudar com pessoas de diversas origens, de trocar ideias e comparar experiências”* (Comissão, 2003)

b) A criação do programa Erasmus

A acção Erasmus teve origem numa série de medidas da Comunidade Europeia desde a década de 70, do século 20. Tendo em conta os artigos 128º e 235º e, na sequência da Decisão 63/226/CEE que visava uma política comum de formação profissional, atribuindo à Comissão a responsabilidade de encorajar o intercâmbio de especialistas; da resolução de 9 de Fevereiro de 1976, do Conselho e dos Ministros da educação que estabelece um programa de acção no domínio da educação, dando à Comissão capacidade para por em prática medidas iniciais para a promoção da cooperação universitária na Comunidade, em Junho de 1987, o Conselho adoptou a decisão que pôs em marcha o programa Erasmus, na Comunidade Europeia. Esta decisão refere ainda no seu preâmbulo o relatório sobre a Europa dos Povos, de 1985, e a assunção de que o desenvolvimento futuro da Comunidade depende da sua capacidade para dispor de um largo número de diplomados que tenham uma experiência directa de estudo e de vida noutra Estado membro.

A competitividade da comunidade encontra-se directamente associada à valorização de todos os recursos intelectuais em todas as universidades dos Estados-membros, pretendendo-se a exploração deste potencial de forma mais eficaz através da criação de uma rede de mobilidade de estudantes e professores. Este empenho assumido ao nível da Comunidade para estímulo da mobilidade pressupõe o envolvimento em igualdade dos Estados-membros, que são chamados a dar a sua contribuição no esforço de cumprir os objectivos do programa Erasmus, sendo necessário que estes e as suas instituições,

ponham em prática as medidas necessárias para a promoção da mobilidade no ensino superior.

No artigo 1º da Decisão, o programa Erasmus é estabelecido como “*o programa de acção em matéria de mobilidade dos estudantes, destinado a aumentar de forma significativa tal mobilidade na Comunidade e a promover uma cooperação mais estreita entre as universidades*”. No artigo 2º são estabelecidos os objectivos para este programa, aqui resumidos: aumentar o número de estudantes que efectuem um programa de estudos integrado noutra Estado membro de forma a habilitá-los com uma experiência directa dos aspectos económicos e sociais de outros Estados-membros; promover a cooperação entre instituições de ensino superior de todos os Estados-membros; aumentar o potencial intelectual das instituições de ensino superior através da mobilidade de professores para garantir maior competitividade da Comunidade no mercado mundial; reforçar a relação entre os cidadãos dos diferentes Estados-membros para consolidar o conceito da Europa dos cidadãos; assegurar a existência de um grupo de diplomados com experiência directa de intercâmbio para desenvolver maior cooperação nos sectores económicos e social a nível comunitário.

Esta decisão apresenta o valor orçamentado para a execução do programa Erasmus, de 1987 a 1990 em 85 milhões de ecus (ou 85 milhões de Euros). No programa integram-se 4 acções cujos objectivos são interligadas: criação e funcionamento de uma rede universitária europeia; concessão de bolsas de estudo aos estudantes, promoção da mobilidade através do reconhecimento académico dos diplomas e períodos de estudo, e, medidas complementares destinadas a promover a mobilidade de estudantes na Comunidade.

Resumidamente, a primeira acção propunha a criação de uma rede europeia de cooperação universitária com o objectivo de estimular o intercâmbio dos estudantes a nível comunitário. Essa rede integrava instituições do ensino superior que celebrassem entre si acordos interuniversitários que proporcionassem aos estudantes a possibilidade de as frequentar para um período de estudos, sendo este totalmente reconhecido como parte integrante do respectivo diploma ou qualificação académica. Previa também intercâmbios e cooperação de docentes com o objectivo de preparar os intercâmbios de

estudantes e ainda de pessoal administrativo universitário para troca de experiências sobre as áreas da sua especialidade.

A segunda acção trata do programa Erasmus, criado como um sistema de auxílio financeiro directo aos estudantes universitários que efectuem um período de estudos noutra Estado membro. De forma a garantir a participação equilibrada de todos os Estados-membros, e considerando o desenvolvimento da rede universitária europeia, o montante atribuído a cada Estado baseia-se no número total de estudantes universitários e também no número total de jovens na faixa etária entre os 18 e os 25 anos, existente em cada Estado membro. A bolsa máxima atribuída por ano a um estudante foi limitada a 5000 ecus (5000 euros), incluindo todas as ajudas (viagem, preparação linguística, etc.), dentro do período apoiado que pode ir de 3 meses a 1 ano lectivo, não sendo normalmente concedidas no primeiro ano de estudos universitários. Embora seja dada prioridade aos estudantes de instituições que façam parte da rede europeia da acção 1, podem ser concedidas bolsas a outros estudantes, de quaisquer Estados-membros. Esta ajuda não anula o papel dos Estados-membros, que devem continuar a apoiar os estudantes no seu próprio país nos casos de prévia existência de bolsas ou outros subsídios de ajuda.

A terceira acção focava as medidas destinadas a promover a mobilidade através do reconhecimento académico dos diplomas e períodos de estudos, nomeadamente promovendo o sistema de transferência de créditos académicos na comunidade (ECTS), de forma voluntária, permitindo aos estudantes em períodos de estudo noutra Estados-membros a atribuição de créditos, financiando centros nacionais de reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo; e medidas de promoção de desenvolvimento de curricula comuns entre universidades de diferentes Estados-membros.

A quarta acção proponha medidas complementares destinadas a promover a mobilidade dos estudantes na Comunidade através do incentivo financeiro às universidades que organizem programas intensivos de curta duração para estudantes de vários Estados-membros e o apoio ao conhecimento mútuo dos diferentes sistemas universitários da Comunidade financiando associações, publicações ou estudantes e docentes que contribuíssem para este objectivo(JO nºL 166, 1987:20-24).

A decisão 663 de 14 de Dezembro de 1989 (JO nº L 395, 1989:23-27) veio alterar a decisão 327 de 1987, que adoptou o programa de mobilidade de estudantes Erasmus, embora não tenha significativamente modificado os aspectos fundamentais deste programa. As principais alterações prenderam-se com a promoção da mobilidade nas áreas de formação profissional e no aumento da dotação financeira.

Nesta decisão é feita a clarificação de estudantes elegíveis para o programa, incluindo estudantes independentemente da área de estudos, até ao doutoramento inclusive, desde que o período de estudos efectuado na universidade de acolhimento se integre na formação profissional do estudante. O texto esclarece que não cobre actividades de investigação nem de desenvolvimento tecnológico.

A cooperação entre universidades de todos os Estados-membros deve estender-se a todas as matérias de formação profissional numa clara promoção destas actividades. Foi também prolongado o período de vigência do programa até 30 de Junho de 1994, enquanto em 1987 tinha sido previsto até à mesma data de 1990 (JO nº L 395, 1989, p. 23-27).

c) A Criação do programa Sócrates

O programa Sócrates teve origem na decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, em 1995 e assenta legalmente no artigo 126º e 127º do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia. Podemos salientar que o art. 126º define que a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-membros, e se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística. Com base no princípio da subsidiariedade, previsto também no Tratado, a Comunidade apenas intervém, se e na medida em que os objectivos do programa de acção Sócrates não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-membros e possam, devido à dimensão ou aos efeitos do referido programa, ser melhor alcançados ao nível comunitário. O art. 127º refere-se à formação profissional.

A Comunidade, com base no memorando da Comissão, numa resolução do Parlamento Europeu e dos debates nos Estados-membros, deu uma importância especial à necessidade de uma estratégia comunitária de promoção da dimensão europeia nos estudos de todos os estudantes universitários, quer em mobilidade ou não, bem como ao papel catalizador da comunidade nesta área. Ou seja, o objectivo da Comissão, seguindo a vontade do Parlamento Europeu, seria fazer com que cerca de 10% dos estudantes da comunidade sigam um “curso” universitário organizado pelas universidades em mais de um Estado membro.

Ainda na sequência do estabelecido pelo Conselho e pelos Ministros da educação dos Estados-membros, nas orientações para a introdução da dimensão europeia nos estudos, através da resolução sobre a dimensão europeia da educação, ficou explícito que a *“dimensão europeia da educação se baseia na herança cultural dos Estados-membros a fim de reforçar nos estudantes a consciência de identidade europeia, de os preparar para a participação no desenvolvimento económico e social da União Europeia, de os consciencializar das vantagens e dos desafios que a União representa e de aumentar o seu conhecimento da União e dos seus Estados-membros, bem como de lhes fazer compreender o interesse da cooperação com outros países da Europa e do mundo”* (JO n°L087, 1995:10-24). Foi ainda considerado necessário fomentar uma dimensão intercultural do ensino para os alunos da União Europeia, por forma a prepará-los para viverem numa sociedade cada vez mais caracterizada pela diversidade cultural e linguística. Para a instituição europeia esta referida dimensão europeia do ensino ultrapassa as fronteiras da União devendo estender-se aos países europeus associados, nomeadamente aos países da Europa central e oriental (PECO), Chipre e Malta. Também os países do Espaço Económico Europeu (EEE) e da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) deverão participar em todos os programas da comunidade na área da educação, formação e da juventude em vigor ou a adoptar.

Com base nestes pressupostos foi criado em 14 de Março de 1995, o programa de acção comunitário Sócrates, para decorrer até Dezembro de 1999, que engloba o ensino superior (Erasmus), o ensino básico e secundário (Comenius) e as actividades transversais nas áreas das competências linguísticas, na educação aberta e à distância e intercâmbio de informações e experiências.

Entre os principais objectivos deste programa podemos salientar os seguintes: o desenvolvimento da dimensão europeia da educação, a fim de consolidar o espírito de cidadania europeia, promover a melhoria do conhecimento das línguas da UE para reforçar a compreensão e solidariedade entre os povos da UE e promover a dimensão intercultural do ensino e, fomentar a mobilidade dos professores e dos estudantes universitários para consolidar a dimensão europeia na educação.

No que diz respeito à acção Erasmus (acção 2, do programa Sócrates), prevê-se o incentivo à mobilidade dos estudantes universitários e financiamento de bolsas Erasmus, nas condições anteriormente definidas: período de estudos no estrangeiro de 3 a 12 meses, reconhecimento pela universidade de origem das qualificações obtidas nas universidades de acolhimento, obrigação de os estudantes universitários possuírem um conhecimento suficiente da língua dos cursos na universidade de acolhimento, não pagamento de propinas na universidade de acolhimento, apoio a nível social, nomeadamente de alojamento das universidade de acolhimento aos alunos em mobilidade. As bolsas são financiadas pelos fundos comunitários repartidos pelos vários países segundo um critério equilibrado, que tem em conta o número de estudantes universitários, as diferenças de custo de vida, custas de viagem, etc., sendo geridas pelas agências nacionais em cada Estado membro. A Comissão propôs-se ainda a incentivar uma participação equilibrada entre diferentes disciplinas e regiões e o apoio excepcional a estudantes universitários (*free movers*) fora das instituições elegíveis nos Programas Interuniversitários de Cooperação, definidas neste programa. Os Estados-membros são também convidados a participar no esforço necessário para a mobilidade dos estudantes (JO nºL087, 1995:10-24).

O programa Sócrates lançou a segunda geração de programas em Janeiro de 2000, que vigorou até Dezembro 2006. Na decisão que deu origem a este programa o legislador refere os art. 149º e 150º do tratado que instituiu a comunidade europeia.

A decisão considera que o tratado define que a acção da Comunidade Europeia inclui um contributo para a educação e formação de qualidade, tendo as medidas adoptadas por esta decisão o objectivo de promover a dimensão europeia da educação, contribuir para o desenvolvimento da qualidade na educação e incentivar a aprendizagem ao longo da vida. Ainda no preâmbulo desta decisão é referida a ligação da educação e formação

ao longo da vida com as políticas de emprego dos Estados-membros para reforçar a empregabilidade e a promoção da igualdade de oportunidades. Faz também referência ao benefício da mobilidade para as pessoas e para a competitividade da União Europeia. Este programa mantém o objectivo dos 10% de alunos nas actividades de mobilidade no âmbito da acção Erasmus.

Nesta diploma manifesta-se a necessidade de assegurar a coerência e complementaridade entre acções aqui definidas e outras políticas, instrumentos e acções comunitárias relevantes.

É incentivada a utilização do sistema europeu de transferência de créditos académicos (ECTS), pelas universidades dos Estados-membros, referindo que estes são um meio eficaz para garantir que a mobilidade cumpra plenamente os seus objectivos.

Este programa prevê a sua execução de 2000 a 2006 e afirma *“contribuir para a promoção de uma Europa do conhecimento, através do desenvolvimento da dimensão europeia da educação e da formação, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, com base na educação e na formação formais e informais, apoia a aquisição dos conhecimentos, aptidões e competências susceptíveis de favorecer uma cidadania activa e a empregabilidade. Este programa apoia e completa as acções desenvolvidas pelos Estados-membros e nos Estados-membros, no pleno respeito pela sua responsabilidade pelo conteúdo e organização dos sistemas de educação e formação, bem como pela sua diversidade cultural e linguística”* (JOL28, 03.02.2000:2).

São apresentados os seguintes objectivos do programa: reforço da dimensão europeia da educação facilitando o acesso transnacional aos recursos educativos da Europa; promoção e melhoria do conhecimento das línguas para reforçar a compreensão e solidariedade entre os povos da UE e promover a dimensão intercultural da educação; promoção da cooperação e da mobilidade estimulando os intercâmbios; e incentivo à inovação pedagógica. As acções deste programa são oito e incluem: o ensino básico e secundário (Comenius), o ensino superior (Erasmus), educação de adultos (Gruntvig), ensino e aprendizagem de línguas (Língua), ensino aberto e à distância, tecnologias de informação e comunicação (Minerva), observação e inovação, acções conjuntas e medidas de acompanhamento.

Relativamente à acção Erasmus, mantém-se como acção 2 do programa e inclui: a cooperação interuniversitária europeia, a mobilidade de estudantes e professores universitários e as redes temáticas. Os objectivos são: melhorar a qualidade e reforçar a dimensão europeia do ensino superior, incentivar a cooperação transnacional entre universidades, dar um impulso à mobilidade europeia na sector do ensino superior e melhorar a transparência e o reconhecimento de estudos e habilitações em toda a Comunidade. As instituições de ensino superior celebram com a Comunidade “contratos institucionais” que abrangem o conjunto das actividades Erasmus aprovadas, com a duração de três anos. No âmbito da cooperação interuniversitária europeia inclui-se, entre outras acções, o apoio à consolidação, alargamento e desenvolvimento do Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) com vista a facilitar o reconhecimento académico noutros Estados-membros (JO L28, 03.02.2000:1-15).

No que diz respeito à mobilidade de estudantes e docentes não trouxe alterações em relação ao programa anterior, excepto na omissão da figura de *free mover*, relativamente ao estudante que queira fazer mobilidade e que não faça parte de uma instituição com contrato institucional. Mantêm-se os modelos de financiamento, a preocupação pelo equilíbrio entre regiões e disciplinas e até o valor das bolsas.

d) Reflexões e relatório intercalar da segunda fase do programa Sócrates

Como já referido, o programa comunitário de acção em matéria de educação Sócrates. teve início em 1995, e entrou no ano 2000 na segunda fase. É herdeiro de outros programas comunitários específicos, dos quais o mais divulgado foi o programa Erasmus, que permitiu introduzir uma dimensão europeia em certos sectores da educação. Hoje em dia todos os sectores da educação estão envolvidos, do ensino escolar até à educação de adultos, passando pelo ensino superior. Trata-se de um instrumento ao serviço de uma política definida conjuntamente pelos Estados-membros. Segundo a Comissão este programa sofreu uma adaptação ao longo dos tempos e “*contribui para a ambição europeia de se tornar na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo*”.

O programa Sócrates é composto por uma série de acções que oferecem a professores e alunos possibilidades concretas de se confrontarem com realidades científicas, pedagógicas e sociais diferentes das que existem no seu próprio país ou região. Para a UE a mobilidade individual e as parcerias, entre estabelecimentos de todos os tipos, dão aos cidadãos a possibilidade de partilharem uma experiência europeia directa e concreta e são a marca distintiva deste programa comunitário e o seu contributo para o desenvolvimento da cidadania europeia.

O programa Sócrates desempenha há já alguns anos um papel essencial na perspectiva do alargamento da União Europeia, ao permitir que os países associados, em muitos casos à espera da adesão, colaborem nas suas actividades. Ao situar a sua *“acção junto dos actores no terreno, o programa Sócrates responde de forma concreta à procura crescente de meios para realizar uma Europa unida”* (COM 153, 2004). Até Maio de 2004 os participantes continuaram a ser os quinze Estados-membros, três países da EFTA e os doze países associados candidatos à adesão, num total de trinta. Assim, a prática em matéria de educação antecipou a decisão política e constituiu para os países em causa um laboratório de experimentação em matéria de colaboração europeia integrada.

As prioridades e os objectivos políticos definidos a nível comunitário encontram-se reflectidos nos objectivos do programa e dizem principalmente respeito aos conceitos relacionados com o princípio da educação e da formação ao longo da vida e à exigência de qualidade dos sistemas educativos, a fim de promover na Europa uma sociedade de conhecimento competitiva no plano mundial, resumindo-se nos seguintes quatro: reforçar a dimensão europeia da educação, promover uma melhoria do conhecimento das línguas da UE, promover a cooperação e a mobilidade no domínio da educação e encorajar as inovações pedagógicas.

Para cada um dos sectores de estudos, o programa propõe actividades de mobilidade, tanto para docentes como discentes, formandos ou formadores. Nos relatórios nacionais é referido que na maioria das acções do programa Sócrates, a mobilidade é a actividade mais apreciada e mais favorável a uma mais valia europeia. No que toca à divisão por sexos, nas acções de mobilidade individual as mulheres participam mais do que os homens (Comenius, Erasmus e Grundtvig) tendo uma representação de 60% a 85%

conforme as acções (COM 153, 2004:11). Segundo a Comissão, os relatórios nacionais sobre a execução do programa Socrates reflectem uma opinião muito positiva do programa, sublinhando a utilidade e pertinência de cada uma das acções que o constituem sendo esta opinião partilhada pelos beneficiários.

O programa toma em consideração necessidades práticas mais concretas que se subdividem nos aspectos seguintes: conhecimento de outros sistemas educativos, intercâmbio de experiências pedagógicas, criação de instrumentos adequados à realização de objectivos transnacionais de política educativa e apoio às políticas nacionais. Além disso, a repartição dos beneficiários por trinta países participantes assegura-lhe uma verdadeira dimensão europeia.

Sobre a eficácia, no que diz respeito à mobilidade é também considerada muito elevada, sendo os resultados amplamente apreciados pelos beneficiários. Os obstáculos são principalmente externos ao próprio programa e estão relacionados ou com o funcionamento dos estabelecimentos de ensino nacionais ou com o conhecimento insuficiente de línguas.

No discurso da UE, a mais-valia europeia é indiscutível em termos de consciência da diversidade cultural e da maior compreensão e tolerância das diferenças. O benefício é provável em termos de empregabilidade e comprovado em termos de competência profissional.

Relativamente ao programa Erasmus, neste relatório, a Comissão afirma que acção Erasmus foi a mais constante em termos de conteúdo entre a primeira e a segunda fase do programa e que a mobilidade estudantil continua a ser uma das mais célebres e apreciadas de todo o programa. Foi consolidado o alargamento aos novos países participantes e verificou-se ainda um aumento regular de estudantes provenientes de países candidatos (COM 153, 2004).

Em 1996, iniciou-se a criação de cursos intensivos das línguas menos ensinadas (*Erasmus Intensive Language Courses*) para preparar a mobilidade dos estudantes de partida para esses países. A crescente adesão a estes cursos tem contribuído para a

política europeia de apoio à diversidade linguística e para reequilibrar, em certa medida, os destinos seleccionados.

Na segunda geração do programa Sócrates os mecanismos operacionais do programa Erasmus sofreram algumas alterações, por exemplo, no que se refere ao Contrato Institucional que foi substituído pelo Estatuto Universitário Erasmus atribuído às instituições de ensino superior. Para poderem candidatar-se às actividades da acção Erasmus, as universidades devem subscrever este estatuto que assenta em três pilares: respeito pelas condições de funcionamento, garantia da qualidade e respeito pelas prioridades transversais (igualdade de oportunidades, línguas, etc.)

A Comissão (COM 153, 2004) considerou ainda que a organização das actividades de informação no domínio do ensino superior se tem feito de forma satisfatória, por um lado, graças à experiência adquirida pelas agências nacionais durante anos e também porque o público alvo desta acção é determinado com maior clareza. Por outro lado, a organização administrativa dos estabelecimentos de ensino superior, que reforçaram os departamentos de relações internacionais, em boa parte, devido à pressão resultante das necessidades de gestão de Erasmus, passou a oferecer mecanismos estruturais eficazes para fazer circular a informação dentro dos próprios estabelecimentos.

Neste período, as actividades de mobilidade não cessaram de crescer em volume, embora este crescimento não seja regular no conjunto de países participantes. Alguns relatórios nacionais apresentam várias explicações para o declínio registado, sendo as principais: a concorrência da mobilidade com destino a outras partes do mundo, a insuficiência de bolsas e o problema do desconhecimento das línguas.

Em 2002, celebrou-se o milionésimo estudante Erasmus, tendo nessa altura sido fixado pela Comissão o objectivo ambicioso de ultrapassar o limite dos três milhões de estudantes até 2010. Este aumento implicará um acréscimo significativo dos recursos desta actividade, justificado pelo aumento do número de beneficiários e porque o montante médio das bolsas individuais (cerca de 150 EURO/mês) nunca foi aumentado nos últimos dez anos.

Tal como a mobilidade estudantil, a mobilidade dos docentes também tem vindo a aumentar progressivamente de forma muito satisfatória, o que permite a introdução de uma dimensão europeia acrescida, da qual poderão beneficiar os estudantes das universidades de acolhimento que não participam directamente na mobilidade.

Segundo o relatório da Comissão, esta acção Erasmus prolongou o êxito registado pelo anterior programa. A pertinência dos seus objectivos específicos é unanimemente confirmada pelos intervenientes e pelas autoridades competentes. Pelo seu funcionamento, esta acção pode contribuir de forma determinante para os grandes objectivos europeus fixados no âmbito da Declaração de Bolonha (COM 153, 2004).

e) O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

A Comissão europeia decidiu rever os programas Socrates, Leonardo Da Vinci e Tempus relativos à educação e formação da União Europeia com o objectivo de estabelecer uma nova geração de programas que contribuam para a realização das prioridades da UE, no que se refere ao desenvolvimento sustentado interno, com os objectivos de tornar a União numa zona líder da economia e sociedade do conhecimento e para a promoção da estabilidade e prosperidade nos países vizinhos.

Esta proposta vem na sequência do contexto político desenvolvido nos anos precedentes cujos principais aspectos referimos seguidamente. O processo de Lisboa marcou a posição da Comissão da UE no que diz respeito aos desafios da sociedade de conhecimento para a qual são cruciais sistemas de educação e de formação de alta qualidade que sirvam uma sociedade competitiva. A partir do Conselho Europeu de Lisboa a *“política de educação e formação europeia foi considerada um contributo essencial para atingir o objectivo de tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo em 2010 com mais e melhores empregos e maior coesão social”* (COM 156, p. 5).

A par deste objectivo político a UE lançou a Estratégia do Emprego Europeu para uma política de trabalho activa que é principalmente financiada pelo Fundo Social Europeu que é o maior meio de suporte ao enquadramento da política para o emprego.

Após a cimeira de Lisboa foi feito um esforço para integrar todas as iniciativas, quer a nível nacional quer a nível europeu, em políticas de educação e formação coerentes. Deu-se particular atenção ao lugar que a educação e formação europeia têm no mundo e não apenas a aspectos intra-europeus, num desejo claro de tornar esta vertente da UE numa referência a nível mundial.

Em 2001 o Conselho apresentou um relatório sobre os objectivos concretos para os sistemas educativos e de formação. Neste foram identificados três objectivos principais a atingir até ao ano de 2010: aumentar a qualidade da educação e formação fornecidos na Europa; melhorar o acesso à educação e formação em todas as fases da vida; e, a abertura destes sistemas ao mundo, de forma a que as pessoas sejam melhor preparadas para a vida futura. Estes três objectivos principais foram ainda subdivididos em objectivos mais específicos como melhorar a formação do professor e do formador para aumentar a atractividade da aprendizagem e melhorar a utilização dos recursos para promover a cooperação e a mobilidade.

Os objectivos da Declaração de Bolonha de 1999, assinada por vários Estados europeus incluindo os Estados-membros, reflectem os objectivos da UE na área do ensino superior tornando assim evidente que esta considere uma associação natural e necessária em campos como a garantia de qualidade, o sistema de transferência de créditos (ECTS), a promoção da mobilidade e a dimensão europeia da educação.

As políticas de educação e formação não funcionam isoladas. Para a UE, o novo programa quadro para a acção da comunidade na educação e formação deve também ser a resposta a um leque de factores políticos, sociais, económicos e culturais. O maior mercado único do mundo nunca será a base para a sociedade baseada em conhecimento mais competitiva se não forem feitos grandes esforços para resolver as incompatibilidades resultantes de 25 sistemas de educação e formação diferentes. O complemento necessário ao mercado único e à moeda comum são os recursos humanos habilitados a utilizar a mobilidade profissional e geográfica. Possibilitar a mobilidade de estudantes, formandos, adultos em aprendizagem, professores, formadores e académicos assim como de práticas e ideias é uma área importante em que as acções dos Estados-membros só por si não atingem resultados suficientes. Contudo, estas são cruciais para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento já que inclui a transmissão directa e a

experiência de novas capacidades e abordagens e promove a rede de instituições que colaboram a nível europeu. Neste âmbito, a importância das parcerias e da mobilidade é frequentemente subestimada.

A investigação sobre o impacto dos intercâmbios transnacionais confirma que, por exemplo, os estudantes Erasmus afirmam que a experiência de mobilidade foi a experiência mais significativa das suas vidas. Ou seja, os programas de educação e formação são agentes de mudança e modernização dentro dos sistemas educativos da União.

A mobilidade transnacional de pessoas reflecte um benefício para a Europa como um todo uma vez que enriquece as culturas nacionais e melhora a experiência cultural, educacional e profissional dos que dela tomam parte. A mobilidade é um factor significativo para a evolução de sistemas, através da troca directa de experiências.

Como reconhecimento da sua importância crescente, o Parlamento e o Conselho adoptaram em 2001 uma recomendação para facilitar a mobilidade de todos os participantes na educação e formação. A Comissão considera que a nova geração de programas será um dos instrumentos mais importantes para aumentar o volume e qualidade da mobilidade transnacional dando maior força a esta acção nas suas propostas legislativas.

A UE considera ainda que um dos factores importantes ao nível das mudanças sociais a ter em conta a curto prazo, é a diversidade social crescente, afirmando que as sociedades dentro da UE continuam a tornar-se cada vez mais diversas e mais interligadas com outras, por um lado, devido a fenómenos como a globalização e as novas tecnologias de comunicação e, por outro, devido à migração e ao impacto do mercado único. Estes factores revelam a importância do desenvolvimento da compreensão e respeito intercultural e a inculcação e reforço de hábitos de cidadania activa, ao mesmo tempo que aumenta entre os cidadãos a necessidade de aprofundar a compreensão da natureza da identidade europeia.

Para a nova geração de programas, a Comissão tomou em consideração a experiência anterior e as suas reflexões acerca de orientações políticas e propôs algumas linhas de

acção, entre as quais destacamos as seguintes: manter programas separados para os objectivos internos e externos; estabelecer uma estrutura única para os campos até agora abrangidos pelos programas Leonardo da Vinci e Socrates num “Programa Integrado” para a educação e formação dentro da UE; incluir a Acção Jean Monet na estrutura do programa integrado; descentralizar acções principalmente na área da mobilidade individual sendo as candidaturas feitas directamente às agencias nacionais; flexibilizar e simplificar a legislação; quadruplicar o financiamento.

O formato do programa manterá quatro áreas sectoriais: Comenius (ensino secundário), Erasmus (ensino superior), Leonardo Da Vinci (formação continua e vocacional) e Grundtvig (educação para adultos) e introduzirá dois programas horizontais. O programa para os assuntos transversais (desenvolvimento de políticas, aprendizagem de línguas, novas tecnologias de informação e comunicação); e, o programa Jean Monet para o apoio a instituições e actividades com o objectivo da integração europeia. A maior diferença entre este programa e a geração anterior seria a escala de actividades uma vez que a Comissão propõe um aumento substancial relativamente às acções descentralizadas, principalmente na mobilidade e parcerias de forma a responder à procura entre os cidadãos europeus.

Os programas sectoriais sofrerão algumas alterações, sendo a mais significativa para o programa Erasmus, o aumento substancial na mobilidade de alunos e professores. Actualmente apenas cerca de 120,000 estudantes participam anualmente deste programa sendo o objectivo desta proposta atingir os 375,000 por ano, de forma a atingir os três milhões de estudantes Erasmus em 2010. Concomitantemente, a média da bolsa Erasmus tem sido a mesma desde 1993, no valor de EURO 150,000 por mês ou seja cerca de 25% dos gastos reais dos alunos, pelo que se propõe o seu aumento para EURO 250,000, em média, por mês. Incentivos semelhantes deverá receber a mobilidade de professores (COM 156, 2004).

Num discurso de Ján Figel membro da Comissão Europeia responsável pela Educação, Cultura, Formação e Multilinguismo (2006), salienta-se que o programa Erasmus e os outros programas de intercâmbios europeus têm consequências mais vastas do que a simples mobilidade, já que é conhecido que ajuda na promoção dos ideais europeus, é uma resposta ao eurocepticismo e prepara o caminho para outras reformas

institucionais. Este programa é olhado como a bandeira da Comissão Europeia, devendo a sua popularidade à capacidade de promoção quer da convergência institucional quer dos contactos pessoais.

Desde a sua criação em 1987, que se apoia numa tendência já presente nas sociedades europeias. O comissário afirma que com o decorrer do tempo, este movimento criou um ambiente de confiança mútua que tornou possíveis outros desenvolvimentos. O programa Erasmus pode ter uma enorme contribuição no estímulo e promoção da identidade europeia de muitas formas mas especialmente através da quebra de barreiras sociais e culturais entre europeus, uma vez que neste âmbito os estudantes pode ter a sua primeira experiência da imensa realidade social, cultural e política que a UE a 25 representa (Figel, 2006).

f) Acção de mobilidade Erasmus em Portugal

No Relatório de avaliação intercalar do programa Sócrates em Portugal (de 2000 a 2003), solicitado pelo Ministério da Educação, na primeira análise à implementação do programa em Portugal salientou-se o aspecto de a maioria dos participantes nas várias acções se sentir satisfeita com os resultados globais das actividades e dos projectos desenvolvidos principalmente devido à importância dada à vertente pessoal dos beneficiários das acções, não apenas àqueles que estiveram envolvidos em actividades de mobilidade individual, mas também os que representaram instituições em projectos, redes ou parcerias. Assim, dos quatro objectivos principais do programa Socrates houve dois que foram considerados mais importantes pelos participantes portugueses: o reforço da dimensão europeia e a promoção da cooperação e da mobilidade no domínio da educação.

Relativamente à implementação do programa em Portugal, os pontos fortes destacados são: a importância da integração num ambiente internacional, tendo em conta a situação periférica do país; a valorização pessoal e a oportunidade de adquirir uma experiência europeia; a crescente consciencialização para a relevância da dimensão europeia no ensino. Sobre os pontos fracos foram apontados os seguintes: reduzida importância das motivações de nível institucional; quase inexistência de qualquer impacto nas instituições e sistema educativo; estruturas organizativas pouco preparadas para dar

resposta às exigências de participação em projectos transnacionais e pouca sensibilidade dos responsáveis para as questões da internacionalização.

Os resultados da participação nas diferentes actividades e acções do programa Sócrates foram visíveis tanto a nível pessoal, como a nível institucional. A consciencialização para a dimensão europeia foi considerado o principal ponto de contacto entre o impacto sentido em pessoas e instituições.

A nível individual o impacto do programa foi mais sentido na valorização pessoal e na experiência europeia, abrangendo não só, novas formas de pensar e de agir, resultantes do contacto com outras culturas, como também a valorização profissional, resultante da experiência adquirida, dos novos conhecimentos académicos e do contacto com outros métodos de ensino. De acordo com as instituições e indivíduos envolvidos em várias actividades do programa Sócrates em Portugal, a consciencialização para a dimensão europeia foi o resultado mais importante da sua participação.

Na análise aos coordenadores do programa, as actividades de mobilidade de estudantes e professores universitários, revelou as seguintes motivações: valorização académica e profissional dos participantes; a promoção da internacionalização e do prestígio do estabelecimento; a oportunidade de contactar, directa e indirectamente, com outros sistemas de ensino superior; a dimensão europeia. De acordo com os coordenadores, as fontes de financiamento alternativas são praticamente inexistentes, com excepção do apoio dos próprios estabelecimentos e das famílias dos estudantes. Em geral, considerou-se que a mobilidade Erasmus é já “elitista”, em Portugal, e tenderá a limitar-se a um pequeno número de alunos com recursos económicos se os apoios da Comissão diminuïrem.

O estudo apresenta os dados relativos à avaliação da mobilidade de estudantes, de onde retiramos os principais elementos. No período analisado, os participantes nas actividades foram maioritariamente estudantes do sexo feminino (60%), com uma média de idades entre os 21 e os 22 anos, situando-se 79% dos estudantes na faixa etária dos 20 aos 23 anos. As áreas de estudos mais representativas foram Engenharia e tecnologia, Ciências Sociais e Línguas e Filologia. A maioria dos estudantes (55%) estava já nos 3 ou 4 anos de ensino superior.

Relativamente ao período de mobilidade, predominaram dois períodos temporais: 3 meses e 6 meses. Cerca de 86% dos inquiridos considerou que a duração desse período esteve de acordo com os resultados e impactos esperados. 90% dos estudantes afirmam não ter frequentado cursos de preparação linguística e 63% frequentaram cursos de línguas apenas no início do seu período de estudos no estrangeiro.

No que toca aos países de acolhimento, os destaques foram para Espanha (21%), Itália (17%), França (14%), Alemanha (11%) e Reino Unido (9%). A Agência Nacional esclareceu as motivações destas opções da seguinte forma: as barreiras linguísticas são menores e o ensino é feito nas línguas estrangeiras mais faladas e compreendidas pelos estudantes portugueses; o acolhimento aos estudantes estrangeiros é uma realidade que facilita a sua integração, face à sua significativa experiência na gestão da mobilidade; a proximidade geográfica e de nível de vida ajudam à integração dos estudantes (no caso de Espanha).

No que concerne as motivações para a participação na Acção Erasmus, os inquiridos referiram como factores mais importantes: a experiência sócio-cultural, a vontade de estudar no estrangeiro, melhorar uma futura carreira profissional e adquirir experiência europeia. De acordo com o inquérito, a existência de financiamento foi um dos três motivos que exerceram menor influência.

A maioria dos inquiridos considerou que os benefícios da participação na acção Erasmus foram superiores ou muito superiores aos custos e poucos avaliaram de forma negativa esta experiência. Os resultados a nível pessoal, a melhoria das competências linguísticas e a experiência europeia foram considerados como os mais importantes desta participação na Acção Erasmus (Avaliação intercalar, SPI, 2003:1-103).

Através de um pequeno questionário as faculdades da Universidade de Lisboa informaram-nos das formas como apoiam a mobilidade de estudantes. Na sua maior parte, estas faculdades desenvolvem acções de mobilidade fora dos programas comunitários de várias formas. Estas podem ser através de acordos no âmbito da Universidade, através de acordos principalmente com instituições brasileiras e sul americanas, a pedido dos alunos para faculdades estrangeiras específicas e, apenas a Faculdade de Ciências é membro de um organismo internacional não-governamental,

cujo objectivo é a promoção da mobilidade através de estágios extra-curriculares em empresas no estrangeiro. Apenas na Faculdade de Letras estes apoios podem ser de âmbito financeiro. Esta faculdade e a de Medicina podem também reconhecer os períodos de estudos efectuados nestes períodos. Quanto ao número de alunos em mobilidade, as faculdades consideram que atingem os objectivos, com a excepção de duas. Contudo, se tivermos em conta os objectivos da União Europeia para a mobilidade, que são apontados como 10% do número total de estudantes verificamos que, de facto, este objectivo não é cumprido. Porém, também foi referido, como um obstáculo, o limite das verbas atribuídas para esta acção. Nestas instituições, em geral, não existem placares específicos de divulgação de informações gerais sobre a União Europeia, sendo apenas a Faculdade de Letras que faz esta divulgação. A grande maioria das informações sobre a UE, divulgada pelas faculdades, está relacionada com os programas de mobilidade. Se tivermos em conta a preocupação da UE em se aproximar dos cidadãos, consideramos que este poderia ser um local privilegiado para a difusão das suas acções, contudo este não é aproveitado pelas instituições europeias.

Nestas faculdades da Universidade de Lisboa a europeização do ensino superior tem-se revestido principalmente das alterações propostas pela Declaração de Bolonha, cuja aplicação está em curso desde o ano 2006-2007, embora apenas em algumas delas.

II-Estudo empírico

No estudo empírico seguidamente descrito, aplicámos os conceitos anteriormente analisados, como: herança cultural europeia, identidade colectiva, identificação, mobilidade estudantil, política cultural, valores europeus, entre outros.

A pergunta de partida na qual nos baseámos para a problematizar as respostas obtidas através dos questionários foi:

Será que uma experiência académica, num período curto, noutra país da UE, com outros estudantes estrangeiros e nacionais desse país, reforça o sentimento de uma identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias?

Através da resposta a esta pergunta, pensamos poder discernir em que medida a mobilidade Erasmus contribui para a construção de uma identidade europeia entre os estudantes que nela participam, ou se trata de uma experiência de deslocalização temporária sem quaisquer consequências na percepção dos inquiridos ao nível da integração europeia. Para responder à pergunta colocámos aos estudantes questões sobre a mobilidade Erasmus, avaliámos o seu conhecimento sobre assuntos da União Europeia, as suas percepções sobre a União Europeia e sobre uma cultura comum na União Europeia.

1. Observação e metodologia

1.1.Campo empírico: a Universidade de Lisboa

Qualquer investigação deve sempre circunscrever o seu campo de análise empírica no tempo e no espaço geográfico e social.

O campo empírico da investigação circunscreve-se à Universidade de Lisboa, aos estudantes que participariam na acção Erasmus no ano académico de 2005-2006. A escolha desta universidade deveu-se ao facto de ser uma das maiores universidades do país e por ser uma instituição pública de ensino superior, que pode representar uma

amostra fiável do que é a mobilidade, o seu público e as percepções deste sobre a construção da identidade europeia, nas universidades portuguesas, em geral.

Dados da Universidade de Lisboa referem que nesta instituição a mobilidade de estudantes no período de 2000/2001 a 2004/2005, ou seja no período de 5 anos sofreu uma evolução significativa. Nestes dados foram consideradas as suas Faculdades: Letras, Direito, Medicina, Ciências, Farmácia, Psicologia e Ciências da Educação, Medicina Dentária e Belas Artes.

No primeiro ano lectivo apresentado, 2000/2001, foram enviados 137 estudantes ao abrigo deste programa de mobilidade tendo este valor aumentado para 200 no último ano do estudo, 2004/2005. Destes valores, no primeiro ano estudado, 102 referem-se a estudantes femininas e 35 a estudantes masculinos. Em 2004/2005, o número 200 representa 137 estudantes femininas e 63 masculinos. Verifica-se assim um número superior de raparigas em mobilidade, o que está relacionado com o facto de existirem mais alunos do sexo feminino do que masculino inscritos na Universidade de Lisboa.

Devido ao início da nossa investigação ter decorrido durante o mês de Outubro 2005, os estudantes aqui em análise foram os estudantes das Faculdades da Universidade de Lisboa, em mobilidade durante o segundo semestre do ano académico 2005-2006. Uma vez que o ano lectivo já se tinha iniciado, também a mobilidade dos alunos que a iniciaram no primeiro semestre. Desta forma, não foi possível incluir quer estes, quer os alunos que se propuseram a uma mobilidade de duração superior, ou até um ano lectivo.

1.2. Objecto de observação: os alunos em mobilidade no segundo semestre de 2005-2006 da Universidade de Lisboa

O público alvo dos questionários foi inicialmente um grupo de 90 alunos, das Faculdades de Belas Artes, Ciências, Direito, Farmácia, Letras, Medicina, Medicina Dentária e Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, tendo a informação geral acerca do grupo sido fornecida pelo Gabinete de Relações Externas da Reitoria da Universidade.

Posteriormente, foram contactados os responsáveis pelos gabinetes de mobilidade de cada Faculdade que nos forneceram os endereços de e-mail dos estudantes, com a excepção do responsável pelo Gabinete da Faculdade de Medicina Dentária, que não enviou os contactos dos alunos, pelo que estes não foram contactados. Durante o período em que foi enviado o questionário, recebemos a informação acerca de três desistências. Assim, retirando os desistentes e os alunos da Faculdade de Medicina Dentária o grupo de inquiridos ficou num total de 83 alunos. Por não ser um número de alunos muito elevado foram contactados todos os alunos constantes da lista fornecida, não tendo sido considerada necessária uma selecção de estudantes num ano específico do seu percurso no ensino superior, ou com um número pré-determinado de anos de frequência.

Os questionários pré-mobilidade foram enviados por e-mail aos alunos no mês de Janeiro de 2006, uma vez que a informação obtida indicava que neste mês alguns iniciariam a mobilidade. Foram recebidas 54 respostas até meados do mês de Fevereiro de 2006, o que representa uma taxa de resposta de 65% dos alunos inquiridos.

Quanto à taxa de respostas dos inquiridos por Faculdade, dos questionários enviados para Belas Artes recebemos 66,6% de respostas, de Ciências houve 70,6% de respostas, para Direito (1 aluno) houve 100% de respostas, de Farmácia houve 50% de respostas, de Letras houve 69,3% de respostas, de Medicina houve 100% de respostas e em Psicologia e Ciências da Educação 25% dos inquiridos responderam.

No total de respostas de alunos, verificámos o seguinte rácio de respostas por Faculdade: 25,9% de Belas Artes, 22,2% de Ciências, 1,9% Direito, 14,8% de Farmácia, 16,7% de Letras, 13% de Medicina e 3,8% de respostas de Psicologia e Ciências da Educação.

Os questionários pós-mobilidade foram enviados ao mesmo grupo de 83 alunos, das várias Faculdades da Universidade de Lisboa, na segunda quinzena do mês de Julho 2006. As respostas foram recebidas até à segunda quinzena de Agosto de 2006. No total foram recebidas 40 respostas, o que representa uma taxa mais baixa do que no primeiro inquérito, mas ainda de cerca de 50,6%. De assinalar que neste questionário não houve nenhuma resposta dos alunos da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Quanto à taxa de respostas dos inquiridos por Faculdade, dos questionários enviados para Belas Artes recebemos 52,4% de respostas, de Ciências houve 64,7% de respostas, para Direito (1 aluno) houve 100% de respostas, de Farmácia houve 43,8% de respostas, de Letras houve 53,9% de respostas, de Medicina houve 42,9% de respostas e em Psicologia e Ciências da Educação nenhum dos inquiridos respondeu. Podemos concluir que houve um decréscimo na percentagem de respostas por faculdade, que pode dever-se ao facto de, por ser o final do ano lectivo, a motivação dos alunos em responder ser menor por motivos de começarem as férias, terem terminado a sua licenciatura ou estarem ainda a meditar sobre as questões da mobilidade. De assinalar que no final da mobilidade é obrigatório o preenchimento de um inquérito “Relatório de mobilidade” para entrega na Universidade de Lisboa e posterior envio à Agência Nacional Sócrates Erasmus, o que poderá também ter levado os estudantes a confundir ou desvalorizar outros questionários sobre o mesmo tema.

No total as respostas recebidas apresentam o seguinte rácio por Faculdade: 27,5% de Belas Artes, 27,5% de Ciências, 2,5% Direito, 17,5% de Farmácia, 17,5% de Letras e 7,5% de Medicina.

Os inquiridos que responderam tanto ao questionário pré-mobilidade como ao questionário pós-mobilidade foram cerca de 36, ou seja, cerca de 43% do número total de alunos. Julgamos que este número, superior à percentagem de 30% normalmente exigida para estudos sociais, pode ser considerado representativo do número total de estudantes em mobilidade no segundo semestre.

1.3. Instrumento de observação: o questionário

Foi decidido que o melhor instrumento para realização do estudo empírico seria através da utilização de um inquérito por questionário a enviar e receber via e-mail. Uma das razões para esta decisão prende-se com o facto de se estimar um número de alunos em mobilidade que inviabilizaria a eficiência de outros métodos, como por exemplo, a entrevista. Uma outra razão foi a percepção de que, por limitações temporais, não se conseguiria mobilizar os alunos para a participação numa reunião ou discussão de grupo.

O envio e recepção do questionário por e-mail pareceu-nos ainda uma forma facilitadora por vários motivos. Em primeiro lugar, seria mais fácil ter a percepção de eventuais erros ou não entrega do inquérito. Verificou-se o estabelecimento da comunicação entre o investigador e os inquiridos de forma cómoda, permitindo até receber informação dos indivíduos que desistiram da mobilidade, podendo excluí-los antes de iniciar a recepção dos dados do todo. Por outro lado, para os inquiridos, a recepção, preenchimento e envio do questionários não se apresentou como uma tarefa que requeresse qualquer gasto, deslocação ou alteração das suas actividades habituais.

Com o objectivo de percebermos eventuais alterações das percepções dos estudantes sobre o universo da União Europeia e a construção da identidade europeia foi decidido efectuar dois questionários a aplicar aos estudantes. O primeiro, ou questionário pré-mobilidade foi aplicado antes do período de mobilidade para obtenção de dados e percepções prévias a uma experiência de âmbito europeu. O segundo, ou questionário pós-mobilidade foi aplicado logo após a experiência da acção Erasmus com o intuito de se detectarem alterações à percepção dos estudantes acerca da construção de uma identidade europeia.

Assim, os questionários elaborados foram: um questionário pré-mobilidade piloto, o questionário pré-mobilidade aplicado, um questionário pós-mobilidade piloto e o questionário pós-mobilidade aplicado aos inquiridos.

Na elaboração dos questionários houve a preocupação de formular as perguntas de forma clara e unívoca, para que o entrevistado respondesse de acordo com o seu universo de referência, e de forma a que cada uma das perguntas fizesse sentido no conjunto de todas as outras. Optámos também por incluir um grande leque de perguntas abertas que permitiram que os estudantes expressassem, sem grandes condicionamentos, a sua opinião sobre o assunto em análise.

Por uma questão de disponibilidade do investigador, devido a um mais fácil acesso aos alunos da Faculdade de Medicina, o questionário piloto foi testado em 5 alunos da

Associação de Estudantes desta Faculdade. Nos computadores da sala da Associação estes alunos preencheram o questionário na presença do investigador. Por se revelar de difícil interpretação e resposta, a pergunta “Considera que no seu país se promove uma Identidade europeia?” foi alterada para “Aponte características importantes da cultura europeia actual”. Pelas mesmas razões a pergunta sobre a moeda única EURO também foi alterada. A funcionalidade do inquérito mostrou-se operacional. Não se verificaram quaisquer dificuldades da parte dos alunos na utilização da tecnologia envolvida e preenchimento electrónico dos campos.

Foi utilizado o método anterior no lançamento do questionário pós-mobilidade piloto, sendo pedido a 5 alunos da Faculdade de Medicina, que tinham participado na acção Erasmus em anos anteriores, que respondessem ao inquérito disponibilizado no computador da sala do Gabinete de Relações Internacionais da Faculdade. Foram detectadas duas perguntas, que sendo alvo de comentários por parte dos inquiridos, foram reformuladas para “Considera que esta mobilidade para outro país da UE contribui para o estabelecimento de uma rede de contactos entre cidadãos?” e “Considera o passado histórico dos Estados-membros importante para o desenvolvimento cultural comum da UE?”

Mais uma vez não se verificaram quaisquer dificuldades da parte dos alunos na utilização da tecnologia envolvida e preenchimento electrónico dos campos.

1.4. Técnicas de tratamento das informações

Os dados obtidos através dos questionários foram tratados de modo quantitativo utilizando o programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Numa primeira fase foram construídas as bases de dados para ambos os questionários, nas quais foram definidas as variáveis e as respectivas categorias, de modo a introduzirem-se os 96 questionários recolhidos.

À posteriori procedeu-se à recodificação de algumas variáveis para realizar alguns procedimentos estatísticos como a análise multivariada. Esta recodificação consubstanciou-se no agrupamento de respostas, consideradas com o mesmo sentido, sob uma variável única, de modo a tornar possível cruzamentos de variáveis. Contudo,

mesmo apesar da recodificação, os cruzamentos entre questionários não foram possíveis, uma vez que os 34 inquiridos que responderam ao questionário pré e pós mobilidade apresentaram respostas muito diversas que não possibilitaram a formação de grupos de respostas válidas.

Assim, recorreremos à análise descritiva, a mais adequada para trabalhar dados provenientes de perguntas abertas e respostas que apresentam grande disparidade entre si. Todavia, nesta análise socorremo-nos dos grupos construídos para a recodificação das variáveis com o objectivo de se perceberem os valores estatísticos das opções dos inquiridos.

2. Análise dos dados do estudo empírico

2.1. Caracterização dos estudantes em mobilidade Erasmus

O questionário de pré-mobilidade foi aplicado aos alunos que se preparavam para iniciar a sua mobilidade no segundo semestre do ano lectivo de 2005-2006. A lista destes alunos foi fornecida pelo Gabinete de Relações Externas da Universidade de Lisboa, em Outubro de 2005. No total foram inquiridos 83 alunos, de todas as Faculdades da Universidade de Lisboa, nomeadamente, da Faculdade de Belas Artes, Faculdade de Ciências, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Letras, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Dentária e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Devido a não ter sido possível o acesso às informações dos alunos da Faculdade de Medicina Dentária, estes não foram contactados.

Passando à caracterização social e académica da amostra verificámos que as idades dos estudantes inquiridos englobam a faixa etária dos 20 aos 53 anos, situando-se a média de idade nos 23 anos, considerando apenas as respostas válidas. De forma mais pormenorizada, podemos afirmar que 34% dos alunos têm 23 anos, 18 % têm 21 anos, no mesmo valor percentual estão alunos com 24 anos, 14% têm 22 anos, 6% têm 20 anos, estando os restantes entre os 25, 26, 27 anos e um aluno pós-graduado com 53 anos.

Os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino, que totaliza 64,8% da amostra. Como já referido, actualmente o ensino superior tem registado um acréscimo significativo de estudantes do sexo feminino, que na UL também se verifica. Por este motivo, consideramos que este valor mais elevado de estudantes raparigas em mobilidade Erasmus é uma consequência desta tendência.

Relativamente ao ano em que se encontram no seu percurso académico, 35,2% afirma que frequenta o ensino superior à 6 anos, 33,3% frequenta o ensino superior à 5 anos, 24,1% frequenta o ensino superior à 4 anos. A restante percentagem de 7,5% afirma frequentar o ensino superior à 3 anos (3,7%) e 7 e 9 anos (3,8%). Este número de anos frequentados pode estar relacionado com o facto de os alunos que optam por fazer períodos mais pequenos de mobilidade, de 3 a 6 meses, o fazerem quando decorrem os estágios, durante o último ano de curso.

As licenciaturas mais frequentadas por estes alunos são Design de Comunicação (16,7%), Ciências Farmacêuticas (14,9%), Medicina (13%), Química Tecnológica (9,3%), Estudos Europeus (7,4%), Design do Equipamento e Geografia (5,6% cada), Pintura, Psicologia e Química (3,7% cada). São ainda referidas as licenciaturas de Direito, Engenharia Geográfica, Engenharia Informática, Física, Geofísica, Informática, Línguas e Literaturas Modernas e a Pós-graduação em Ciências Documentais. A amostra apresenta-se perfeitamente dividida entre cursos de ciências, ciências da saúde, artes e letras, não se verificando qualquer tendência, em termos de mobilidade, de qualquer um dos ramos de ensino.

As respostas relativamente à situação domiciliária dos estudantes referem que estes vivem maioritariamente com os pais (66%), em menor número vivem em apartamentos com outros estudantes (15,1%), outros vivem em quartos alugados (9,4%), e ainda em menor número (3,8%) habitam em residência académica durante o período de estudos, havendo ainda 5,7% que afirma ter outro domicílio. Através destes dados podemos inferir que a maioria dos estudantes habita na área da grande Lisboa, uma vez que o seu domicílio habitual durante o período de estudos é em casa dos pais. Por outro lado, a existência de uma percentagem maior de estudantes em alojamento privado (apartamentos ou quartos alugados) do que em residências académicas, permite-nos afirmar que os alunos inquiridos não se encontram entre os mais carenciados da

Universidade de Lisboa, já que as residências são prioritariamente atribuídas a alunos com menores rendimentos.

Os alunos em mobilidade são maioritariamente filhos de pais com a nacionalidade portuguesa. Sobre as habilitações literárias dos progenitores, nas repostas dos inquiridos, verificámos que a maioria 40,7% (pai) e 44,4% (mãe) possuem curso superior. Seguidamente, aparece a percentagem de 25,9% (pai, mãe) que possuem apenas ensino básico. Ainda, 22,2% (pai) e 20,4% (mãe) completaram o ensino secundário e, finalmente 11,1% (pai) e 9,3% (mãe) possuem diploma de ensino profissional.

Os alunos inquiridos afirmam todos dominar uma língua estrangeira. A língua inglesa apresenta-se como a mais referida com 42,6%. Ainda 22,3% refere que domina a língua inglesa e francesa, e 13% responderam que dominam a língua inglesa e espanhola. Outras línguas menos referidas são a língua italiana e a alemã. Numa escala de 1 a 5, considerando 1 o domínio medíocre e 5 o domínio muito bom, relativamente à língua inglesa, 50% dos alunos classificam o seu domínio de inglês no nível 4, sendo de 33,3% o nível 5 e havendo 3,7% que marcaram o nível 1. Relativamente à língua francesa, 33,3% afirmam que o seu domínio de francês está no nível 1 e 2 e apenas 3,7% afirmam o nível 5. A língua espanhola é dominada por 37% no nível 1, havendo 18,5% que marcaram o nível intermédio, ou 3, e 1,9% que marcaram o nível 5.

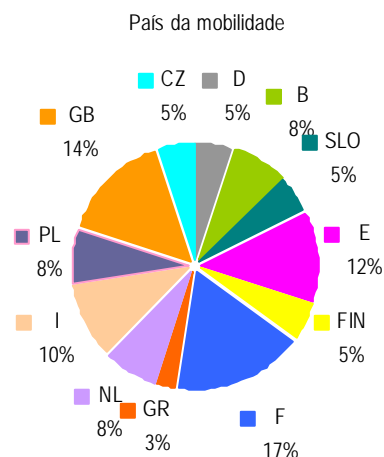
De entre as respostas válidas obtidas, a maioria dos alunos (79%) respondeu que adquiriu o conhecimento de línguas no ensino secundário, em oposição a apenas 15,4% que referiram ter aprendido línguas no ensino superior. Relativamente à frequência de aprendizagem de línguas em institutos há uma percentagem positiva de 51,9% que afirma ter frequentado estes institutos. A aprendizagem de línguas em casa ou com outras pessoas apresentam percentagens de 11,1% e 7,4%, respectivamente. Quando inquiridos acerca da vontade de dominar um língua estrangeira apenas 31% afirma uma resposta positiva, sendo a língua mais referida por estes, a língua francesa, seguida da inglesa e da espanhola.

Apenas 14,8% dos alunos afirma ter vivido anteriormente no estrangeiro, contudo 66% respondeu que tem contacto com pessoas de outras nacionalidades, sendo as mais

referidas, a alemã, espanhola, francesa e italiana. Neste grupo, o contacto é em 37% referido como regular, no contexto de férias (25,9%) e académico (22,2%), pelo que podemos inferir que neste último caso se referem a alunos estrangeiros em mobilidade na Universidade de Lisboa.

Os alunos em mobilidade neste período escolheram para país de acolhimento em primeiro lugar a França, seguida do Reino Unido, a Espanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e a Polónia, a Alemanha, a Eslovénia, a Finlândia e a República Checa e, apenas 1 escolheu a Grécia. Os alunos escolheram os países que desde 2000 têm sido preferidos pelos estudantes da UL, cuja informação é de que há cinco países que vão alternando a preferência dos estudantes, sendo a França e a Espanha os países que recebem normalmente mais estudantes, logo seguidos pela Itália, Alemanha e Reino Unido. Podemos concluir que os países preferidos estão culturalmente próximos de Portugal, como é o caso de França, Espanha, Itália, cujas raízes culturais e linguísticas são comuns. Por outro lado, a preferência pelo Reino Unido também poderá ser explicada pela facilidade linguística, uma vez que, como vimos, a maioria dos alunos afirma dominar a língua inglesa.

Gráfico 1



O período de mobilidade teve para 37,5% dos alunos a duração de 5 meses, ou um semestre lectivo. Seguidamente, aparece o período de 3 meses com maior percentagem, o que revela que os alunos não fizeram um semestre mas apenas um período do semestre, nalguns casos (Medicina e Farmácia) correspondente a um estágio. A experiência de mobilidade neste caso, pode ser considerada de curta duração o que

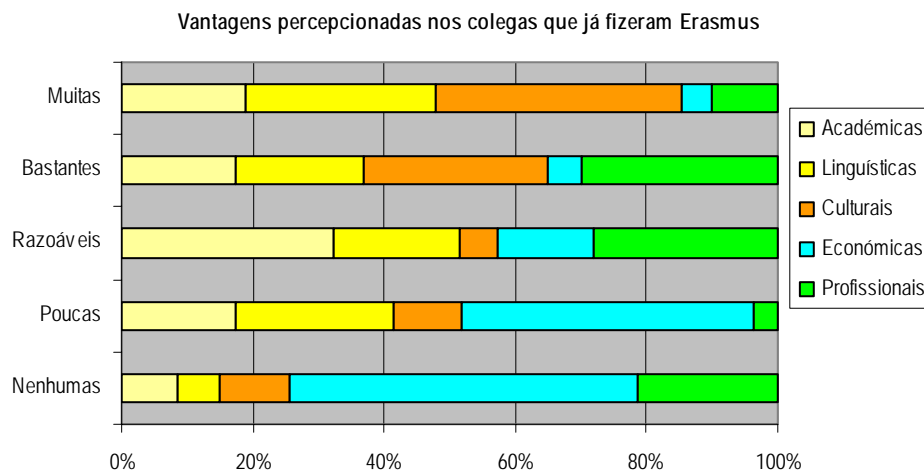
poderá dificultar a percepção das diferenças relativamente aos factos político-culturais aqui em análise.

2.2. Dados relativos à mobilidade Erasmus

Através dos questionários pré-mobilidade sabemos que cerca de 80% dos alunos afirmam ter tomado conhecimento do programa Erasmus na Universidade. Há ainda 46,3% que de respostas que afirmam ter obtido conhecimento do programa através de colegas. Apenas 5,6% afirmam que tomaram conhecimento do programa através dos meios de comunicação social. Assim, podemos considerar que a universidade é o local onde a informação acerca do programa de mobilidade Erasmus é mais divulgada.

Todos os alunos em preparação da sua mobilidade afirmam conhecer colegas que já participaram no programa anteriormente, havendo 94% que diz que essas pessoas obtiveram vantagens com a mobilidade. Quando questionados acerca das suas percepções das vantagens obtidas pelos colegas sendo-lhes solicitado que classificassem numa escala de 1 a 5, as suas percepções, sendo 1 nenhuma e 5 muitas. As vantagens académicas apresentam no nível razoáveis a percentagem mais elevada (40,7%) seguidas do nível muitas com 24,1%. Sobre as vantagens linguísticas obtidas pelos colegas, os alunos perceberam que estas foram muitas (37%), e razoáveis (24,1%). Relativamente às vantagens culturais, estas foram sentidas como muitas (48,1%), seguidas de bastantes com 29,6%. Os alunos não percebem quaisquer vantagens económicas nos colegas que fizeram mobilidade tendo classificado em 46,6% o nível 1, ou nenhuma, havendo apenas 5,6% que considera que foram obtidas muitas vantagens. Verificamos novamente uma percepção de vantagens razoáveis ao nível profissional com 35,2%.

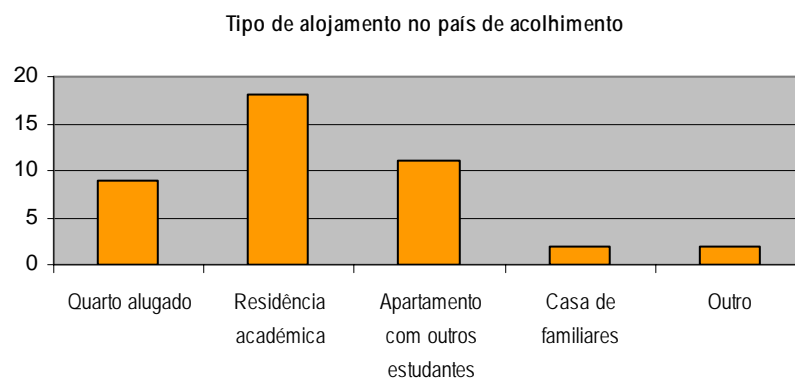
Gráfico 2



Através do questionário pós-mobilidade procurámos saber qual o tipo de alojamento obtido pelos alunos. Esta questão poderá levar-nos a quais os relacionamentos desenvolvidos e porquê.

Das hipóteses de tipo de alojamento obtido (quarto alugado, residência académica, apartamento com outros estudantes, casa de familiares ou outro), o que teve maior percentagem de respostas positivas foi a residência académica, seguido de apartamento com outros estudantes e quarto alugado. Os primeiros dois tipos de alojamento permitem um contacto mais próximo com estudantes de diferentes nacionalidades, o que poderá proporcionar convivência e conhecimento de outras culturas.

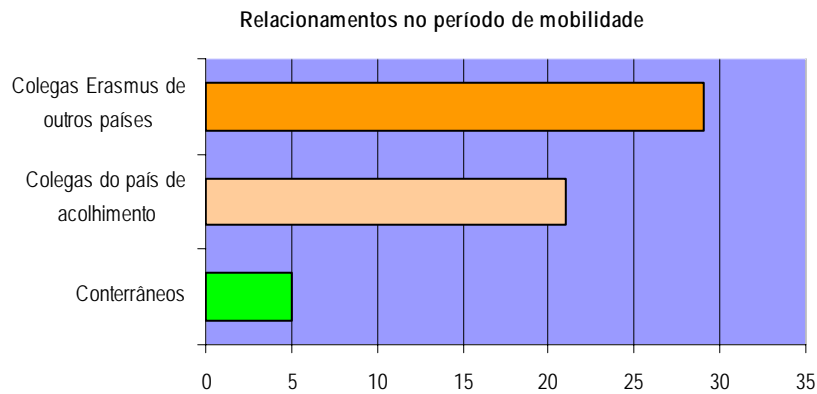
Gráfico 3



Sobre os tipos de relacionamento, procurámos saber se estes se desenvolveram num ambiente mais ou menos caracterizado por diversas culturas e nacionalidades. De facto,

percebemos que a maioria dos estudantes se relacionou mais com outros estudantes Erasmus de outros países, seguidamente com colegas do país de acolhimento e com os conterrâneos em menor percentagem.

Gráfico 4



Os alunos afirmam que os principais motivos que os levaram a estabelecer os relacionamentos que desenvolveram no país de acolhimento foram: por se encontrarem numa situação comum (numa residência académica) em 47,2% dos casos, o conhecimento de diferentes culturas (no caso dos que se relacionaram mais com outros estudantes Erasmus) em 19,4%, conhecer os nativos por uma questão de integração e aprendizagem da língua, em 11,1%, por empatia ou amizade e por partilharem a cultura (referindo-se aos conterrâneos), em 8,3% em ambos os casos, ou por razões profissionais. Nesta questão houve 4 alunos que não responderam, não fazendo parte desta amostra.

A percentagem de alunos que considera ter aprofundado a ligação com o país de acolhimento é de 97,5%, mostrando claramente que o contacto directo incentiva o relacionamento entre culturas e o estabelecimento de laços. De entre as razões apresentadas pelos alunos que justificaram esta afirmação (representando 45% da amostra), destacam-se as seguintes: o interesse pela cultura deste país e uma boa experiência (61,1%) e a percepção de afinidade cultural que despertou sentimentos de identificação (27,8%). Estes resultados vêm confirmar a eficácia da acção da UE para este objectivo. Como vimos desde 1988 (CE24/05/1988) que a Comunidade procura estabelecer a Dimensão europeia na educação tendo afirmado, numa resolução do Conselho, que este reforço advém da experiência directa da realidade da vida noutros

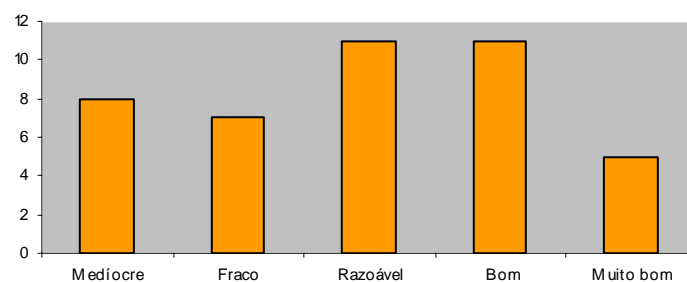
países europeus. Por outro lado, a UE apresenta também este contacto directo decorrente da mobilidade como uma das vantagens que se reflectem no nível individual do cidadão (CE, 2003). Assim, verificamos que de facto, o contacto directo propiciado pela mobilidade é capaz de proporcionar uma experiência directa de integração europeia, uma vez que os alunos consideram que neste período vivenciam e identificam-se com a realidade de outros países europeus.

A maioria dos alunos (97,5%) com esta experiência de mobilidade afirma que pretende manter contacto futuro com as pessoas que conheceu neste período. O motivo mais forte (79,3%) para esta intenção são as relações de amizade estabelecidas, seguido por razões de interesse académico e profissional (13,8%), para a amostra de 45% do grupo de inquiridos que justificou a resposta. Assim, verificamos que a prioridade da UE, de estabelecer a competitividade da economia através da capacidade de se formar e trabalhar em contexto internacional (CE, 2000) não se reflecte nas motivações mais apresentadas pelos estudantes inquiridos.

Sobre o domínio da língua do país de acolhimento, apenas uma pequena percentagem (7,5%) dos inquiridos afirma um domínio muito bom. A maioria dos alunos considera ter aprendido esta língua a um nível razoável ou bom (27,5% em ambos os casos).

Gráfico 5

Domínio da língua do país de acolhimento



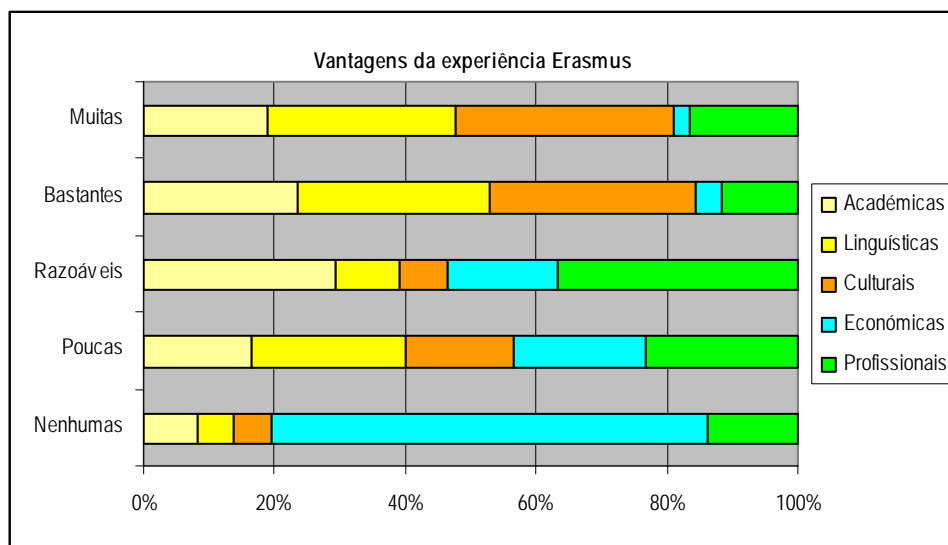
Podemos afirmar que o contacto com a língua do país de acolhimento não teve lugar anteriormente à mobilidade, tal como é recomendado pela política do programa Erasmus, não tendo os alunos feito uso do *Erasmus Intensive Language Course* (EILC) disponibilizado pelo programa. Assim, apenas 27,5% dos alunos afirma que frequentou um curso de preparação da língua, 17,5% teve contacto com a língua através das aulas das disciplinas do curso, 15% aprendeu a língua com colegas de curso, 37,5% aprendeu

através dos colegas de alojamento e 40% aprendeu a língua através de outras pessoas. Existe uma percentagem elevada de alunos (75%) que demonstram interesse em aprofundar o conhecimento da língua do país de acolhimento.

Cerca de 22,5% dos alunos afirma ter aprendido outra língua estrangeira que não a do país de acolhimento, estando entre estas, o espanhol, o inglês, o francês e o catalão. Os alunos afirmam ter aprendido estas línguas principalmente com os colegas de alojamento e com os colegas de curso. Este factor pode dever-se à existência de muitos alunos espanhóis em mobilidade, com o conseqüente relacionamento facilitado com os portugueses devido à língua. A aprendizagem do inglês justifica-se por ser uma língua muito falada no espaço europeu, representando quase uma língua *franca*. O francês e o catalão por serem línguas faladas, no caso da primeira, fora de França, por exemplo, na Bélgica e, o catalão, por ser uma língua oficial em Barcelona, cidade preferencial de destino de alunos portugueses em mobilidade Erasmus.

Foi solicitado aos alunos que classificassem numa escala de 1 a 5 (sendo 1 nenhuma e 5 muitas), as vantagens percebidas decorrentes do seu período de mobilidade. Mais uma vez as variáveis apresentadas foram: vantagens académicas, linguísticas, culturais, económicas e profissionais. As respostas obtidas indicam que as maiores vantagens foram a nível cultural, logo seguidas pelas linguísticas. No aspecto económico os alunos referiram que as vantagens obtidas foram fracas, ou nenhuma. Os alunos que decidiram acrescentar outras vantagens referiram a autonomia, vantagens sociais e pessoais.

Gráfico 6

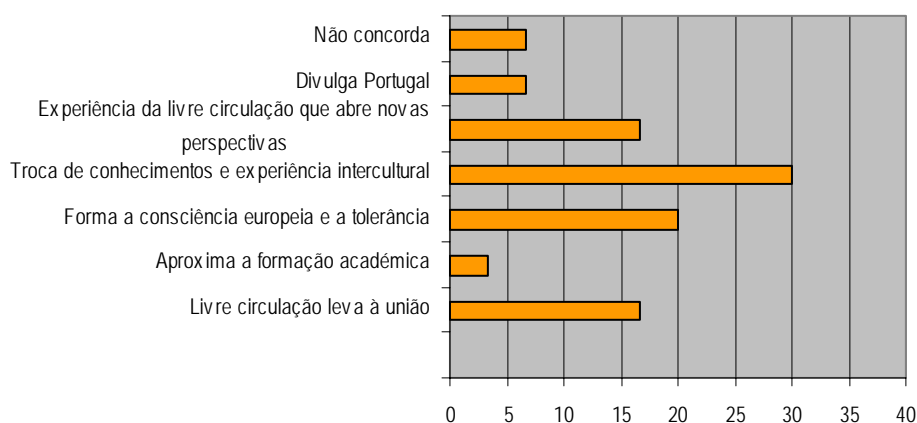


Quando comparamos com o questionário pré-mobilidade sobre a percepção das vantagens obtidas pelos colegas em mobilidade, verificamos que as vantagens académicas se mantêm no nível intermédio, ou razoáveis, embora com menor percentagem, para a maioria dos alunos. As vantagens linguísticas são agora também afirmadas como muitas o que aumenta o anteriormente percebido. Relativamente às vantagens culturais, a percepção dos alunos relativamente aos colegas foi superior ao que consideram as suas vantagens realmente obtidas, embora se mantenham as classificações elevadas em bastantes e muitas. As vantagens económicas são vistas pela experiência pessoal como nenhuma numa percentagem superior aos dados anteriores. As vantagens profissionais obtidas, através da sua experiência pessoal, mantêm-se como razoáveis tal como na percepção pré-mobilidade, embora a classificação de nenhuma vantagens obtidas tenha aumentado a percentagem.

Os alunos consideram na sua maioria, 82,5% que a mobilidade Erasmus é uma forma de participação activa na UE. Daqueles que justificaram esta posição, representando 75% da amostra, a justificação mais utilizada (30%) para esta afirmação é de que esta experiência proporciona a troca de conhecimentos entre culturas e uma vivência intercultural. Outras razões apontadas referem ainda que a experiência de mobilidade: ajuda a formar uma consciência europeia e a desenvolver a tolerância (20%), promove a livre circulação que leva à união entre cidadãos (16,7%), leva à abertura de novas perspectivas (16,7%), ajuda a divulgar Portugal na UE (6,7%), não concorda com esta afirmação (6,7%) aproxima a formação académica entre os Estados-membros (3,3%).

Gráfico 7

Mobilidade como forma de participação activa na União Europeia (n=30)



2.3. Conhecimento sobre assuntos da União Europeia

Através dos questionários pré-mobilidade procurámos saber qual o conhecimento que os estudantes apresentam sobre alguns assuntos, cuja tema poderia ser do seu interesse directo e ao nível geral, sobre a UE.

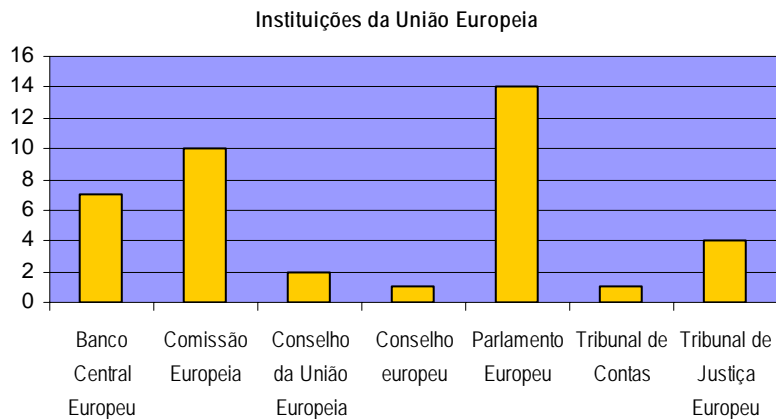
Relativamente ao sistema de créditos europeu, cerca de 27,8% dos alunos afirma desconhecer se a sua licenciatura está convertida para os sistema ECTS (*European Credit Transfer System*). Contudo, 40,7% afirma que esta conversão existe.

Segundo informação disponibilizada pela Reitoria da UL, à data da mobilidade destes estudantes, apenas a Faculdade de Ciências já utilizava este sistema de créditos, o que não confirma as repostas dos alunos.

No que se refere ao conhecimento dos alunos acerca do Processo de Bolonha, 92,6% dos inquiridos referem que já ouviram falar deste. Esta questão decorre numa altura em que as universidades portuguesas se encontram em fase de adaptação dos *curricula* às normas definidas pela Declaração de Bolonha pelo que esta constatação se afirma provável.

Quando questionados sobre as instituições da União Europeia, uma percentagem de 64,8% dos alunos afirma conhecer alguma das instituições europeias. Apenas 42,6% da amostra refere quais as instituições que conhece. De entre as referidas as mais frequentes são: o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Justiça Europeu.

Gráfico 8



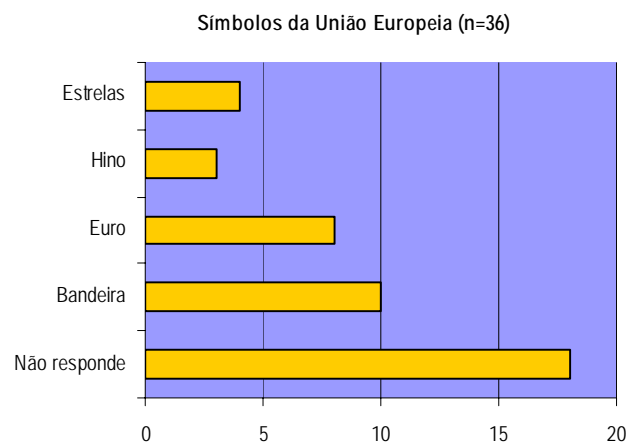
Podemos inferir que o facto de este ser o órgão eleito por sufrágio universal contribuiu para a sua divulgação entre os cidadãos. Assim, apesar da referida falta de legitimidade democrática atribuída à UE, esta instituição que engloba os deputados eleitos directamente nos Estados nacionais se destaca no aparelho da organização.

Como vimos, desde o relatório Adonnino, a UE preocupou-se em definir uma simbologia para colmatar uma falha no conhecimento dos cidadãos europeus da sua herança e identidade europeia. No nosso inquérito pré-mobilidade, 75,9% dos inquiridos afirma conhecer algum símbolo da UE ainda que, uma grande percentagem optou por não referir nenhum. Relativamente aos símbolos mais referidos, por 66,7% da amostra, encontramos a bandeira, a moeda *euro*, a referência às estrelas e o hino. De facto podemos considerar a referência às estrelas como mais uma imagem da bandeira. Não são mencionados o dia ou a divisa da UE. Ainda sobre os símbolos, apenas 31,5% afirma conhecer o hino, e uma percentagem ainda mais reduzida de 11% afirma ter comemorado o dia da UE. Podemos assinalar que embora este grupo afirme ter comemorado o dia não foi mencionado por nenhum inquirido na lista dos símbolos da UE. No primeiro capítulo do trabalho analisámos os símbolos como personificação de entidades nacionais, cuja construção é intencional (Hobsbawn, 1984, Gellner, 1993, Smith, 1997). Na UE verifica-se, da mesma forma, a tentativa de desenvolvimento de uma entidade político-cultural na consciência dos indivíduos, através da concepção de símbolos que materializem a “ideia europeia” (Shore, 2000). A referência ao *euro* justifica-se pela razão evidente de ser um instrumento funcional diariamente em

contacto com as pessoas sendo também um símbolo que representa poder. A bandeira foi o primeiro símbolo a ser divulgado e possui uma imagem mais facilmente reproduzível em palavras “estrelas amarelas” do que, por exemplo, o hino. Contudo, as respostas dos estudantes inquiridos revelam alguma fragilidade na divulgação dos símbolos europeus no imaginários dos cidadãos, à excepção da bandeira e da moeda *euro*.

Todos os alunos consideram que a moeda única euro beneficia a aproximação dos Estados-membros entre si. Nas sociedades modernas complexas, a confiança no sistema monetário tem um carácter abstracto, baseando-se num fundamento societal e político. Essa confiança não tem propriamente a ver com laços afectivos, mas advém das instituições. Assim, o *euro* para além do seu propósito económico, também serve como um instrumento para a comunicação europeia, na medida em que os cidadãos fazem transacções na mesma moeda. Eles reconhecem os *euros* como a “sua” moeda mesmo que lidem com um estrangeiro. Ao mesmo tempo, os preços na Europa tornaram-se comparáveis na mesma linguagem. Podemos assim concluir que o *euro*, um símbolo, mas também um elemento contratual e utilitário, assume uma função de catalizador para a formação de uma identidade colectiva, apesar de, como vimos desde a análise da formação das identidades nacionais este ser um símbolo com origem numa construção social inovadora e premeditada.

Gráfico 9



No questionário pós-mobilidade colocámos mais uma vez, uma questão sobre o Hino da UE, um dos símbolos da organização, para percebermos se a vivência noutra país e a participação num programa europeu traria novos dados sobre esta componente cultural.

Contudo, 60% dos alunos inquiridos afirmou não conhecer o Hino da União Europeia. No entanto, verificou-se uma ligeira subida na percentagem daqueles que afirmam conhecer o hino, uma vez que no questionário pré-mobilidade forma apenas 31,5% os que afirmaram que conheciam sendo agora 40%. Daqueles que afirmaram conhecer este símbolo, 30% identificaram-no correctamente como o Hino à Alegria da 9ª sinfonia de Beethoven e 12,5% afirmaram que conhecem mas não sabem o nome.

No questionário pré-mobilidade, 81,5% dos inquiridos afirmam já ter ouvido falar do Tratado para a Constituição Europeia, 14,8% negam ter ouvido falar deste tratado e 3,7% não respondem.

A pergunta sobre se o espaço Schengen é considerado como a fronteira da UE não se revelou muito fácil de responder pelos inquiridos, uma vez que 44,6% não tem opinião. Contudo, existe uma percentagem de 29,6% que afirma que a fronteira da UE é delimitada pelo espaço Schengen. Sobre estas questões que se referem à esfera de acção política da UE verificamos que o nosso público alvo não demonstra ter conhecimentos ou uma opinião formada. Os assuntos aqui referidos são divulgadas nos meios de comunicação de massa mas não de forma a gerar debate na esfera pública portuguesa, sendo debatidos apenas ao nível das instâncias políticas nacionais. Apesar de a informação veiculada oficialmente pela UE estar difundida no sitio internet e em brochuras específicas, esta não é apreendida de forma voluntária pelos cidadãos. Neste sentido, confirma-se a ideia da falta de um espaço público de debate ao nível europeu, ou como referido por Shore (2000), a ausência de “demos” europeu.

Quanto à noção acerca dos direitos e deveres dos cidadãos da UE, 87% dos alunos afirma que estes existem. Na descrição dos mesmos, é de salientar que os alunos se referem principalmente a direitos da seguinte ordem: democracia, direitos humanos, direitos e deveres inerentes à construção europeia e relativos à livre circulação, direitos políticos, de igualdade, sociais e económicos. Nesta questão, a percentagem de respostas obtidas foi de 49,1% da amostra.

Os alunos foram inquiridos acerca do fenómeno da Defesa dos Direitos Humanos para tentarmos perceber se o distinguem como valor europeu ou o identificam como um valor da civilização ocidental. As respostas obtidas indicam que 42,5% dos alunos

consideram a defesa dos valores humanos como um fenómeno europeu, 35% como uma fenómeno ocidental e 22,5% não responderam.

Das justificações dadas para estas respostas, percebemos que 12,5% consideram que este é um fenómeno mundial e 10% afirmam que a consciência dos direitos humanos é mais forte na Europa. Na mesma percentagem outros afirmam que é comum a todas as democracias ocidentais e 5% consideram que a cultura europeia está na génese da cultura ocidental. Ainda existem respostas que afirmam que a defesa dos direitos humanos é um princípio da ONU ou que não se verifica nos Estados Unidos da América. Neste contexto, podemos reflectir sobre as forças internacionais que contribuem para maiores níveis de identidade e integração europeia, uma vez que a identidade não só reflecte a coesão interna mas também delinea o grupo do “nós” contra os “outros”. Assim, os conflitos recentes entre a Europa e os EUA, sobre vários assuntos de nível económico, cultural e político aumentaram a visibilidade de valores e traços culturais europeus distintos.

Ainda sobre a questão da defesa dos Direitos Humanos, este princípio está consagrado no preâmbulo dos Tratados constitutivos das Comunidades Europeias, da União Europeia e do Tratado para a Constituição Europeia (não ratificado), sendo portanto assumido como um valor europeu pelo discurso oficial da organização. É também um dos critérios mais referidos para a adesão de novos estados à UE.

2.4. Percepções sobre a União Europeia

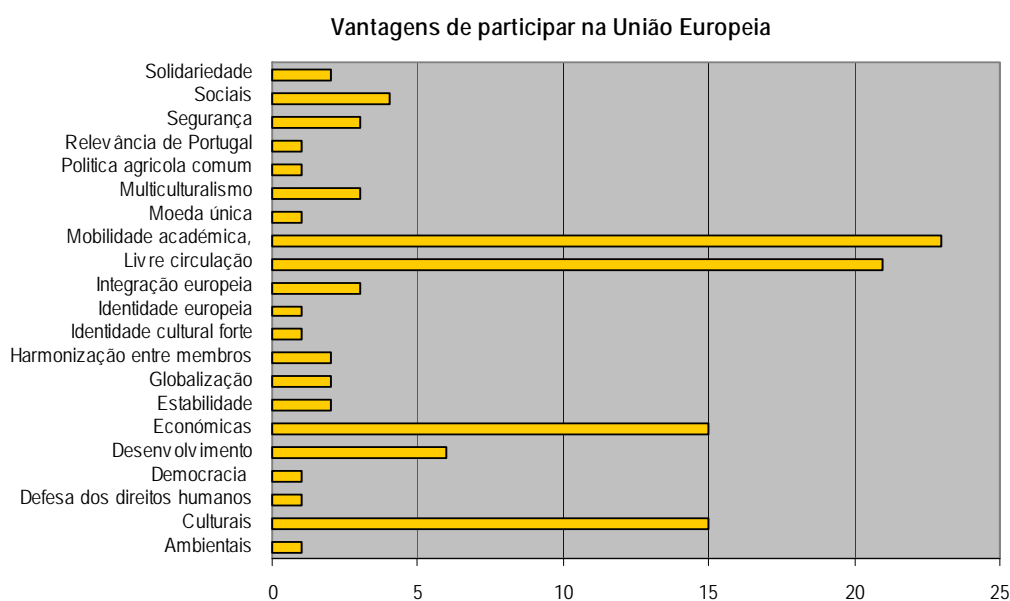
Dos alunos inquiridos antes da mobilidade, uma maioria de 64,8% considera-se bem informado acerca da União Europeia. Estes referem que a informação sobre a União Europeia tem como fonte principal (87%) os meios de Comunicação Social. O ensino secundário, a universidade, a biblioteca, os colegas ou a casa dos estudantes não são referidos pela maioria como uma fonte de informação acerca da UE. Apenas uma pequeníssima minoria de 3,7% afirma ter obtido informação acerca da UE através da Internet. Assim, podemos constatar que os estudantes apenas adquirem a informação que lhes é transmitida pelos meios de comunicação de massa e não das próprias

instituições ou das autoridades nacionais. Ou seja, os alunos não vão, na sua maioria, por iniciativa própria procurar fontes de informação específicas.

98,1% dos inquiridos considera importante fazer parte da União Europeia.

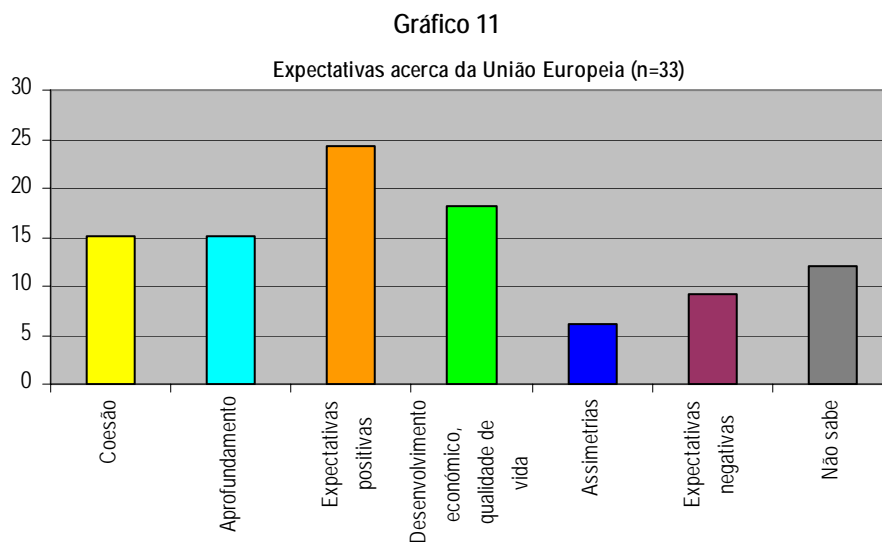
Para os inquiridos que definiram as suas respostas na pergunta aberta, que totalizam cerca de 90,3% da amostra, as principais vantagens em pertencer à UE são: “a mobilidade académica e profissional”, “a livre circulação” e “vantagens económicas” e “culturais”. O “desenvolvimento”, as “vantagens sociais”, a “segurança”, o “multiculturalismo e a integração europeia” são aqui também bastante consideradas. Outras vantagens referidas são: “estabilidade”, a “harmonização entre os membros”, a “globalização” e a “solidariedade”. A “identidade europeia”, uma “identidade cultural forte”, a “moeda única”, a “defesa dos direitos humanos”, a “democracia”, “vantagens ambientais”, a “política agrícola comum” e “a relevância de Portugal” são ainda referidas embora não de forma tão destacada. No grupo das maiores vantagens, porque consideradas por uma maior número de inquiridos, encontramos a livre circulação, benefícios económicos e culturais e o desenvolvimento. Na verdade, estas vantagens mais referidas demonstram que há uma grande aceitação por parte dos estudantes dos incentivos à mobilidade propostos pela UE.

Gráfico 10



A questão sobre as expectativas acerca da União Europeia deu origem a uma variedade de respostas que passamos a descrever. Verifica-se uma expectativa positiva em 24,2% da amostra. 18,2% especificam o seu desejo pelo desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida. Existem ainda expectativas relativas ao aprofundamento da união (15,2%) e à coesão entre os países membros (15,2%). Foram também registadas expectativas pessimistas (9,1%) que se referem ao receio da perda de identidade e às assimetrias económicas (6,1%). Na nossa amostra, registámos 12,1% de respostas que referem não ter expectativas definidas.

Verificamos assim, que as expectativas positivas expressadas relativamente ao desenvolvimento económico estão de acordo com as maiores vantagens percebidas pela pertença à UE, ou seja para a maioria dos inquiridos existe uma relação satisfatória entre os seus desejos e o que consideram obter através da participação na UE. Devemos contudo notar algum europessimismo aqui revelado que podemos atribuir às incertezas relativas à coesão social e aos valores identitários, o que pode advir de factores como a rapidez das alterações percebidas e a incertezas quanto às consequências quer da evolução do espaço cultural quer económico.



Após a mobilidade, os alunos foram novamente questionados acerca das vantagens em pertencer à União Europeia. As respostas confirmam a percepção anterior de que as vantagens são vistas pela maioria (92,5%) dos alunos como um facto.

Na amostra que especificou a sua resposta (cerca de 40%) distingue-se a livre circulação instituída pela UE como a principal vantagem considerada (25%), confirmando as respostas do primeiro inquérito. Esta livre circulação é aqui associada à possibilidade de instalação noutros Estados-membros, sem perda de direitos. Outra grande vantagem assinalada por 17,5% dos inquiridos englobam o desenvolvimento partilhado por todos os países participantes, com os seus benefícios, objectivos comuns e até pertencer a uma “elite de nível mundial”. Estas representam em certa medida uma confirmação das respostas anteriores uma vez o desenvolvimento e as vantagens económicas e sociais estão aqui implícitas. Da mesma forma, as vantagens de um mercado de trabalho alargado (7,5%), com maior oferta de empregos confirmam a constatação anterior. Por fim, a aproximação das culturas (7,5%), reafirma a vantagem cultural e de integração embora neste questionário este benefício seja menos referido.

Através destes dados, podemos concluir que os estudantes assinalam com maior importância as vantagens inerentes à pertença à UE que vão ao encontro das suas expectativas. Por outro lado, verificamos que a participação na União Europeia é vista como facilitador de uma evolução comum, que não seria possível a Portugal individualmente.

Esta experiência de mobilidade não alterou a percepção de Portugal na maioria dos alunos (67,5%) que a viveram. Apesar disso, alguns referem que a distância contribuiu para uma nova consciência dos factores importantes, que o contraste com outra realidade social abre novas perspectivas e que tomaram conhecimento de preconceitos relativamente à língua e cultura portuguesas. Contudo, a maioria refere que os colegas mostrou desconhecimento sobre Portugal. Para melhor perceber este ponto poderia ser interessante avaliar em que medida nalgumas das escolas que recebem alunos portugueses, existe ou não a uma percepção distintiva relativa à cultura destes alunos, no que diz respeito à sua categorização, como europeus, da Europa do sul, latinos ou portugueses.

Por outro lado, a experiência de mobilidade alterou a percepção sobre a União Europeia de 35% destes alunos em mobilidade. As principais razões indicadas por estes inquiridos referem-se a: percepção da realidade da dimensão europeia (12,5%),

percepção das assimetrias no desenvolvimento económico e social (7,5%), percepção de um espaço de livre circulação e da moeda única (7,5%), consciência da diversidade cultural no espaço europeu (5%) e percepção das semelhanças culturais no espaço europeu (2,5%).

A constatação de existência de uma dimensão europeia colmata o objectivo da política para a educação da UE, expressa através dos arts^o149 e 150^o que pretendem precisamente o desenvolvimento da dimensão europeia na educação, o que pode contribuir para a consciencialização europeia.

Para podermos avaliar a importância que os alunos dão à participação na UE e à importância que esta tem nas suas vidas perguntámos-lhes acerca da sua preocupação com uma hipotética dissolução da UE. Para 87,5% dos inquiridos esta dissolução seria uma fonte de preocupação. As razões apresentadas pelos 31 alunos que justificaram a resposta foram as seguintes: a dissolução destruiria o sonho de uma Europa unida e forte e perderiam os direitos já adquiridos (17,5%), dificultaria a livre circulação (12,5%), seria um foco de instabilidade (15%), colocaria um problema económico e financeiro (10%), isolaria e enfraqueceria os países (10%), para Portugal seria uma perda (7,5%), e, finalmente, os alunos referem que a UE é benéfica para os cidadãos e para os países (5%).

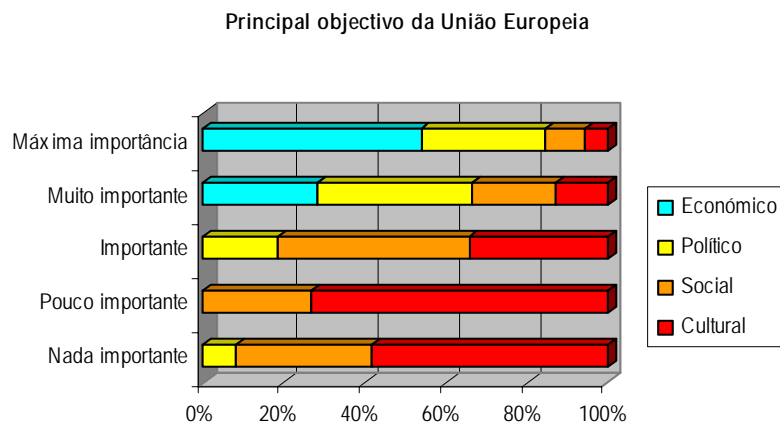
Verificamos que a Europa se tornou um facto na vida quotidiana. É difícil pensar numa Europa sem mercado comum, ou na existência de uma guerra entre os Estados-membros. O Tribunal europeu de justiça e os princípios legais europeus tornaram-se parte da vida de todos os dias. Uma Europa sem fronteiras é uma realidade para os jovens. Neste sentido, a Europa tornou-se uma rotina e representa um facto social que não se põe em causa sem a percepção de uma ruptura. Ou seja, podemos referir que não é a integração europeia que é vista como uma rotura no desenrolar dos acontecimentos actuais na Europa, mas sim a sua perda.

Contudo, quando questionados sobre se a UE deveria ter mais poderes, as respostas negativas representam a maioria (67,5%), sendo uma das razões apresentadas a de que os países devem preservar a sua identidade. As razões dos que acham que a organização deveria ter mais poderes referem que estes ajudariam na eficácia no impor das regras (7,5%), que estes devem ser progressivos (5%) ou, que deveriam ser apenas de nível

económico (5%). Neste ponto verificamos uma vontade expressa de limitar o campo de acção da UE, todavia a pertença revela-se útil a nível económico.

Foi pedido aos alunos para classificar por ordem de importância, numa escala de 1 a 5, sendo 1 a menos importante e 5 a mais importante, os seguintes objectivos da UE: económico, político, social e cultural. Através dos resultados obtidos, podemos verificar que o objectivo com uma classificação mais consensual é o económico, em que 70% dos alunos afirma que é da máxima importância. O objectivo político é considerado muito importante (37,5%) ou da máxima importância (40%). O objectivo social da UE é considerado pelos alunos importante (45%) e apenas para 12,5% da máxima importância. O objectivo cultural da UE é aquele que é se divide mais por entre as categorias de importância. Os inquiridos que consideram o objectivo cultural da UE nada importante são mais do que em qualquer das classificações anteriores (17,5%), sendo também elevada a percentagem que o considera pouco importante (27,5%). Há, porém, 32,5% de inquiridos que considera este objectivo da UE importante. Verificamos ainda, que é o objectivo que detém menor classificação na categoria de máxima importância.

Gráfico 12



A cidadania europeia, um dos temas que mais divulgação tem tido no discurso institucional da UE, após o Tratado de Maastricht, foi considerada pela maioria (85%) dos inquiridos como importante. A principal (25%) razão dada para justificar esta importância tem a ver com a facilidade da mobilidade. Outros motivos apresentados dizem respeito ao fortalecimento dos países (15%), à obtenção de direitos pelos

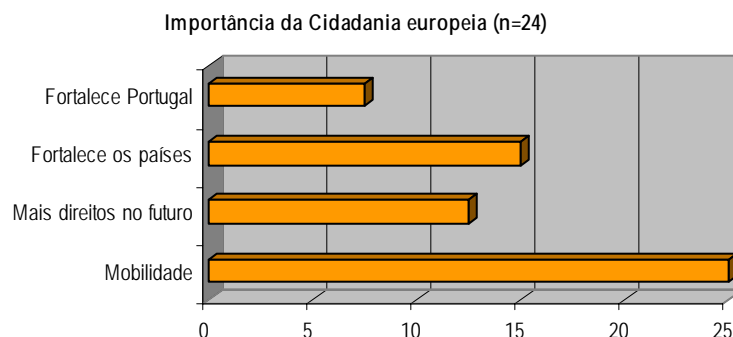
cidadãos (12,5%) e, finalmente, outra razão apresentada foi a de tornar Portugal mais reconhecido e mais forte (7,5%).

Os inquiridos que interpretaram a cidadania no contexto de equivalente a nacionalidade, apontaram como factor principal da sua importância a possibilidade e facilidade de livre circulação no espaço dos Estados membros.

No enquadramento teórico afirmámos que a União Europeia procura desenvolver um sentimento forte de identidade e cidadania europeia num patamar acima dos Estados nacionais. Assim, o que verificamos aqui pode ser considerada uma concretização deste objectivo. Através das respostas destes estudantes que referem que a cidadania fortalece os países e, mais precisamente, o seu país, verificamos que estes cidadãos concebem camadas de cidadanias sobrepostas sem qualquer conflito, assumindo assim, mesmo que de forma subtil, uma identidade europeia.

Conforme vimos na teoria de Smith (1993) acerca da construção da identidade nacional, na construção política desta surge um “conceito de cidadania que une a comunidade” ao lado dos aspectos territoriais, políticos e de igualdade. Relativamente ao reforço da legitimidade através do conceito de cidadania constatamos que os cidadãos nacionais dos Estados-membros se vêm como sujeitos políticos da UE com novos direitos o que pode assim criar um novo fundamento para o compromisso.

Gráfico 13



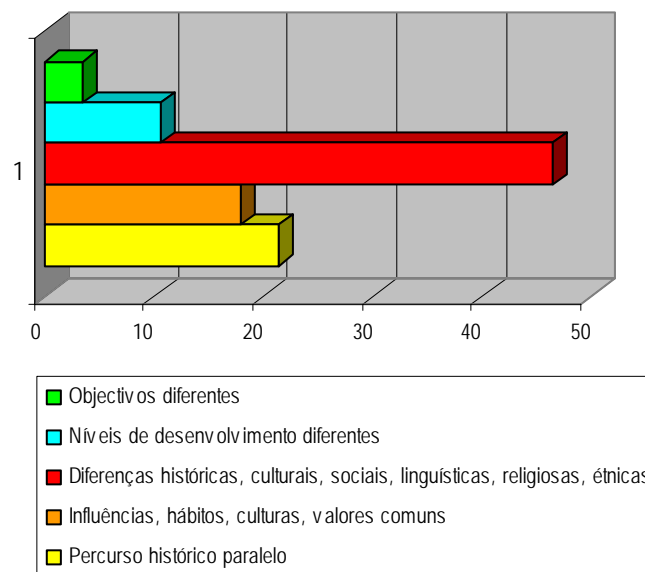
Relativamente à acessibilidade das instituições e órgãos de decisão europeus a maioria das respostas (70%) foi no sentido de os considerar pouco acessíveis. Cerca de 22,5% dos alunos justificam esta afirmação dizendo que as decisões estão longe dos cidadãos, numa alusão ao conhecido défice democrático das instituições. Outros (12,5%) afirmam que as instituições não divulgam informação, ou (10%), que na UE os órgãos não são visíveis, ou seja não se encontram num espaço conhecido. Contudo, para 7,5% dos inquiridos a informação sobre as instituições é considerada acessível.

2.5. Percepções sobre uma cultura comum na União Europeia

Previamente ao período Erasmus a maioria dos alunos (61,1%) afirma que, relativamente ao passado histórico dos países europeus, são mais patentes as diferenças do que as semelhanças no percurso dos países. As principais diferenças assinaladas são relativas a aspectos culturais, sociais, religiosos, étnicos, percursos históricos individualizados, níveis de desenvolvimento e objectivos diferentes. Por outro lado, as semelhanças que foram destacadas são principalmente relativas a aspectos culturais, influências, hábitos e valores comuns, percursos históricos paralelos, as guerras passadas, e os objectivos partilhados.

Gráfico 14

Diferenças e semelhanças do percurso histórico dos países (n=28)



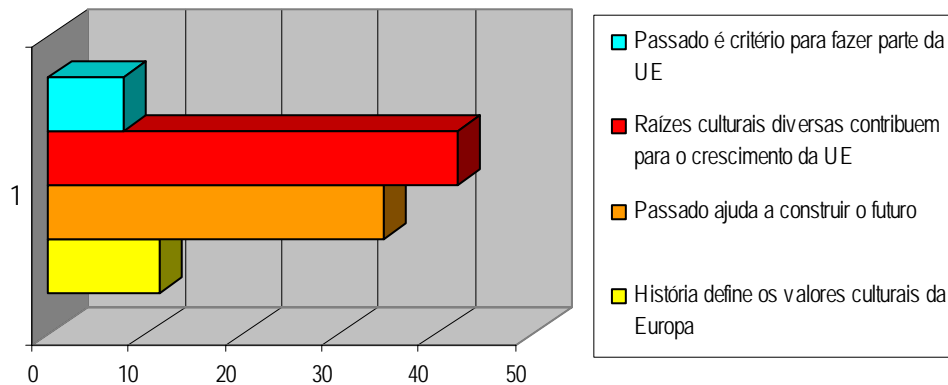
Através destas respostas percebemos que apesar do discurso da UE acerca da “herança cultural europeia”, que vem expressa quer no Tratado de Maastricht, quer no Tratado de Amesterdão e que tem sido utilizada pela Comissão como um elemento da identidade europeia, os inquiridos, na sua maioria, salientam mais as diferenças do que as semelhanças a nível histórico, cultural, linguístico e social. A este ênfase atribuído às diferenças no aspecto histórico-cultural acrescem ainda as diferenças ao nível de desenvolvimento e de objectivos percebidos no passado.

Assim, verificamos que o esforço feito pelos decisores da UE em divulgar uma mensagem onde se destacam, os valores comuns, a herança cultural europeia, o passado comum não se reflecte ainda nas percepções dos inquiridos, ou seja, a ideia do passado e herança cultural comum ainda não cristalizou na consciência dos jovens europeus.

No questionário pós-mobilidade a maioria (87,5%), os alunos inquiridos consideram que o passado histórico dos Estados-membros tem importância para o desenvolvimento cultural comum. A principal razão apontada pelos estudantes (27,5%) indica que as raízes culturais diversas dos Estados-membros contribuem para o crescimento da UE. Outro motivo referido “o passado é importante para a construção do futuro” pode ser considerado de senso comum, contudo, é também considerado uma das motivações fundamentais da UE, quando afirma que os Estados decidiram unir-se “*para evitar repetir erros do passado*”. Um outro factor importante constante das respostas a esta questão é relativa à história ser a origem e o ponto de partida para a definição dos valores culturais da Europa. Este é, sem dúvida um dos pontos que a UE pretende desenvolver na sua política desde Maastricht, definindo na brochura “Europa dos Povos” que “*os povos europeus partilham uma história que situa a Europa no mundo e na qual se funda a sua especificidade*”. Por outro lado, a importância do passado foi aqui assinalada como fazendo parte dos critérios de adesão à UE.

Gráfico 15

Importância do passado histórico para o desenvolvimento cultural comum (n=25)



Cerca de 92% dos alunos em vésperas de mobilidade considera que a sociedade europeia é multicultural. As razões que justificam esta posição referem-se principalmente a três grupos: a sociedade europeia é composta por países diferentes, que incluem povos diversos, identidades e culturas múltiplas; a sociedade europeia acolhe indivíduos provenientes de muitos países, não europeus; e, finalmente devido ao fomentar da diversidade através da liberdade de crenças e costumes.

A maioria dos estudantes (61,1%) não apresenta conhecimento acerca de tradições europeias. De entre as referências neste âmbito destacam-se as tradições religiosas cristãs e o natal. Segundo a teoria de Hobsbawn, as tradições nacionais são inventadas com o objectivo de criar um imaginário comum na colectividade a que se dirigem, pretendendo impor uma relação artificial de continuidade com o passado. Aqui, verificamos que esta noção de imaginário comum ou memória colectiva não existe ainda de forma ritualizada. Se considerarmos como uma tradição inventada pela UE, por exemplo, a comemoração do dia da Europa (9 de Maio), verificamos que para a nossa amostra, de facto, esta forma de celebração de um evento comum significativo para o todo e apenas para esta colectividade ainda não está enraizada. Podemos concluir que apesar de haver já uma acção direccionada pela UE nesse sentido, esta ainda não se conseguiu impor ao nível de criação de um imaginário comum, com rituais repetitivos que unam os sujeitos de todos os Estados membros.

Relativamente à religião dominante na UE, as respostas dos inquiridos dividem-se quase em partes iguais entre o cristianismo e o catolicismo, havendo apenas uma referência ao protestantismo.

Também sobre a existência de uma língua dominante na UE, em maioria (52%), os alunos afirmam que esta é o inglês. Contudo, quando questionados sobre a importância do ensino da língua portuguesa noutros países, a resposta é claramente favorável com uma percentagem de 78% a favor do ensino do português em outros países da União Europeia.

As características mais importantes na cultura europeia actual, que foram assinaladas pelos alunos são as seguintes: a cooperação e harmonia entre os Estados-membros; a diversidade linguística e cultural; a consciência pacifista e ecológica; os valores ocidentais clássicos, incluindo a democracia, liberdade, pluralismo, fraternidade; e por fim, a sociedade europeia actual é caracterizada como uma sociedade de informação, em desenvolvimento, dinâmica, inovadora e com qualidade de vida.

Segundo o discurso do comissário da UE para a cultura, a liberdade, justiça e responsabilidade fazem parte de um núcleo de valores comuns que sustentam o estilo de vida europeu, que se reflecte no modelo democrático, parlamentar, na liberdade de expressão, religiosa e de imprensa, no estado de direito e no estado social (Figel, 2006). Quando pedido para os alunos compararem os valores do seu país com os valores europeus, estes (41,2%) afirmam que todos ou (39,2%) pelo menos alguns são comuns. Os inquiridos que optaram por descrever os valores (apenas 7, no total de 54) revelaram que estes são essencialmente a democracia, a liberdade de expressão e valores políticos. Verificamos assim, que a percepção dos valores por este grupo é partilhada com a política oficial expressa pela UE.

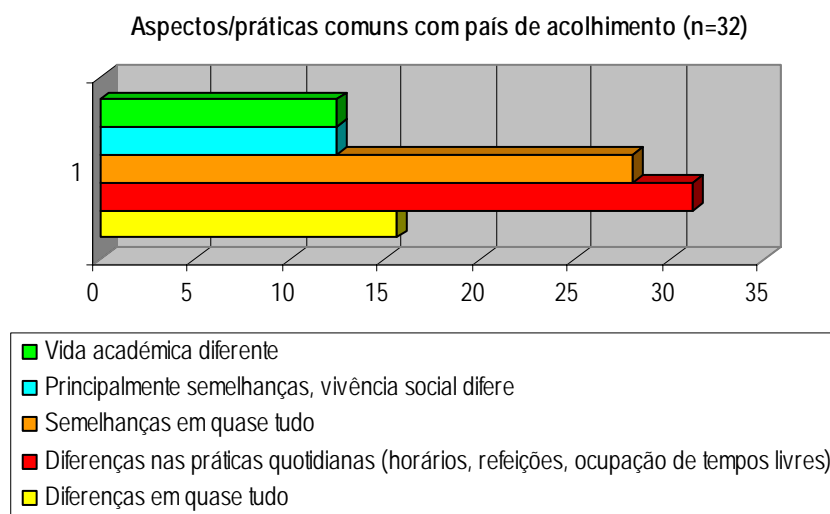
Por esse motivo, a UE justifica a existência do Programa para a Cultura, com o intuito de mostrar que esta faz sentido no mundo actual e para chamar a atenção para as referências históricas e culturais comuns, enraizadas nos valores europeus.

Nos questionários pós-mobilidade foi pedido aos inquiridos que referissem aspectos e práticas comuns do seu país com o país de acolhimento, com o objectivo de verificar

quais as suas percepções sobre uma realidade comum nas sociedades europeias. As respostas foram diversas no que diz respeito às percepções havendo, contudo mais respostas a apontar para diferenças. Assim, cerca de 31,3% refere diferenças nas práticas quotidianas (relativamente a horários, hábitos alimentares e ocupação de tempos livres). Existe também um grupo de alunos 15,6% que aponta diferenças em tudo e, ainda, cerca de 12,5% refere que percepcionou diferenças no que diz respeito à vida académica.

Por outro lado, para outro grupo que representa 28,1% das respostas, a percepção foi de que existem semelhanças em quase tudo. No grupo que refere semelhanças destacam-se ainda as respostas que afirmam que existem principalmente semelhanças, mas que ao nível da socialização existem diferenças.

Gráfico 16



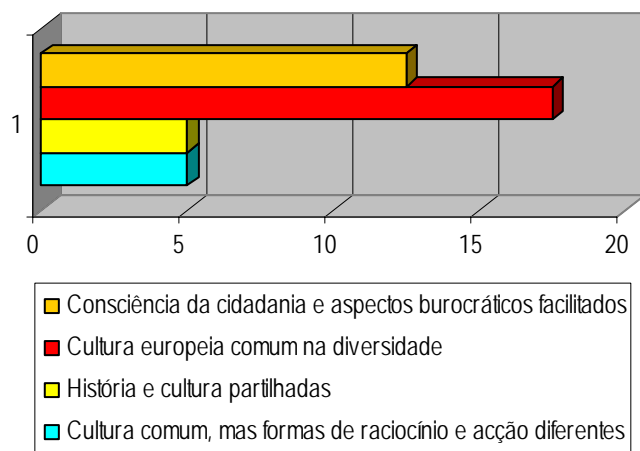
Deste modo, percebemos que ao nível do estilo de vida nas várias sociedades europeias destaca-se mais a heterogeneidade das práticas quotidianas, no que diz respeito a hábitos gastronómicos, horários, actividades de lazer e prática desportiva (as sociedades de acolhimento são mais dinâmicas) e vida académica (melhores professores, mais actividades). Contudo, como os alunos referiram ter aprofundado a sua ligação ao país de acolhimento, podemos inferir que estas diferenças não representam um choque cultural drástico, mas referem-se a práticas quotidianas que podem estar relacionadas com o factores como o clima (horários), urbanísticos (maior existência de espaços verdes).

Relativamente ao nível económico dos países da mobilidade, os alunos afirmam em maioria (92,5%) que este é superior do que em Portugal. Apenas relativamente aos países de acolhimento República Checa e à Polónia, os alunos que estiveram nestes países afirmam ter igual ou superior poder de compra.

Sobre a pertença a um espaço cultural comum na UE, as respostas mais uma vez dividem-se, contudo é mais elevada (57,5%) a percentagem de alunos que afirma a pertença a um espaço cultural comum. Apesar de muitos inquiridos (57,5%) terem optado por não responder à pergunta aberta para a definição deste espaço comum, as justificações apresentadas pelos outros referem principalmente: o espaço cultural europeu é comum na sua diversidade (17,5%), tomaram consciência da cidadania europeia através dos facilitação dos aspectos burocráticos (12,5%), que a história e cultura europeia são partilhadas, que a cultura europeia é comum, mas as formas de raciocínio e acção são diversas.

Gráfico 17

Percepção de pertença a um espaço cultural comum europeu (n=16)



Com estas respostas confirmamos a percepção anteriormente referida de que apesar de existirem muitas diversidades ao nível das práticas quotidianas, as diferenças não são consideradas fracturantes, ou seja, capazes de colocar os valores primários em oposição, mas revelam-se em detalhes na esfera da acção.

Apenas um pequeno grupo de alunos (22,5%) referiu ter sentido discriminação por ser estrangeiro no país de acolhimento. As principais razões apontadas pelos inquiridos para a discriminação de que se sentiram alvo são duas: pelo desconhecimento da língua

e por serem diferentes dos nacionais ou estrangeiros. Relativamente a esta segunda razão, os alunos completam a sua justificação com a informação que o país de acolhimento (Polónia) é culturalmente fechado e/ou que os nacionais desses países são antipáticos.

Todos os alunos referiram que a mobilidade contribui para o estabelecimento de redes que contribuem para um maior inter-conhecimento e relacionamento entre cidadãos da UE. As razões apresentadas pelos inquiridos para esta afirmação referem: o contacto directo promove a identificação dos cidadãos uns com os outros e destrói receios preexistentes a este contacto (25%), proporciona a descoberta de diferenças mas também semelhanças culturais (15%), desperta a curiosidade pela aprendizagem acerca de outros países (12,5%), facilita o relacionamento entre cidadãos de culturas diferentes (12,5%) e, finalmente, porque a mobilidade facilita a integração (7,5%) porque é geradora de sentimentos de unidade e sinergias.

A resposta predominante a esta questão refere, mais uma vez, que o contacto directo revela-se bastante eficaz para a criação de identificação entre os cidadãos. Adicionalmente, o facto de se referir que os receios preexistentes à mobilidade relativos a outros países/sociedades são destruídos relembra-nos a perspectiva de Habermas que refere a solidariedade que se forma entre estranhos com base no respeito mútuo, que se concebe através da prática da auto-compreensão colectiva e que é construída e não descoberta, no contexto de cidadania pós-nacional.

Por outro lado, verificamos que este processo de desenvolvimento da mobilidade estimulado pela UE, reconfigura a forma como os cidadãos encaram o seu território e a demografia existente. Esta reconfiguração poderá, a prazo, levar à transformação identitária desta comunidade cujos horizontes espaciais, sociais e culturais se vão alargando à medida que a aprendizagem acerca de outros estados e a facilidade de relacionamento se estabelecem.

Para percebermos ainda de que forma os inquiridos perceberam a mobilidade no âmbito de construção de uma identidade europeia, foi-lhes solicitado se após esta experiência sentem maior identificação com outros cidadãos europeus. Para 75% dos alunos esta identificação é válida sendo o principal motivo apresentado (30%), a percepção de

factores culturais em comum. Outros motivos referem a identificação com outras culturas num espaço partilhado (12,5%), a identificação apenas com alguns grupos ou culturas (12,5%) e a percepção de objectivos comuns (7,5%). Contudo, um grupo de inquiridos optou por responder que tomou consciência da identidade portuguesa, o que nos leva a inferir que a distinguem da identidade dos outros, demonstrando oposição a uma identidade comum.

De facto, tal como preconizado pela UE “*a mobilidade é uma prioridade com vista a reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade europeia e a sua projecção cultural e económica*” (CE, 2001), ou seja, a aposta da comunidade no estímulo à mobilidade vem desenvolver a percepção de factores culturais em comum aos cidadãos que a experienciam. Todavia, existem diferentes perspectivas sobre a identificação com os outros cidadãos, o que requer um estudo mais aprofundado. Podemos, no entanto, questionar se estará relacionado com o país onde decorreu a mobilidade, a duração da mesma, o grupo onde se inseriram os inquiridos, entre outros factores a ter em conta.

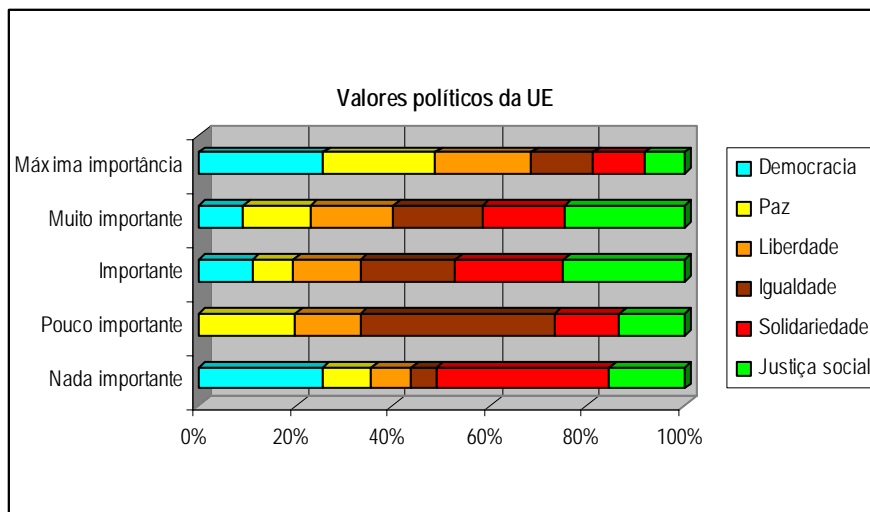
Para percebermos se os inquiridos se interessam pelos Estados parceiros e a que níveis se encontra o seu interesse, foi solicitado que respondessem se desejavam obter mais informação relativa a outros Estados-membros da UE. Cerca de 75% dos alunos afirmam ter interesse em obter mais informações por diversos motivos, sendo o principal (22,5%), a curiosidade. Outros motivos apresentados são relativos a: despertar de interesse nos cidadãos para a participação activa na UE (10%), informações relativas ao mercado profissional (7,5%) e, para uma evolução em comum (5%). Existe também um grupo de inquiridos (10%), que afirma que a informação está disponível.

Foi pedido aos alunos para classificar por ordem de importância, numa escala de 1 a 5, sendo 1 a menos importante e 5 a mais importante, a importância dos valores políticos da UE: democracia, paz, liberdade, igualdade, solidariedade e justiça social. Os valores considerados como da máxima importância foram: a democracia, a paz e a liberdade. Os valores igualdade, solidariedade e justiça social foram ainda considerados muito importantes. A solidariedade foi o valor que obteve maior classificação na categoria de nada importante.

Podemos inferir que o nível de identidade afectiva na UE é ainda relativamente baixo, uma vez que a noção de solidariedade entre os cidadãos europeus não é muito

valorizada. As políticas redistributivas ao nível da UE, poderão ser postas em causa, pois não havendo um imposto europeu, a capacidade extractiva da UE é por enquanto limitada. Para que este cresça deverá ser importante que cresça o sentimento mútuo de solidariedade. Por outro lado, como vimos, a solidariedade também é um valor significativo que se desenvolve com a noção de cidadania, pelo que será interessante verificar como é que este evoluirá ao mesmo tempo que a noção de cidadania europeia se enraíza na comunidade de cidadãos.

Gráfico 18



Antes da mobilidade a maioria dos alunos (87%) gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados-membros da UE. As razões apresentadas pelos inquiridos são relativas ao contacto com outras culturas e decorrente experiência inter-cultural; pela aprendizagem de novos métodos; pela valorização pessoal e profissional, pela troca de conhecimentos devida à diversidade cultural, educativa, etc.

Na mesma situação, uma percentagem de 65% dos alunos gostaria de viver noutro estado membro da UE. Os países mais referidos foram a Inglaterra, a Espanha e a Itália. Por outro lado, apenas 53,7% dos alunos gostaria de viver noutro país do mundo, sendo mais referidos a Austrália, o Brasil e os EUA.

Através dos questionários pós-mobilidade, verificámos que a maior parte dos alunos (55%) afirma ter interesse em continuar os seus estudos no país de acolhimento. Dos

principais motivos apresentados para justificar este interesse são mencionadas: a qualidade superior do sistema de ensino (27,5%), razões profissionais e académicas, empatia com o país, vontade de melhorar o conhecimento da língua e prolongar a experiência. Relativamente, à principal razão apresentada, o nível de qualidade do ensino, podemos considerar que a UE está atenta a este factor pois, actualmente, procura estimular o nível de excelência das Universidades, para poderem competir com o exterior, nomeadamente os Estados Unidos (Estratégia de Lisboa, 2000). Contudo, a nível interno, existe, ou tendencialmente existirá maior competição entre as instituições de ensino superior, à medida que a mobilidade for instituída de forma regular. As razões apresentadas pelos que não têm interesse em prosseguir os estudos no país de acolhimento prendem-se com: as barreiras linguísticas, académicas e profissionais (12,5%), vontade de conhecer outros países, vontade de ficar em Portugal ou porque terminou os estudos.

Está também em maioria a percentagem (72,5%) de alunos com interesse em desenvolver uma actividade profissional no país de acolhimento. De entre os motivos apresentados para este interesse, destacam-se: as oportunidades profissionais e maior desenvolvimento do país (20%), bons salários e perspectivas profissionais (20%), interesse pela mobilidade e pela integração no mercado europeu, a experiência profissional e a empatia com o país. Por outro lado, as razões que levam os inquiridos a não pretender desenvolver uma actividade profissional neste país referem-se à vontade de ficar em Portugal (12,5%), de conhecer outros países ou porque não gostou da experiência. Verificamos que os estudantes inquiridos, demonstram disponibilidade para se deslocarem e instalarem no espaço da UE, para estudar ou trabalhar, e estão abertos ao relacionamento com outros cidadãos europeus.

3. Considerações finais acerca do estudo empírico

A nossa pergunta de partida “*Será que uma experiência académica, num período curto, noutra país da UE, com outros estudantes estrangeiros e nacionais desse país, reforça o sentimento de uma identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias?*” coloca como factor em análise a mobilidade, para outro Estado membro, no âmbito de uma experiência académica incentivada pela UE e a percepção dos estudantes acerca de

uma hipotética identificação com os nacionais de outros Estados membros nesse contexto. Salientamos que a identificação é com outros nacionais de Estados membros, e não apenas com os nacionais do país de acolhimento, pois pretendemos analisar a vivência do ambiente multinacional em que se inserem os estudantes Erasmus. Dada a natureza do assunto em análise, a percepção de identidade colectiva, optámos por colocar muitas perguntas abertas o não possibilitou que as respostas fossem facilmente categorizáveis, e capazes de um cruzamento com multivariáveis, mas permitiu uma diversidade de respostas mais rico do que obteríamos com perguntas fechadas.

A análise à nossa amostra mostra que ela se apresenta perfeitamente dividida entre os ramos do ensino não revelando propensão de alguma área de aprendizagem pela mobilidade transnacional. Os alunos analisados apresentam uma média de 23 anos e frequentam o ensino superior à 5 anos no geral, sendo maioritariamente do sexo feminino. Podendo a acção Erasmus decorrer de 3 a 12 meses, estes estudantes optaram por fazer um período mais pequeno de mobilidade, de 3 a 6 meses, por vezes em períodos de estágio durante o último ano de curso.

Estes estudantes são maioritariamente da região da grande Lisboa. Relativamente ao nível socioeconómico da amostra podemos concluir que a maioria dos estudantes possui um nível económico médio-alto pois os seus progenitores apresentam estudos de nível superior e os que afirmam uma opção de alojamento diferente da sua residência habitual, recorrem a alojamento privado e não aos serviços sociais da Universidade.

Previamente à mobilidade, a maioria dos estudantes refere já o domínio da língua inglesa, obtido principalmente durante os estudos de nível secundário. Neste ponto, podemos colocar a questão de a mobilidade interessar mais a quem previamente tem uma apetência por outras culturas demonstrada pelo domínio de outra língua, do que àqueles cujas aptidões linguísticas estão menos desenvolvidas estando assim menos apetrechados para a vivência em ambiente internacional. No mesmo sentido, a maioria da nossa amostra refere contactos regulares com estrangeiros, o que, mais uma vez, vem demonstrar que estes estudantes estão, previamente à mobilidade, predispostos para os contactos com outras culturas.

Os países mais escolhidos pelos estudantes estão culturalmente próximos de Portugal, como é o caso de França, Espanha, Itália, cujas raízes culturais e linguísticas são comuns, havendo também uma preferência pelo Reino Unido, que poderá ser explicada pela facilidade linguística, uma vez que, como vimos, a maioria dos alunos afirma dominar a língua inglesa.

Podemos concluir que a universidade é o local onde a informação acerca do programa de mobilidade Erasmus é mais divulgada. Todos os alunos que fizeram mobilidade afirmaram conhecer colegas que já a tinham feito anteriormente. As principais vantagens que detectaram nos colegas foram a nível cultural e linguístico por oposição às vantagens económicas que foram consideradas mínimas. Quando confrontados com a mesma questão, porém em relação a si próprios as respostas obtidas indicam que as maiores vantagens foram a nível cultural, logo seguidas pelas linguísticas, embora em percentagens menores do que no primeiro questionário, as vantagens económicas são inexistentes.

A experiência de mobilidade média para estes alunos foi de 5 meses, o que poderá dificultar a percepção dos factos político-culturais aqui em análise uma vez que é de curta duração.

Nos países de acolhimento os estudantes contactaram mais com outros estudantes Erasmus de outros países, seguidamente com colegas do país de acolhimento o que lhes foi proporcionado através das residências académicas e dos alojamentos partilhados com outros estudantes.

Esta acção propicia uma experiência directa da realidade da vida noutros países europeus, o que facilita a integração que a UE procura estabelecer desde a década de noventa, através de várias políticas, como a educativa, que definiu o objectivo da “dimensão europeia na educação” que utiliza, entre outras acções, a mobilidade de estudantes. Por outro lado, este contacto directo decorrente da mobilidade reflecte-se também ao nível individual trazendo benefícios de desenvolvimento pessoal e de aquisição de aptidões de uma experiência intercultural, considerados importantes para uma Europa competitiva a nível mundial. Muitos destes alunos manifestaram interesse em continuar a estudar no país de acolhimento principalmente devido à qualidade

superior do sistema de ensino; da mesmo modo, muitos também têm interesse em desenvolver uma actividade profissional no país de acolhimento, por razões relacionadas com as oportunidades profissionais e maior desenvolvimento do país, o nível elevado dos salários e as perspectivas profissionais. Estes motivos destacados pelos estudantes colocam na sílaba tónica do desejo de mobilidade, o desenvolvimento e integração económica e não na integração cultural ou política.

Os estudantes aqui analisados consideram que a mobilidade Erasmus é uma forma de participação activa na UE devido à troca de conhecimentos entre culturas e uma vivência inter-cultural decorrente da experiência. Uma experiência positiva de mobilidade desenvolve também o interesse pela cultura dos países onde decorre. Estas afirmações respondem em parte à pergunta de partida embora não possamos considerar a experiência intercultural, apesar de conscientemente assumida como tal, se traduza numa identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias. Porém, razões referidas em menor percentagem pelos alunos apontam para o facto de a mobilidade ajudar a formar uma consciência europeia e a desenvolver a tolerância ou promover a livre circulação que leva à união entre cidadãos. Neste caso, já podemos considerar que se trata de uma partilha entre cidadãos de diferentes nacionalidades, uma vez que se refere uma consciência europeia (sendo esta expressão considerada um substantivo) uma ideia comum disponível para todos os europeus; e que a “união” proporcionada pela livre circulação é entre cidadãos, ultrapassando a esfera política dos Estados. Verificamos deste modo, que a ideia identitária europeia se encontra em génese, mas ainda não é muito desenvolvida, de forma a tornar-se a resposta imediata sobre a participação activa na UE.

Apesar da referida falta de legitimidade democrática atribuída à UE, o Parlamento Europeu destaca-se como a instituição mais conhecida do aparelho da organização, sendo a Comissão, a segunda instituição mais mencionada. Apesar de todos os esforços desta última para chegar mais próximo dos cidadãos, com as suas iniciativas “Ouvir, comunicar, estar perto do cidadãos – Nova abordagem da Comissão para o diálogo e a comunicação com os cidadãos europeus” ainda não conseguiu o debate e o diálogo dos europeus com a instituição. Na verdade, os alunos consideram que as instituições pouco acessíveis, referindo que as suas decisões são tomadas sem a participação dos cidadãos.

Esta referência aponta claramente para o défice democrático da UE, que esta iniciativa da Comissão tenta colmatar.

Na UE verifica-se, à semelhança do que decorreu durante a formação dos Estados-nação uma tentativa de desenvolvimento de uma entidade político-cultural na consciência dos indivíduos, através da concepção de símbolos que tornem essa concepção tangível. Todavia, revela-se alguma fragilidade na divulgação dos símbolos europeus no imaginários dos cidadãos, à excepção da bandeira e da moeda *euro*. A referência ao *euro* justifica-se pela razão evidente de ser um instrumento funcional diariamente em contacto com as pessoas sendo também um símbolo que representa poder. A bandeira foi o primeiro símbolo a ser divulgado e possui uma imagem mais facilmente reproduzível em palavras “estrelas amarelas” (para quem não tem uma ideia precisa da sua configuração) do que, por exemplo, o hino. Um período de mobilidade, como qualquer deslocação, nos Estados membros que adoptaram o *euro*, pode ser facilitado pela utilização de uma mesma moeda, cujo valor financeiro e aspecto nos é familiar. Podemos considerar que o *euro* se reveste de uma função de catalizador para a formação de uma identidade colectiva, apesar de ser um símbolo/instrumento relativamente recente, cuja origem se encontra na vontade política e não decorre dos cidadãos.

Segundo a teoria de Hobsbawn, as tradições nacionais são inventadas com o objectivo de criar um imaginário comum na colectividade a que se dirigem, pretendendo impor uma relação artificial de continuidade com o passado. Aqui, verificamos que esta noção de imaginário comum ou memória colectiva não existe ainda de forma ritualizada. Se considerarmos como uma tradição inventada pela UE, por exemplo, a comemoração do dia da Europa (9 de Maio), verificamos que para a nossa amostra, de facto, esta forma de celebração de um evento comum significativo para o todo e apenas para esta colectividade ainda não está enraizada. Podemos concluir que apesar de haver já uma acção direccionada pela UE nesse sentido, esta ainda não se conseguiu impor ao nível de criação de um imaginário comum, com rituais repetitivos que unam os sujeitos de todos os Estados membros.

Para estes alunos a informação sobre a União Europeia tem como fonte principal os meios de Comunicação Social. Questionada sobre alguns assuntos da UE, como o espaço Schengen, o Tratado para a Constituição Europeia, os ECTS e, mesmo o Processo de Bolonha (até ao ano de 2006), podemos concluir que a nossa amostra não

demonstrou qualquer conhecimento que sugerisse curiosidade para além do que é divulgado pelos meios de comunicação social. Apesar de estas instrumentos/acções conterem orientações, ou mesmo normas, que serão transpostas para a ordem jurídica nacional e de estas informações serem veiculadas oficialmente pela UE, na página da organização na Internet e em brochuras específicas, elas não originam o debate público nacional. Se tentarmos pensar nos cidadãos europeus de todos os Estados a questionar um destes assuntos, podemos dizer que, até ao presente esta imagem não existe. Não há qualquer debate a nível da opinião pública europeia, o que nos leva ao raciocínio de Shore de que não existe ainda um “público” europeu.

Os estudantes consideram que existem direitos comuns entre todos os Estados membros da UE, tais como: democracia, direitos humanos, direitos e deveres inerentes à construção europeia e relativos à livre circulação, direitos políticos, de igualdade, sociais e económicos. Verificamos os estudantes percebem correctamente que estes direitos são aqueles que fazem normalmente parte das considerações constantes dos preâmbulos dos tratados da UE, ou seja, são de facto direitos comuns aos Estados e seus cidadãos enquanto membros da UE.

Para a nossa amostra, a mobilidade académica e profissional, a livre circulação e as vantagens económicas e culturais são os principais benefícios em pertencer à UE. Na verdade, estas vantagens mais referidas demonstram que há uma grande aceitação, por parte dos estudantes, dos objectivos que estão na origem dos incentivos à mobilidade propostos pela UE. Nas expectativas relativamente à participação verificamos que as mais relevantes se prendem também com o desejo pelo desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida. Outra grande vantagem assinalada refere-se ao desenvolvimento partilhado com os outros Estados membros, o que dá a entender que os inquiridos consideram que a evolução económica e cultural é facilitada pela participação na União Europeia, sendo no seu seio, e não individualmente, que se conseguem ter um lugar de destaque na cena internacional. Assim, as expectativas positivas expressadas relativamente ao desenvolvimento económico estão de acordo com as maiores vantagens percebidas pela pertença à UE, ou seja, para a maioria dos inquiridos existe uma relação satisfatória entre os seus desejos e o que consideram obter através da participação na UE.

Podemos considerar que a experiência de mobilidade alterou a percepção sobre a União Europeia na medida em que possibilitou a percepção da realidade da dimensão europeia. A constatação de existência de uma dimensão europeia colmata o objectivo da política para a educação da UE, que pretende precisamente o desenvolvimento da dimensão europeia na educação, o que é visto como um dos passos para a consciencialização europeia. Assim, podemos considerar que a mobilidade confere, de facto, uma percepção de um espaço europeu alargado acessível, o que por si só não é suficiente para responder à nossa pergunta de partida relativamente aos sentimento de uma identidade partilhada. Porém, a dimensão europeia referida contem em si a noção de um espaço pertencente ao “eu” e não do outro, ou seja, se não conseguimos ainda perceber se existe uma identidade partilhada, verificamos a existência da noção de um espaço europeu partilhado claramente assumido.

Concluimos assim que a Europa sem fronteiras é uma realidade para os jovens. Neste sentido, a Europa tornou-se uma rotina e representa um facto social que não se põe em causa sem a percepção de uma ruptura. Ou seja, podemos referir que não é a integração europeia que é vista como uma ruptura no desenrolar dos acontecimentos actuais na Europa, mas sim a sua perda.

No mesmo sentido, verificamos que este processo de desenvolvimento da mobilidade estimulado pela UE, reconfigura a forma como os cidadãos encaram o seu território e a demografia existente. Esta reconfiguração poderá, a prazo, levar à transformação identitária desta comunidade cujos horizontes espaciais, sociais e culturais se vão alargando à medida que a aprendizagem acerca de outros estados e a facilidade de relacionamento se estabelecem. Seguindo este raciocínio, consideramos que esta experiência académica reforça não ainda o sentimento de uma identidade partilhada mas a reconfiguração da forma como se olha o espaço europeu e os cidadãos europeus. Na medida em que a mobilidade contribui para o estabelecimento de redes que contribuem para um maior inter-conhecimento e relacionamento entre cidadãos da UE, decorrentes do contacto directo, da dissipação de receios, da descoberta de diversidades e semelhanças, da facilitação do relacionamento. Esta reconfiguração poderá, a prazo, levar à transformação identitária desta comunidade cujos horizontes espaciais, sociais e culturais se vão alargando à medida que a aprendizagem acerca de outros estados e a facilidade de relacionamento se estabelecem.

De facto, a aposta da UE no estímulo à mobilidade vem desenvolver a percepção de factores culturais em comum aos cidadãos que a experienciam o que leva a percepção de uma identificação. Todavia, existem diferentes perspectivas sobre a identificação com os outros cidadãos, o que requer um estudo mais aprofundado. Podemos, no entanto, questionar se estará relacionado com o país onde decorreu a mobilidade, a duração da mesma, o grupo onde se inseriram os inquiridos, entre outros factores a ter em conta.

Manifesta-se contudo um receio de perda de identidade nacional, na medida em que os estudantes revelam uma vontade expressa de limitar o campo de acção da UE. Todavia a pertença revela-se útil a nível económico sendo esta a dimensão que os alunos afirmam ser da máxima importância. O objectivo cultural, apresenta-se como o menos importante. Na verdade, a política cultural da União começou a ser promovida e incentivada há menos tempo (do que a económica), tendo sido institucionalizada apenas com o Tratado de Maastricht, desde a década de noventa, o que pode levar a uma ainda fraca percepção desta dimensão pelos cidadãos europeus. Por outro lado, o receio de perda da identidade nacional, acima referido, pode também condicionar a percepção desta esfera de acção da UE. Embora, a União manifeste múltiplas vezes que a diversidade é uma das riquezas da organização, os cidadãos manifestam receio da imposição de normas neste âmbito.

Apesar deste receio, a cidadania europeia, também instituída pelo mesmo tratado, é considerada como um factor de fortalecimento dos países e, mais precisamente, de Portugal. Assim, inferimos que estes sujeitos aceitam a cidadania da UE desde que a entendam como adicional e não em substituição da cidadania nacional. Verificamos que a percepção de camadas de cidadanias sobrepostas é encarada sem conflito, havendo uma aceitação, mesmo que de forma subtil de uma identidade europeia, para além da identidade nacional.

Não obstante, o discurso da UE acerca da “herança cultural europeia”, que vem expressa quer no Tratado de Maastricht, quer no Tratado de Amesterdão e que tem sido utilizada pela Comissão, como um elemento da identidade europeia, no passado dos países ainda são consideradas mais salientes as diferenças a nível histórico, cultural,

linguístico e social do que as semelhanças. Assim, verificamos que o esforço feito pelos decisores da UE em divulgar uma mensagem onde se destacam, os valores comuns, a herança cultural europeia, o passado comum, não se reflecte ainda nas percepções dos sujeitos, ou seja, a ideia do passado e herança cultural partilhados ainda não cristalizou na consciência dos jovens europeus. É neste sentido que o actual comissário para a educação e cultura, tem vindo a reforçar no seu discurso, a necessidade de reformular, nos *curricula* europeus, a forma de ensinar a história. A sua proposta é que o ensino não deve omitir os passos de história em comum, ao invés de apenas mostrar a perspectiva nacional, de forma a inculcar na memória colectiva dos cidadãos o passado comum, tal como decorreu nos estados nacionais, no século XIX, aquando da formação dos Estados-nação.

De facto, o nosso estudo empírico revelou-nos que o passado histórico dos Estados-membros tem importância para o desenvolvimento cultural comum. A história é vista como a origem e o ponto de partida para a definição dos valores culturais da Europa, sendo referido que as raízes culturais diversas dos Estados-membros contribuem para o crescimento da UE. Assim, vemos que a diversidade dos estados, dos seus valores e culturas é considerada como um contributo para o desenvolvimento da UE, ou seja, não se verifica oposição à evolução conjunta de uma sociedade europeia multicultural.

Relativamente ao estilo de vida nas várias sociedades europeias afirma-se a heterogeneidade das práticas quotidianas ao nível social, contudo, como os alunos referiram ter aprofundado a sua ligação ao país de acolhimento, podemos inferir que estas diferenças não representam um choque cultural drástico, mas referem-se a práticas quotidianas com origem nas diversidades ecológicas (ambientais, climáticas, urbanísticas). É, porém, necessário ressaltar que existem ainda muitas assimetrias económicas entre os países, o que contribui também para algumas diferenças ao nível do quotidiano, como a apetência e acesso às actividades culturais e artísticas, possibilidade de viajar e nível de vida em geral.

A cultura europeia actual é caracterizada como incluindo a cooperação e harmonia entre os Estados-membros, a diversidade, a consciência pacifista e ecológica e os valores ocidentais clássicos, englobando a democracia, liberdade, pluralismo, fraternidade. É também caracterizada como uma sociedade de informação, em desenvolvimento,

dinâmica, inovadora e com qualidade de vida, o que reflecte os grandes objectivos traçados na Declaração de Lisboa, de 2000, pela UE.

Os valores prosseguidos pelos Estados membros, revelados neste estudo, são essencialmente a democracia, a liberdade de expressão e valores políticos. Verificamos assim, que estes são partilhados com a política oficial expressa pela UE para a cultura. Esta política é veiculada para chamar a atenção para as referências históricas e culturais comuns, enraizadas nos valores europeus UE, com o intuito de formar a consciência europeia. Neste aspecto, podemos concluir que existe uma identidade universalista europeia aceite pelos cidadãos.

Os principais valores políticos atribuídos à política prosseguida pela UE são referidos como: a democracia, a paz e a liberdade. Podemos inferir que o nível de identidade afectiva na UE é ainda relativamente baixo, uma vez que a noção de solidariedade entre os cidadãos europeus não é muito valorizada. Por outro lado, como vimos, a solidariedade também é um valor significativo que se desenvolve com a noção de cidadania, pelo que será interessante verificar como é que este evoluirá ao mesmo tempo que a noção de cidadania europeia se enraíza na comunidade de cidadãos.

Conclusão

No nosso trabalho pretendemos analisar a construção de uma identidade político-cultural no seio da União Europeia. Nesta perspectiva, definimos que a identidade político-cultural de um grupo exprime o relacionamento deste com a comunidade, sendo esta considerada como um corpo ordenado de pessoas e da administração dessa comunidade. A percepção subjectiva e a compreensão da memória de cada geração de uma dada unidade cultural de população, ou a etno-história dessa comunidade, foi o elemento definidor encontrado para o conceito de identidade cultural e também de identidades colectivas/nacionais. Nesta linha de pensamento, podemos afirmar que as identificações culturais são múltiplas. A história cultural da humanidade é caracterizada como uma diferenciação sucessiva de processos de identificação há medida que as populações se organizaram em sociedades mais complexas numa variedade de formações políticas (Smith, 1992, Preston, 1997). Segundo a literatura, apesar de existir um potencial para conflitos de identidades, estes ocorrem menos frequentemente do que se poderia esperar devido a alguma fluidez nos processos de identificação.

Para podermos tirar as nossas conclusões acerca da percepção de uma identidade europeia, veiculada pela União Europeia, entre os estudantes da experiência de mobilidade Erasmus, considerámos importante introduzir o nosso trabalho através de uma abordagem aos principais autores que se debruçaram sobre o conceito de identidade colectiva e a formação de identidades colectivas, nomeadamente as identidades nacionais. O nosso objectivo não é comparar a identidade nacional com a identidade europeia mas sim verificar se os instrumentos usados na construção destas identidades pelos Estados, são também usados pela União Europeia de forma semelhante.

O estudo do conceito de identidade sob várias perspectivas, nos últimos trinta anos, teve um acréscimo enorme. A identidade colectiva é um conceito com base nos construtos sociológicos clássicos iniciados por Marx (a consciência de classe com fundamentos histórico-materialistas), Durkheim (a consciência colectiva e as formas organizacionais sociais,) e Weber (racionalização cultural fundamentada pela ordenação burocratizada do capitalismo industrial) salientando as semelhanças ou atributos comuns essencialistas

- traços psicológicos, predisposições psicológicas ou aspectos regionais em volta dos quais o grupo se conjuga.

Posteriormente, abordagem social construcionista adicionou ao conceito de identidade colectiva categorias sociais considerando-a uma entidade moldada e mobilizada de acordo com os centros de poder e os guiões culturais dominantes, dando origem ao conceito de identidade nacional. A identidade político-cultural de um grupo exprime o relacionamento com a comunidade, sendo esta considerada como um corpo ordenado de pessoas. Aqui, verificámos a distinção entre a perspectiva essencialista e a perspectiva construtivista, na literatura sobre este tema. A abordagem essencialista apresenta principalmente variáveis de origem cultural. Segundo este pensamento, cada grupo étnico produz uma identidade política de forma relativamente directa, pois supõe a existência de unidades culturais primitivas, como grupos étnicos, e coloca nas organizações políticas a tarefa de as redescobrir e transformar numa identidade politicamente operacional. O construtivismo coloca maior ênfase na política. O laço entre a matéria prima cultural e as identidades políticas é quebrado por um processo activo de formação de identidade imposto pela manipulação de símbolos culturais. Nesta perspectiva, abordámos vários autores (Anderson, 1983; Gellner, 1993; Hobsbawn, 1984; Habermas, 1992), cujos contributos considerámos importantes para a definição da identidade nacional nas ciências sociais.

Anderson coloca a formação do nacionalismo no período do desenvolvimento da imprensa capitalista num processo espontâneo devendo-se a uma fatal conjunção de factores que possibilitaram a visão de uma “comunidade imaginada”, enquanto Gellner considera que as nações e nacionalismo são consequências da era da industrialização após o período agrário. Em Gellner e Hobsbawn, por outro lado, o papel central é dado aos sistemas de educação padronizado e intencional que conduz a uma cultura nacional. Hobsbawn destaca ainda o papel das tradições “inventadas” pelas elites com objectivo de estabelecer rituais e uma continuidade com o passado. Habermas esclarece que o denominador comum deve ser o “constitucionalismo patriótico”, uma vez que a constituição exprime o consenso formal dos cidadãos que dá origem à identidade nacional e cidadania. Não obstante as divergências que possam existir entre os autores aqui analisados, é possível afirmar que, em última instância, todos eles consideram que a identidade colectiva das nações é um produto da modernidade, ao mesmo tempo que

salientam que as ideologias nacionalistas são altamente susceptíveis de manipulação por governos e elites políticas.

Numa proposta mais englobante do que as teorias meramente construtivistas, Smith (1991) referiu-se à natureza, causas e consequências da identidade nacional como um fenómeno colectivo, segundo a pressuposição de que não podemos compreender a identidade colectiva das nações apenas como uma ideologia ou forma de política, mas devemos considerá-las também como um fenómeno cultural. Aqui a identidade nacional é apresentada como um conceito multidimensional alargado, de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica. O autor critica a abordagem construtivista, na medida em que localiza o aparecimento da nação e do nacionalismo exclusivamente na transição para a época moderna, o que dificulta a tarefa de explicar o sentimento de ligação a um passado étnico. Smith (1991) prefere ver na nação um depósito histórico cujas origens remontam às épocas antiga e medieval e cuja compreensão depende do trabalho contínuo de descoberta e interpretação de um “passado comum”.

Esta perspectiva, apesar de se referir ao nacionalismo, pode ser utilizada na comparação com a actual acção da União Europeia para a integração política e cultural. As diversidades culturais (e nacionais) que a UE pretende defender, através do seu discurso, não obstam a sua acção de construção de uma entidade com a qual os cidadãos são incentivados a identificar-se.

Na origem da União Europeia esteve inicialmente a Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA), formada em 1950, que, por sua vez levou à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), formada no ano de 1957, com um objectivo inicial económico, consubstanciado numa entidade política. Este entidade propôs-se criar condições para uma paz duradoura, através do estabelecimento de uma relação forte entre os países livres da Europa, para construir conjuntamente uma comunidade que, desde o início, logo se afirmou com um destino comum. Actualmente com vinte e sete Estados membros, a UE apresenta-se como um dos maiores projectos históricos do século XX, uma construção que representa os valores positivos com que se identifica a civilização europeia: a manutenção da paz, o progresso económico e social, o respeito pelos direitos humanos e a primazia do direito sobre a força.

Através das teorias que estudam a criação dos Estados nação, analisámos o papel de vanguarda da *intelligentsia* no estímulo do nascimento da identidade nacional, o que nos levou a tentar perceber a integração europeia, através do papel dos decisores da EU para o desenvolvimento do nascimento e divulgação do “europeísmo”. Por outro lado, percebemos a importância que a integração europeia atribui aos desenvolvimentos no campo da cultura, da educação e das tecnologias de comunicação, também estudados pelas teorias de formação da identidade nacional. Ainda, a divulgação pela UE dos símbolos europeus, bandeira, hino, moeda, divisa e dia europeu, são da mesma forma, acções que podem ser comparadas com as dos Estados, no seu objectivo de criar instrumentos concretos que representam uma entidade político-cultural na consciência dos indivíduos.

No actual contexto da globalização, considerámos este conceito para analisar a forma como a EU, e a sua organização supranacional, influencia a sociedade europeia e o tipo de pertenças que pode gerar nos indivíduos. Contudo, devemos salientar que, independentemente da integração europeia, vivemos actualmente num processo acelerado de globalização que transcende as fronteiras dos Estados nacionais e comunidades étnicas, e cujas tendências e processos aliam em padrões políticos, económicos e culturais comuns as várias populações em que actualmente o globo se divide. O estudo da perspectiva modernista das ciências sociais demonstra também uma tendência para o cosmopolitismo. O cosmopolitismo representa um modelo normativo da ordem internacional, tendo como ideais principais a cidadania, multiplicidade de identidades e pertenças e participação numa multiplicidade de comunidades. Neste sentido, as nações continuam a exercer o seu poder sobre os cidadãos, quer a nível económico quer cultural, mas com frequência optam por o fazer em colaboração com estruturas regionais ou locais ou grupos de carácter internacional (Giddens, 1999), como a União Europeia. A identidade nacional deve ser tolerante na relação com as nacionalidades múltiplas chegando até à ideia de cidadania global.

Smith (1990) afirmou que uma comunidade política europeia poderá fundar-se num movimento pan-nacionalista europeu, capaz de criar memórias e mitos comuns, fundamentados na herança cultural partilhada, que não concorram com as culturas

nacionais, que são ainda os principais e mais poderosos elementos de identificação colectiva. Torna-se necessário acrescentar uma nova consciência europeia aos cidadãos dos Estados-membros, ao mesmo tempo, porém, não se perspectivando a diminuição das identidades nacionais nas nações europeias ou o desenvolvimento de um “nacionalismo político verdadeiramente europeu”, mas sim de um pan-nacionalismo baseada numa “família de culturas”.

A evolução da UE tem condicionado uma alteração na ênfase dada à integração, que primeiramente foi entendida como um produto imediato da prosperidade económica e da harmonização legal entre os Estados membros. Recentemente, o processo de integração passou a dar maior atenção ao aspecto cultural, sendo a “cultura” um instrumento político para fazer avançar o processo de construção. Na actualidade, verificamos que os decisores políticos europeus procuram a forma de ultimar uma união política que ultrapasse as instâncias decisoras e consiga estimular uma “identidade europeia” para levar a integração a domínios culturais e psicológicos da vida quotidiana, de forma a influenciar os cidadãos. Esta preocupação tem origem em imperativos políticos, principalmente na necessidade de dotar as instituições europeias e o sistema de governo transnacional emergente de legitimidade.

O referido défice democrático da UE pode ser também considerado sintomático de um défice cultural, um défice que se reflecte na ausência de público europeu, o que se tornou patente quando a organização sentiu o imperativo de induzir os cidadãos a participar no processo de integração europeia. De facto, a política da comunidade europeia é muito raramente motivo de discussão pública no interior dos Estados membros, estando as opiniões públicas nacionais ainda culturalmente isoladas umas das outras.

Desde a década de oitenta, a UE procura criar um sentimento de grupo entre os cidadãos da Europa de modo a gerar uma forma de identidade europeia. Através da utilização de instrumentos, também utilizados nos processos de construção de identidade nacional, nos séculos XVIII e XIX, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu estabeleceram as bases para as políticas de identidade ao nível da integração, desenvolvendo símbolos europeus e acções no âmbito da cultura e da educação. Neste sentido, foi desenvolvida uma política específica para a criação de “uma Europa dos povos”, para afirmar o

conhecimento de uma herança cultural comum, como elemento da identidade europeia, através da manifestação concreta de solidariedade europeia na vida quotidiana. Para transformar a Comunidade Europeia nos “povos da Europa”, a UE promoveu um novo conjunto de símbolos para comunicar os princípios e valores sobre os quais a Comunidade se baseia, com o objectivo de colmatar a falta de conhecimento dos cidadãos europeus acerca da sua herança e identidade europeia.

A cooperação cultural foi abordada como uma das acções a ter em conta no âmbito do desenvolvimento da integração, para melhorar o nível do conhecimento dos Estados membros entre si e da história e cultura da Europa, de forma a promover uma consciência europeia. A comunidade afirma o compromisso de contribuir para “o florescimento das culturas dos Estados-membros” ao mesmo tempo que defende o respeito pela “diversidade nacional e regional” e “promove a herança cultural comum”. Para a Comissão a cultura está relacionada com a identidade, com a forma como nos vemos e aos outros e com as acções conjuntas num contexto particular. A “cidadania europeia” foi também criada para reforçar a legitimidade da UE através da criação de sentimentos de pertença, ou seja, tornando os nacionais dos Estados-membros sujeitos políticos com novos direitos.

A educação é outra área onde a UE procura inventar a Europa como uma categoria de pensamento, tendo nos últimos trinta anos dirigido muitos esforços na influência deste domínio, que ainda faz parte da esfera política nacional dos Estados membros. Assim, para além das vantagens económicas que a UE pretende obter através do desenvolvimento conjunto da educação, verificamos que existem também tentativas para influenciar a construção de uma consciência política através da abordagem ao sector educativo com a introdução da “dimensão europeia na educação”. Contudo, como a dimensão legal desta acção ainda não é vinculativa revela-se um instrumento ainda fraco relativamente à formação de uma identidade europeia.

A mobilidade de estudantes enquadra-se também nos interesses da unificação europeia com vista à promoção da integração e para o desenvolvimento da “dimensão europeia da educação”. Desde 1987, através do programa Erasmus, a mobilidade estudantil é apresentada como uma prioridade com vista a reforçar o sentimento de pertença a uma comunidade europeia e a sua projecção cultural e económica. No discurso da UE, a

mais-valia europeia é indiscutível em termos de consciência da diversidade cultural e da maior compreensão e tolerância das diferenças. São atribuídas às acções de mobilidade europeias consequências mais vastas do que a simples mobilidade, já que é conhecido que ajuda na promoção dos ideais europeus, é uma resposta ao eurocepticismo e prepara o caminho para outras reformas institucionais.

A mobilidade Erasmus na Universidade de Lisboa, foi o objecto do nosso estudo empírico, para percebermos se esta acção da UE tem consequências na percepção da construção de uma identidade europeia nos estudantes que a fizeram. A nossa pergunta de partida “*Será que uma experiência académica, num período curto, noutra país da UE, com outros estudantes estrangeiros e nacionais desse país, reforça o sentimento de uma identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias?*” coloca como factor em análise a mobilidade, para outro Estado membro, no âmbito de uma experiência académica incentivada pela UE e a percepção dos estudantes acerca de uma hipotética identificação com os nacionais de outros Estados membros nesse contexto.

Concluimos que a acção Erasmus propicia uma experiência directa da realidade da vida noutros países europeus, o que facilita a integração ao nível dos cidadãos que a UE tem procurado estabelecer nos últimos anos. Por outro lado, este contacto directo decorrente da mobilidade reflecte-se também ao nível individual trazendo benefícios de desenvolvimento pessoal e de aquisição de aptidões de uma experiência intercultural, considerados importantes para uma Europa competitiva a nível mundial. Porém, o interesse manifestado pela continuação dos estudos noutra país deve-se principalmente pela vontade de mobilidade, pelo desenvolvimento e integração económica e não pela integração cultural ou política.

A mobilidade Erasmus é uma forma de participação activa na UE devido à troca de conhecimentos entre culturas e uma vivência inter-cultural decorrente da experiência. Uma experiência positiva de mobilidade desenvolve também o interesse pela cultura dos países onde decorre. Estas constatações respondem em parte à nossa pergunta de partida, embora não possamos considerar que a experiência intercultural, apesar de conscientemente assumida como tal, se traduza numa identidade partilhada com pessoas de outras nações europeias. Porém, outros motivos percebidos no nosso estudo apontam para o facto de a mobilidade ajudar a formar uma consciência europeia e a desenvolver

a tolerância ou promover a livre circulação que leva à união entre cidadãos. Neste caso, já podemos considerar que se trata de uma partilha entre cidadãos de diferentes nacionalidades, uma vez que se refere uma consciência europeia (sendo esta expressão considerada um substantivo) uma ideia comum disponível para todos os europeus; e que a “união” proporcionada pela livre circulação é entre cidadãos, ultrapassando a esfera política dos Estados. Verificamos deste modo, que existe uma génese da ideia identitária europeia gerada pela mobilidade, mas ainda não é muito desenvolvida, de forma a tornar-se a resposta imediata sobre a participação activa na UE.

Podemos considerar que a experiência de mobilidade altera a percepção sobre a União Europeia na medida em que possibilita a percepção da realidade da dimensão europeia. A constatação de existência de uma dimensão europeia colmata o objectivo da política para a educação da UE, que pretende precisamente o desenvolvimento da dimensão europeia na educação, o que é visto como um dos passos para a consciencialização europeia. Assim, podemos considerar que a mobilidade confere, de facto, uma percepção de um espaço europeu alargado acessível, o que por si só não é suficiente para responder à nossa pergunta de partida relativamente aos sentimento de uma identidade partilhada. Porém, a dimensão europeia referida, contem em si a noção de um espaço pertencente ao “eu” e não do outro, ou seja, se não conseguimos ainda perceber se existe uma identidade partilhada, verificamos a existência da noção de um espaço europeu partilhado claramente assumido.

No mesmo sentido, verificamos que este processo de desenvolvimento da mobilidade estimulado pela UE, reconfigura a forma como os cidadãos encaram o seu território e a demografia existente. Esta reconfiguração poderá, a prazo, levar à transformação identitária desta comunidade cujos horizontes espaciais, sociais e culturais se vão alargando à medida que a aprendizagem acerca de outros Estados e a facilidade de relacionamento se estabelecem. Seguindo este raciocínio, consideramos que esta experiência académica reforça, não ainda, o sentimento de uma identidade partilhada mas a reconfiguração da forma como se olha o espaço europeu e os cidadãos europeus, na medida em que a mobilidade contribui para o estabelecimento de redes que contribuem para um maior inter-conhecimento e relacionamento entre cidadãos da UE, decorrentes do contacto directo, da dissipação de receios, da descoberta de diversidades e semelhanças, da facilitação do relacionamento.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas instituições para o diálogo com os cidadãos referidos verificámos que as instituições são ainda consideradas pouco acessíveis, e que as suas decisões são tomadas sem a participação dos cidadãos. Esta referência aponta claramente para o défice democrático da UE, que a Comissão tenta colmatar. Na UE verificámos, à semelhança do que decorreu durante a formação dos Estados-nação, uma tentativa de desenvolvimento de uma entidade político-cultural na consciência dos indivíduos, através da concepção de símbolos que tornem essa concepção tangível. Todavia, revela-se alguma fragilidade na percepção dos símbolos europeus pelos cidadãos, à excepção da bandeira e da moeda *euro*. A referência ao *euro* justifica-se pela razão evidente de ser um instrumento funcional diariamente em contacto com as pessoas sendo também um símbolo que representa poder. A noção de imaginário comum ou memória colectiva não existe ainda de forma ritualizada para os cidadãos da UE uma vez que estes ainda não assumem cerimónias ou rituais repetitivos, que estabeleçam uma relação com um passado comum, que una os sujeitos de todos os Estados membros.

De facto, a aposta da UE no estímulo à mobilidade vem desenvolver a percepção de factores culturais em comum aos cidadãos que a experienciam o que leva a percepção de uma identificação. Todavia, existem diferentes perspectivas sobre a identificação com os outros cidadãos, o que requer um estudo mais aprofundado. Podemos, no entanto, questionar se estará relacionado com o país onde decorreu a mobilidade, a duração da mesma, o grupo onde se inseriram os inquiridos, entre outros factores a ter em conta.

Concluimos ainda que a Europa sem fronteiras é uma realidade para os jovens. Neste sentido, a Europa tornou-se uma rotina e representa um facto social que não se põe em causa sem a percepção de uma ruptura. Ou seja, podemos referir que não é a integração europeia que é vista como uma ruptura no desenrolar dos acontecimentos actuais na Europa, mas sim a sua perda.

Todavia existe um receio de perda de identidade nacional, na medida em que os sujeitos revelam uma vontade expressa de limitar o campo de acção da UE, apesar de a pertença se revelar útil e desejada a nível económico, sendo esta a dimensão considerada mais

importante. O objectivo cultural, apresenta-se ainda como menos relevante. Na verdade, a política cultural da União começou a ser promovida e incentivada há menos tempo (do que a económica), tendo sido institucionalizada apenas com o Tratado de Maastricht, desde a década de noventa, o que pode contribuir para que não seja vista como um campo de acção importante da UE pelos cidadãos europeus. Por outro lado, o receio de perda da identidade nacional, acima referido, pode também condicionar a percepção desta esfera de acção da UE. Embora, a União manifeste múltiplas vezes que a diversidade é uma das riquezas da organização, os cidadãos manifestam receio da imposição de normas neste âmbito.

Apesar deste receio, a cidadania europeia, também instituída pelo mesmo tratado, é considerada como um factor de fortalecimento dos países e, mais precisamente, de Portugal. Assim, inferimos a cidadania da UE é aceite mas entendida como adicional e não em substituição da cidadania nacional. A percepção de camadas de cidadanias sobrepostas é encarada sem conflito, havendo uma aceitação, mesmo que de forma subtil de uma identidade europeia, para além da identidade nacional.

A europeização é um processo acelerado conduzido maioritariamente, mas não exclusivamente, pelo poder organizativo e administrativo da UE que reorganiza a territorialidade e a demografia, os dois princípios de identificação que formaram a ordem europeia moderna. Este parece ser o seu propósito, a reconfiguração não apenas do mapa da Europa, mas dos termos e processo pelos quais as pessoas na Europa se apercebem de si próprias e constroem as suas identidades

Não obstante o discurso da UE acerca da “herança cultural europeia”, que vem expresso quer no Tratado de Maastricht, quer no Tratado de Amesterdão e que tem sido utilizado pela Comissão, como um elemento da identidade europeia, no passado dos países ainda são consideradas mais salientes as diferenças a nível histórico, cultural, linguístico e social do que as semelhanças. Assim, verificamos que o esforço feito pelos decisores da UE em divulgar uma mensagem onde se destacam, os valores comuns, a herança cultural europeia, o passado comum, não se reflecte ainda nas percepções dos sujeitos, ou seja, a ideia do passado e herança cultural partilhados ainda não cristalizou na consciência dos jovens europeus.

Contudo, o passado histórico dos Estados-membros tem importância para o desenvolvimento cultural comum. A história é vista como a origem e o ponto de partida para a definição dos valores culturais da Europa, sendo referido que as raízes culturais diversas dos Estados-membros contribuem para o crescimento da UE. Assim, vemos que a diversidade dos Estados, dos seus valores e culturas é considerada como um contributo para o desenvolvimento da UE, ou seja, não se verifica oposição à evolução conjunta de uma sociedade europeia multicultural.

Os valores prosseguidos pelos Estados membros, revelados no nosso estudo, são essencialmente a democracia, a liberdade de expressão e valores políticos. Verificamos assim, que estes são partilhados com a política oficial expressa pela UE para a cultura. Esta política é veiculada para chamar a atenção para as referências históricas e culturais comuns, enraizadas nos valores europeus, com o intuito de formar a consciência europeia. Neste aspecto, podemos concluir que existe uma identidade universalista europeia aceite por estes cidadãos.

Dos possíveis modelos apresentados por Delanty (2001) para a sociedade europeia verificamos que nenhum se aplica completamente. Contudo, verificámos que o chamado Universalismo moral, que define a identidade europeia em termos de valores humanos universais, tais como os direitos humanos, o humanitarismo ou uma noção de justiça, se reflecte nas percepções dos cidadãos. Porém esta concepção levanta o problema de os valores por ela aclamados não serem exclusivamente europeus, mas ocidentais e apresenta também um fraco conteúdo cultural ou um conteúdo político pouco explícito, que vá para além da assunção dos valores liberais e democráticos. Verificámos também que herança cultural também pode ser a base da identidade europeia. As concepções filosóficas tradicionais de identidade europeia baseiam-se nesta assunção, que diz que a ideia espiritual que jaz na diversidade europeia é um ponto de união. Aqui a definição de identidade europeia é moldada pela herança grega, romana, do cristianismo latino e do Iluminismo, o que se apresenta admissível pelos sujeitos europeus.

Segundo o discurso do actual Comissário europeu para a cultura, a UE tem a noção de que a consciência de uma “cultura europeia” ainda é vaga e fraca, necessitando de ser alimentada e encorajada. No nosso estudo verificamos que ideia de identidade europeia ainda não foi cristalizada pois os cidadãos europeus ainda não manifestam um claro

sentimento de pertença comum e partilha de destino. Contudo, mesmo que por um período curto de tempo, a experiência de vivência noutra Estado membro, para um cidadão europeu, propicia a reconfiguração da forma como o espaço europeu e os outros cidadãos são percebido, o que pode levar à transformação identitária desta comunidade de povos.

Apesar dos factos aqui concluídos consideramos importante que outras questões sejam analisadas para uma melhor percepção do tipo de pertença que a União Europeia gera nos seus cidadãos. Por exemplo, o facto de acções como a mobilidade Erasmus se dirigir a estudantes do ensino superior, poderá levar-nos a pensar que a integração aqui objectivada se dirige a grupos específicos – aqui, os estudantes universitários. Será que a abordagem da UE de construção de identidade europeia se dirige maioritariamente às elites?

Outra perspectiva que consideramos de interesse para futura análise prende-se com o facto da diversidade de países conter em si, uma ambiguidade que merece um estudo relativamente aos factores/países que são mais “europeus” e que partilham assumidamente uma herança cultural, enquanto outros estão mais distantes do núcleo de cultural afirmado pelas instituições. Será que a política da UE para a construção de uma identidade europeia entre os países tem o mesmo impacto, nos Estados tradicionalmente europeístas e nos Estados mais periféricos geográfica ou culturalmente?

Bibliografia

Bibliografia sobre a Identidade, Identidade Nacional

ANDERSON, Benedict (1983), “Imagined Communities: reflections on the origins and spread of Nationalism”, London, Verso

ANDERSON, Benedict (1994), “Imagined Communities”, in *Nationalism*, ed. John Hutchinson & Anthony D. Smith, Oxford University Press

CALARCO, Mathew R. (2000), “Derrida on identity and difference: a radical democratic reading of the other heading”, in *Critical Horizons*, 1:1, Leiden, The Netherlands, Koninklijke Brill NV

CERULO, Karen A. (1997), “Identity construction, new issues, new directions”, in *Annual Review of Sociology*, Vol. 23, pp.385-409

GELLNER, Ernest (1993), “Nações e nacionalismo”, Trajectos, Gradiva

GELLNER, Ernest (1994), “Nationalism and modernization” in *Nationalism*, ed. John Hutchinson & Anthony D. Smith, Oxford University Press

GIDDENS, Anthony (1994), “Modernidade e identidade pessoal” Coleção Sociologias, Celta Editora

GIDDENS, Anthony (1994), “The Nation as Power-Container”, in *Nationalism*, ed. John Hutchinson & Anthony D. Smith, Oxford University Press

HABERMAS, Jürgen (1992), “Citoyenneté et identité nationale, réflexions sur l’avenir de l’Europe”, in *L’Europe au soir du siècle, Identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp17-38

HALL, Stuart (1997), “Identidade cultural”, Fundação Memorial da América Latina, Secretaria de Estado da Cultura, Governo de São Paulo

HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (1984), “A invenção das tradições”, Coleção Pensamento Crítico, Vol. 55, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra

HOWARD, Judith. A. (2000), “Social Psychology of Identities” in *Annual Review of Sociology*, Volume 26, pp.367-93

KAELBERER, Matthias (2004), “The Euro and European Identity: symbols, power and the politics of European Monetary Union”, in *Review of International Studies*, vol. 30, pp.161-178, British International Studies Association

KANTNER, Cathleen (2002), “Collective identity as shared ethical self-understanding”, in *European Journal of Social Theory*, Vol. 9 (4), pp. 501-423, London, Sage Publications

MAALOUF, Amin (2002), “As identidades assassinas”, Difel

MONROE, Kristen R., HANKIN, James e VAN VECHTEN, Renée B. (2000), “The psychological foundations of identity politics” in *Annual Review of Political Science*, Volume 3:419-447

MORIN, Edgar (2001), “L’Humanité de l’humanité, l’identité humaine”, (t.5) Ferrum Hausmann, Paris

PRESTON, P. W. (1997), “Political/Cultural Identity, Citizens and nations in a Global Era”, Sage Publications, London, Thousand Oaks, New Delhi

ROVISCO, Maria Luís, (2000) “Reavaliando as narrativas da nação – identidade nacional e diferença nacional”, IV Congresso Português de Sociologia

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (1998), “La Construction de l’identité” in *L’Identité: L’Individu, le Groupe, La Société*, Editions Sciences Humaines

SMITH, Anthony D. (1997), “A Identidade Nacional”, Lisboa, Gradiva

SMITH, Anthony D. (1992), “National Identity and the Idea of European Unity” in *International Affairs*, 68, vol. I, pp. 55-76

Bibliografia sobre a União Europeia e a Identidade Europeia

ALIGISAKIS, Maximos (2005), “Eléments pour une étude de la mémoire en Europe”, in

Europe et mémoire: une liaison dangereuse?, Institut européen de l’Université de Genève, Publications euryopa, vol. 29-2005

ALLEMAND, Sylvian, RUANO BORBALAN, Jean-Claude (2001), “A Mundialização”, Colecção Ideias Feitas, Editorial Inquérito

APPADURAI, Arjun (1996), “Dimensões culturais da globalização”, Teorema

BELOT, C., TOURNIER, V. (1998), “Les Jeunes, l’Europe et la Nation”, in *Les Enquetes Eurobaromètres : Analyse Comparée des Données Socio-Politiques*, Paris, L’Harmattan

BERTEN, André (1992) “Identité européenne, une ou multiple? Reflexion sur les processus de formation de l’identité” in *L’Europe au soir di siècle, identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp. 81:97

BORNEMAN, John & FOWLER, Nick (1997), “Europeanization” in *Annual Revue of Anthropology*, vol. 26, pp. 487-514

BRUTER, Michael (2004), “On what citizens mean by feeling ‘European’: perceptions of news, symbols and borderless-ness” in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 30, n° 1, January 2004, pp. 21-39

CEDERMAN, Erik-Lars (2001), “Nationalism and bounded integration: what it would take to construct a European Demos”, in *European Journal of International Relations*, Vol. 7 (2), pp.139-174, London, SAGE Publications

COMISSÃO EUROPEIA (1997), “Sete dias que fizeram a Europa”, CM-03-97-725-PT-C

COMISSÃO EUROPEIA (2001), “As instituições e os órgãos da União Europeia – Quem faz o quê na União Europeia – Qual a contribuição do Tratado de Nice?” Guia do Cidadão Europeu, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2002), “Construir a Europa dos Povos – A União Europeia e a Cultura”, Série “A Europa em movimento”, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2005) “Ouvir, comunicar, estar perto do cidadãos – Nova abordagem da Comissão para o diálogo e a comunicação com os cidadãos europeus”, IP/05/995, Bruxelas, 20 de Julho

COMUNIDADES EUROPEIAS (1973), “Declaration on European Identity”, in *Bulletin of the European Communities*, December 1973, nº 12, pp. 118-122

COMUNIDADES EUROPEIAS (1983), "Solemn Declaration on European Union (Stuttgart, 19 June 1983)", in *Bulletin of the European Communities*, Junho 1983, No 6, pp. 24-29.

COMUNIDADES EUROPEIAS (2004), “Uma Constituição para a Europa – Constituição adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo – Uma apresentação ao Cidadão”, Luxemburgo

COUNCIL OF EUROPE (1954), “European Cultural Convention”, Paris

COUNCIL OF EUROPE (1976), “Report on the Tindemans report and the Council of Europe (6 September 1976)”, in Council of Europe – Parliamentary Assembly. Documents working papers. Twenty eight ordinary session (second part). Volume IV. Documents 3818-3833, Doc. 3827, pp. 1:19

DEBOMY, Daniel (2001), “Perceptions of the European Union, a qualitative study on the public’s attitudes to and expectations of the European Union in the 15 member states and in 9 candidate countries, General Report”, Study by OPTEM S.A.R.L. for the European Commission, June 2001, <http://ec.europa.eu/governance/>

DELANTY, Gerard (2003), “Conceptions of Europe-A review of recent trends” in *European Journal of Social Theory*, 6 (4), pp. 471-488, London, Sage Publications

DELANTY, Gerard (2002), “Models of european identity: reconciling universalism and particularism”, in *Perspectives on European Politics and Society*, 3:3 Leiden, The Netherlands, Koninklijke Brill NV

DELANTY, Gerard and RUMFORD, Chris (2005), “Rethinking Europe: social theory and the implications of europeanization”, London, Routledge

DELANTY, Gerard (2003), “The making of a post-western Europe: a civilizational Analysis”, in *Thesis Eleven*, Nº 72, February 2003: 8-25, London, Sage Publications

DELANTY, Gerard (2005), “What does it mean to be a European”, in *Innovation*, Vol. 18, nº 1, Interdisciplinary Centre for Comparative Research in the Social Sciences

DELGADO-MOREIRA (1997), “Cultural citizenship and the creation of European Identity”, in *Electronic Journal of Sociology*, Madrid, Spain

DOMM, Rory (2004), “Explaining public support for european integration in eight member states: the role of national pride, European Identity, Nationalism and Xenophobia” *EUI Working paper SPS nº 2004/19*, European University Institute, Department of Political and Social Sciences, Florence

DUMONT, Hugues (1992), “Les compétences culturelles de la Communauté Européenne” in *L'Europe au soir di siècle, identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp. 189:226

ERIKSEN, Erik Oddvar (2005), “An emerging european public sphere” in *European Journal of Social Theory*, Vol 8 (3):341-363, London, Sage Publications

EUROPEAN COMMISSION (1985), “A People’s Europe”, nº COM (85) 640 final, Luxembourg

EUROPEAN COMMISSION (2001), “How Europeans see themselves- looking through the Mirror with public opinion surveys”, Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg, European Documentation Series, Luxembourg

EUROPEAN COUNCIL (1985), “Report from the ad hoc Committee’s on People’s Europe”, in *Bulletin of the European Economic Community* (March, 1985), nº 3, pp. 111:117

EUROPEAN COUNCIL (1985), “Report submitted to the Milan European Council (Milan, 28-29 June 1985), in *Bulletin of the European Communities*, nº Supplement 7/85, pp. 18:30

FIGEL’, Ján (2006), “Is there a European Culture?”, *Speech/06/89*, London School of Economics, London, 15 February

FIGEL’, Ján (2006a), “My vision for European student mobility in the next decade”, in the future of European student mobility – Conference organised by the UK Erasmus Student Committee, 22 June, Brussels

FIGUEIRA, António (2003), “Modelos de legitimação da União Europeia”, Principia, Publicações Universitárias e Científicas e Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa

FONTAINE, Pascal (2000), “UMA IDEIA NOVA PARA A EUROPA, A declaração Schuman — 1950-2000” (segunda edição), Comissão Europeia, Série Documentação Europeia, Luxemburgo

FONTAINE, Pascal (2003), “A Europa em doze lições”, Série Documentação Europeia, Comissão Europeia

GARAUDY, Roger (1977), “Para o diálogo das civilizações - O ocidente é um acidente”, Publicações Dom Quixote

GIDDENS, Anthony (2000), “O mundo na era da globalização”, Lisboa, Editorial Presença

GIDDENS, Anthony (1999), “Para uma terceira via-a renovação da social-democracia”, Lisboa, Editorial Presença

GIDDENS, Anthony (2005), “As consequências da modernidade”, Oeiras, Celta Editora

HABERMAS, Jürgen (1992), “Citoyenneté et identité nationale, réflexions sur l’avenir de l’Europe” in *L’Europe au soir de siècle, identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp. 17:38

HABERMAS, Jürgen (2000), “La constelación posnacional”, Ensayos Politicos, Paidós,

HABERMAS, Jürgen (2002), “Toward a European Political Community”, in *Society*, 58:61, July/August 2002

HERZFELD, Michael (2002), “The European Self: Rethinking an attitude” in *The Idea of Europe, From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Woodrow Wilson Center Series

KASTORYANO, Riva (2004), “Multiculturalismo: uma identidade para a Europa?”, in *Que Identidade para a Europa?*, Ulisseia

KOK, Wim (2003) “Alargar a União Europeia, realizações e desafios”, Relatório à Comissão Europeia, Março

LENOBLE, Jacques (1992), “Penser l’identité et la démocratie en Europe” in *L’Europe au soir de siècle, identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp. 293:315

LUNA-AROCAS, Roberto, GUZMÁN, Gustavo, QUINTANILHA, Ismael e FARHANGMEHR, Mino (2001), “The Euro and European identity: the Spanish and Portuguese case” in *Journal of Economic Psychology*, 22:441-460, Elsevier Science

ORCHARD, Vivienne (2002), “Culture as opposed to what? Cultural belonging in the context of National and European Identity”, in *European Journal of Social Theory*, Vol. 5 (4): 419-433, London, Sage Publications

SASSATELLI, Monica (2002), *Imagined Europe*, “The shaping of a European Cultural Identity through EU Cultural Policy”, in *European Journal of Social Theory*, Vol. 5 (4): 435-451, London, Sage Publications

SEDELMEIER, Ulrich (2003), “EU enlargement, identity and the analysis of European Foreign Policy: identity formation through policy practice”, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, RSC No. 2003/13, European Forum Series, EU working papers
SCHLESINGER, Philip (1991), “Media, State and nation: political violence and collective identities”, Media, culture and society series, London, Sage Publications

SCHLESINGER, Philip (1994), “Europeanness: a new cultural battlefield?” in *Nationalism*, ed. John Hutchinson & Anthony D. Smith, Oxford University Press

SCHNEIDER, Heinrich (1996), “The dimensions of the historical and cultural core of a European identity”, in *Reflections on European identity*, Jansen, Thomas (ed.), Forward Studies Unit, Working paper from the conference “Carrefour Européen des sciences et de la culture” at Coimbra

SHORE, Chris (2004), “Wither European citizenship? Eros and Civilization Revisited”, in *European Journal of Social Theory* 7 (1): 27-44, London, Sage Publications

SMITH, Anthony D. (1990), “Towards a global culture? ” , in *Global cultures, nationalism, globalization an modernity*, ed. Mike Featherstone, London, Sage Publications

STEINER, George (2006), “A ideia da Europa”, Gradiva

STOETZEL, Jean (1982), “¿ Que Pensamos los Europeos?”, Editorial MAPFRE

STRÅTH, Bo (2002), “A European identity, to the historical limits of a concept”, in *European Journal of Social Theory*, 5 (4): 387-401, London, Sage Publications

TAYLOR, Charles (1992), “Quel principe d’identité collective?”, in *L’Europe au soir du siècle, Identité et démocratie*, direction Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, Éditions Esprit, pp. 59-66

THEBAULT, Jean-Claude (1996), “Preface” in *Reflections on European identity*, Jansen, Thomas (ed.), Forward Studies Unit, Working paper from the conference “Carrefour Européen des sciences et de la culture” at Coimbra

WALKENHORST, Heiko (2004), “The construction of European identity and the role of national educational systems – a case study on Germany”, University of Essex, n° 160, May 2004

Bibliografia sobre Mobilidade

AGÊNCIA NACIONAL SOCRATES E LEONARDO DA VINCI (2003), “A Experiência da mobilidade Erasmus: Conclusões”, Conferência Multinacional da Semana Erasmus: 18-25 Outubro 2002, Lisboa

BRACHT, Oliver, ENGEL, Constanze, JANSON, Kerstin, OVER, Albert, SCHOMBURG, Harald e TEICHLER, Ulrich (2006), “The professional value of Erasmus mobility”, Final Report, International Centre for Higher Education research (INCHER-Kassel), University of Kassel

COMISSÃO EUROPEIA (2000), “Inquérito sobre a situação socioeconómica dos estudantes Erasmus”, Relatório Publicado pela Comissão Europeia

COMISSÃO EUROPEIA (2001), “Passaporte para a mobilidade Aprender de outro modo, formar-se noutra lugar”, Série a Europa em movimento, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2002), “Viajar noutra país da União Europeia”, Direcção Geral do Mercado Interno, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2002a), “Sócrates, programa comunitário de acção em matéria de educação (2000-2006); Uma porta aberta à educação”, Direcção Geral de Educação e Cultura, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2003), “É a nossa Europa: Viver, aprender e trabalhar em qualquer país da UE”, Série a Europa em movimento, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2003a), “Estudar, seguir uma formação, fazer investigação, participar numa actividade de juventude ou numa actividade de voluntariado num outro país da União Europeia”, Direcção Geral do Mercado Interno, Luxemburgo

COMISSÃO EUROPEIA (2004), “Relatório intercalar sobre os resultados obtidos e sobre os aspectos qualitativos e quantitativos da execução da segunda fase do programa de acção comunitário em matéria de educação Sócrates”, Relatório da Comissão Europeia, COM (2004) 153final

COMISSÃO EUROPEIA (2005), “Sobre as políticas europeias de Juventude. Responder às preocupações dos jovens europeus. Aplicação do Pacto Europeu para a Juventude e promoção da cidadania activa”, Comunicação da Comissão ao Conselho, COM (2005) 206 final

COMMISSION EUROPÉENNE (1995), “ERASMUS Évaluation de la coopération par domaine d'études”, Rapports de synthèse des conférences d'évaluation, Éducation, Formation, Jeunesse

CONSELHO (1987), “87/327/CEE Decisão do Conselho de 15 de junho de 1987 que adopta o programa de acção comunitário em matéria de mobilidade dos estudantes (Erasmus)”, Jornal Oficial nº L 166 de 25/06/1987, pp. 20-24

CONSELHO (1989), “89/663/CEE Decisão do Conselho de 14 de Dezembro de 1989 que altera a decisão 87/327/CEE, que adopta o programa de acção comunitário em matéria de mobilidade dos estudantes (Erasmus)”, Jornal Oficial nº L 395 de 30/12/1989, pp. 23-27

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2001), “Mobilidade dos jovens na Europa”, Recomendação nº2/2001, Lisboa

CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU (1995), “Decisão 819/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março de 1995 que cria o programa de acção comunitária Sócrates”, *Jornal Oficial*, nº L087 de 20/04/1995, pp. 0010-0024

CONSELHO, PARLAMENTO EUROPEU (2000), “Decisão 253/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Janeiro de 2000 que cria a segunda fase do programa de acção comunitária em matéria de educação Sócrates”, *Jornal Oficial*, nº L28 de 03/02/2000, pp. 1-15

EUROPEAN COMMISSION (2004), “The new generation of Community education and training programmes after 2006”, *Communication from the Commission, COM (2004) 156 final*, Brussels

EUROPEAN COMMUNITIES (2000), “Resolution of the council and the representatives of the governments of the member States, meeting with the council concerning an action plan for mobility (14 December 2000)”, in *Official Journal of the European Communities*, (2000/C 371/03)

FIGEL, Ján (2006), “My vision for European student mobility in the next decade”, *Speech on the conference The future of European student mobility*, Speech/06/398, Brussels

KING, Russell e RUIZ-GELICES, Enric (2003), “International Student Migration and the European “Year Abroad”: Effects on European Identity and subsequent Migration Behaviour”, in *International Journal of Population Geography*, 9

KING, Russell (2002), “Towards a New Map of European Migration” in *International Journal of Population Geography*, 8, Wiley InterScience, pp.86-106

KRISTENSEN, Søren (1998), “Support for Transnational mobility for Young People”, in *Mobility and Migration of Labour in the European Union and their specific implications for young people*, European Centre for the Development of Vocational Training

LA PORTE, Heleen André de (1997), “Student mobility within the European Union” in *Vocational Training, European Journal*, nº 10, January-April 1997/I

TASSINOPOULOS, Alexandro (1998), WERNER, Heinz, “Mobility and Migration of Labour in the European Union” in *Mobility and Migration of Labour in the European Union and their specific implications for young people*, European Centre for the Development of Vocational Training,

TEICHLER, Ulrich, MAIWORM, Friedhelm (1997), “The Erasmus experience – Major findings of the Erasmus Evaluation Research Project”, European Commission

UNIVERSIDADE DE LISBOA (2004), “Cooperação no âmbito da União Europeia, para mobilidade de estudantes” in *A Universidade de Lisboa em números – 2004*, ed. Reitoria da Universidade de Lisboa, Lisboa, Dezembro de 2004

UNIVERSIDADE DE LISBOA (2005), “Cooperação no âmbito da União Europeia, para mobilidade de estudantes” in *A Universidade de Lisboa em números – 2005*, ed. Reitoria da Universidade de Lisboa, Lisboa, Dezembro de 2005

Bibliografia sobre o Ensino Superior

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001), “Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade”, Comunicação da Comissão, COM (2001) 678 final, Bruxelas

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2003), “O papel das universidades na Europa do conhecimento”, Comunicação da Comissão, COM (2003) 58 final, Bruxelas

COMISSÃO EUROPEIA (2003), “O papel das universidades na Europa do conhecimento” Comunicação da Comissão, COM(2003) 58 final, Bruxelas

COMISSÃO EUROPEIA, (2005) “Sobre as políticas europeias de juventudes, responder às preocupações dos jovens europeus aplicação do Pacto Europeu para a Juventude e promoção da cidadania activa” Comunicação da Comissão ao Conselho, {SEC(2005)693}

COMMISSION EUROPEENNE (2003), “L'Europe pas à pas, La coopération européenne dans le domaine de l'enseignement supérieur”, Luxembourg

CONSELHO EUROPEU (2002), “Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objectivos dos sistemas de educação e de formação na Europa”, Comunicação, in *Jornal Oficial C/142*, 14/06/2002, pp 01-22

CONSELHO EUROPEU (1988), “Directiva 89/48/CEE do de 21 de Dezembro de 1988 relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos”, in *Jornal Oficial* nº L 019 de 24/01/1989

Conselho Europeu (1974), “Resolução dos Ministros da educação sobre cooperação na educação”, de 6 de Junho de 1974 in *Jornal Oficial C 098*, 20/08/1974, pp.02-02

CONSELHO EUROPEU (1988), “Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação reunidos com o Conselho sobre a Dimensão Europeia da Educação de 24 de Maio de 1988 (88/C 177/02)”

CRE (1998), “The dialogue of Universities with their stakeholders: comparisons between different regions of Europe”, June 1998

LAUREYS, Godelieve (1992), “La mobilité: Un acquis; Les strategies destines à répondre aus exigences de l'internationalization de l'enseignement superieur” publicado por OCDE, “Gestion de L'Enseignement superior” , in *Revue du Programme sur la Gestion des Établissements d'Enseignement Supérieur*, Paris, Vol. 4 nº 1, pp. 118-132

MOREIRA, Adriano (1997), “Educar pela cidadania”, in *Política Educativa, Construção da Europa e identidade nacional*, Actas da Conferência, 15 de Abril de 1997, Conselho Nacional de Educação

MONTEIRO, Agostinho Reis (2002), “A educação no projecto comunitário europeu”, in *Inovação*, vol 15, nº 1-2-3, Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação, pp. 7-21

PAPASTRATIS, Procopis (2004), “A New Frontier or End of an Era: The Bologna Process and the Transformation of the University” in *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, Coordenação Maria Manuela Tavares Ribeiro, Quarteto Editora

REDING, Viviane (2003), “EU Cooperation in Higher Education”, European Commission, Directorate general for Education and Culture

SCHNITZER K., ZEMPEL-GINO M. (2000), “Euro-Student: Social and Economic Conditions of Student Life in Europe”, Hannover, Hochschul-Informationssystem

URQUIJO, Laura Gomez (2002), “La contribución de la Universidad a la cohesión de la sociedad europea”, in *Cuadernos Europeos de Deusto*, nº 26/2002, Instituto de Estudios Europeos

Bibliografia sobre Metodologia de Investigação

CARMO, Hermano do, FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), “Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem”, Lisboa, Universidade Aberta

ECO, Umberto (2004), “Como se faz uma tese em Ciências Humanas”, Lisboa, Editorial Presença

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1993), “O inquérito – teoria e prática”, Oeiras Celta Editora,

QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Lisboa, Gradiva

UNIVERSIDADE ABERTA
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS

**A Mobilidade de Estudantes no Espaço de Ensino Superior Europeu
como Forma de Construção de uma Identidade Europeia**
Estudo de caso da Universidade de Lisboa

Dissertação de Mestrado de
LÍLIA MARIA GONÇALVES LOURO

Orientador:
Prof. Doutor ANTÓNIO TEIXEIRA

Volume II
LISBOA
Abril de 2007

Questionário aos estudantes sobre Mobilidade Erasmus/União Europeia

Identificação

1. Idade _____ 2. Sexo M F (Assinale com X a sua resposta)

3. Há quantos anos frequenta o ensino superior? _____

4. Como estudante, vive geralmente: Com os pais Quarto alugado Residência académica
Apartamento com outros estudantes Outro _____ (Assinale com X a sua resposta ou especifique no campo a cinzento)

5. Qual a nacionalidade dos seus pais? (Especifique no campo a cinzento o país de origem do seu pai e da sua mãe)

Pai

Mãe

6. Habilitações literárias dos seus pais:

Pai: Ensino básico Secundário Curso Profissional Curso Superior

Mãe: Ensino básico Secundário Curso Profissional Curso Superior

(Assinale com X a sua resposta)

7. Qual a licenciatura que frequenta: _____ (Especifique no campo a cinzento)

8. Domina alguma língua estrangeira? Sim Não Qual? _____ (Assinale com X a sua resposta ou especifique no campo a cinzento)

(Se não domina uma língua estrangeira passe à questão 11)

9. Classifique o seu domínio de línguas estrangeiras: (Utilize a escala de 1 a 5, considerando 1 o nível de conhecimento mais baixo e 5 o nível mais elevado)

Inglês 1 Francês 1 Espanhol 1 Outra 1

10. Onde adquiriu conhecimento da(s) língua(s) estrangeira(s)? Secundário Universidade

Instituto de línguas Casa Outra pessoa Outro _____ (Assinale com X as suas respostas ou especifique no campo a cinzento)

11. Se não domina uma língua estrangeira, gostaria de o fazer? Sim Não Qual _____ (Assinale com X a sua resposta ou especifique no campo a cinzento)

Mobilidade

12. Como tomou conhecimento do programa Erasmus? Universidade Colegas Meios de Comunicação Social Outros _____ (Assinale com X as suas respostas ou especifique no campo a cinzento)

13. Conhece alguém que tenha participado em programas de mobilidade Erasmus? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

14. Apercebeu-se de vantagens obtidas por essa pessoa em virtude dessa experiência? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

(Se respondeu não passe à questão 16)

15. Classifique por ordem de importância as vantagens obtidas por uma pessoa que participou em programas Erasmus? Académicas 1 Linguísticas 1 Culturais 1 Económicas 1 Profissionais 1 Outras _____

(Classifique utilizando a escala de 1 a 5, considerando 5 mais importante e 1 menos importantes; especifique no campo a cinzento)

16. Já viveu no estrangeiro? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

17. Contacta com pessoas de outras nacionalidades? Sim Não Quais? _____ (Assinale com X a sua resposta)

Esse contacto ocorre Nunca (Assinale a opção mais adequada) Esse contacto ocorre em que contexto Familiar (Assinale a opção mais adequada)

União Europeia

18. Considera-se bem informado acerca da União Europeia (UE)? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

19. Onde obteve essa informação? Meios de Comunicação Social Secundário Universidade

Casa Bibliotecas Colegas Outro _____ (Assinale com X as suas respostas ou especifique no campo a cinzento)

20. Considera importante fazer parte da UE? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

(Se respondeu não passe à questão 22)

21. Para si quais as vantagens de fazer parte da UE: (Especifique no campo a cinzento)

22. A sua licenciatura está convertida em créditos ECTS (European Credit Transfer System)? Sim Não

Não sabe (Assinale com X a sua resposta)

23. Já ouviu falar do Processo de Bolonha? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

24. Conhece alguma Instituição da UE? Sim Não **Quais:** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

25. Conhece algum símbolo da UE? Sim Não **Quais:** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

26. Conhece o Hino da União Europeia? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

27. Já comemorou o dia da UE? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

28. Considera que a moeda única EURO beneficia a aproximação dos Estados membros entre si? Sim

Não Não sabe (Assinale com X a sua resposta)

29. Já ouviu falar do Tratado da Constituição Europeia? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

30. Para si o passado histórico dos países membros da UE apresenta entre si mais Diferenças ou Semelhanças Especifique (Assinale com X a sua resposta e especifique no campo a cinzento)

31. Conhece alguma tradição comum europeia? Sim Não **Qual** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

32. Considera a sociedade europeia uma sociedade multicultural? Sim Não Não sei **Porquê** (Assinale com X a sua resposta e especifique no campo a cinzento)

33. Considera que há uma religião dominante na União Europeia? Sim Não Não sei **Qual ?** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

34. Considera que há direitos e deveres comuns entre os cidadãos dos Estados membros da UE? Sim Não **Quais** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

35. Considera que existe uma língua dominante na UE? Sim Não **Qual?** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

36. Considera importante o ensino da sua língua noutros países da UE? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)

37. Aponte características importantes da cultura europeia actual? (Especifique no campo a cinzento)

38. Gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados membros da UE? Sim Não Não sei **Porquê?** (Assinale com X a sua resposta ou especifique no campo a cinzento)

39. Considera os valores democráticos, sociais e políticos do seu país semelhantes aos valores europeus? Não Sim para todos Sim para alguns **Quais?** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

40. Considera o Espaço Schengen como a fronteira da UE? Sim Não Não sei (Assinale com X a sua resposta no campo a cinzento)

41. Qual a sua expectativa acerca da construção europeia? (Especifique no campo a cinzento)

42. Gostaria de viver noutro país da UE? Sim Não **Se sim, qual** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

43. Gostaria de viver noutro país do mundo? Sim Não **Se sim, qual** (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)

Obrigado pela sua colaboração!

Questionário aos estudantes sobre Mobilidade Erasmus/União Europeia

Mobilidade

1. Idade _____ 2. Sexo M F (Assinale com X a sua resposta)
3. Qual a licenciatura que frequenta: _____ (Especifique no campo a cinzento)
4. Em que país realizou a sua acção de mobilidade Erasmus _____ (Especifique no campo a cinzento)
5. Quanto tempo durou esse período de mobilidade Erasmus _____ meses (Especifique o número de meses no campo a cinzento)
6. Durante o período de mobilidade Erasmus obteve alojamento em: Quarto alugado Residência académica Apartamento com outros estudantes Casa de familiares Outro _____ (Assinale com X a(s) sua(s) resposta(s) ou especifique no campo a cinzento)
7. Durante o período Erasmus com que estudantes se relacionou mais? Seus conterrâneos Colegas do país de acolhimento Estudantes Erasmus de outras nacionalidades
8. 8. Quais as principais razões que o levaram a alimentar esse(s) relacionamento(s)?
9. Classifique o seu domínio da língua do país no qual realizou a sua acção de mobilidade Erasmus 1 (Utilize a escala de 1 a 5, considerando 1 o nível de conhecimento mais baixo e 5 o nível mais elevado)
10. Como tomou conhecimento da língua do país de acolhimento? Num curso de preparação Nas aulas das disciplinas de curso Com os colegas de curso Com os colegas de alojamento Com outras pessoas (Assinale com X a(s) sua(s) resposta(s))
11. Aprendeu alguma outra língua estrangeira no país de acolhimento? Sim Não Qual _____ (Assinale com X a sua resposta e/ou especifique no campo a cinzento)
(Se respondeu Não passe à questão 13)
12. Como tomou conhecimento dessa língua estrangeira? Nas aulas Com os colegas de curso Com os colegas de alojamento Com outras pessoas (Assinale com X a(s) sua(s) resposta(s))
13. Gostaria de aprofundar o conhecimento da língua do país de acolhimento? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)
14. Considera que aprofundou a sua ligação ao país de acolhimento? Sim Não (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)
15. Considera que obteve alguma vantagem em virtude da sua experiência Erasmus? Sim Não (Assinale com X a sua resposta)
(Se respondeu Não passe à questão 17)
16. Classifique por ordem de importância as vantagens que obteve?
Académicas 1 Linguísticas 1 Culturais 1 Económicas 1 Profissionais 1 Outras _____ 1 (Classifique utilizando a escala de 1 a 5, considerando 5 mais importante e 1 menos importantes; especifique no campo a cinzento)
17. Gostaria de continuar os seus estudos no país de acolhimento? Sim Não Porquê? _____ (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)
18. Gostaria de desenvolver uma actividade profissional no país de acolhimento? Sim Não Porquê? _____ (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)
19. A opinião dos colegas estrangeiros, sobre Portugal, alterou a percepção que tem do seu próprio país? Sim Não Porquê? _____ (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)
- ### Identidade europeia
20. Apercebeu-se de diferenças relativas a direitos e/ou deveres dos cidadãos no país de acolhimento, relativamente aos direitos e/ou deveres dos cidadãos no seu país? Sim Não Se sim, quais? _____ (Assinale com X a sua resposta e, no caso desta ser afirmativa, especifique-a no campo a cinzento)
21. Esta experiência Erasmus alterou a sua percepção sobre a União Europeia? Sim Não Se sim, em que sentido? _____ (Assinale com X a sua resposta e, no caso desta ser afirmativa, especifique-a no campo a cinzento)
22. Considera que o seu país tem aspectos/práticas comuns às do país de acolhimento? (Especifique a sua opinião relativamente a hábitos, horários, vida académica, ambiente social, cultural, etc) _____ (Assinale com X a sua resposta e especifique-a no campo a cinzento)

23. Durante a sua experiência Erasmus percebeu uma pertença a um espaço comum cultural europeu?

Sim Não Se sim, como o define (Assinale com X a sua resposta e especifique-a no campo a cinzento)

24. Em alguma situação se sentiu discriminado por ser estrangeiro no país de acolhimento? Sim Não

Se sim, porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

25. Pretende manter contacto futuro com as pessoas que conheceu durante a mobilidade Erasmus? Sim

Não Porquê (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

26. Considera que esta mobilidade para outro país da UE contribui para o estabelecimento de um maior inter-conhecimento e, conseqüentemente, um relacionamento mais estreito entre os seus cidadãos? Sim

Não Porquê (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

27. Depois desta experiência identifica-se mais com outros cidadãos europeus? Sim Não Porquê?

(Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

União Europeia

28. Uma hipotética dissolução da UE preocupá-lo(a)-ia? Sim Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

29. Considera que a UE deveria ter mais poderes relativamente aos Estados membros? Sim Não Se sim, porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

30. Que políticas da União Europeia conhece? (Especifique a sua resposta no campo a cinzento)

31. Considera o seu poder de compra em Portugal semelhante ao dos cidadãos do país de acolhimento Erasmus? Sim Não Especifique (Assinale com X a sua resposta e especifique no campo a cinzento)

32. Considera o cartão europeu de saúde um instrumento facilitador da mobilidade dentro da UE? Sim

Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

33. Gostaria de ter mais informação sobre outros Estados Membros da UE? Sim Não Porquê?

(Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

34. Sabe qual é o Hino da União Europeia? Sim Não Se sim, identifique-o (Assinale com X a sua resposta e especifique-a no campo a cinzento)

35. Considera que a sua experiência Erasmus é uma forma de participação activa na construção da União Europeia? Sim Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

36. Considera a defesa dos Direitos Humanos um fenómeno europeu ou Ocidental? Europeu Ocidental Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

37. Na sua opinião o principal objectivo da UE é: económico 1 político 1 social 1 cultural 1 Outro

(Classifique utilizando a escala de 1 a 5, considerando 5 mais importante e 1 menos importantes; especifique no campo a cinzento)

38. Considera a Cidadania Europeia importante para si como cidadão português? Sim Não Porquê?

(Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

39. Considera que as instituições e os órgãos de decisão europeus são pouco acessíveis aos cidadãos europeus? Sim Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

40. Classifique os valores políticos da União Europeia: Democracia 1 Paz 1 Liberdade 1 Igualdade 1 Solidariedade 1 Justiça Social 1 Outro (Classifique utilizando a escala de 1 a 5, considerando 5 mais importante e 1 menos importantes; especifique no campo a cinzento)

41. Considera vantajoso para si de fazer parte da UE: Sim Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

42. Considera o passado histórico dos estados membros importante para o desenvolvimento cultural comum da UE? Sim Não Porquê? (Assinale com X a sua resposta e justifique-a no campo a cinzento)

Obrigado pela sua colaboração!

Questionário aos Departamentos Erasmus das Faculdades da Universidade de Lisboa

<p>Faculdades</p> <p>Questões</p>	<p>De que forma esta Faculdade apoia a mobilidade para além dos programas europeus?</p>	<p>Considera que nesta Faculdade a mobilidade Erasmus, de estudantes e professores, atinge os objectivos propostos pela UE?</p>	<p>Existe algum gabinete/placar/sítio Internet, desta Faculdade com informação sobre a União Europeia, para disponibilizar aos alunos?</p>	<p>Que acções foram melhor aproveitadas por esta Faculdade para a europeização do sistema de ensino superior?</p>
<p>Belas Artes</p>	<p>Não apoia.</p>	<p>Em grande parte sim. Permanecem alguns obstáculos ao reconhecimento dos estudos realizados no estrangeiro.</p>	<p>O Gabinete de Apoio ao Aluno desta Faculdade divulga junto de uma <i>mailing list</i> e no <i>placard</i> todas as informações com interesse para os alunos ao nível do Programa Erasmus, bolsas de estudo, sites com interesse para quem quer estudar ou trabalhar na Europa e outras informações que entretanto surjam.</p>	<p>A Faculdade tem um interesse crescente no Programa Erasmus, que se manifesta no aumento de parcerias Erasmus e de vagas para alunos e docentes em mobilidade. Encontra/se igualmente em processo de adaptação dos cursos ao Processo de Bolonha, com introdução do sistema de ECTS. E finalmente temos sido entidade promotora do Programa Leonardo da Vinci, promovendo vários estágios internacionais dos nossos licenciados.</p>
<p>Ciências</p>	<p>A FCUL, para além da participação nos programas Comunitários Erasmus e Leonardo da Vinci, é membro da IAESTE "<i>International Association for the Exchange of Students for Technical Experience</i>". Esta Associação é um organismo internacional não-governamental que tem como principal objectivo oferecer aos estudantes do ensino superior oportunidades para realização de estágios extra-curriculares em empresas no estrangeiro. Para além dos programas já instituídos, contamos também com o estabelecimento de protocolos bilaterais com instituições de vários países, nomeadamente o Brasil. Muitos destes protocolos permitem também a mobilidade de alunos.</p>	<p>A nível da mobilidade de estudantes, consideramos que os objectivos propostos pela EU têm sido alcançados, regra geral. No que diz respeito à mobilidade de docentes, e apesar de todos os anos haver a participação de 2 ou 3 docentes, temos noção que este número está muito abaixo do desejado pela Comissão Europeia.</p>	<p>A informação que a FCUL disponibiliza, a nível central, sobre a União Europeia encontra-se no Gabinete de Estágios e Relações Internacionais da FCUL e na Divisão de Informação. No entanto, a informação não se encontra disposta em nenhum escaparate próprio para esse efeito. Outra via de divulgação sobre acções desenvolvidas pela União Europeia, é o suporte "Info Programas e Bolsas": http://infobolsas.fc.ul.pt/</p>	<p>Para além da participação nos Programas Comunitários e da divulgação dos mesmos, e apesar de não ser uma acção, destacamos naturalmente todo o processo de adaptação a Bolonha, em aplicação desde o presente ano lectivo 2006-2007.</p>

Questionário aos Departamentos Erasmus das Faculdades da Universidade de Lisboa

<p>Faculdades</p> <p>Questões</p>	<p>De que forma esta Faculdade apoia a mobilidade para além dos programas europeus?</p>	<p>Considera que nesta Faculdade a mobilidade Erasmus, de estudantes e professores, atinge os objectivos propostos pela UE?</p>	<p>Existe algum gabinete/placar/sítio Internet, desta Faculdade com informação sobre a União Europeia, para disponibilizar aos alunos?</p>	<p>Que acções foram melhor aproveitadas por esta Faculdade para a europeização do sistema de ensino superior?</p>
<p>Direito</p>	<p>Têm protocolos de intercâmbio para licenciatura com a América do Sul e o Instituto da Cooperação Jurídica que tem cooperação com os Palop.</p>	<p>Não sabe quais são, mas pensa que não atinge. Nos docentes é muito incipiente.</p>	<p>Existe o Instituto Europeu, que faz cursos de pós-graduação e que pode disponibilizar a informação.</p>	<p>Apenas este ano estão a implementar as alterações decorrentes de Bolonha.</p>
<p>Farmácia</p>	<p>1-Por indicação, aos alunos interessados, de locais/Instituições com quem temos contactos científicos, onde podem realizar um período de aprendizagem, sob a forma de estágio, normalmente de 1 mês, normalmente no período de férias, no âmbito da pré-graduação, e por períodos variáveis, na pós-graduação. 2- Mobilidade trans-Atlântica.</p>	<p>Na FFUL a mobilidade de estudantes e professores é desenvolvida seguindo as regras pré-estabelecidas pelo programa Erasmus, considerando-se que são atingidos os objectivos propostos.</p>	<p>É afixada e indicada oralmente, informação relacionada com os locais/Universidades de destino (25 Universidades Europeias).</p>	<p>OM/S e T (Mobilidade) IP- Cursos Intensivos.</p>
<p>Letras</p>	<p>Além dos Programas Europeus existem Protocolos entre a FLUL/UL celebrados com outras Universidades dentro e fora da Europa que permitem a mobilidade. A forma de apoio pode ser monetária ou ao nível do reconhecimento dos estudos ou investigação realizada.</p>	<p>Sim. Se os números não são maiores tem a ver com os montantes que nos são atribuídos.</p>	<p>O Gabinete de Relações Externas tem um placar com informação permanentemente actualizada. A Faculdade de Letras tem também a licenciatura em Estudos Europeus, disponibilizando muita informação sobre a União Europeia.</p>	<p>A implementação do Processo de Bolonha.</p>
<p>Medicina</p>	<p>A Faculdade de Medicina apenas desenvolve a mobilidade através da acção Erasmus. Contudo, esta faculdade apoia os alunos que pretendem fazer estágios em Faculdades estrangeiras fora do âmbito Erasmus, ou seja, fornece o apoio administrativo na candidatura e reconhecimento de períodos de estudos.</p>	<p>Se tivermos em conta os objectivos numéricos referidos pela Comissão Europeia, estes não são atingidos pelos alunos. Relativamente aos dos professores a mobilidade é quase inexistente.</p>	<p>Apenas no Núcleo de Cooperação Internacional, os alunos podem aceder a alguma informação generalista sobre a EU: através de brochuras e informação para consulta</p>	<p>Está neste momento a decorrer a reformulação dos cursos de acordo com as linhas orientadoras do processo de Bolonha.</p>
<p>Psicologia e Ciências da Educação</p>	<p>Actualmente apenas estabelecimento de um acordo com uma Universidade brasileira. Ver site www.fpce.ul.pt (Sócrates/Erasmus)</p>	<p>Não</p>	<p>Não especificamente à União Europeia mas aos programas Sócrates/Erasmus e Leonardo da Vinci</p>	<p>/</p>

Questionário aos Departamentos Erasmus das Faculdades da Universidade de Lisboa

Índice de anexos

Índice de anexos	1
1. Inquérito pré-mobilidade	4
2. Inquérito pós-mobilidade.....	6
3. Questionário Faculdades da Universidade de Lisboa	8
Quadros Pré-mobilidade não apresentados no texto da dissertação	10
4. Idade dos estudantes inquiridos	10
5. Sexo dos estudantes inquiridos.....	10
6. Anos de frequência do ensino superior.....	10
7. Residência habitual.....	10
8. Nacionalidade do Pai.....	11
9. Nacionalidade da Mãe	11
10. Habilitações Literárias do Pai	11
11. Habilitações Literárias da Mãe	11
12. Frequência de curso.....	12
13. Domínio de língua estrangeira.....	12
14. Qual língua estrangeira.....	12
15. Domínio de Inglês	13
16. Domínio de Francês.....	13
17. Domínio de Espanhol	13
18. Adquiriu conhecimento de línguas no Secundário	13
19. Adquiriu conhecimento de línguas na Universidade	13
20. Adquiriu conhecimento de línguas no Instituto	14
21. Gostaria de dominar uma língua estrangeira	14
22. Que língua estrangeira	14
23. Tomou conhecimento do programa Erasmus na Universidade	14
24. Tomou conhecimento do programa Erasmus com Colegas.....	14
25. Tomou conhecimento do programa Erasmus pelos Meios de Comunicação Social.....	15
26. Conhece alguém que participou em programas Erasmus	15
27. Percepção das vantagens obtidas por essa pessoa	15
28. Já viveu no estrangeiro	15
29. Contacto com pessoas de outras nacionalidades.....	15
31. Frequência do contacto.....	16
32. Contexto do contacto.....	16
33. Considera-se bem informado acerca da UE.....	17
34. Obteve informação sobre UE nos Meios de Comunicação Social.....	17
35. Obteve informação sobre UE no Secundário.....	17
36. Obteve informação sobre UE na Universidade.....	17
37. Obteve informação sobre UE em Casa.....	17
38. Obteve informação sobre UE em Bibliotecas.....	18
39. Obteve informação sobre UE com Colegas.....	18
40. Obteve informação sobre UE por outros meios.....	18
41. Outra fonte de informações	18
42. Considera importante fazer parte da UE.....	18
43. Vantagens em fazer parte da UE	19
44. Curso está convertido em ECTS.....	20
45. Já ouviu falar do Processo de Bolonha	20
46. Conhece alguma instituição da UE.....	20

47. Conhece algum símbolo da UE	20
48. Conhece o Hino a UE.....	20
49. Comemorou o dia da UE	20
50. Considera que EURO beneficia a aproximação dos Estados membros.....	21
51. Já ouviu falar do Tratado da Constituição Europeia.....	21
52. Passado histórico dos países UE apresenta mais diferenças / semelhanças.....	21
53. Conhece alguma tradição europeia.....	21
54. Que tradições europeias conhece.....	21
55. Considera a sociedade europeia uma sociedade multicultural.....	22
56. Porque considera a sociedade europeia uma sociedade multicultural	22
57. Existe uma religião dominante na UE	22
58. Que religião é dominante na UE.....	23
59. Há direitos e deveres entre cidadãos da UE.....	23
60. Que direitos e deveres existem entre os cidadãos da UE.....	23
61. Existe uma língua dominante na UE	24
62. Qual a língua dominante na UE.....	24
63. Considera importante o ensino da sua língua noutros país UE.....	24
64. Características importantes na cultura europeia actual.....	25
65. Gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados UE	25
66. Porque gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados UE.....	26
67. Considera os valores do seu país semelhantes aos valores europeus.....	26
68. Que valores do seu país semelhantes aos valores europeus.....	27
69. Considera o Espaço Schengen como fronteira da UE	27
70. Gostaria de viver noutro país da UE.....	27
71. Em que país da UE gostaria de viver.....	28
72. Gostaria de viver noutro país do mundo.....	28
73. Em que país do mundo gostaria de viver.....	28
Quadros pós-mobilidade não apresentados no texto da dissertação	29
74. País da acção de mobilidade Erasmus	29
75. Período de mobilidade Erasmus	29
76. Tipo de Alojamento - Quarto Alugado.....	29
77. Tipo de Alojamento - Residência Académica	29
78. Tipo de Alojamento - Apartamento com outros estudantes.....	29
79. Tipo de Alojamento - Casa de familiares	30
80. Outro Tipo de Alojamento.....	30
81. Razões para estabelecer relacionamentos.....	30
82. Contacto com língua - Curso de preparação.....	30
83. Contacto com língua - Aulas das disciplinas de curso.....	31
84. Contacto com língua - Colegas de curso	31
85. Contacto com língua - Colegas de alojamento	31
86. Contacto com língua - Outras pessoas.....	31
87. Aprendizagem de outra língua estrangeira	31
88. Que língua estrangeira.....	31
89. Contacto com outra língua estrangeira nas aulas.....	32
90. Contacto com outra língua estrangeira - Colegas de curso.....	32
91. Contacto com outra língua estrangeira - Colegas de alojamento.....	32
92. Contacto com outra língua estrangeira - Outras pessoas	32
93. Interesse em aprofundar a língua do país de acolhimento	32
94. Aprofundamento da ligação com país de acolhimento	33

95. Razões para aprofundar ligação.....	33
96. Vantagens da experiência Erasmus	33
97. Interesse em continuar estudos no país de acolhimento	33
98. Justificação para interesse em continuar estudos no país de acolhimento	34
99. Interesse em desenvolver actividade profissional no país de acolhimento	34
100. Justificação para interesse em desenvolver actividade profissional no país de acolhimento.....	35
101. Alteração da percepção sobre Portugal.....	35
103. Diferenças de direitos e deveres entre países da UE	36
104. Tipos de diferenças.....	36
105. Alteração da percepção sobre União Europeia	37
106. Tipos de alterações	37
107. Considera que existe um espaço comum cultural europeu	37
108. Discriminação por ser estrangeiro	37
109. Justificação para discriminação por ser estrangeiro	38
110. Contacto futuro com pessoas que conheceu no Erasmus.....	38
111. Justificação para contacto futuro	38
112. Mobilidade contribuiu para maior inter-conhecimento e relacionamento	38
113. Justificação para estabelecimento de inter-conhecimento e relacionamento	39
114. Maior identificação com cidadãos europeus.....	39
115. Justificação para maior identificação com cidadãos europeus.....	40
116. Preocupação com dissolução da UE.....	40
117. Justificação de preocupação com dissolução da UE.....	41
118. UE deveria ter mais poderes.....	41
120. Poder de compra de Portugal semelhante ao do país de acolhimento.....	42
121. Justificação sobre poder de compra nos países da UE.....	42
122. Interesse em ter mais informações sobre outros Estados-Membros da UE	43
123. Justificação para interesse em mais informações	43
124. Conhecimento do Hino da UE.....	43
125. Indentificação do Hino da UE	44
126. Experiência de Erasmus é forma de participação activa na UE.....	44
127. Defesa dos Direitos Humanos fenómeno europeu ou ocidental	44
128. Justificação defesa dos Direitos Humanos	44
129. Importância da Cidadania Europeia.....	45
130. Instituições e órgãos de decisão europeus são acessíveis	45
131. Justificação acessibilidade dos órgãos da UE.....	45
132. Vantajens em fazer parte da UE	45
133. Justificação vantagens em fazer parte da UE.....	46
134. Importância do passado histórico dos Estados membros para o desenvolvimento cultural comum.....	46

1. Inquérito pré-mobilidade

2. Inquérito pós-mobilidade

3. Questionário Faculdades da Universidade de Lisboa

Quadros Pré-mobilidade não apresentados no texto da dissertação

4. Idade dos estudantes inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	20	3	5,6	6,0	6,0
	21	9	16,7	18,0	24,0
	22	7	13,0	14,0	38,0
	23	17	31,5	34,0	72,0
	24	9	16,7	18,0	90,0
	25	1	1,9	2,0	92,0
	26	1	1,9	2,0	94,0
	27	2	3,7	4,0	98,0
	53	1	1,9	2,0	100,0
	Total	50	92,6	100,0	
Missing	999	4	7,4		
Total		54	100,0		

5. Sexo dos estudantes inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculi	19	35,2	35,2	35,2
	Feminin	35	64,8	64,8	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

6. Anos de frequência do ensino superior

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	2	3,7	3,7	3,7
	4	13	24,1	24,1	27,8
	5	18	33,3	33,3	61,1
	6	19	35,2	35,2	96,3
	7	1	1,9	1,9	98,1
	9	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

7. Residência habitual

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com os	35	64,8	66,0	66,0
	Quarto	5	9,3	9,4	75,5
	Residên	2	3,7	3,8	79,2
	Apartam	8	14,8	15,1	94,3
	Outro	3	5,6	5,7	100,0
	Total	53	98,1	100,0	
Missing	999	1	1,9		
Total		54	100,0		

8. Nacionalidade do Pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Moçambique	1	1,9	1,9	1,9
	PT	53	98,1	98,1	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

9. Nacionalidade da Mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Brasil	1	1,9	1,9	1,9
	Moçambique	1	1,9	1,9	3,7
	PT	52	96,3	96,3	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

10. Habilitações Literárias do Pai

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico	14	25,9	25,9	25,9
	Secundário	12	22,2	22,2	48,1
	Curso Profissional	6	11,1	11,1	59,3
	Curso Superior	22	40,7	40,7	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

11. Habilitações Literárias da Mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico	14	25,9	25,9	25,9
	Secundário	11	20,4	20,4	46,3
	Curso Profissional	5	9,3	9,3	55,6
	Curso Superior	24	44,4	44,4	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

12. Frequência de curso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Biologia	1	1,9	1,9	1,9
	Ciências Farmacêuticas	7	13,0	13,0	14,8
	Design de Comunicação	9	16,7	16,7	31,5
	Design de Equipamento	3	5,6	5,6	37,0
	Direito	1	1,9	1,9	38,9
	Engenharia Geográfica	1	1,9	1,9	40,7
	Engenharia Informática	1	1,9	1,9	42,6
	Estudos Europeus	4	7,4	7,4	50,0
	Farmácia	1	1,9	1,9	51,9
	Física	1	1,9	1,9	53,7
	Geofísica	1	1,9	1,9	55,6
	Geografia	3	5,6	5,6	61,1
	Informática	1	1,9	1,9	63,0
	Línguas e Literaturas Modernas	1	1,9	1,9	64,8
	Medicina	7	13,0	13,0	77,8
	Pintura	2	3,7	3,7	81,5
	Pós graduação em Ciências Documentais	1	1,9	1,9	83,3
	Psicologia	2	3,7	3,7	87,0
	Química	2	3,7	3,7	90,7
	Química Tecnológica	5	9,3	9,3	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

13. Domínio de língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	92,6	92,6	92,6
	Não	4	7,4	7,4	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

14. Qual língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	4	7,4	7,4	7,4
	999	5	9,3	9,3	16,7
	Francês, Inglês	1	1,9	1,9	18,5
	Inglês	23	42,6	42,6	61,1
	Inglês, Alemão, Mandarim	1	1,9	1,9	63,0
	Inglês, Espanhol	7	13,0	13,0	75,9
	Inglês, Espanhol, Francês	1	1,9	1,9	77,8
	Inglês, Francês	10	18,5	18,5	96,3
	Inglês, Francês, Italiano, Espanhol	1	1,9	1,9	98,1
	Inglês, Italiano	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

15. Domínio de Inglês

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	2	3,7	3,7	3,7
2	1	1,9	1,9	5,6
3	6	11,1	11,1	16,7
4	27	50,0	50,0	66,7
5	18	33,3	33,3	100,0
Total	54	100,0	100,0	

16. Domínio de Francês

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	18	33,3	33,3	33,3
2	18	33,3	33,3	66,7
3	10	18,5	18,5	85,2
4	6	11,1	11,1	96,3
5	2	3,7	3,7	100,0
Total	54	100,0	100,0	

17. Domínio de Espanhol

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	20	37,0	37,0	37,0
2	16	29,6	29,6	66,7
3	10	18,5	18,5	85,2
4	7	13,0	13,0	98,1
5	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

18. Adquiriu conhecimento de línguas no Secundário

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	43	79,6	82,7	82,7
Não	9	16,7	17,3	100,0
Total	52	96,3	100,0	
Missing 888	2	3,7		
Total	54	100,0		

19. Adquiriu conhecimento de línguas na Universidade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	8	14,8	15,4	15,4
Não	44	81,5	84,6	100,0
Total	52	96,3	100,0	
Missing 888	2	3,7		
Total	54	100,0		

20. Adquiriu conhecimento de línguas no Instituto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	27	50,0	51,9	51,9
	Não	25	46,3	48,1	100,0
	Total	52	96,3	100,0	
Missing	888	2	3,7		
Total		54	100,0		

21. Gostaria de dominar uma língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	31,5	100,0	100,0
	Missing	888	37	68,5	
Total		54	100,0		

22. Que língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	37	68,5	68,5	68,5
	999	1	1,9	1,9	70,4
	Espanhol	2	3,7	3,7	74,1
	Francês	5	9,3	9,3	83,3
	Francês, Inglês, Espanhol	1	1,9	1,9	85,2
	Holandês	1	1,9	1,9	87,0
	Inglês	2	3,7	3,7	90,7
	Inglês, Francês, Espanhol	1	1,9	1,9	92,6
	Inglês, Francês	1	1,9	1,9	94,4
	Inglês, Francês, Italiano, Espanhol	1	1,9	1,9	96,3
	Italiano	1	1,9	1,9	98,1
	Italiano, Alemão	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

23. Tomou conhecimento do programa Erasmus na Universidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	79,6	79,6	79,6
	Não	11	20,4	20,4	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

24. Tomou conhecimento do programa Erasmus com Colegas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	25	46,3	46,3	46,3
	Não	29	53,7	53,7	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

25. Tomou conhecimento do programa Erasmus pelos Meios de Comunicação Social

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	3	5,6	5,6	5,6
Não	51	94,4	94,4	100,0
Total	54	100,0	100,0	

26. Conhece alguém que participou em programas Erasmus

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	54	100,0	100,0	100,0

27. Percepção das vantagens obtidas por essa pessoa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	51	94,4	94,4	94,4
Não	3	5,6	5,6	100,0
Total	54	100,0	100,0	

28. Já viveu no estrangeiro

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	8	14,8	14,8	14,8
Não	46	85,2	85,2	100,0
Total	54	100,0	100,0	

29. Contacto com pessoas de outras nacionalidades

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	35	64,8	66,0	66,0
Não	18	33,3	34,0	100,0
Total	53	98,1	100,0	
Missing 999	1	1,9		
Total	54	100,0		

30. Quais nacionalidades

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 888	17	31,5	31,5	31,5
999	6	11,1	11,1	42,6
Alemã	2	3,7	3,7	46,3
Alemã, Italiana	1	1,9	1,9	48,1
Alemã, Polaca	1	1,9	1,9	50,0
Alemã, Suíça, Italiana	1	1,9	1,9	51,9
alunos Erasmus	1	1,9	1,9	53,7
Árabe, Indiana, Brasileira, Italiana	1	1,9	1,9	55,6
Belga, Italiana, Espanhola, Holandesa	1	1,9	1,9	57,4
Canadiana, Sueca, Cipriota, Italiana, Espanhola, Belga, Austríaca, Australiana, Brasileira, Saudita, Macedónia, Suíça	1	1,9	1,9	59,3
Chinesa, Americana, Grega, Suíça, Espanhola	1	1,9	1,9	61,1
colegas	1	1,9	1,9	63,0
Eslovaca, Brasileira, Espanhola, Italiana	1	1,9	1,9	64,8
Espanhola	2	3,7	3,7	68,5
Espanhola, Francesa	1	1,9	1,9	70,4
Espanhola, Holandesa, Grega, Francesa	1	1,9	1,9	72,2
Espanhola, Irlandesa, Italiana, Eslovena, Sueca, Alemã	1	1,9	1,9	74,1
Francesa	2	3,7	3,7	77,8
Francesa, Americana	1	1,9	1,9	79,6
Francesa, Espanhola	1	1,9	1,9	81,5
Francesa, Romena	1	1,9	1,9	83,3
Grega	1	1,9	1,9	85,2
Grega, Alemã, Húngara, Finlandesa, Austríaca, Sul Africana, Tunísia	1	1,9	1,9	87,0
Holandesa, Romena, Outros	1	1,9	1,9	88,9
Inglesa	1	1,9	1,9	90,7
Inglesa, Chinesa	1	1,9	1,9	92,6
Italiana	1	1,9	1,9	94,4
Italiana, Espanhola	1	1,9	1,9	96,3
Suíça, Francesa	1	1,9	1,9	98,1
Várias	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

31. Frequência do contacto

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 vez por ano	5	9,3	9,3	9,3
2 vezes por ano	4	7,4	7,4	16,7
Todos meses	6	11,1	11,1	27,8
Regularmente	20	37,0	37,0	64,8
888	18	33,3	33,3	98,1
999	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

32. Contexto do contacto

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Familiar	10	18,5	27,8	27,8
Académico	12	22,2	33,3	61,1
Em férias	14	25,9	38,9	100,0
Total	36	66,7	100,0	
Missing 888	18	33,3		
Total	54	100,0		

33. Considera-se bem informado acerca da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	64,8	66,0	66,0
	Não	18	33,3	34,0	100,0
	Total	53	98,1	100,0	
Missing	999	1	1,9		
Total		54	100,0		

34. Obteve informação sobre UE nos Meios de Comunicação Social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	47	87,0	87,0	87,0
	Não	7	13,0	13,0	100,0
Total		54	100,0	100,0	

35. Obteve informação sobre UE no Secundário

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	35,2	35,2	35,2
	Não	35	64,8	64,8	100,0
Total		54	100,0	100,0	

36. Obteve informação sobre UE na Universidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	31,5	31,5	31,5
	Não	37	68,5	68,5	100,0
Total		54	100,0	100,0	

37. Obteve informação sobre UE em Casa

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	37,0	37,0	37,0
	Não	34	63,0	63,0	100,0
Total		54	100,0	100,0	

38. Obteve informação sobre UE em Bibliotecas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	11,1	11,1	11,1
	Não	48	88,9	88,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

39. Obteve informação sobre UE com Colegas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	20,4	20,4	20,4
	Não	43	79,6	79,6	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

40. Obteve informação sobre UE por outros meios

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	3,7	3,7	3,7
	Não	52	96,3	96,3	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

41. Outra fonte de informações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	52	96,3	96,3	96,3
	Internet	2	3,7	3,7	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

42. Considera importante fazer parte da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	53	98,1	100,0	100,0
	Missing	999	1,9		
Total		54	100,0		

43. Vantagens em fazer parte da UE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 999	4	7,4	7,4	7,4
Abertura do país (económica e cultural)	1	1,9	1,9	9,3
Apoio aos países menos desenvolvidos e com menos recursos financeiros	1	1,9	1,9	11,1
Assistência médica	1	1,9	1,9	13,0
Culturais, económicas	1	1,9	1,9	14,8
Democracia, cidadania, desenvolvimento, multiculturalismo	1	1,9	1,9	16,7
Desenvolvimento económico, social e cultural	1	1,9	1,9	18,5
Desenvolvimento económico, social e cultural na medida em que há mais contacto com países de diferentes níveis de desenvolvimento	1	1,9	1,9	20,4
Económicas, culturais	1	1,9	1,9	22,2
Económicas, Culturais	1	1,9	1,9	24,1
Económicas, culturais, ambientais	1	1,9	1,9	25,9
Económicas, políticas, diversidade cultural, facilidade de troca de informação	1	1,9	1,9	27,8
Económicas, Portugal não se sustenta sozinho	1	1,9	1,9	29,6
Económicas, Sociais, Culturais, etc	1	1,9	1,9	31,5
Estabilidade económica e segurança	1	1,9	1,9	33,3
Facilidade em viajar pelos Estados membros	1	1,9	1,9	35,2
Favorece a multiculturalidade	1	1,9	1,9	37,0
Fluxo de informação, culturas e erradicação de vícios e preconceitos	1	1,9	1,9	38,9
Fortalece o país	1	1,9	1,9	40,7
Globalização, intercâmbio cultural e profissional, política agrícola comum	1	1,9	1,9	42,6
Livre circulação	3	5,6	5,6	48,1
Livre circulação académica, profissional e outras	1	1,9	1,9	50,0
Livre circulação de bens, pessoas, identidade europeia	1	1,9	1,9	51,9
Livre circulação de pessoas e bens	1	1,9	1,9	53,7
Livre circulação de pessoas, apoio social, económico e humano entre membros, homogeneidade entre membros	1	1,9	1,9	55,6
Livre circulação de pessoas, bens e serviços, oportunidades de emprego especializado	1	1,9	1,9	57,4
Livre circulação em todas as áreas	1	1,9	1,9	59,3
Livre circulação na UE	1	1,9	1,9	61,1
Livre circulação, abertura das fronteiras a viajar, viver, trabalhar, estudar	1	1,9	1,9	63,0
Livre circulação, economia de mercado, cultura, uniformização de processos	1	1,9	1,9	64,8
Livre circulação, económicas	1	1,9	1,9	66,7
Livre circulação, económicas, culturais	1	1,9	1,9	68,5
Livre circulação, entreajuda económica	1	1,9	1,9	70,4
Livre circulação, estabilidade, maior acesso e poder de dinamização cultural e linguístico	1	1,9	1,9	72,2
Livre circulação, segurança, benefícios culturais	1	1,9	1,9	74,1
Maior integração europeia	1	1,9	1,9	75,9
Melhoria do país e oportunidades	1	1,9	1,9	77,8
Mobilidade	1	1,9	1,9	79,6
Mobilidade física e económica	1	1,9	1,9	81,5
Mobilidade profissional	1	1,9	1,9	83,3
Mobilidade, cultura, economia	1	1,9	1,9	85,2
Mobilidade, globalização	1	1,9	1,9	87,0
Mobilidade, trocas culturais, conhecimento, desenvolvimento	1	1,9	1,9	88,9
Moeda unica, livre circulação	1	1,9	1,9	90,7
Não sabe	1	1,9	1,9	92,6
participação numa organização maior	1	1,9	1,9	94,4
Pertencer a uma identidade cultural forte	1	1,9	1,9	96,3
Relevância de Portugal no mundo, defesa nacional, partilha de valores, defesa dos direitos humanos, economia, tecnologia, cultura, mobilidade dos cidadãos em férias e profissionalmente, etc	1	1,9	1,9	98,1
União entre os países europeus	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

44. Curso está convertido em ECTS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	22	40,7	40,7	40,7
	Não	17	31,5	31,5	72,2
	Não sabe	15	27,8	27,8	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

45. Já ouviu falar do Processo de Bolonha

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	92,6	92,6	92,6
	Não	4	7,4	7,4	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

46. Conhece alguma instituição da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	64,8	64,8	64,8
	Não	19	35,2	35,2	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

47. Conhece algum símbolo da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	75,9	75,9	75,9
	Não	13	24,1	24,1	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

48. Conhece o Hino a UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	31,5	31,5	31,5
	Não	37	68,5	68,5	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

49. Comemorou o dia da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	11,1	11,1	11,1
	Não	48	88,9	88,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

50. Considera que EURO beneficia a aproximação dos Estados membros

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	54	100,0	100,0	100,0

51. Já ouviu falar do Tratado da Constituição Europeia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	44	81,5	84,6	84,6
Não	8	14,8	15,4	100,0
Total	52	96,3	100,0	
Missing 999	2	3,7		
Total	54	100,0		

52. Passado histórico dos países UE apresenta mais diferenças / semelhanças

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Diferenças	33	61,1	64,7	64,7
Semelhanças	18	33,3	35,3	100,0
Total	51	94,4	100,0	
Missing 999	3	5,6		
Total	54	100,0		

53. Conhece alguma tradição europeia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	19	35,2	36,5	36,5
Não	33	61,1	63,5	100,0
Total	52	96,3	100,0	
Missing 999	2	3,7		
Total	54	100,0		

54. Que tradições europeias conhece

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 888	32	59,3	59,3	59,3
999	5	9,3	9,3	68,5
Comer sentado numa cadeira	1	1,9	1,9	70,4
Conquistar os outros continentes	1	1,9	1,9	72,2
Cristianismo	1	1,9	1,9	74,1
Dia sem carros	1	1,9	1,9	75,9
não há uma tradição abrangente de todos os países da UE	1	1,9	1,9	77,8
Natal	8	14,8	14,8	92,6
o dia da UE	1	1,9	1,9	94,4
Parlamentarismo	1	1,9	1,9	96,3
Tradição cristã	1	1,9	1,9	98,1
Tradições religiosas	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

55. Considera a sociedade europeia uma sociedade multicultural

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	92,6	92,6	92,6
	Não	3	5,6	5,6	98,1
	Não sei	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

56. Porque considera a sociedade europeia uma sociedade multicultural

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	26	48,1	48,1	48,1
	A sua grande extensão faz com que cada povo neste espaço se assuma com a sua própria identidade, cultura, religião	1	1,9	1,9	50,0
	Abre as portas a países de diferentes culturas	1	1,9	1,9	51,9
	Acolhe pessoas de todo o mundo	1	1,9	1,9	53,7
	Apesar de alguma xenofobia há muita imigração de indivíduos de outros continentes	1	1,9	1,9	55,6
	Cada país é diferente	1	1,9	1,9	57,4
	Cada país tem uma cultura diferenciada	1	1,9	1,9	59,3
	Cada país tem uma cultura forte que espelha o bolo cultural que é a UE	1	1,9	1,9	61,1
	Cada vez há maior circulação de pessoas europeias e não só	1	1,9	1,9	63,0
	Culturas muito diferentes nos países da UE	1	1,9	1,9	64,8
	Devido à entrada de imigrantes	1	1,9	1,9	66,7
	Devido ao fenómeno migratório sobretudo proveniente de países não europeus	1	1,9	1,9	68,5
	Diferenças entre culturas entre os povos, ex: nórdicos e mediterrânicos; a educação entre sociedades não é comum	1	1,9	1,9	70,4
	Diferenças significativas a nível cultural entre outros	1	1,9	1,9	72,2
	É uma sociedade fechada	1	1,9	1,9	74,1
	Fomenta a diversidade	1	1,9	1,9	75,9
	Inclui várias culturas incluindo culturas exteriores à europa	1	1,9	1,9	77,8
	Integra indivíduos de várias nacionalidades dando liberdade de crenças e costumes	1	1,9	1,9	79,6
	Línguas e culturas distintas	1	1,9	1,9	81,5
	Os estados membros são distintos em termos culturais, ex: Espanha e Inglaterra	1	1,9	1,9	83,3
	Países diferentes, culturas diferentes	1	1,9	1,9	85,2
	Passado histórico	1	1,9	1,9	87,0
	Pelo passado diferenciado dos membros e pela entrada de pessoas de países diferentes, desde a europa de leste, a norte de África	1	1,9	1,9	88,9
	Porque a UE compoem-se de 25 estados membros diferentes	1	1,9	1,9	90,7
	Porque há diferentes culturas	1	1,9	1,9	92,6
	Reune um conjunto de países de origens diferentes, dos nórdicos aos países de leste; o desenvolvimento de cada país remete para a sua história, clima e zona geográfica, sendo uma fonte de cruzamento cultural	1	1,9	1,9	94,4
	Várias culturas com determinados costumes	1	1,9	1,9	96,3
	Várias culturas na mesma sociedade	1	1,9	1,9	98,1
	Variedade de povos e ideias	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

57. Existe uma religião dominante na UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	72,2	72,2	72,2
	Não	5	9,3	9,3	81,5
	Não sei	10	18,5	18,5	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

58. Que religião é dominante na UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	5	9,3	9,3	9,3
	999	14	25,9	25,9	35,2
	Católica	16	29,6	29,6	64,8
	Catolicismo	1	1,9	1,9	66,7
	Catolicismo, Protestantismo	1	1,9	1,9	68,5
	Cristã	9	16,7	16,7	85,2
	Cristianismo	7	13,0	13,0	98,1
	Igreja católica apostólica rom	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

59. Há direitos e deveres entre cidadãos da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	47	87,0	94,0	94,0
	Não	3	5,6	6,0	100,0
	Total	50	92,6	100,0	
Missing	999	4	7,4		
	Total	54	100,0		

60. Que direitos e deveres existem entre os cidadãos da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	2	3,7	3,7	3,7
	888	1	1,9	1,9	5,6
	999	25	46,3	46,3	51,9
	Cooperação, Livre circulação, Respeito	1	1,9	1,9	53,7
	Defender os direitos humanos interna e externamente	1	1,9	1,9	55,6
	Democracia	1	1,9	1,9	57,4
	Democracia, Ecologia, Desenvolvimento	1	1,9	1,9	59,3
	Direito de igualdade e oportunidades	1	1,9	1,9	61,1
	Direito de voto	1	1,9	1,9	63,0
	Direitos e Deveres do Homem	1	1,9	1,9	64,8
	Direitos e deveres iguais aos da constituição dos EU	1	1,9	1,9	66,7
	Direitos humanos, Igualdade entre sexos	1	1,9	1,9	68,5
	Direitos Políticos, Económicos, Sociais, Livre circulação; Deveres de contribuir para a construção da europa, de votar	1	1,9	1,9	70,4
	Direitos políticos, Sociais, Liberdade	1	1,9	1,9	72,2
	Direitos: Educação, Saúde pública, Igualdade de oportunidades, Política de asilo, Livre circulação de trabalhadores; deveres: Protecção do ambiente, Luta contra o tráfico humano, Discriminações raciais, sexuais, religiosas	1	1,9	1,9	74,1
	Eleição do parlamento europeu	1	1,9	1,9	75,9
	Igualdade	1	1,9	1,9	77,8
	Liberdade e Democracia	1	1,9	1,9	79,6
	Liberdade, Deveres cívicos	1	1,9	1,9	81,5
	Mobilidade, Paz, Democracia	1	1,9	1,9	83,3
	nao sabe	1	1,9	1,9	85,2
	Não sabe	1	1,9	1,9	87,0
	Pincípios da construção europeia, principalmente no que toca a igualdade e livre circulação, deve defende-los e beneficiar deles	1	1,9	1,9	88,9
	Respeitar a constituição europeia	1	1,9	1,9	90,7
	são discrepantes	1	1,9	1,9	92,6
	Segurança social, Saúde, Educação	1	1,9	1,9	94,4
	Segurança social, Saúde, Eleições Parlamento europeu	1	1,9	1,9	96,3
	Trabalho, Saúde, Educação, Habitação	1	1,9	1,9	98,1
	Votar, Direitos humanos	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

61. Existe uma língua dominante na UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	63,0	63,0	63,0
	Não	20	37,0	37,0	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

62. Qual a língua dominante na UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	20	37,0	37,0	37,0
	999	1	1,9	1,9	38,9
	Francês	2	3,7	3,7	42,6
	Inglês	28	51,9	51,9	94,4
	Inglês, Francês	3	5,6	5,6	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

63. Considera importante o ensino da sua língua noutros países UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	42	77,8	80,8	80,8
	Não	10	18,5	19,2	100,0
	Total	52	96,3	100,0	
Missing	999	2	3,7		
Total		54	100,0		

64. Características importantes na cultura europeia actual

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 999	22	40,7	40,7	40,7
Abertura de portas para a participação em projectos europeus, ex: artistas	1	1,9	1,9	42,6
Berço da democracia	1	1,9	1,9	44,4
Conhecimentos mais abrangentes	1	1,9	1,9	46,3
Consciência ambiental	1	1,9	1,9	48,1
Consciência de problemas Ambientais, Pacíficos, Civilizados, calmos	1	1,9	1,9	50,0
Consciência de uma identidade europeia sem que essa anule a identidade nacional	1	1,9	1,9	51,9
Cooperação desde que bem conduzida	1	1,9	1,9	53,7
Democracia, Liberdade, Pluriculturalidade, Abertura, Fraternidade	1	1,9	1,9	55,6
Democracia, Paz, Convivência pacífica e Harmonia entre povos diferentes, etc.	1	1,9	1,9	57,4
Diversidade línguas e culturas são uma característica da Europa que são uma riqueza e uma vantagem	1	1,9	1,9	59,3
Diversidade linguística e cultural	1	1,9	1,9	61,1
Globalidade, Democracia, Valores de progresso e desenvolvimento semelhantes, preocupações semelhantes a vários níveis, principais quadrantes políticos semelhantes	1	1,9	1,9	63,0
Globalização, Uniformização	1	1,9	1,9	64,8
Heterogeneidade	1	1,9	1,9	66,7
Liberdade e Comunicação	1	1,9	1,9	68,5
Liberdade, Democracia, Estado de direito, Pluralismo cultural, Justiça social, Direitos fundamentais	1	1,9	1,9	70,4
Metáfora da Europa como uma grande cidade cosmopolita	1	1,9	1,9	72,2
Multiculturalidade	1	1,9	1,9	74,1
Multiculturalidade, Democracia	1	1,9	1,9	75,9
multiplicidade, Riqueza Cultural, Igualdade de oportunidades	1	1,9	1,9	77,8
não sabe	1	1,9	1,9	79,6
O passado histórico que criou toda a sociedade ocidental	1	1,9	1,9	81,5
Pessoas aceitam outras maneiras de ver o mundo, são de certo modo tolerantes e solidárias	1	1,9	1,9	83,3
Pouca expressão na musica e cinema, literatura e ciência, artes plásticas	1	1,9	1,9	85,2
Qualidade de Vida, nível médio cultural	1	1,9	1,9	87,0
Qualidade, Solidez, Dinamismo	1	1,9	1,9	88,9
Religião, Tecnologias	1	1,9	1,9	90,7
Rica, Aberta, Antiga	1	1,9	1,9	92,6
Sociedade de informação, medo de terrorismo, Inovação tecnológica	1	1,9	1,9	94,4
Trabalho, Organização, Humanismo, Estado laico	1	1,9	1,9	96,3
União entre povos e as diversas dimensões culturais e artísticas	1	1,9	1,9	98,1
Valorização da educação	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

65. Gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados UE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	47	87,0	87,0	87,0
Não sei	7	13,0	13,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

66. Porque gostaria de trabalhar com pessoas de outros Estados UE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 999	16	29,6	29,6	29,6
Assimilação de conhecimentos, experiências, vivência de outras culturas	1	1,9	1,9	31,5
Contacto com culturas diferentes	1	1,9	1,9	33,3
Contacto com culturas novas	1	1,9	1,9	35,2
Contacto com novas culturas e mentalidades, tanto a nível pessoal como profissional	1	1,9	1,9	37,0
Contacto com outras culturas	1	1,9	1,9	38,9
Contacto com outras maneiras de trabalhar é enriquecedor	1	1,9	1,9	40,7
Contacto com pessoas de culturas diferentes, com métodos de trabalho e organização de vida desconhecidos	1	1,9	1,9	42,6
Contacto com pessoas novas e diferentes e aprender com elas	1	1,9	1,9	44,4
Contacto com pessoas provenientes de países diferentes permite expandir conhecimentos	1	1,9	1,9	46,3
Diversidade de cultura, maior qualidade do trabalho	1	1,9	1,9	48,1
Enriquecimento pessoal	2	3,7	3,7	51,9
Enriquecimento profissional e cultural	1	1,9	1,9	53,7
Enriquecimento unico	1	1,9	1,9	55,6
Expandir os horizontes	1	1,9	1,9	57,4
Experiência profissional e cultural rica	1	1,9	1,9	59,3
Experiência da diferença	1	1,9	1,9	61,1
Inovação, contacto com outras maneiras de ser/estar, maior possibilidade de estar no centro da decisão, mais vontade, empenho e menos laissez faire	1	1,9	1,9	63,0
Maior experiência intercultural	1	1,9	1,9	64,8
Maior valorização pessoal e profissional proveniente do contacto com pessoas com culturas diferentes	1	1,9	1,9	66,7
não faria distinção se fossem bons colaboradores	1	1,9	1,9	68,5
Novas experiências, importante a nível académico, cultural e crescimento pessoal	1	1,9	1,9	70,4
Partilha de conhecimentos e cultura	1	1,9	1,9	72,2
Partilha de experiências, conhecimentos e formas de vida; contactar distintas formas de trabalhar	1	1,9	1,9	74,1
Partilha de ideias	1	1,9	1,9	75,9
Partilhar diferentes experiências e conhecimento	1	1,9	1,9	77,8
Partilhar diferentes pontos de vista e métodos de trabalho, conhecer a realidade de outros países contada na 1ª pessoa	1	1,9	1,9	79,6
Possibilidades de novos conhecimentos	1	1,9	1,9	81,5
Promove o intercâmbio cultural	1	1,9	1,9	83,3
Troca de conhecimentos	2	3,7	3,7	87,0
Troca de conhecimentos elevada devido à diversidade de educações	1	1,9	1,9	88,9
Troca de experiências e cultura, enriquecimento do trabalho e novas perspectivas	1	1,9	1,9	90,7
Troca de experiências e importância de integrar equipas multidisciplinares	1	1,9	1,9	92,6
Troca de experiências, cultura, aprendizagem	1	1,9	1,9	94,4
Troca de informação entre culturas	1	1,9	1,9	96,3
Uma vantagem	1	1,9	1,9	98,1
Variedade de experiências e contributos	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

67. Considera os valores do seu país semelhantes aos valores europeus

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Não	10	18,5	19,6	19,6
Valid Sim para todos	21	38,9	41,2	60,8
Valid Sim para alguns	20	37,0	39,2	100,0
Valid Total	51	94,4	100,0	
Missing 999	3	5,6		
Total	54	100,0		

68. Que valores do seu país semelhantes aos valores europeus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	2	3,7	3,7	3,7
	999	44	81,5	81,5	85,2
	Democracia, Liberdade de expressão e religiosa	1	1,9	1,9	87,0
	Democracia, Liberdade e a Impavidez	1	1,9	1,9	88,9
	Democracia, Políticos	1	1,9	1,9	90,7
	não sabe	1	1,9	1,9	92,6
	Políticos, Democracia	1	1,9	1,9	94,4
	portugal está atrasado em relação à europa em muitos aspectos	1	1,9	1,9	96,3
	valores incoerentes e instáveis quando há interesses superiores em jogo, não se pode determinar quais são ou não os "valores europeus"	1	1,9	1,9	98,1
	Valores sociais divergentes, postura perante o trabalho, diferenças sexuais, diferença entre caridade e ajuda humanitária	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

69. Considera o Espaço Schengen como fronteira da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	29,6	30,2	30,2
	Não	14	25,9	26,4	56,6
	Não sei	23	42,6	43,4	100,0
	Total	53	98,1	100,0	
Missing	999	1	1,9		
Total		54	100,0		

70. Gostaria de viver noutro país da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	64,8	70,0	70,0
	Não	15	27,8	30,0	100,0
	Total	50	92,6	100,0	
Missing	999	4	7,4		
Total		54	100,0		

71. Em que país da UE gostaria de viver

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	15	27,8	27,8	27,8
	999	7	13,0	13,0	40,7
	Alemanha	1	1,9	1,9	42,6
	Escócia	1	1,9	1,9	44,4
	Espanha	5	9,3	9,3	53,7
	Espanha, Inglaterra	1	1,9	1,9	55,6
	Espanha, Itália	1	1,9	1,9	57,4
	Europa central	1	1,9	1,9	59,3
	França, Espanha, Inglaterra	1	1,9	1,9	61,1
	França, Espanha, Itália, Inglaterra	1	1,9	1,9	63,0
	Holanda	2	3,7	3,7	66,7
	Inglaterra	2	3,7	3,7	70,4
	Inglaterra, Espanha	1	1,9	1,9	72,2
	Inglaterra, França, Noruega, Dinamarca	1	1,9	1,9	74,1
	Inglaterra, Irlanda, Holanda	1	1,9	1,9	75,9
	Inglaterra, Suíça, Áustria	1	1,9	1,9	77,8
	Itália	3	5,6	5,6	83,3
	Itália, Inglaterra	1	1,9	1,9	85,2
	Luxemburgo	1	1,9	1,9	87,0
	Não sabe	6	11,1	11,1	98,1
	Suécia, Finlândia	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

72. Gostaria de viver noutro país do mundo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	29	53,7	59,2	59,2
	Não	20	37,0	40,8	100,0
	Total	49	90,7	100,0	
Missing	999	5	9,3		
Total		54	100,0		

73. Em que país do mundo gostaria de viver

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	20	37,0	37,0	37,0
	999	6	11,1	11,1	48,1
	Austrália	3	5,6	5,6	53,7
	Austrália, Brasil	1	1,9	1,9	55,6
	Austrália, EUA	1	1,9	1,9	57,4
	Brasil	3	5,6	5,6	63,0
	Brasil, Austrália	1	1,9	1,9	64,8
	Brasil, EUA, Austrália	1	1,9	1,9	66,7
	Canadá	2	3,7	3,7	70,4
	EUA	3	5,6	5,6	75,9
	EUA, Argentina, Canadá	1	1,9	1,9	77,8
	Japão	1	1,9	1,9	79,6
	México, Nepal, Malawi	1	1,9	1,9	81,5
	Não sabe	6	11,1	11,1	92,6
	Rússia	1	1,9	1,9	94,4
	sem preferência	1	1,9	1,9	96,3
	Um dos PALOP	1	1,9	1,9	98,1
	Vários	1	1,9	1,9	100,0
	Total	54	100,0	100,0	

Quadros pós-mobilidade não apresentados no texto da dissertação

74. País da acção de mobilidade Erasmus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Alemanha	2	5,0	5,0	5,0
	Bélgica	3	7,5	7,5	12,5
	Eslovénia	1	2,5	2,5	15,0
	Eslovênia	1	2,5	2,5	17,5
	Espanha	5	12,5	12,5	30,0
	Finlândia	2	5,0	5,0	35,0
	França	7	17,5	17,5	52,5
	Grécia	1	2,5	2,5	55,0
	Holanda	3	7,5	7,5	62,5
	Itália	4	10,0	10,0	72,5
	Polónia	3	7,5	7,5	80,0
	Reino Unido	6	15,0	15,0	95,0
	República Checa	2	5,0	5,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

75. Período de mobilidade Erasmus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3	11	27,5	27,5	27,5
	4	6	15,0	15,0	42,5
	5	15	37,5	37,5	80,0
	6	8	20,0	20,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

76. Tipo de Alojamento - Quarto Alugado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	22,5	22,5	22,5
	Não	31	77,5	77,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

77. Tipo de Alojamento - Residência Académica

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	18	45,0	45,0	45,0
	Não	22	55,0	55,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

78. Tipo de Alojamento - Apartamento com outros estudantes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	27,5	27,5	27,5
	Não	29	72,5	72,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

79. Tipo de Alojamento - Casa de familiares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	5,0	5,0	5,0
	Não	38	95,0	95,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

80. Outro Tipo de Alojamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	5,0	5,0	5,0
	888	38	95,0	95,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

81. Razões para estabelecer relacionamentos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	4	10,0	10,0	10,0
	Colega de quarto	1	2,5	2,5	12,5
	Com os conterrâneos por afinidade de cultura, com outros erasmus por situação comum e empatia	1	2,5	2,5	15,0
	Conhecer diferentes culturas	1	2,5	2,5	17,5
	Conhecer diferentes culturas, relações de amizade	1	2,5	2,5	20,0
	Conhecer novas culturas, novas visões do mundo, amizades	1	2,5	2,5	22,5
	Conhecer pessoas	1	2,5	2,5	25,0
	Curiosidade de conhecer os nativos	1	2,5	2,5	27,5
	Diversidade cultural	1	2,5	2,5	30,0
	Empatia	1	2,5	2,5	32,5
	Estágios comuns	1	2,5	2,5	35,0
	Hábitos culturais	1	2,5	2,5	37,5
	Integração, aprender a língua	1	2,5	2,5	40,0
	Interesse por outras culturas	1	2,5	2,5	42,5
	Interesses partilhados	1	2,5	2,5	45,0
	Interesses semelhantes e situação comum	1	2,5	2,5	47,5
	Melhor integração social e aprendizagem da língua	1	2,5	2,5	50,0
	Não sabe	1	2,5	2,5	52,5
	Necessidade de relacionamento com outras pessoas, conhecer novas culturas	1	2,5	2,5	55,0
	Pouca abertura dos estudantes anfitriões aos estrangeiros	1	2,5	2,5	57,5
	Proximidade destas pessoas	2	5,0	5,0	62,5
	Razões profissionais	1	2,5	2,5	65,0
	Situação comum	9	22,5	22,5	87,5
	Situação comum (residência internacional)	1	2,5	2,5	90,0
	Situação comum e simpatia	1	2,5	2,5	92,5
	Situação comum, convívio	1	2,5	2,5	95,0
	Solidão	1	2,5	2,5	97,5
	Troca de conhecimentos académicos e a cultura do país	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

82. Contacto com língua - Curso de preparação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	27,5	28,9	28,9
	Não	27	67,5	71,1	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

83. Contacto com língua - Aulas das disciplinas de curso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	17,5	18,4	18,4
	Não	31	77,5	81,6	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

84. Contacto com língua - Colegas de curso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	15,0	15,8	15,8
	Não	32	80,0	84,2	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

85. Contacto com língua - Colegas de alojamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	37,5	39,5	39,5
	Não	23	57,5	60,5	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

86. Contacto com língua - Outras pessoas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	40,0	42,1	42,1
	Não	22	55,0	57,9	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

87. Aprendizagem de outra língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	25,0	25,0	25,0
	Não	30	75,0	75,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

88. Que língua estrangeira

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	30	75,0	75,0	75,0
	999	1	2,5	2,5	77,5
	Catalão	1	2,5	2,5	80,0
	Espanhol	3	7,5	7,5	87,5
	Francês	1	2,5	2,5	90,0
	Inglês	2	5,0	5,0	95,0
	Inglês, espanhol, francês	1	2,5	2,5	97,5
	Romeno, francês, lituano	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

89. Contacto com outra língua estrangeira nas aulas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	7,5	30,0	30,0
	Não	7	17,5	70,0	100,0
	Total	10	25,0	100,0	
Missing	888	28	70,0		
	999	2	5,0		
	Total	30	75,0		
Total		40	100,0		

90. Contacto com outra língua estrangeira - Colegas de curso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	10,0	40,0	40,0
	Não	6	15,0	60,0	100,0
	Total	10	25,0	100,0	
Missing	888	28	70,0		
	999	2	5,0		
	Total	30	75,0		
Total		40	100,0		

91. Contacto com outra língua estrangeira - Colegas de alojamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	15,0	60,0	60,0
	Não	4	10,0	40,0	100,0
	Total	10	25,0	100,0	
Missing	888	28	70,0		
	999	2	5,0		
	Total	30	75,0		
Total		40	100,0		

92. Contacto com outra língua estrangeira - Outras pessoas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	7,5	30,0	30,0
	Não	7	17,5	70,0	100,0
	Total	10	25,0	100,0	
Missing	888	28	70,0		
	999	2	5,0		
	Total	30	75,0		
Total		40	100,0		

93. Interesse em aprofundar a língua do país de acolhimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	75,0	76,9	76,9
	Não	9	22,5	23,1	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	999	1	2,5		
Total		40	100,0		

94. Aprofundamento da ligação com país de acolhimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	97,5	97,5	97,5
	Não	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

95. Razões para aprofundar ligação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	22	55,0	55,0	55,0
	Ao nível do quotidiano cultural	1	2,5	2,5	57,5
	Aprendizagem da cultura alemã, relações de amizade	1	2,5	2,5	60,0
	Conhecimento da cultura da Europa Central	1	2,5	2,5	62,5
	Conhecimento das pessoas, locais, costumes	1	2,5	2,5	65,0
	Conhecimento de hábitos e cultura	2	5,0	5,0	70,0
	Conhecimento de nova cultura e identificação com a mesma	1	2,5	2,5	72,5
	Conhecimento de outra cultura, sentimento de conforto	1	2,5	2,5	75,0
	Conhecimento de pessoas, e experiência agradável, experimentou melhores condições económicas, maior qualidde	1	2,5	2,5	77,5
	Em actividades de estudo, culturais e de relacionamento cultural	1	2,5	2,5	80,0
	Estabelecimento de relações de amizade e afinidades a nível social e académicas	1	2,5	2,5	82,5
	Fez amizades e conheceu a cultura e a realidade do país	1	2,5	2,5	85,0
	Gosta de estudar línguas	1	2,5	2,5	87,5
	O conhecimento do país mudou a ideia que tinha dele	1	2,5	2,5	90,0
	O tempo de permanência leva ao conhecimento e a sentimentos de pertença	1	2,5	2,5	92,5
	Relação com os nativos ajuda a reforçar laços	1	2,5	2,5	95,0
	Relações de amizade	1	2,5	2,5	97,5
	Viajou, tomou conhecimento da nova realidade, interajiu, construiu uma ligação	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

96. Vantagens da experiência Erasmus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	97,5	100,0	100,0
	Missing	1	2,5		
Total		40	100,0		

97. Interesse em continuar estudos no país de acolhimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	22	55,0	55,0	55,0
	Não	18	45,0	45,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

98. Justificação para interesse em continuar estudos no país de acolhimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 999	6	15,0	15,0	15,0
A língua é uma barreira grande, grandes diferenças culturais	1	2,5	2,5	17,5
Acesso a exposições, conferências, eventos, facilidade a nível profissional	1	2,5	2,5	20,0
Área profissional bastante desenvolvida	1	2,5	2,5	22,5
Empatia com o país	1	2,5	2,5	25,0
Experiência temporária	1	2,5	2,5	27,5
Gostaria de conhecer países diferentes	1	2,5	2,5	30,0
Gostaria de ter outras experiências	2	5,0	5,0	35,0
Gostaria que o intercâmbio tivesse sido mais longo	1	2,5	2,5	37,5
Não gostei, academicamente mal acolhido	1	2,5	2,5	40,0
Não gostou do sistema de ensino	1	2,5	2,5	42,5
No momento pretende viver em Portugal, mas considera viver na Alemanha ou noutro país de cultura similar	1	2,5	2,5	45,0
O mercado de trabalho não é favorável à área de estudo como no país de origem	1	2,5	2,5	47,5
País desenvolvido e ecológico	1	2,5	2,5	50,0
Para melhorar o conhecimento da língua	1	2,5	2,5	52,5
Porque sim	1	2,5	2,5	55,0
Pretende ficar em Portugal	1	2,5	2,5	57,5
Pretende visitar outro país	1	2,5	2,5	60,0
Pretende viver em Portugal	1	2,5	2,5	62,5
Pretendo fazer estágio noutro país	1	2,5	2,5	65,0
Sistema de ensino	1	2,5	2,5	67,5
Sistema de ensino atractivo	1	2,5	2,5	70,0
Sistema de ensino bom	2	5,0	5,0	75,0
Sistema de ensino bom para desenvolvimento académico e profissional	1	2,5	2,5	77,5
Sistema de ensino bom, bolsas	1	2,5	2,5	80,0
Sistema de ensino bom, especialmente para um PhD	1	2,5	2,5	82,5
Sistema de ensino bom, gostaria de fazer pós-graduação	1	2,5	2,5	85,0
Sistema de ensino excelente	1	2,5	2,5	87,5
Sistema de ensino mais desenvolvido que em Portugal	1	2,5	2,5	90,0
Sistema de ensino muito melhor	1	2,5	2,5	92,5
Sistema de ensino não é superior à nossa	1	2,5	2,5	95,0
Terminou os estudos	2	5,0	5,0	100,0
Total	40	100,0	100,0	

99. Interesse em desenvolver actividade profissional no país de acolhimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	29	72,5	72,5	72,5
Não	11	27,5	27,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

100. Justificação para interesse em desenvolver actividade profissional no país de acolhimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	8	20,0	20,0	20,0
	A area profissional que pretende seguir está muito desenvolvida na Alemanha	1	2,5	2,5	22,5
	Área profissional bastante desenvolvida	1	2,5	2,5	25,0
	Boas oportunidades profissionais	1	2,5	2,5	27,5
	Bons salários	2	5,0	5,0	32,5
	Dinâmica europeia	1	2,5	2,5	35,0
	è um país organizado e os funcionários são valorizados	1	2,5	2,5	37,5
	Empatia com o país	1	2,5	2,5	40,0
	Experiência	2	5,0	5,0	45,0
	Experiência profissional	1	2,5	2,5	47,5
	Gostou do país, questões salariais	1	2,5	2,5	50,0
	Maior identificação com Portugal	1	2,5	2,5	52,5
	Mais perspectivas profissionais	1	2,5	2,5	55,0
	Melhores condições salariais e profissionais	1	2,5	2,5	57,5
	Melhores condições salariais, desenvolvimento profissional	1	2,5	2,5	60,0
	Melhores oportunidades, melhor salário	1	2,5	2,5	62,5
	Não ambiciona lá viver	1	2,5	2,5	65,0
	Não gostou da experiência	1	2,5	2,5	67,5
	Não quer sair do país, apesar deste ter poucas portas abertas	1	2,5	2,5	70,0
	Não seria primeira escolha	1	2,5	2,5	72,5
	O mercado de trabalho não é favorável à área de estudo como no país de origem	1	2,5	2,5	75,0
	Oportunidades profissionais	1	2,5	2,5	77,5
	País mais modernizado e actualizado na área profissional	1	2,5	2,5	80,0
	Porque gostava de viver nesse país	1	2,5	2,5	82,5
	Pretende conhecer outros países	1	2,5	2,5	85,0
	Pretende ficar em Portugal	1	2,5	2,5	87,5
	Pretende viver em Portugal	1	2,5	2,5	90,0
	Questões salariais e profissionais	1	2,5	2,5	92,5
	Tem boas oportunidades e está em desenvolvimento	1	2,5	2,5	95,0
	Tem boas oportunidades, profissionais com maior importancia e reconhecimento internacional	1	2,5	2,5	97,5
	Tem possibilidades pois gostou do país	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

101. Alteração da percepção sobre Portugal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	32,5	32,5	32,5
	Não	27	67,5	67,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

102. Justificação para alteração da percepção sobre Portugal

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 888	3	7,5	7,5	7,5
999	8	20,0	20,0	27,5
A distância ajuda a perceber o meu país	1	2,5	2,5	30,0
a distância dá uma percepção diferente do que é realmente importante	1	2,5	2,5	32,5
A ideia é parecida com a de qualquer estrangeiro	1	2,5	2,5	35,0
Conhece bem as potencialidades de Portugal	1	2,5	2,5	37,5
Conheceu uma nova perspectiva	1	2,5	2,5	40,0
Fez dar mais valor ao seu país	1	2,5	2,5	42,5
Fez ver Portugal como estrangeira	1	2,5	2,5	45,0
Mostraram desconhecimento sobre Portugal	1	2,5	2,5	47,5
Os colegas conhecem	1	2,5	2,5	50,0
Os colegas conhecem ou não tinham opinião	1	2,5	2,5	52,5
Os colegas revelaram grande ignorância sobre Portugal	1	2,5	2,5	55,0
Os colegas tinham ideia real de Portugal	1	2,5	2,5	57,5
Os colegas tinham uma ideia real de Portugal	3	7,5	7,5	65,0
Os colegas tinham uma opinião errada	2	5,0	5,0	70,0
Os factos vistos por outras culturas são vistos doutras formas, umas vezes positivas outras negativas	1	2,5	2,5	72,5
Os outros não conhecem melhor Portugal	1	2,5	2,5	75,0
país de acolhimento mais desenvolvido, demonstra falhas de Portugal	1	2,5	2,5	77,5
Percebeu que não conhecem bem o país de origem	1	2,5	2,5	80,0
Percebeu que Portugal é considerado com bom clima, mas más condições profissionais	1	2,5	2,5	82,5
Percebeu que Portugal é muito pequeno e distante do resto da Europa	1	2,5	2,5	85,0
Portugal continua a ser apreciado	1	2,5	2,5	87,5
Portugal é um país atrasado cultural e economicamente	1	2,5	2,5	90,0
Poucos conhecem Portugal	1	2,5	2,5	92,5
Poucos conhecem Portugal	2	5,0	5,0	97,5
Tomou conhecimento de preconceitos relativamente à língua e cultura portuguesas	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

103. Diferenças de direitos e deveres entre países da UE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	13	32,5	33,3	33,3
Não	26	65,0	66,7	100,0
Total	39	97,5	100,0	
Missing 999	1	2,5		
Total	40	100,0		

104. Tipos de diferenças

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 888	26	65,0	65,0	65,0
999	4	10,0	10,0	75,0
a nível de transportes	1	2,5	2,5	77,5
Civismo e recepção de emigrantes	1	2,5	2,5	80,0
Cuidados de saúde e educação, respeito pelo espaço individual, sentimento de segurança física	1	2,5	2,5	82,5
Direito civil	1	2,5	2,5	85,0
Maior estabilidade económica	1	2,5	2,5	87,5
Mais direitos, melhores condições para estudantes, impostos mais baixos, rapidez e qualidade dos serviços administrativos, melhor qualidade de vida	1	2,5	2,5	90,0
Muitas coisas	1	2,5	2,5	92,5
São mais profissionais e disfrutam mais da vida social	1	2,5	2,5	95,0
Sistema de educação diferente	1	2,5	2,5	97,5
Têm mais férias	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

105. Alteração da percepção sobre União Europeia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	35,0	35,9	35,9
	Não	25	62,5	64,1	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	999	1	2,5		
Total		40	100,0		

106. Tipos de alterações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	24	60,0	60,0	60,0
	999	1	2,5	2,5	62,5
	Europa está a duas velocidades, principalmente em termos económico-sociais	1	2,5	2,5	65,0
	Experienciou a livre mobilidade dentro da UE	1	2,5	2,5	67,5
	Moeda unica e as semelhanças culturais levaram-me a pensar no verdadeiro significado de união	1	2,5	2,5	70,0
	Não existe qualquer tipo de identidade europeia	1	2,5	2,5	72,5
	Não pensou sobre a UE	1	2,5	2,5	75,0
	Percepção da diversidade cultural	1	2,5	2,5	77,5
	Percepção da UE como um espaço de mobilidade cultural	1	2,5	2,5	80,0
	Percepção das diferenças entre os países	1	2,5	2,5	82,5
	Percepção de muitas desigualdades, não há união como tal	1	2,5	2,5	85,0
	Percepção de uma realidade acessível	1	2,5	2,5	87,5
	Percepção da facilidade de mobilidade, facilidade de utilização do euro	1	2,5	2,5	90,0
	Permitiu-me conhecer melhor a realidade da UE	1	2,5	2,5	92,5
	Proximidade com outras nacionalidades da UE deu mais sentido à dimensão Europeia	1	2,5	2,5	95,0
	Sozinhos não seremos nada	1	2,5	2,5	97,5
	UE permite o encontro entre culturas; promove a convergência o que pode levar os povos a perder a sua identidade cultural	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

107. Considera que existe um espaço comum cultural europeu

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	57,5	57,5	57,5
	Não	17	42,5	42,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

108. Discriminação por ser estrangeiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	22,5	22,5	22,5
	Não	31	77,5	77,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

109. Justificação para discriminação por ser estrangeiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	31	77,5	77,5	77,5
	999	1	2,5	2,5	80,0
	Fisicamente era diferente e os finlandeses não gostam de estrangeiros	1	2,5	2,5	82,5
	Foi tratado de forma diferenciada	1	2,5	2,5	85,0
	Pelas pessoas mais idosas	1	2,5	2,5	87,5
	pelo desconhecimento da língua	1	2,5	2,5	90,0
	Pelo não domínio da língua	1	2,5	2,5	92,5
	Por não falar bem a língua	1	2,5	2,5	95,0
	Por razões culturais, são fechados e antipáticos por ser estrangeira/não saber a língua	1	2,5	2,5	97,5
	Por razões históricas, a Polónia é um país fechado	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

110. Contacto futuro com pessoas que conheceu no Erasmus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	97,5	97,5	97,5
	Não	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

111. Justificação para contacto futuro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	11	27,5	27,5	27,5
	Desenvolvimento de relações entre pares	1	2,5	2,5	30,0
	Interesses académicos	1	2,5	2,5	32,5
	Não fez amizades importantes	1	2,5	2,5	35,0
	Pessoas com qualidades	1	2,5	2,5	37,5
	Quanto maior a comunicação entre países mais forte é o espaço europeu	1	2,5	2,5	40,0
	Relações de amizade	21	52,5	52,5	92,5
	Relações de amizade e boas recordações	1	2,5	2,5	95,0
	Relações de amizade e profissionais	1	2,5	2,5	97,5
	Relações de amizade, profissionais que devem permanecer para além do Erasmus	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

112. Mobilidade contribuiu para maior inter-conhecimento e relacionamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	100,0	100,0	100,0

113. Justificação para estabelecimento de inter-conhecimento e relacionamento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	11	27,5	27,5	27,5
	A distância entre os países atenua-se e ficam as semelhanças culturais e sociais	1	2,5	2,5	30,0
	a ignorância traz a injustiça entre povos, dificuldades na língua e discriminação social deram maior sensibilidade	1	2,5	2,5	32,5
	Ao juntar um grupo multinacional percebem-se diferenças e semelhanças culturais	1	2,5	2,5	35,0
	Aprendizagem da realidade de outros países	1	2,5	2,5	37,5
	Aprendizagem de convívio com novas culturas, hábitos, etc	1	2,5	2,5	40,0
	Aprendizagem de outras culturas através do contacto directo com pessoas de várias nacionalidades	1	2,5	2,5	42,5
	Aprendizagem faz perder o receio	1	2,5	2,5	45,0
	Circulação de ideias geradora de unidade e sinergias	1	2,5	2,5	47,5
	Conhecem-se pessoas de muitas culturas e países	1	2,5	2,5	50,0
	Contacto intercultural leva a maior unificação da Europa	1	2,5	2,5	52,5
	Contacto pessoal directo é a melhor forma de conhecimento de realidades pessoas	1	2,5	2,5	55,0
	Contribui para maior conhecimento intercultural	1	2,5	2,5	57,5
	Devido ao contacto directo com outra realidade	1	2,5	2,5	60,0
	Esclarecimento de povo e desaparecimento de estereótipos	1	2,5	2,5	62,5
	Facilita a relações com outros cidadãos	1	2,5	2,5	65,0
	Integração natural revelou bom relacionamento com outra cultura	1	2,5	2,5	67,5
	Intercâmbio cultural	1	2,5	2,5	70,0
	O conhecimento contribui para a identificação uns com os outros	1	2,5	2,5	72,5
	O contacto directo permite o intercâmbio e a fusão de culturas, que é pessoalmente construtivo	1	2,5	2,5	75,0
	O convívio inevitável aproxima pessoas de diferentes culturas	1	2,5	2,5	77,5
	Obriga a uma identidade europeia, obrigações e direitos de cidadãos europeus	1	2,5	2,5	80,0
	Oportunidade de conhecer pessoas de vários países e as suas culturas o que limpa ideias feitas e preconceitos	1	2,5	2,5	82,5
	Quando se partilha o mesmo espaço físico é que as pessoas se entendem e se conhecem realmente	1	2,5	2,5	85,0
	Riqueza cultural dos contactos	1	2,5	2,5	87,5
	Só nos interessamos por coisas que nos são familiares e conhecendo pessoas doutros países ajuda a essa familiaridade	1	2,5	2,5	90,0
	Troca de conhecimentos	1	2,5	2,5	92,5
	Troca de experiências pessoais e profissionais, potencia a tolerância entre povos	1	2,5	2,5	95,0
	Troca de informações desperta interesse em aprofundar conhecimentos	1	2,5	2,5	97,5
	Troca de informações mesmo no quotidiano	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

114. Maior identificação com cidadãos europeus

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	75,0	75,0	75,0
	Não	10	25,0	25,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

115. Justificação para maior identificação com cidadãos europeus

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 999	10	25,0	25,0	25,0
Apenas com algumas culturas	1	2,5	2,5	27,5
Apesar das diferenças há muitas coisas que unem estes povos	1	2,5	2,5	30,0
Apesar do país, todos têm semelhanças e diferenças, não depende só do país	1	2,5	2,5	32,5
Cada ser é diferente, não se identifica com grupos específicos	1	2,5	2,5	35,0
Conhecimento de outras culturas, percepção das afinidades, leva a desejar a mobilidade	1	2,5	2,5	37,5
Culturas muito diferentes, o povo português é diferente	1	2,5	2,5	40,0
Diferenças em tradições e língua mas objectivos e estilos de vida comuns	1	2,5	2,5	42,5
Diferenças reduzidas	1	2,5	2,5	45,0
Enfrentamos as mesmas questões diariamente	1	2,5	2,5	47,5
Experiência que abriu novos horizontes académicos e sociais	1	2,5	2,5	50,0
Experimentou grande identificação com os colegas espanhóis e italianos	1	2,5	2,5	52,5
Identificação é anterior à mobilidade	1	2,5	2,5	55,0
Mantenho as ideias	1	2,5	2,5	57,5
O conhecimento contribui para a identificação uns com os outros	1	2,5	2,5	60,0
Os cidadãos europeus, nas suas diferenças são todos iguais	1	2,5	2,5	62,5
Percebeu as origens comuns das culturas que apesar de parecerem diferentes são próximas	1	2,5	2,5	65,0
Percepção da identidade portuguesa mas também da ligação com outros povos	1	2,5	2,5	67,5
percepção de coisas em comum, que não mudam só por se mudar de cidade	1	2,5	2,5	70,0
Percepção de muitos pontos em comum	2	5,0	5,0	75,0
Percepção de sentimentos comuns	1	2,5	2,5	77,5
percepcionou espaço comum europeu	1	2,5	2,5	80,0
Por oposição a cidadãos americanos ou asiáticos	1	2,5	2,5	82,5
Porque sim	1	2,5	2,5	85,0
Portugueses têm características fortes	1	2,5	2,5	87,5
Raiz cultural comum, com pequenas diferenças, globalmente semelhantes	1	2,5	2,5	90,0
Sentimento de pertencer à mesma grande família	1	2,5	2,5	92,5
Sobretudo com os países com identidade mais próxima do país de origem	1	2,5	2,5	95,0
Todos diferentes, todos iguais	1	2,5	2,5	97,5
Todos temos uma cultura semelhante	1	2,5	2,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

116. Preocupação com dissolução da UE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	35	87,5	87,5	87,5
Não	5	12,5	12,5	100,0
Total	40	100,0	100,0	

117. Justificação de preocupação com dissolução da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	9	22,5	22,5	22,5
	Acredita na UE, que será benéfica para os estados membros	1	2,5	2,5	25,0
	Dificultaria a livre mobilidade de pessoas	1	2,5	2,5	27,5
	Dificultaria a mobilidade	2	5,0	5,0	32,5
	Dificultaria a mobilidade académica e profissional	1	2,5	2,5	35,0
	é uma vantagem para todos os países e cidadãos	1	2,5	2,5	37,5
	Gosto de viajar sem burocracias	1	2,5	2,5	40,0
	Incerteza no futuro	1	2,5	2,5	42,5
	Instabilidade nos países	1	2,5	2,5	45,0
	Instabilidade, limites à mobilidade	1	2,5	2,5	47,5
	Isolaria os países que perdem força a nível individual	1	2,5	2,5	50,0
	O ambiente de conjunto e unidade desagregado seria difícil de gerir	1	2,5	2,5	52,5
	Para Portugal seria uma grande perda	1	2,5	2,5	55,0
	Perda de direitos como cidadã europeia	1	2,5	2,5	57,5
	Pertença a este sistema, a nível cultural a acção é enriquecedora	1	2,5	2,5	60,0
	Porque a Europa perderia a sua força económica e política	1	2,5	2,5	62,5
	Portugal beneficia com a UE	1	2,5	2,5	65,0
	Portugal como país pobre deixaria de receber apoios	1	2,5	2,5	67,5
	Qual o objectivo de desunir a união?	1	2,5	2,5	70,0
	questões financeiras	1	2,5	2,5	72,5
	Questões financeiras (fundos monetários)	1	2,5	2,5	75,0
	Questões financeiras e pelas parcerias possibilitadas pela União	1	2,5	2,5	77,5
	Razões económicas	1	2,5	2,5	80,0
	Retrocesso em muitas conquistas já obtidas pelos europeus	1	2,5	2,5	82,5
	Revelaria fraqueza, instabilidade política, económica; a UE não pode recuar num mundo cada vez mais competitivo	1	2,5	2,5	85,0
	Seria a destruição do sonho da Europa unida e competitiva no sec. XXI	1	2,5	2,5	87,5
	Seria sinal de algo grave	1	2,5	2,5	90,0
	Seria um retrocesso e incapacitante para a economia mundial	1	2,5	2,5	92,5
	Seria um revés num processo de integração bastante evoluído	1	2,5	2,5	95,0
	Traria um futuro incerto e perigoso	1	2,5	2,5	97,5
	UE é um dado assumido para as novas gerações, significa mobilidade, direitos e deveres na UE, representa uma visão do mundo comum aos europeus	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

118. UE deveria ter mais poderes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	15,0	18,2	18,2
	Não	27	67,5	81,8	100,0
	Total	33	82,5	100,0	
Missing	999	7	17,5		
Total		40	100,0		

119. Justificação para mais poderes da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	23	57,5	57,5	57,5
	999	5	12,5	12,5	70,0
	A identidade cultural deve ser preservada, mas há acordos que devem ser cumpridos	1	2,5	2,5	72,5
	Depende das áreas: a nível económico os poderes deviam ser usados de forma mais autoritária	1	2,5	2,5	75,0
	Função da UE deve ser catalizadora	1	2,5	2,5	77,5
	Não sabe	3	7,5	7,5	85,0
	Os interesses do todo são mais importantes do que interesses nacionais	1	2,5	2,5	87,5
	os países têm grandes diferenças económico-sociais, deveria haver uma acção da UE para a igualdade	1	2,5	2,5	90,0
	Par cumprimento rigoroso das regras	1	2,5	2,5	92,5
	Para manter identidade e autonomia nacional	1	2,5	2,5	95,0
	Para ter uma acção mais eficaz	1	2,5	2,5	97,5
	Progressivamente, com algumas áreas reservadas	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

120. Poder de compra de Portugal semelhante ao do país de acolhimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	5,0	5,1	5,1
	Não	37	92,5	94,9	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	999	1	2,5		
Total		40	100,0		

121. Justificação sobre poder de compra nos países da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	5	12,5	12,5	12,5
	Bastante inferior	1	2,5	2,5	15,0
	è menor	1	2,5	2,5	17,5
	em geral, o poder de compra do português é mais reduzido do que o francês	1	2,5	2,5	20,0
	Em Portugal é menor	5	12,5	12,5	32,5
	Em Portugal há ligeiramente menor poder de compra do que na Republica Checa	1	2,5	2,5	35,0
	Em Portugal há maior poder de compra do que na Polónia	1	2,5	2,5	37,5
	Em Portugal há maior poder de compra do que na Republica Checa	1	2,5	2,5	40,0
	Em Portugal há menor poder de compra	1	2,5	2,5	42,5
	Em Portugal o custo de vida é mais elevado	1	2,5	2,5	45,0
	Inferior	1	2,5	2,5	47,5
	menor	1	2,5	2,5	50,0
	Menor	1	2,5	2,5	52,5
	Mesmo nível em preços essenciais	1	2,5	2,5	55,0
	Não sabe	1	2,5	2,5	57,5
	No país de acolhimento há salários mais altos	1	2,5	2,5	60,0
	Nos outros píses há maior poder de compra e nível de vida	1	2,5	2,5	62,5
	O poder de compra da Bélgica é duas vezes mais	1	2,5	2,5	65,0
	O poder de compra e a qualidade de vida são menores em Portugal	1	2,5	2,5	67,5
	O poder de compra é muitissimo menor em Portugal	1	2,5	2,5	70,0
	O poder de compra é muito menor em Portugal	1	2,5	2,5	72,5
	O poder de compra é três vezes menor em Portugal	3	7,5	7,5	80,0
	O poder de compra em Espanha é superior	1	2,5	2,5	82,5
	O poder de compra na França é muito superior	1	2,5	2,5	85,0
	O poder de compra na Polónia é mais elevado	1	2,5	2,5	87,5
	o rendimento médio português é inferior ao dos outros países europeus	1	2,5	2,5	90,0
	o rendimento médio português é inferior ao dos países europeus mais desenvolvidos	1	2,5	2,5	92,5
	Os cidadãos da alemanha ou espanha têm mais poder de compra	1	2,5	2,5	95,0
	Os salários são muito mais elevados	1	2,5	2,5	97,5
	Portugal é um país muito pobre	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

122. Interesse em ter mais informações sobre outros Estados-Membros da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	75,0	76,9	76,9
	Não	9	22,5	23,1	100,0
	Total	39	97,5	100,0	
Missing	999	1	2,5		
Total		40	100,0		

123. Justificação para interesse em mais informações

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	18	45,0	45,0	45,0
	A UE tem um motor que advem da politica e não dos povos, maior conhecimento sobre outros estados membros poderia criar interesse das pessoas na UE	1	2,5	2,5	47,5
	Curiosidade	1	2,5	2,5	50,0
	Enriquecimento da cultura pessoal	1	2,5	2,5	52,5
	Gostaria de ter mais informação sobre emprego e formação noutros estados membros	1	2,5	2,5	55,0
	Informação acessível	1	2,5	2,5	57,5
	Informação é necessária para evoluir em comum	1	2,5	2,5	60,0
	Informação está acessível	2	5,0	5,0	65,0
	Informação está acessível	1	2,5	2,5	67,5
	Oportunidades de emprego	1	2,5	2,5	70,0
	Para comparação com Portugal para poder evoluir melhor	1	2,5	2,5	72,5
	Para compreender melhor a UE	1	2,5	2,5	75,0
	para descobrir novas possibilidades e viajar	1	2,5	2,5	77,5
	Para obter informações sobre os países da mesma união que o seu	1	2,5	2,5	80,0
	Para poder escolher o país onde poderia ir trabalhar	1	2,5	2,5	82,5
	Para saber o que se passa na Ue, não podemos so pedir dinheiro temos de participar em todo o resto	1	2,5	2,5	85,0
	para ter mais conhecimento do que se passa	1	2,5	2,5	87,5
	Pela informação	1	2,5	2,5	90,0
	Por curiosidade	1	2,5	2,5	92,5
	Questões de cultura geral	3	7,5	7,5	100,0
Total		40	100,0	100,0	

124. Conhecimento do Hino da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	40,0	40,0	40,0
	Não	24	60,0	60,0	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

125. Identificação do Hino da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	888	22	55,0	55,0	55,0
	9 sinfonia de Beethoven	1	2,5	2,5	57,5
	999	1	2,5	2,5	60,0
	Beethoven, sinfonia nº 9	1	2,5	2,5	62,5
	Hino à Alegria	1	2,5	2,5	65,0
	Hino à Alegria	2	5,0	5,0	70,0
	Hino à Alegria, Beethoven	1	2,5	2,5	72,5
	Hino da Alegria	2	5,0	5,0	77,5
	Hino da Alegria da Nona sinfonia de Beethoven	1	2,5	2,5	80,0
	Hino da Alegria, Beethoven	1	2,5	2,5	82,5
	Não sabe o nome	3	7,5	7,5	90,0
	Não sabe o nome, reconhece a melodia	1	2,5	2,5	92,5
	Ode à Alegria	1	2,5	2,5	95,0
	Ode à alegria, 9 sinfonia de Beethoven	1	2,5	2,5	97,5
	Só conhece o Hino da Eurovisão	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

126. Experiência de Erasmus é forma de participação activa na UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	33	82,5	82,5	82,5
	Não	7	17,5	17,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

127. Defesa dos Direitos Humanos fenómeno europeu ou ocidental

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Europeu	17	42,5	42,5	42,5
	Ocidental	14	35,0	35,0	77,5
	999	9	22,5	22,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

128. Justificação defesa dos Direitos Humanos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	20	50,0	50,0	50,0
	A europa defende os direitos humanos de forma mais consciente	1	2,5	2,5	52,5
	Comum a todas as democracias ocidentais	1	2,5	2,5	55,0
	Deveria ser um fenómeno mundial	1	2,5	2,5	57,5
	Devido à influencia dos EUA, actualmente a cultura europeia é indissociável da ocidental	1	2,5	2,5	60,0
	é defendido pelas Nações Unidas	1	2,5	2,5	62,5
	é o objectivo da cultura ocidental	1	2,5	2,5	65,0
	EUA também tem tradição nesta área	1	2,5	2,5	67,5
	Europa tem maior consciencia dos Direitos Humanos	1	2,5	2,5	70,0
	Foi criada pela ONU	1	2,5	2,5	72,5
	Interessa a Europa e a todo o mundo	1	2,5	2,5	75,0
	Não europeu, nem ocidental, mas mundial	1	2,5	2,5	77,5
	Não sabe	1	2,5	2,5	80,0
	Não só os europeus lutam pela defesa dos direitos humanos	1	2,5	2,5	82,5
	Não tem razão para ser legitimamente europeu	1	2,5	2,5	85,0
	Nos EUA há pena de morte	1	2,5	2,5	87,5
	Os EUA não o usam	1	2,5	2,5	90,0
	Os europeus são mais pacíficos e sensíveis	1	2,5	2,5	92,5
	Os ideais ocidentais são europeus	1	2,5	2,5	95,0
	Problemas relativos a abuso de força na Europa de Leste	1	2,5	2,5	97,5
	Razões históricas	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

129. Importância da Cidadania Europeia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	85,0	89,5	89,5
	Não	4	10,0	10,5	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		

130. Instituições e órgãos de decisão europeus são acessíveis

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	28	70,0	77,8	77,8
	Não	8	20,0	22,2	100,0
	Total	36	90,0	100,0	
Missing	999	4	10,0		
Total		40	100,0		

131. Justificação acessibilidade dos órgãos da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	17	42,5	42,5	42,5
	A informação está disponível na Internet	1	2,5	2,5	45,0
	as decisões estão distantes	1	2,5	2,5	47,5
	As decisões não são tomadas de form clara, o cidadão não é ouvido	1	2,5	2,5	50,0
	Distância das pessoas e desinteresse destas	1	2,5	2,5	52,5
	Em portugla não conhece nenhum órgão acessível	1	2,5	2,5	55,0
	Estão na penumbra	1	2,5	2,5	57,5
	Falta de informação	2	5,0	5,0	62,5
	Falta de informação ao cidadão comum	1	2,5	2,5	65,0
	Grande aparelho	1	2,5	2,5	67,5
	Há muitos meios de informação	1	2,5	2,5	70,0
	Não divulgam muita informação	1	2,5	2,5	72,5
	Não sabe	2	5,0	5,0	77,5
	Não sabe onde recorrer	1	2,5	2,5	80,0
	Não sabemos muito do que se passa em Bruxelas	1	2,5	2,5	82,5
	Não são muito visíveis	1	2,5	2,5	85,0
	os políticos não explicam as políticas e as ações diárias uma vez que os cidadãos não tem poder naseleições	1	2,5	2,5	87,5
	os sistemas tem poderes não controláveis pela população	1	2,5	2,5	90,0
	Por uma questão de opção	1	2,5	2,5	92,5
	são acessíveis, mas é necessário saber onde ir	1	2,5	2,5	95,0
	São feitos para todos e acessíveis a todos	1	2,5	2,5	97,5
São puco discutidos e exposta na Comunicação social	1	2,5	2,5	100,0	
Total		40	100,0	100,0	

132. Vantagens em fazer parte da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	37	92,5	100,0	100,0
Missing	999	3	7,5		
Total		40	100,0		

133. Justificação vantagens em fazer parte da UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	999	16	40,0	40,0	40,0
	Abertura das fronteiras e mobilidade total	1	2,5	2,5	42,5
	Acesso e facilidade de integração noutros países membros, com os mesmos direitos e deveres	1	2,5	2,5	45,0
	Desenvolvimento do país	1	2,5	2,5	47,5
	è como pertencer a uma elite de nível mundial	1	2,5	2,5	50,0
	è um mercado de trabalho alargado	1	2,5	2,5	52,5
	facilidade de mobilidade entre estados membros	1	2,5	2,5	55,0
	fazer parte de da UE, ter liberdade para me identificar com mais que um bairro ou uma cidade	1	2,5	2,5	57,5
	Integridade, justiça social, mobilidade	1	2,5	2,5	60,0
	Intercâmbio cultural, proximidade de outras culturas, sociedades e mercados	1	2,5	2,5	62,5
	Melhoria da qualidade de vida, estreitamento dos laços europeus	1	2,5	2,5	65,0
	Mobilidade académica e profissional	1	2,5	2,5	67,5
	Mobilidade e benefícios económicos	1	2,5	2,5	70,0
	Mobilidade e desenvolvimento de Portugal devido aos fundos europeus	1	2,5	2,5	72,5
	Mobilidade e fácil acesso a cuidados de saúde	1	2,5	2,5	75,0
	Mobilidade profissional	1	2,5	2,5	77,5
	Mobilidade turística e profissional	1	2,5	2,5	80,0
	Mobilidade, acesso	1	2,5	2,5	82,5
	Mobilidade, empregabilidade, mais oportunidades e diferentes conhecimentos	1	2,5	2,5	85,0
	Não sabe	1	2,5	2,5	87,5
	Novas possibilidades	1	2,5	2,5	90,0
	Oportunidades de emprego	1	2,5	2,5	92,5
	para usufruir dos seus benefícios	1	2,5	2,5	95,0
	Partilha de conhecimento, tecnologia, etc aconteça de forma natural, objectivos comuns, os europeus não devem anular a sua verdadeira identidade	1	2,5	2,5	97,5
	Tem mais direitos do que cidadãos de países desfavorecidos fora da UE	1	2,5	2,5	100,0
	Total	40	100,0	100,0	

134. Importância do passado histórico dos Estados membros para o desenvolvimento cultural comum

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	87,5	92,1	92,1
	Não	3	7,5	7,9	100,0
	Total	38	95,0	100,0	
Missing	999	2	5,0		
Total		40	100,0		